



Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS
Programa de Pós-Graduação em História
Doutorado em História

A Revolução das Saias

Da luta pelo sufrágio feminino ao pioneirismo político de Maria de Miranda Leão na
Assembleia Legislativa do Amazonas
(1890-1937)

Manaus
2024



Universidade Federal do Amazonas
Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais - IFCHS
Programa de Pós-Graduação em História
Doutorado em História

LUCIANE MARIA DE CAMPOS FERNANDES

A Revolução das Saias

Da luta pelo sufrágio feminino ao pioneirismo político de Maria de Miranda Leão na
Assembleia Legislativa do Amazonas
(1890-1937)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
História – Doutorado, do Instituto de Filosofia,
Ciências Humanas e Sociais – IFCHS/UFAM, como
requisito final para a obtenção do título de Doutorado
em História.

Orientadora: Prof^a. Dra. Patricia Rodrigues da Silva

Linha de pesquisa: Migrações, Trabalho e Movimentos
Sociais na Amazônia.

Manaus
2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

F363r Fernandes, Luciane Maria de Campos
A revolução das saias : da luta pelo sufrágio feminino ao pioneirismo político de Maria de Miranda Leão na Assembleia Legislativa do Amazonas (1890-1937) / Luciane Maria de Campos Fernandes . 2024
299 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Patricia Rodrigues da Silva
Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Amazonas.

1. sufrágio. 2. elegibilidade. 3. feminismo. 4. Maria de Miranda Leão. I. Silva, Patricia Rodrigues da. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

Banca examinadora

Tese aprovada em 27 de maio de 2024, pela Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Patricia Rodrigues da Silva
PPGH/UFAM – PRESIDENTE

Prof.^a Dr.^a Teresa Cristina de Novaes Marques
UNB – MEMBRO

Prof.^o Dr.^o Luciano Everton Costa Teles
UEA – MEMBRO

Prof.^a Dr.^a Mônica Xavier de Medeiros
PPGH/UFAM – MEMBRO

Prof.^o Dr.^o César Augusto Bubolz Queirós
PPGH/UFAM – MEMBRO

“O lar é a base da sociedade, e a mulher
estará sempre integrada ao lar, mas o lar
não cabe mais no espaço de quatro muros.

Lar também é a escola, a fábrica, a
oficina. Lar é acima de tudo, o Parlamento
onde se votam as leis que regem a família
e a sociedade humana”.

Bertha Lutz

“Nunca se esqueça que basta uma crise política,
econômica ou religiosa para que os direitos das
mulheres sejam questionados. Esses direitos não
são permanentes. Você terá que manter-se
vigilante durante toda a sua vida.”

Simone de Beauvoir

“Por mais sombrios que sejam os nossos
caminhos, ainda acredito que a luz vai se
sobrepôr. Isso não vai demorar. Mas
dependerá de nossa resiliência, da
capacidade de resistir e da unidade na luta
por nossos direitos”.

Dilma Rousseff

Dedicatória

À José, Lia Gabriela, Leonardo, Leopoldo e Madalena. Esse trabalho é para vocês. Para se orgulharem de mim.

À todas as mulheres pioneiras na luta pelos direitos femininos. Suas conquistas possibilitaram que hoje eu esteja aqui.

Agradecimentos

Escrever uma tese no contexto da pandemia de COVID 19, com arquivos fechados, e no seu pós, com todas as sequelas físicas e emocionais deixadas, foi uma tarefa que me desafiou em muitos momentos. Foi difícil todos os dias até aqui, mas consegui chegar até o fim. A alegria e satisfação por essa conclusão são imensuráveis. Por isso mesmo, meu primeiro agradecimento é para Deus que me sustentou e por sua bondade e graça que me alcançaram.

São muitos os agradecimentos, porque não se caminha só numa pesquisa.

Ao meu esposo, José Campos, companheiro incentivador e acalentador em todas as horas. Obrigada, meu amor, sem o seu apoio e incentivo este doutorado não teria sido possível; aos meus filhos, Lia e Leonardo, razão de tudo o que me proponho a fazer, minhas fontes de inspiração e minha maior conquista. Perdão a vocês se algumas vezes, nessa longa caminhada de doutoramento, falhei fazendo menos do que o que vocês merecem. Leo, um dia você lerá esse escrito e saberá que duvidaram que eu, sua mãe, uma mãe atípica, conseguiria chegar até esse momento. Te ofenderam na tentativa de me diminuir e de me desmotivar, mas somos sementes. Mais do que reforçar as dificuldades que nós mães enfrentamos diariamente na vida pessoal, profissional e acadêmica, a frase cheia de preconceitos lançadas sobre nós dois, foi também capacitista. Chorei, mas a lembrança daquele choro sempre me deu forças para seguir. Mesmo sem saber, você, meu Leo, foi meu grande incentivador. Lia, minha maior satisfação é saber que posso ser um exemplo para você, que começou a sua vida acadêmica agora e na mesma casa que me acolheu por tantos anos.

Aos meus pais, Leopoldo e Madalena, por me darem a vida e o incentivo para estudar e progredir. Para além disso, o amor, auxílio e proteção.

Agradeço também à Secretaria Municipal de Educação (SEMED), em especial a gentil senhora Aldrey Noronha, responsável pelo **Programa Qualifica**, por me conceder licença remunerada das minhas obrigações docentes, indispensáveis para conseguir desenvolver a pesquisa.

À Secretaria de Estado da Educação e Desporto Escolar (SEDUC), igualmente, embora a minha licença remunerada para estudo tenha sido resultado de muita luta e persistência, já que a Secretaria dificulta ao máximo a aquisição desse nosso direito.

À Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e em especial ao Departamento de História, que me acolheu desde a graduação. Ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) e aos queridos professores Davi Avelino, Luis Balkar, Maria Luiza, Cesár Queiroz, Almir Diniz, Glauber Biazó, Júlio Cesar e Patrícia Melo, que fizeram parte dessa jornada e me ofereceram a oportunidade de ampliar meus conhecimentos históricos e minha relação com a pesquisa. Ao Secretário Jailson, sempre solícito e disposto a ajudar os alunos nas questões burocráticas que esse processo envolve.

À FAPEAM (Fundo de Amparo à pesquisa do Amazonas) por me conceder, mesmo que por menos tempo que o previsto, bolsa de estudo, para auxiliar nas despesas com a pesquisa.

Ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), na pessoa do Sr. Geraldo dos Anjos, que me recebeu nesse arquivo depois de mais de três anos fechado para pesquisa, me ajudou com as fontes e encarou a “missão” de achar o diploma de Deputada de Maria de Miranda Leão, sem nem ter pistas de por onde começar a procurar. Gratidão pela importante ajuda!

Aos responsáveis pela Biblioteca Arthur Reis e pela Biblioteca Mário Ypiranga, ambas localizadas no Centro Cultural dos Povos da Amazônia (CCPA), que ainda sob os cuidados por conta da pandemia, me permitiram a consulta em seus acervos e auxílio nas fontes.

Ao Arquivo Público do Estado, especialmente ao Sr Nonato, dedicado funcionário que pacientemente recebe os pesquisadores e se dispõe a ajudar no que for preciso, oferecendo inclusive boas orientações sobre as fontes disponíveis nesse lugar.

Ao Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas, na pessoa do historiador Juarez Silva por autorizar a consulta no acervo desse lugar.

À professora Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro, que me acompanhou na pesquisa desde o PIBIC, duas décadas atrás, e só largou a minha mão agora no fim do doutorado por questões de saúde. Sua orientação, auxílio e suas palavras carinhosas de incentivo sempre me permitiram acreditar que seria possível. Obrigada professora por tudo! Espero ter retribuído a contento.

Às professoras Dra Mônica Karawejczyk e Patrícia Rodrigues Silva que me ajudaram a repensar a pesquisa no âmbito do Exame de Qualificação. Suas sugestões e críticas trouxeram muita contribuição para o enriquecimento desta pesquisa. Professora

Patrícia, agradeço por assumir a condução da minha orientação no final da jornada.

Aos professores que compuseram a minha banca de defesa, professores (as) doutores (as) Luciano Teles, César Queirós, Teresa Marques e Mônica Xavier, agradeço as arguições e as relevantes contribuições.

Aos colegas da minha turma (2019), pioneira do doutorado em História da UFAM, pela satisfação do convívio e aprendizado com vocês. E aos demais colegas que o programa me apresentou e que tiveram importantes contribuições nesse processo, em especial Dhyene Vieira e Josivaldo Jr, pela importante ajuda nos arquivos. Gratidão à vocês!

À minha amiga-irmã-comadre, Jordana Caliri, com quem compartilho desde a graduação, estudo, alegrias, tristezas, conquistas e a vida. Seu incentivo e disponibilidade para estar sempre perto são muito importantes para mim.

À amiga Priscila Daniele, que além do incentivo que sempre me ofereceu, também me ajudou com fontes e orientações. Nesse período de doutoramento, nós quase a perdemos para um AVC e enquanto ela esteve lutando pela vida eu travei na escrita e na pesquisa. Graças à Deus se recuperou e assim como eu, conseguiu vencer o doutorado.

À querida Adriana Barata, amiga doutora que sempre esteve presente de alguma forma nessa pesquisa, fosse me presenteando com fontes e referências bibliográficas e principalmente por ter “falado sobre mim” e sobre a minha admiração pela profa Mônica Karawejczyk, sua professora na PUC/RS e posteriormente ter me apresentado à ela.

Às amigas Victoria Jael, Karen França, Vanessa Cidrônio, Márcia Népole e Flávia Dias por me proporcionarem momentos de descontração para rir, falar besteira e tomar gin.

Em fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram nesse processo. Gratidão sempre!

Resumo

O direito ao sufrágio foi o desejo que moveu brasileiras desde os finais do século XIX. Após a conquista de educação e trabalho, o voto e a elegibilidade representavam a conquista que permitiria que muitos outros direitos se tornassem realidade e transformassem a condição feminina no país. Ao movimento feminista organizado, liderado principalmente pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) e suas sucursais estaduais, cabe o sucesso da conquista ocorrida por meio do decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Em 1933 e 1934 ocorrem eleições pelo país e as mulheres puderam votar e serem votadas pela primeira vez. Em vários estados brasileiros, mulheres foram eleitas para cargos de deputadas, enfrentando diversos estigmas e quebrando preconceitos para cumprirem seu mandato e ter voz ativa numa seara majoritariamente masculina. O Amazonas também está entre os Estados brasileiros pioneiros a eleger uma deputada e ter uma representante feminina na elaboração da nova Constituição Estadual, promulgada em 1935. Coube à Maria de Miranda Leão, a “mãezinha”, uma feminista conservadora, esse pioneirismo em defender os anseios da mulher amazonense. Nesse contexto, este trabalho apresenta as nuances da inserção feminina no mundo público e político no Estado do Amazonas, apresentando os protagonistas e discutindo a agência das mulheres que estiveram envolvidas nesse processo.

Palavras Chaves: Sufrágio; Elegibilidade, Feminismo, Maria de Miranda Leão.

Abstract

The right to suffrage was the desire that motivated Brazilian women since the end of the 19th century. After achieving education and work, voting and eligibility represented the achievement that would allow many other rights to become reality and transform the female condition in the country. The organized feminist movement, led mainly by the Brazilian Federation for Women's Progress (FBPF) and its state branches, is responsible for the achievement that occurred through decree 21.076, of February 24, 1932. In 1933 and 1934 elections took place across the country and they were able to vote and be voted for the first time. In several Brazilian states, women were elected to deputy positions, facing various stigmas and breaking prejudices to fulfill their mandate and have an active voice in a field that is mostly male. Amazonas is also among the pioneering Brazilian states to elect a deputy and have a female representative in the drafting of the new State Constitution, promulgated in 1935. It was up to Maria de Miranda Leão, the "little mother", a conservative feminist, this pioneering spirit in defending the desires of Amazonian women. In this context, this work presents the nuances of female insertion in the public and political world in the State of Amazonas, presenting the protagonists and discussing the agency of the women who were involved in this process.

Keywords: Suffrage, Eligibility, Feminist, Maria de Miranda Leão.

Lista de Imagens

IMAGEM 1. Scenas futuras.....	64
IMAGEM 2. Diretoria da Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra.....	73
IMAGEM 3. Nilo Peçanha discursa no Teatro Amazonas, 1921.....	78
IMAGEM 4. Berenice Prates.....	84
IMAGEM 5. Raymunda Chevalier.....	87
IMAGEM 6. Alcina Lima Verde, 1913.....	97
IMAGEM 7. Sessão litero-artística da FAPF.....	102
IMAGEM 8. A Sufragista.....	114
IMAGEM 9. “Uma por dia”, JC.....	123
IMAGEM 10. “Uma por dia”, JC.....	125
IMAGEM 11. Senador Lopes Gonçalves, 1916.....	132
IMAGEM 12. Senador Barbosa Lima, s/d.....	139
IMAGEM 13. Senador Silvério Nery, s/d.....	141
IMAGEM 14. Senador Aristides Rocha, 1929.....	143
IMAGEM 15. Anúncio de alistamento eleitoral.....	151
IMAGEM 16. Capa da Revista Garota, 1931.....	155
IMAGEM 17. Modelo de título eleitoral na década de 1930, Amazonas.....	157
IMAGEM 18. Qualificação Ex-officio da sra Maria Queiroz Ramos.....	160
IMAGEM 19. Zonas Eleitorais no Amazonas 1933.....	164
IMAGEM 20. Foto oficial da Deputada Maria de Miranda Leão.....	186
IMAGEM 21. Enfermeira Maria de Miranda Leão.....	189
IMAGEM 22. Maria de Miranda Leão, enfermeiras e crianças internadas na casa Dr. Farjardo.....	191
IMAGEM 23. Maria de Miranda Leão com crianças do Abrigo Menino Jesus....	192
IMAGEM 24. Fotografia enviada à Bertha Lutz por Maria de Miranda Leão.....	203
IMAGEM 25. Maria de Miranda Leão no Gabinete do Ministro da Justiça.....	229
IMAGEM 26. Maria de Miranda Leão saudando Getúlio Vargas.....	235
IMAGEM 27. Maria de Miranda Leão entre participantes do 3º Congresso Feminino da FBPF em audiência com o presidente Getúlio Vargas.....	239
IMAGEM 28. Maria de Miranda Leão e outros participantes do 3º Congresso da FBPF.....	242
IMAGEM 29. Maria de Miranda Leão e outros participantes do 3º Congresso	243

Lista de Quadros

QUADRO 1. Diretoria da FAPF eleita para o biênio 1932-1934.....	88
QUADRO 2. Balancete do Movimento Financeiro da FAPF, de janeiro a julho de 1936.....	92
QUADRO 3. Mulheres registradas como eleitoras.....	161
QUADRO 4. Zonas eleitorais e seus respectivos municípios no Amazonas 1933.....	165
QUADRO 5. Quantitativo de eleitores inscritos no Amazonas.....	166
QUADRO 6. Mulheres eleitas no pleito de 1934.....	177

Lista de abreviações e siglas

AIB - Ação Integralista Brasileira

FAPF - Federação Amazonense Pelo Progresso Feminino

FBPF - Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino

JC – Jornal do Commercio

LEC – Liga Eleitoral Católica

LEI – Liga Eleitoral Independente

PLA – Partido Liberal do Amazonas

PRA - Partido Republicano do Amazonas

PRRA - Partido Radical Republicano Amazonense

PRF – Partido Republicano Feminino

PSA - Partido Socialista Amazonense

PTA - Partido Trabalhista do Amazonas

SIAN - Sistema de Informação do Arquivo Nacional

SAP - Sociedade Amazonense de Professores

Sumário

Considerações iniciais.....	17
Capítulo 1	
Eva moderna: Transgredindo a norma e buscando igualdade.....	35
1.1. A nova mulher: antítese da feminilidade?.....	36
1.2. “mulheres modernas” no contexto manauara do início do século XX.....	54
Capítulo 2	
A agência e o associativismo das “damas da sociedade” manauara.....	67
2.1. Associativismo feminino e suas vertentes em Manaus.....	68
2.2. “ <i>viribus units</i> ”: A Federação Amazonense pelo Progresso Feminino na campanha pelos direitos da mulher.....	81
2.2.1 <i>Mulheres da FAPF: agência e trabalho</i>	85
2.2.2 <i>Relações políticas e sociais da FAPF</i>	98
2.2.3 <i>A FAPF e a Assistência Social</i>	102
Capítulo 3	
Impressões amazonenses sobre o direito feminino de votar.....	106
3.1 O sufrágio feminino e os embates na imprensa amazonense.....	108
3.2 Posicionamentos políticos amazonenses sobre o voto feminino na casa das leis.....	129
Capítulo 4	
Eleitoras e elegíveis: o protagonismo feminino na política dos anos 1930.....	148
4.1 Mobilização, luta e alistamento eleitoral pós 1932: “o caminho mais seguro para as futuras reclamações.....	148
4.2 alistamento eleitoral feminino no Amazonas.....	153
4.3 As primeiras experiências femininas na política.....	167
4.3.1 <i>Eleições para a Assembleia Nacional Constituinte – 1933</i>	167
4.3.2 <i>Eleições para as Assembleias Constituintes Estaduais – 1934</i>	175
4.4 A eleição de 1934: vitória das amazonenses.....	179
Capítulo 5	
De sacerdotisa a mandatária: o pioneirismo feminino na política amazonense e a trajetória de Maria de Miranda Leão.....	185
5.1 “Os Miranda Leão, quebra, quebram, mas não vergam”.....	187
5.2 A “sacerdotiza do bem”: vida pública e assistencialismo da mãezinha.....	190

5.3 Ação Católica: campo de ação feminina.....	195
5.3.1 A representante da Liga Eleitoral Católica – LEC.....	196
5.4 Uma “feminista bem feminina”.....	201
5.5 Anti comunista, sim. Integralista, talvez!.....	207
5.5.1 O anticomunismo e o Catolicismo militante.....	207
5.5.2 O flerte com o integralismo.....	217
5.6 Fatos e atos da mãezinha na tribuna amazonense.....	221
5.7 A mandatária amazonense”.....	233
5.8 Muitos planos, novos rumos em 1937.....	244
Considerações Finais.....	251
Referências Bibliográficas Fontes.....	255
Fontes.....	270
Anexo 1.....	275
Anexo 2.....	285
Anexo 3.....	288
Anexo 4.....	290

Considerações Iniciais

A história das mulheres é uma história de exclusão, de apagamentos, de sabotagens, de desvalorizações. Para se atacar a luta das mulheres, que historicamente leva o nome de feminismo, é preciso que nosso protagonismo seja negado. É preciso fingir que nunca lutamos. Por isso é tão relevante conhecer a nossa história.¹

Ao longo da história da humanidade e até pouco tempo, as mulheres estiveram alijadas do conceito universal de cidadãos, assim como também do mundo público e político. Eram consideradas “cidadãs passivas, como as crianças, os pobres e os estrangeiros”².

O Direito Constitucional define cidadania como um *status* ligado ao regime político, acrescido dos direitos políticos, entendidos como o direito de participar do processo governamental, especialmente por meio do voto. É a cidadania que “qualifica os participantes da vida do Estado, é atributo das pessoas integradas na sociedade estatal, atributo político decorrente do direito de participar no governo e direito de ser ouvido pela representação política”.³ O cidadão, é, portanto, um sujeito pleno e igual, com direitos e deveres num Estado.

Assim sendo, a ideia de cidadania plena e de democracia efetiva estava relacionada com a conquista de direitos políticos, via sufrágio. Como conceito, “o Sufrágio é um dos principais institutos dos direitos políticos, o qual abrange tanto o direito de votar quanto o direito de ser votado”⁴. Comumente, as expressões “sufrágio” e “voto” são empregados indistintamente, como sinônimos. Entretanto, “a doutrina estabelece a diferença entre os termos: o sufrágio é o direito, enquanto o voto é o exercício”⁵. O voto é o poder de escolha, é elemento nivelador no campo político, é o

¹ LERNER, Gerder. **A criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019. p.22.

² PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p.329

³ SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 37a ed rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2013. 934p. Apud: SANTOS, Luiza Chaves, **Sufrágio feminino e democracia no Brasil**. Monografia de Conclusão de curso de Direito. PUC, RJ: 2017. p. 18.

⁴ SANTOS, Luiza Chaves. **Sufrágio Feminino e democracia no Brasil**. Monografia de conclusão do Curso de Direito. PUC/RIO, Rio de Janeiro, 2017. p.18.

⁵ idem. Ibidem.

direito supremo do cidadão, é o exercício do poder social⁶, é a expressão da igualdade de direitos no exercício da cidadania.

Para José Murilo de Carvalho, cidadania plena deve combinar liberdade, participação e igualdade para todos e deve ser a somatória de três tipos de direitos: os direitos civis, políticos e os direitos sociais. O cidadão incompleto é aquele que possui apenas alguns desses direitos e o cidadão integral ou pleno é aquele que possui esses três direitos. No entanto, o autor avalia que é “um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível”, mas que serve de parâmetro para julgar a qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico.⁷ Para o autor, pensar direitos políticos é pensar em direito ao voto. Sem direitos políticos e sociais, até os anos 1930, seguindo a classificação de Carvalho, as mulheres no Brasil eram cidadãs incompletas.

Quando as mulheres tomaram consciência de si, compreenderam que o voto deveria constituir parte intrínseca de seus direitos, sendo este reconhecido como um instrumento de conquista e igualdade de outros direitos pelos quais também lutavam. Era o passo inicial, pois sem o sufrágio, as mulheres não poderiam ser verdadeiramente iguais⁸. O sufrágio é o símbolo primeiro da cidadania⁹, a “chave de acesso”¹⁰ para as mudanças e para outros direitos pelos quais as mulheres estavam lutando, e dava-lhes o reconhecimento de ter as mesmas condições que os homens para gerir a vida coletiva¹¹. Considerava-se, portanto, que o sufrágio era um símbolo da cidadania liberal¹², equipararia os gêneros e seria uma via de acesso aos espaços de poder e de tomada de decisão.

Entretanto, a luta feminina pela sua inclusão na categoria “cidadãos”, como mencionado por Carole Pateman¹³, não foi tarefa fácil para as mulheres nem no Brasil e

⁶ SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 9.

⁸ PERROT, Michelle. **As Mulheres Públicas**. Op. cit., p. 129-130.

⁹ PATERMAN, Carole. **Garantir a cidadania das mulheres: A indiferença e outros obstáculos**. Op. Cit. p.29.

¹⁰ BESTER, Gisela Maria. **A luta sufrágica feminina e a conquista do voto pelas mulheres brasileiras: aspectos históricos de uma caminhada**. Argumenta Journal Law, Jacarezinho – PR, Brasil, 2016. n. 25. p. 330-333.

¹¹ BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. p 93.

¹² PATERMAN, Carole. **Garantir a cidadania das mulheres: A indiferença e outros obstáculos**. Op. Cit. p.30.

¹³ PATERMAN, Carole. **Garantir a cidadania das mulheres: A indiferença e outros obstáculos**. Op. Cit,

nem no mundo. A luta por cidadania política percorreu um longo caminho, cheio de obstáculos enfrentados, resistência, preconceitos, mas que se mostrou de muita persistência e altivez. Algumas dessas questões estavam diretamente relacionadas com a resistência aos direitos políticos femininos e ao movimento sufragista: a primeira refere-se ao fato da conquista desse direito marcar a ruptura da dicotomia público/privado secularmente estabelecido nas sociedades, oferecendo perigo para as próprias mulheres pois negaria “o pressuposto secular de que [elas], por natureza, servissem apenas para a vida privada”¹⁴, já que o “voto não se compatibilizava com o mundo dos sentimentos e do lar e marcava uma fissura definitiva na esfera masculina”¹⁵; essas questões faziam parte de um discurso que pregava diferença sexual, determinando que certas atividades e atribuições não faziam parte da “natureza feminina”, devendo ser exclusiva do sexo masculino e que, portanto, era um equívoco e inatural querer atribuí-las às mulheres. Joan Scott analisa que:

quando se legitimava a exclusão com base na diferença biológica entre o homem e a mulher, estabelecia-se que a “diferença sexual” não apenas era um fato natural, mas também uma justificativa ontológica para um tratamento diferenciado no campo político e social¹⁶

Dessa feita, a autora sinaliza que as feministas protestavam contra a exclusão política das mulheres, “argumentando que não havia ligação nem lógica nem empírica entre o sexo do corpo e a aptidão pelo engajamento político”¹⁷ e objetivavam eliminar as diferenças sexuais, que “não sinalizavam maior ou menor capacidade social, intelectual ou política”¹⁸.

Quase um século depois da conquista do voto feminino no Brasil, ocorrida em 1932, ampliando a cidadania feminina ao conceder-lhes o direito de participar da vida política do seu país, ainda é desconhecida para algumas pessoas como essa conquista desprende forças, ultrapassou décadas e dividiu a sociedade. É importante conhecer que nesse processo, as defensoras do sufrágio feminino foram ridicularizadas, enfrentaram chacotas, preconceitos e tiveram que convencer que ter o direito de exercer a cidadania,

p. 179.

¹⁴ COLLING, Ana Maria. **A Construção da Cidadania da mulher brasileira: Igualdade e Diferença**. Op. Cit. p. 32.

¹⁵ HAHNER, June. **Emancipação do Sexo Feminino**. Op. cit., p. 156.

¹⁶ SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Op.cit. p.26

¹⁷ Idem. Ibidem. p.18

¹⁸ Idem, p.26

não as fariam “menos mulheres” e que a função em seus “papéis sociais” estaria garantida, já que uma coisa não impediria a outra. A luta pelo sufrágio sucedeu outras lutas e conquistas, como a educação e o trabalho nas primeiras décadas do século XX. Esses acontecimentos marcaram a ampliação dos espaços de atuação feminina ao inserir “a nova mulher” - expressão usada por Hobsbawm na obra “A era dos Impérios”¹⁹ -, na esfera pública.

O forte patriarcalismo e conservadorismo da sociedade brasileira foram barreiras difíceis de serem contornadas e estava impregnado nas concepções que eram propagadas. Alegavam entre muitas coisas que “o voto das mulheres consistia em uma redundância, porque já eram legalmente representadas pelos maridos eleitores”²⁰ e, aliado a isso, algumas outras questões eram levantadas com a possibilidade do voto feminino, visto sempre com desconfiança por seus opositores: ele poderia desagregar a família, pois “ao exercer esse direito, a mulher estaria subvertendo a ordem natural e universal dos sexos”²¹ e porque ponderava-se que “a mulher não tinha liberdade em relação ao marido para formar a sua própria opinião”²². Para a autora Maria Helena Frota, isso explica a resistência masculina em aceitar o movimento sufragista feminino no mundo inteiro, aliada a ideia de que “aceitar o voto significaria dividir o poder, a decisão, o mando sobre os grupos sociais na sociedade”²³ além de oferecer “uma promessa de igualdade, de um tratamento mais justo para as mulheres”²⁴. Convém destacar que a possibilidade dos direitos políticos femininos horrorizava muitos brasileiros, homens e mulheres, “não apenas pela ideia incômoda de mulheres eleitoras, mas também o espectro de mulheres políticas que excitava a imaginação masculina”²⁵. Nesse sentido,

[...] a oposição ao sufrágio feminino no Brasil baseou-se na suposta nobreza, pureza e domesticidade das mulheres, suposições levadas ao extremo pelos positivistas, tanto dentro como fora das assembleias [...]. A mulher deveria ser um anjo confortador, companheira amorosa de seu

¹⁹ HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

²⁰ Idem, *ibidem*.

²¹ COLLING, Ana Maria. **A Construção da Cidadania da mulher brasileira: Igualdade e Diferença**. Op. Cit p..17

Idem, *ibidem*. p.7

²² Discurso de Assis Brasil, reformador da República. In: PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do Feminismo no Brasil**. Op. cit., p. 29.

²³ FROTA, Maria Helena de Paula. **Igualdade/diferença: o paradoxo da cidadania feminina segundo Joan Scott**. Op.cit. p. 51

²⁴ AZEVEDO, Josefina Álvares. Voto Feminino. In: KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar. Dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932)**. Tese Doutorado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. p. 82.

²⁵ HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas**. p. 78

homem e a deusa do lar, mas nunca sua adversária ou rival na luta cotidiana da vida. Para os positivistas, a mulher constituía a parte moral da sociedade, a base da família, que por sua vez era a pedra fundamental da nação.²⁶

Diante desse pressuposto, defendia-se que a política deveria ser território exclusivo dos homens, dado a incompatibilidade da natureza feminina com as atividades políticas. Como observou Michelle Perrot, “a exclusão das mulheres da política parecia tão natural que não representava um problema”²⁷ e quando passou a representar, foi veementemente combatida por seus opositores, pois para a sociedade da época, a política era

uma profissão de homens, concebida e organizada no masculino. Em seus ritos, em seus ritmos, em seus horários, em suas formas de sociabilidade, em sua apresentação de si, que molda também a expectativa do público, eventualmente decepcionado por ser representado por uma mulher.²⁸

O sufrágismo foi a principal bandeira de luta feminista em várias partes do mundo desde o século XVIII. Aqui no Brasil, as reivindicações pelo direito ao sufrágio tiveram início por volta do final do século XIX, de maneira mais individualizada e motivada pela possibilidade de o direito ao voto ser estendido às mulheres com a nova Constituição Brasileira, em 1891, a primeira da República²⁹. Após intensos debates pro e contra durante a Constituinte, o direito não foi estabelecido. De fato, conforme Scott,

Foi em momentos revolucionários ou de transformações constitucionais que a questão dos direitos políticos esteve mais aberta a discussões, e foi sob governos republicanos que a extensão e a universalidade do sufrágio puderam ser contestadas³⁰

Nas décadas seguintes, o movimento sufragista ganhou força e se tornou um movimento coletivo e organizado, a partir da fundação de associações femininas, entre elas o **Partido Republicano Feminino (PRF)**, fundado em 1910, por Leolinda Daltro e a **Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF)**, associação fundada por Bertha Lutz, em 1922, que se constituiu como a maior associação feminista do país. Essas

²⁶ HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas**, p. 85.

²⁷ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Op. Cit. p.328

²⁸ Idem. **As Mulheres Públicas**. São Paulo: Unesp, 1998. p. 129-130.

²⁹ Embora não houvesse nem concessão nem negação explicitado direito ao voto feminino na Constituição, essa omissão do texto deu margem para que a tradição conservadora e patriarcal brasileira prevalecesse.

³⁰ SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Op. Cit. p. 43

associações embora opostas em suas ideologias³¹, foram essenciais para o sucesso do movimento que culminou na instituição do voto no ano de 1932. Reverbera-se que, as mulheres, “conscientes do tempo e do espaço em que estavam inseridas, seguiram a trilha mais adequada para atingir seus alvos”³². Conquistado o direito, o movimento sufragista continuou atuando para que as mulheres tornassem eleitoras e candidatas aos cargos políticos.

No Amazonas, a criação da Federação Amazonense pelo Progresso feminino, ligada à FBPF, em 1932, reunia importantes nomes do meio social manauara e articulava-se à luta nacional buscando alianças políticas locais. A referida associação foi a única associação existente em Manaus até a década de 1930, com ideias feministas. A tardia manifestação das amazonenses em prol da luta por direitos pode ser explicada em partes pela histórica estrutura patriarcal do Estado.

A primeira pergunta que norteou a ideia dessa pesquisa foi: “que mulheres lutaram por direito à cidadania e voto no Brasil”? seguida de uma outra: “o que caracterizava o movimento feminista por cidadania e voto”? a resposta trazida nesse estudo é que ele se fez diante de raça e classe, pois foi um movimento eminentemente branco e burguês, composto por mulheres com acesso à educação, com privilégio de classe, com algum grau de influência social e política, e algumas delas ligadas a algum campo profissional, inclusive cargos públicos³³. Daí a crítica que se fazia ao movimento por ele não representar as necessidades das mulheres de outras raças como a negra, por exemplo e de outras classes sociais. É interessante dizer também que a maioria dessas mulheres defendiam mudanças menos radicais no que dizia respeito aos papéis sociais das mulheres, podendo conciliar sem problema algum o cuidado com os filhos, casa e

³¹ Se um era considerado subversivo, exagerado e louco, o outro era acusado de ser conservador para adaptar-se a uma sociedade atravessada por valores e relações patriarcais, pois evitava contrapor-se à sociedade e à família, no intuito de se tornar aceito e respeitado pelas elites governantes diferentemente das estratégias, muitas vezes violentas, como as adotadas pelas *suffragettes* inglesas, por exemplo. Faz parte dessas críticas também a supervalorização da maternidade e da mulher como colaboradora do homem³¹ como argumento para a aquisição de direitos. SOIHET, Rachel. “Transgredindo e conservando, mulheres conquistam o espaço público: a contribuição de Bertha Lutz. **Labrys- estudos feministas**. Brasília, v.2, nº1, julho-dezembro 2002.

³² Idem, ibidem p. 107

³³ Professoras eram a maioria. A historiografia atual tem apresentado a participação, por mínima que seja, de mulheres com outros estereótipos. Almerinda Farias Gama³³, por exemplo, sindicalista, é considerada uma das poucas mulheres negras e pobres que lutaram pelo direito a participação política no início do século passado. Almerinda “era um ponto fora da curva em um grupo formado majoritariamente por mulheres brancas com privilégio de classe”. TENÓRIO, Patrícia Cibele. Almerinda Farias Gama: A Sufragista negra pioneira que a História silenciou, p.73. In: PRESTES, Ana (org) **100 anos da luta das mulheres pelo voto**. Porto Alegre: Instituto e se fosse vc? 2021.

marido com o exercício da cidadania. Eram mulheres também que “expressavam orgulho por um movimento feminista brasileiro que alcançasse seus objetivos sem a violência e a hostilidade antimachista vista nos Estados Unidos e na Inglaterra”³⁴. Além do mais, havia divergências entre as feministas quanto o encaminhar do movimento. As socialistas e anarquistas inclusive, alegavam que as pautas de reivindicações operárias não eram levadas em consideração. Na Europa, nos EUA e no Brasil isso era realidade. Somente a partir da década de 1960, é que vemos uma aproximação do movimento feminista com as pautas do socialismo, de gênero, patriarcado e raça. Algo que se denominou neofeminismo. Para Bourdieu, o feminismo do século XX tem uma relevante missão social que é a necessidade de assumir o papel de questionar todas as formas de discriminação social.³⁵

No entanto, a luta sufragista não se fez de forma simplória. As mulheres envolvidas nessa luta empenharam-se em construir redes de apoio e articulações de poder, algo muito próprio dessas mulheres, muitas delas inseridas no meio social que as favorecia.

Os caminhos da tese

Desde criança sempre me chamou atenção mulheres “a frente do seu tempo”, as “transgressoras” da moral e dos costumes, que enfrentavam família, sociedade e igreja para realizar seus sonhos pessoais, conquistar direitos e lutar por igualdade no âmbito de uma sociedade marcadamente conservadora, patriarcal, machista e misógina, que reiterava a assertiva que os papéis sociais já estavam definidos para as mulheres. A admiração por essas mulheres e a curiosidade por seus protagonismos foram transformados em pesquisa histórica na vida acadêmica.

Buscou-se com essa tese dar continuidade aos estudos iniciados no curso de Especialização em História, mas potencializados no Mestrado, sobre as mudanças na condição feminina nas primeiras décadas do século XX, dando ênfase à sua inserção na esfera pública e na sua luta por direitos há séculos privilégio dos homens. Dessa forma, a dissertação de curso de mestrado defendida em 2010³⁶ objetivou apresentar como ocorreu

³⁴ HAHNER, June. E. **A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Op.cit. p. 100

³⁵ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

³⁶ Dissertação intitulada: **Trabalho e Emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)**. UFAM, 2010.

em Manaus o ingresso das mulheres na educação superior, a busca por uma educação profissionalizante, além da busca por trabalho remunerado, aproveitando as oportunidades oferecidas com o desenvolvimento econômico do Estado a partir da extração do látex no início do século passado. Essas mulheres romperam barreiras e estigmas em voga e através de suas lutas, foram conquistando muitos direitos pretendidos e paulatinamente conseguiram ocupar espaços até então tidos como exclusivamente masculino. Todas essas questões eram entendidas como “frutos do advento da modernidade” e do processo emancipacionista feminino que tanto incomodava a sociedade conservadora de então, por ameaçar o poder instituído. É dessa forma que, após as conquistas de educação e trabalho remunerado, as mulheres galgaram o direito de poder participar das decisões políticas do país por meio do sufrágio e em busca de elegibilidade. Só assim entendiam que teriam igualdade de direitos promovendo a transformação de suas existências. Portanto, contemplou-se os dois primeiros eixos na dissertação de mestrado, ficando as questões sobre o sufrágio feminino brasileiro para uma pesquisa posterior, já que sua análise precisaria ser mais ampla.

O movimento sufragista não é uma temática nova na historiografia nacional. Nas últimas 2 décadas ela despertou muito interesse nos historiadores por todo o Brasil (mas especialmente no eixo Sul-Sudeste) e diversos trabalhos de graduação e pós-graduação foram publicados permitindo o conhecimento sobre as lutas femininas nessas regiões, mapeando o longo caminho percorrido pelas militantes do movimento, analisando os percalços enfrentados e resgatando a história de vida das pioneiras. No entanto, no cenário local ainda há muitas lacunas a serem preenchidas, ainda carecemos de mais pesquisas que se debrucem sobre essa história de tamanha relevância acadêmica e social. Essa ausência trouxe muitas inquietações, incertezas e questionamentos sobre se houve manifestações no Amazonas a favor ou mesmo contra o sufrágio feminino e de que forma a questão da cidadania e, mais diretamente, da conquista dos direitos políticos da mulher foram aqui tratados.

Diante disso, ao delimitar o tema do projeto de tese, no ano de 2019, levou-se em consideração alcançar dois objetivos na pesquisa: o primeiro, dada a existência de grande lacuna historiográfica sobre o tema no Amazonas, buscar iniciar a construção de uma narrativa sobre a luta feminina/feminista por cidadania e direitos políticos, destacando as

manifestações a favor ou mesmo contra o sufrágio feminino, buscando perceber como ocorreram as relações de gênero nesse processo, no Brasil e mais especialmente no Amazonas. O segundo objetivo era buscar identificar a participação das amazonenses nas eleições e dar visibilidade aos personagens envolvidos nesse processo, destacando o protagonismo e agência das amazonenses até então silenciadas pela historiografia local. Como destaque, era imprescindível iniciar a construção de uma narrativa sobre os passos de Maria de Miranda Leão, primeira deputada estadual no Amazonas e de tamanha importância política, religiosa, social e histórica para o Amazonas e para as lutas femininas/feministas no país. Os dois objetivos puderam ser alcançados, contribuindo para a escrita historiográfica, muito embora a ausência de fontes e arquivos fechados tenham me permitido responder menos questionamentos do que eu pretendia.

O recorte cronológico adotado na pesquisa tomou por base um período que se estende de 1890, quando se identifica na imprensa periódica a representação acerca das primeiras manifestações das sufragistas no Brasil, e 1937 marcando a perda do mandato de Maria de Miranda Leão, primeira deputada amazonense, em consequência do fechamento do poder legislativo no país ocorrido com a promulgação do Estado Novo.

A pesquisa está concentrada na perspectiva teórico-metodológica dos estudos de gênero, história das mulheres e do feminismo. Para a construção das bases teóricas dessa pesquisa, pudemos contar com a contribuição, legado e inspiração de importantes trabalhos e autores. Tanto na dissertação de mestrado como agora na tese de doutoramento, trabalhamos a partir da concepção de Michelle Perrot sobre o termo público presente no livro “Mulheres Públicas”³⁷. Neste livro, o termo tem dois sentidos: a esfera pública por oposição à esfera privada, e os laços que tecem e fazem a opinião pública. As mulheres que adentraram no espaço público por meio da educação, trabalho ou vida política, nossos sujeitos da pesquisa, foram as mulheres que receberam estereótipos, que enfrentaram preconceito e discriminação, que tiveram, na maior parte das vezes, seus interesses e sonhos “traduzidos” e representados pelos homens, principais donos das escritas e das falas. A leitura do clássico “As Mulheres ou os silêncios da História”, da mesma autora, foi de fundamental importância para a reflexão sobre os muitos silêncios femininos, presentes em suas trajetórias e nas relações entre os gêneros.

O conceito gênero apresentado no Brasil no início dos anos 90 por meio da tradução do artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, de Joan Scott,

³⁷ PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

marcou um novo momento na pesquisa histórica, pois permitiu as modificações dos paradigmas da História, resultando não apenas em uma “nova História das Mulheres, mas em uma Nova História”³⁸, já que a ênfase deixava de ser dada por sobre os sujeitos, na perspectiva de desconstrução das ideias do que é ser um homem e/ou ser uma mulher, para passar a enfatizar “as relações entre os sujeitos”, apontando-se para a dimensão relacional e culturalmente construída das diferenças humanas. O Gênero apresenta-se como a melhor ferramenta para analisar as diferenças entre os sexos e dentro dos sexos, pois “permite visibilizar e analisar, de uma forma mais integral, o passado que ainda aparece parcial e masculinizado pela historiografia tradicional”³⁹. Nesse conceito, segundo Scott, o gênero é constituído por relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, por sua vez, constituem-se no interior de relações de poder⁴⁰. Foi a partir dessa concepção que a pesquisa tratou as questões envolvendo a relação entre os homens e as mulheres ou entre os pares. A leitura de “modernizando a desigualdade”, de Susan Besse nos permitiu pensar sobre as mudanças ocorridas nos papéis de gênero e o quanto essa questão provocaram embates sociais.

Dois dos trabalhos mais importantes sobre a questão da luta feminina pela igualdade de direitos são os livros da brasilianista June Hahner. O primeiro foi intitulado “A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas”, publicado em 1981 e o segundo, de 1990, “Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil”. Nas obras, que tem o mesmo recorte historiográfico⁴¹, a autora analisa as primeiras manifestações emancipacionistas que ocorreram no Brasil a partir da segunda metade do século XIX e permitiram a conquista de direitos pelas mulheres brasileiras entre eles a educação, o trabalho remunerado o direito de votar e ser votada, fatos que ajudaram a eleição de algumas mulheres para cargos políticos em algumas regiões no país. O pioneirismo de Hahner sobre o tema impulsionou a produção de muitos outros trabalhos nos anos posteriores e como consequência temos hoje uma rica bibliografia que discute os protagonismos e os caminhos percorridos em direção à conquista desses direitos.

³⁸ SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. Mulher e Educação: **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol.15, n.2, julho/dezembro, 1990.

³⁹ VAZQUEZ, Maria Laura Osta. **Na Fronteira do Voto: Discursos sobre cidadania e moral no debate do sufrágio das mulheres no Brasil e no Uruguai durante a primeira metade do século XX**. Tese de Doutorado. UFSC, 2014. p.15

⁴⁰ SCOTT, Joan. “Gênero, uma categoria útil de análise histórica”. **Mulher e Educação**. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, vol.15, n.2, julho/dezembro, 1990.

⁴¹ a segunda metade do século XIX e a primeira do XX.

Muitos desses trabalhos fizeram parte da minha leitura para a construção dessa narrativa que apresento.

No campo epistemológico, **cidadania e sufragismo** são dois conceitos fundamentais que perpassam toda a investigação proposta na pesquisa. Ambos os conceitos estão interligados, se completam e permeiam a luta que moveu (e move!) as mulheres no Brasil e em outros países, pelo direito de exercer sua cidadania e participar do mundo público e político a partir do final do século XIX. Foi necessário compreendermos o que cidadania representava para as mulheres, não só aqui no Brasil, mas como em todo o mundo. E ao mesmo tempo, era imprescindível conhecer o significado histórico do próprio conceito de cidadania. Portanto, para conceituar cidadania e análises sobre a luta feminina por ela, destaco especialmente as contribuições de Joan Scott, Ana Maria Colling, Carla Pinsky e Joana Pedro, nas obras “Cidadã Paradoxal”, “Cidadania da Mulher Brasileira: uma genealogia” e “História da Cidadania”, respectivamente. Nessas obras, foram discutidos a origem e o significado do termo, suas representações em diferentes momentos da história, suas modificações no curso do tempo, seu alcance e de que forma as mulheres, excluídas até pouco tempo atrás, questionaram a sua exclusão e lutaram para serem consideradas cidadãs. Além das autoras citadas, outros trabalhos também serviram para a reflexão sobre a relação entre cidadania e sufrágio, entre eles, “O sufrágio universal e a invenção democrática”, cuja organização é de Leticia Bicalho Canedo. Na obra, discute-se como o voto foi instrumentalizado em vários países para a prática democrática a partir das especificidades de cada lugar.

As obras de Rachel Soihet além de nos levarem à análise sobre o “ser mulher” e suas lutas por emancipação no início do século XX, também nos trouxeram amplas referências sobre as pioneiras nesse processo de luta feminista, como por exemplo, Bertha Lutz. Sobre o movimento sufragista, pode-se destacar como umas das principais referências, os trabalhos de Mônica Karawejczyk, fundamentais para uma análise consistente sobre as etapas e características do movimento, sobre as discussões empregadas em defesa ou contra, além de apresentar uma biografia de fôlego sobre os protagonistas dessa conquista. Do conjunto de obras destaco especialmente a tese de doutorado intitulada “as filhas de Eva querem votar”.

Na historiografia amazonense, carecemos de estudos que abordem as primeiras participações feminina na política amazonense. Entre as poucas referências, pudemos contar com a análise contida na tese de doutoramento de Maria das Graças Costa, sobre o

contexto político do Amazonas na década de 1930, no qual Maria de Miranda Leão estava inserida. Para refletir sobre questões mais contemporâneas acerca da participação feminina na política destaco recentes trabalhos como o de Michele Souza sobre o protagonismo de Eunice Michilles, primeira senadora do Brasil e o trabalho de Ivanilce Chagas sobre a relação entre o protagonismo feminino e patriarcalismo no Amazonas.⁴²

Os conceitos da Nova História Política também foram fundamentais na construção da narrativa da tese, como base teórica para pensarmos as questões que são “atrevassadas” pela noção de poder⁴³ em todas as suas modalidades como os micropoderes presentes na vida cotidiana e o uso político dos sistemas de representações⁴⁴. Como as ideologias e os movimentos sociais e políticos também são de interesse da Nova História Política conecta-se com o nosso objeto de análise.

O termo feminismo empregado nessa tese consiste na sua definição empregada para o movimento de mulheres (coletiva ou individualmente) no início do século XX, que é a luta por direitos emancipacionistas (educação, trabalho e voto). Nesse contexto os referenciais teóricos adotados foram as obras de Branca Moreira Alves e de Céli Regina Pinto, “Ideologia e feminismo: a luta pelo voto no Brasil e “Uma História do Feminismo no Brasil”, respectivamente.

Foi principalmente através da imprensa periódica que a pesquisa buscou mapear e perceber a relação dos amazonenses com a luta sufragista, já que esse era o espaço por excelência onde se registravam e se promoviam acaloradas discussões e debates entre a sociedade, cada um defendendo ou condenando as questões femininas de acordo com os seus posicionamentos políticos, religiosos e morais. É salutar destacar que os jornais e revistas constituíam-se como os principais meios de propagação de ideologias no período e como importantes agentes na construção de representações.

⁴² SOUZA, Michelle Rabelo de. **A presença da mulher na política: o protagonismo de Eunice Michilles no Senado Federal**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – UFAM, Manaus, 2016. CHAGAS, Ivanilce Nogueira. **Participação feminina na política: mulheres, poder e patriarcalismo no Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). UFAM, Manaus, 2016. Além desses, o trabalho pioneiro de Roger Oliveira aborda o protagonismo da vereadora Geminiana Bringel no município de Parintins. OLIVEIRA, Roger Kenned Repolho de. **A participação de Geminiana Campos Bulcão Bringel sob o olhar do feminismo e gênero como docente e vereadora nos anos de 1950-60 na cidade de Parintins**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

⁴³ BARROS, José D’Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004. p.107

⁴⁴ Idem. *ibidem*.

Especialmente por meio da Hemeroteca Digital, os jornais de segmentos variados, disponíveis dentro do recorte temporal estabelecido, foram lidos, mapeados e tiveram sua ortografia atualizada. Jornais do Amazonas como o *Jornal do Commercio*, tido como o mais importante jornal diário em circulação em Manaus nas primeiras décadas do século XX, *A Capital*, *A Reacção*, foram jornais que forneceram muitos elementos para a construção da narrativa pretendida. Além dos jornais amazonenses, periódicos de outros estados também foram consultados e mapeados, cuja contribuição foi muito relevante, entre eles, *Correio da Manhã*, *O Paiz* e *A Noite*, que circularam no Rio de Janeiro também nas primeiras décadas do século XX.

A análise desses e de outros periódicos consultados nos permitiu constatar que a questão do voto feminino esteve presente em muitas publicações diárias, denotando uma dualidade de representações quando se refere ao tema da luta feminina, que não estavam isentas de posicionamentos políticos, religiosos e morais dos redatores e colaboradores dos jornais e revistas. Destaca-se que parte da imprensa da época serviu de ferramenta de denúncia, luta e propagação dos ideais feministas, outra parte, conservadora, lutava para não ver, segundo os seus olhos, esses ideais se tornarem realidade.

Metodologicamente, a imprensa nos serviu de forma dual: como fonte, mas também como objeto de nossa análise. Sobre o uso da imprensa na pesquisa história é importante destacar que os jornais promovem o confronto de falas, de ideias e práticas, captando com riquezas de detalhes o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos⁴⁵. A imprensa é “rica em dados e elementos que permitem um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas manifestações de vida, mas age sempre no campo de interesses e posições”.⁴⁶ Por isso ao utilizar esse tipo de fonte é necessário que “se determinem os interesses econômicos e políticos; que se distinga a imprensa oficial da oficiosa; que se diferencie imprensa e opinião pública”⁴⁷.

Os Jornais são importantes agentes na construção de representações e apresentam peculiaridades próprias, que não estão isentos de posições ideológicas e políticas e o

⁴⁵ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988. p. 34

⁴⁶ ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Revista História e Historiografia**. São Paulo, n. 4, p. 89-102, jun. 1985. p. 91.

⁴⁷ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. Op. Cit. p. 20

historiador deve estar atento “as armadilhas” que os discursos jornalísticos criam⁴⁸. As representações presentes nos discursos jornalísticos e as quais devemos estar atentos, foram pensadas aqui a partir das reflexões de Roger Chartier, que a define como um instrumento pelo qual um indivíduo, ou um grupo dá/constrói/produz/cria um significado para o mundo social. É um processo de significação intencional, carregado de interesses dos grupos que a forjam e um componente de discursos que não são neutros ou isentos.⁴⁹ Sendo assim, pode-se compreender que os jornais devem ser percebidos como uma representação que envolve a sociedade da época retratada e as atitudes ali introjetadas⁵⁰. Não é, portanto, um “receptáculo de verdades”, e deve ser analisado “a partir de suas parcialidades, a começar pela observação do grupo que o edita, das sociabilidades que este grupo exercita nas diferentes conjunturas políticas, das intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar atores políticos”.⁵¹ Em outras palavras, devemos levar em consideração que os jornais não eram (e ainda não são na atualidade) transmissores de posicionamentos neutros e imparciais, muito pelo contrário, sua escrita e editoração é repleta de interesses específicos e defesas de posições e grupos e não como porta voz de toda a sociedade como fazem parecer.

O exemplo das publicações da imprensa, reiteram o princípio mais central da teoria da análise do discurso: não há neutralidade na linguagem, muito pelo contrário, as palavras estão cheias de significância e símbolos. Os discursos são construções sociais e refletem as visões de mundo de quem os produz em seu contexto social, cultural e político e ajudam a moldar a forma como a sociedade vai pensar sobre o mundo⁵². Sendo assim, os jornais, como porta-vozes desses discursos apresentam por meio de textos escritos os sentidos de quem os produziu e alcança os sentidos de quem os lerá. Portanto, a partir da análise crítica e cuidadosa dessa fonte, especialmente quando os escritos masculinos versam sobre o universo feminino, o historiador consegue ter em mãos

⁴⁸ Aqui utilizo a expressão usada pelo historiador Cláudio Pereira Elmir, no texto: Armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**. Porto Alegre, n. 13, dez. 1995.

⁴⁹ CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ SILVA, Márcia Pereira da; FRANCO, Gilmar Yoshihara. Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. In: **Revista História em Reflexão**: vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010, p.5.

⁵² ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2012. 100 p

informações privilegiadas que captam cotidianos, discursos e acontecimentos de outros tempos e histórias.

O *Corpus documental* compreendido pelas fontes oficiais representadas pelos Anais do Congresso legislativo (1890-1891) e os Anais da Câmara e do Senado Federal (1917-1932) nos permitiu tomar conhecimento do amplo e caloroso debate presente nos discursos de parlamentares contrários ou favoráveis ao direito de voto feminino, propostas de projetos e de Emenda Constitucional no período pesquisado. Em relação aos Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas (1935 – 1936), o interesse foi ainda mais específico: mapear a atuação política de Maria de Miranda Leão, eleita deputada estadual em 1935 e perceber como se deu a relação entre ela e seus pares na Assembleia.

Dessa feita, podemos afirmar que os dois espaços onde mais ocorreram debates e divergência de opiniões acerca dos direitos políticos das mulheres, foram sem dúvida as casas legislativas do país e a imprensa.

Outra fonte importante consultada na pesquisa é o arquivo da Federação Amazonense pelo Progresso Feminino (FAPF) digitalizados, e pertencentes ao fundo da FBPF, no Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN). Nele, a pesquisa valeu-se da análise de Relatório de atividades da FAPF (1936), estatuto, atas, cartas e telegramas enviados para comunicação com a FBPF e suas dirigentes. Essas fontes, até então nunca trabalhadas pela historiografia local, nos permitiu compreender a dinâmica e as ações da Federação amazonense pelo tempo de sua existência. Maria de Miranda Leão assinou algumas dessas cartas oficiais, como membro da Diretoria da FAPF. No entanto, também enviou cartas pessoais à Bertha Lutz que acabaram sendo arquivadas juntas.

Ressalto que só foi possível a análise unilateral dessa troca entre as Federações ou entre as duas líderes, pois a análise foi feita apenas por meio das cartas enviadas pela FAPF, já que as respostas enviadas pela FBPF provavelmente não foram aqui preservadas em arquivo, e se foram, até o momento não são conhecidas. Trata-se de 31 cartas enviadas entre março de 1934 a agosto de 1938, sendo algumas datilografadas, mas a maioria manuscrita. O conteúdo das cartas caracteriza-se pela busca de orientações, o compartilhamento de lamentos, informações sobre os acontecimentos locais e a busca por fortalecer os vínculos entre as duas Federações, mas também os laços de amizades pessoais entre as membros das diretorias. No que se refere à Maria de Miranda Leão, essa fonte constitui-se como primorosa sobre o seu legado político.

“**A Revolução das Saias**”, frase que compõe o título da tese é uma referência à peça “O voto feminino”, uma comédia de autoria da escritora e jornalista Josefina Álvares de Azevedo em 1890. A referida peça foi apresentada no RJ com a intenção de promover no público uma reflexão sobre as questões levantadas pelos grupos sociais favoráveis e contrários ao sufrágio. Acredita-se que o enredo foi inspirado na história da dentista baiana Isabel Dillon, que teve seu pedido de alistamento eleitoral negado. Um dos personagens, Anastácio, o patriarca da família, opositor ferrenho do sufrágio feminino, dizia que a entrada das mulheres na vida política seria uma calamidade, uma grande desgraça que atingiria e destruiria as famílias e toda a sociedade de modo geral. Era preciso reagir a pretendida “revolução das saias” iniciada pelas mulheres, frisava.

A tese está estruturada em cinco capítulos. O **capítulo 1**, intitulado “**Eva moderna: transgredindo a norma e buscando igualdade**”, apresenta as mudanças ocorridas na sociedade no transcurso dos séculos XIX e XX, que permitiram transformações na realidade feminina no Amazonas, no Brasil e no mundo. Como reflexo dos novos tempos e da propagação do que se convencionou chamar de “feminismo de primeira onda”, as mulheres buscaram romper com o confinamento do espaço privado, lançaram-se ao mundo público por meio da educação e acesso à espaços antes majoritariamente masculinos, como algumas profissões e o próprio campo da política. O ingresso nesses campos e as mudanças na mentalidade feminina não foram tratados como normal. O forte patriarcalismo da sociedade brasileira era o responsável por desacreditar, tentar desmobilizar e tentar impedir as iniciativas femininas.

A construção do **capítulo 2** denominado de “**A agência e o associativismo das damas da sociedade manauara**”, teve dois objetivos principais: o primeiro, analisar o protagonismo das manauaras em associações sociais, caritativas, assistencialistas e políticas, entendendo essas atividades e os espaços como os primeiros meios para a inserção feminina no mundo público. Já o segundo objetivo do capítulo foi dar visibilidade para a Federação Amazonense pelo Progresso Feminino (FAPF), como a maior organização feminina existente no Amazonas nas primeiras décadas do século XX. A FAPF, sucursal da FBPF, foi criada para contribuir na luta pelos direitos femininos e foi muito atuante na campanha e organização da participação política feminina. Por ser um objeto de estudo novo na historiografia amazonense, compreendemos que os assuntos tratados não se esgotaram, mas é uma contribuição com o objetivo de minimizar lacunas historiográficas.

O **terceiro capítulo** recebeu o título de **“Impressões amazonenses sobre o direito feminino de votar”**, pois teve como objetivo perceber como a imprensa e nossos representantes políticos trataram a questão do sufrágio e da participação política feminina. A imprensa amazonense, acompanhando o que ocorria no resto do país, registrou e difundiu debates e posicionamentos ora progressista, ora conservadores, muitos deles marcados pelas percepções e representações masculinas em relação a luta por esse direito. No que se refere aos debates parlamentares sobre o tema, a pesquisa buscou apresentar o posicionamento dos deputados e senadores amazonenses nas discussões que as casas parlamentares promoveram. De modo geral, desde quando o tema foi debatido pela primeira vez na Assembleia Constituinte de 1890, verificou-se mais apoio do que combate dos nossos deputados e senadores, especialmente de Aristides Rocha, prestigiado político amazonense.

O **capítulo 4, “Eleitoras e elegíveis: o protagonismo feminino na política dos anos 1930”**, trata de duas questões centrais: a primeira, a mobilização, luta e alistamento eleitoral necessários para garantir a legitimidade e a ratificação do direito ao sufrágio feminino na nova Constituição que seria elaborada. Nesse processo, a FBPF e suas filiais estaduais, como a filial amazonense (FAPF) foram responsáveis por promover ações como palestras, conferências e oferta de postos para o alistamento, com o objetivo da politização feminina. A partir dos dados escassos, objetivou-se nesse ponto apresentar o interesse das amazonenses em participar da vida política por meio do voto. A segunda proposta desse capítulo foi o de analisar a participação das mulheres como candidatas nas primeiras eleições nas quais puderam participar. Na eleição de 1934 para escolha dos cargos de deputados estaduais, o Amazonas saiu vitorioso pois conseguiu eleger pela primeira vez uma mulher: Maria de Miranda Leão, que foi eleita com uma quantidade expressiva de votos e teve uma atuação muito significativa na Assembleia legislativa ou como representante do Amazonas em compromissos oficiais.

“De sacerdotisa a mandatária: o pioneirismo feminino na política amazonense e a trajetória de Maria Miranda Leão”, é o título do **capítulo 5**, que apresenta uma narrativa sobre a trajetória social e política da “mãezinha”, como ficou conhecida a primeira assistente social e deputada do Amazonas, Maria de Miranda Leão. Identificando-se como uma “feminista bem feminina”, Maria de Miranda Leão, além de uma mulher atuante nas causas sociais e religiosas do Estado, também foi uma das protagonistas da luta feminina por direitos políticos, como consequência da sua atuação

como membro da FBPF e como uma das fundadoras e líderes da Federação Amazonense pelo Progresso Feminino (FAPF). Sua agência e postura política estava na fronteira entre o progressismo e o conservadorismo, já que se observa que suas condutas estavam em concordância com o que se costuma conceituar nos dois termos. A forte influência da Igreja Católica na política amazonense, bem como na brasileira, também foi analisada como uma determinante na postura política da mãezinha, assim como o flerte que ela possuía com a sigma do Integralismo. Na perspectiva dos estudos de gêneros, buscou-se analisar a relação de Maria de Miranda Leão com os seus pares na Assembleia amazonense e com a imprensa, relações marcadas ora por preconceitos, ora por admiração e respeito.

Capítulo 1

Eva moderna: Transgredindo a norma e buscando igualdade

"A emancipação da mulher é principalmente obra dela".

(Bernard Shaw)

O transcurso do final do século XIX para o início do século XX, que Philipp Blom chamou de “anos vertiginosos”⁵³ fora marcado por inúmeros acontecimentos no mundo, entre eles, o crescimento da industrialização, a urbanização nos grandes centros urbanos, os avanços tecnológicos e culturais, que impactaram a mentalidade da sociedade da época e provocaram a sensação de viver num mundo “em aceleração rápida para o desconhecido”⁵⁴, provocando mudanças que paulatinamente redefiniram os papéis sociais e transformaram os modos de vida nas sociedades.

No Brasil, esse período é marcado pela queda do Império, em 1889, e pela implantação do regime republicano. Foi um período que promoveu mudanças políticas, mas também permitiu mudanças socioeconômicas, como o desejo por um país mais moderno, livre de tudo o que lembrava o velho período Imperial, em seus costumes, comportamentos, tradições e valores para a construção de uma nova identidade nacional. De fato,

os preceitos do mundo moderno estavam impondo-se não só pelas transformações políticas, econômicas, urbanísticas e tecnológicas ocorridos no país, mas principalmente na questão cultural, no modo de agir e pensar da sociedade brasileira.⁵⁵

⁵³ BLOM, Philipp Bücher. **Os anos vertiginosos: Mudança e cultura no ocidente -1900-1914**. 1.ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

⁵⁴ Idem, ibidem. p.14

⁵⁵ CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. **Trabalho e Emancipação: um olhar sobre as Mulheres de Manaus (1890-1940)**. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2010. p.67.

No período, a elite brasileira buscou modernizar-se tendo como espelho a Europa. “Ser moderno”, como definido por Marshall Berman,

é encontrarmo-nos em um meio ambiente que nos promete aventuras, poder, alegria, crescimento, transformação de nós mesmo e do mundo – e, que, ao mesmo tempo, ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que conhecemos, tudo o que somos⁵⁶.

Esse momento, caracteriza-se por um período de desenvolvimento e progresso, mas ao mesmo tempo, de incertezas, angústias, lutas, contradições e desintegração, que desmancha tudo que é sólido no ar⁵⁷.

1.1. A nova mulher: antítese da feminilidade?

Ao refletirmos sobre os acontecimentos a partir do novecentos e por todo o século XX, no Brasil e no mundo, constata-se que foram as mulheres que mais sofreram transformações significativas na sua perspectiva de vida, ao buscarem mudar seu lugar na sociedade e na sua condição moral, a partir das novas relações entre elas e o mundo. Parafraseando Alcileide Cabral, os anos iniciais do regime republicano deram asas aos desejos femininos, fizeram voar sonhos⁵⁸. Dessa forma é possível compreender que há uma estreita relação entre esses “novos tempos” e as mulheres. No entanto, “[...] se a modernidade é um ensejo para as mulheres, é porque as consequências das mudanças econômicas e políticas, sociais e culturais, características do século XIX, lhes são favoráveis”⁵⁹.

As brasileiras detentoras de capital cultural, antenadas com o que ocorria no velho mundo, onde as europeias, especialmente francesas e inglesas, há tempos já discutiam questões relacionadas à emancipação feminina, mostrando-se insatisfeitas e desejosas em promover mudanças na sua condição social, começaram a difundir pelo país esses

⁵⁶ BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. SP: Companhia das Letras, 2001, p. 15

⁵⁷ Idem, *ibidem*.

⁵⁸ NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **O bonde do desejo: o Movimento Feminista no Recife e o debate em torno do sexismo (1927-1931)** Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013. p. 41.

⁵⁹ FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. Ordens e Liberdades. In: DUBY, Georges, PERROT, Michelle. (Orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Edições Afrontamento, 1998, v. 4. p. 9.

mesmos pensamentos, aspirações, sonhos e reivindicações por direitos equiparados aos direitos masculinos, como educação, trabalho remunerado e especializado, e sufrágio, ampliando a sua inserção e visibilidade no espaço público. Eram ideias oriundas do movimento feminista que convencionalmente chamamos de *primeira onda*. O feminismo de primeira onda no Brasil, caracteriza-se por um movimento social, “que nasceu da elite, atraiu e incorporou outros segmentos sociais, com exceção das camadas populares, onde nunca foi muito presente”⁶⁰.

Essa nova mulher que emerge nesses chamados tempos modernos, também representada como “mulher moderna”, mas também como radical, degenerada e louca, é a mulher que entra no século XX disposta a quebrar os grilhões da sociedade patriarcal e romper com o padrão tradicional feminino; é a mulher que quer a sua emancipação, independência e igualdade de direitos com os homens; e é também aquela que quer ter o controle do seu próprio corpo. Além do mais, o arquétipo da mulher moderna trouxe consigo diversas mudanças no comportamento feminino que iam desde a sua vestimenta, penteados – o cabelo curto (a la garçonne) -, mas principalmente nos valores e interesses, além de novos hábitos, incluindo os de consumo, que foram debatidos exaustivamente e na maioria das vezes rechaçado socialmente, pois eram percebidos como desafiadores e em oposição à ideia conservadora de sociedade que se tinha como ideal.

A modernidade permitiu a “libertação” feminina, a ruptura com o privado, as conquistas e a imersão no mundo público e político masculino por tradição, “em que se torna possível uma posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro e atriz política, futura cidadã”.⁶¹ Muitas barreiras, que pareciam intransponíveis, foram derrubadas ao longo do tempo. Além de que, a luta por direitos emancipacionistas e suas conquistas no seio da sociedade burguesa, representava a ruptura dessa dicotomia entre o privado e o público, do “estabelecido e permitido” ao sexo feminino. Nesse contexto, novos espaços passaram a ser ocupados pelas mulheres e, na medida que portas se abriam às elas, também testemunhavam a sua inserção no mundo público, sua presença em espaços anteriormente tidos como masculinos e sua influência na sociedade. No entanto, essas prerrogativas relacionam-se muito mais com as mulheres dos estratos econômicos mais favorecidos e de determinada raça: mulheres brancas. Não é uma realidade que se aplica à todas as

⁶⁰ HAHNER, June. **Emancipação do sexo feminino. a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Florianópolis: Editora Mulheres/Unisc, 2003. Op. Cit. p. 16.

⁶¹ FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. **Ordens e Liberdades**. Op. Cit. p.10

mulheres, como as mais pobres, negras e índias. Para elas quase nada mudou, além do que, eram mulheres que já estavam inseridas no mundo público pelo trabalho, fruto da necessidade econômica pela sobrevivência. Portanto, a linha de análise desenvolvida nessa narrativa tem marcadores sociais de classe e raça específicos.

Nessa conjuntura, entendia-se que o mais importante instrumento para conquistar a civilização e o progresso nesse novo Brasil, que se pretendia moderno, era a educação, inclusive para as mulheres. Para Susan Besse, se a educação era encarada como toda poderosa, base da prosperidade, a educação das mulheres era como pré-requisito básico do bem estar nacional do Brasil⁶². Sendo assim, os ares da modernidade, advindos com a burguesia europeia para o Brasil, cobravam mudanças urgentes nesse ponto.

a base principal do verdadeiro progresso é a educação, e só se poderá realizar esse enorme passo de tão sublime revolução com a educação da mulher. Quereis ver o Brasil em pouco tempo colocar-se ao lado das nações mais civilizadas do mundo? Educai a mulher. Quereis viver uma vida de prazer e de encantos? Educai a mulher e vereis a vossa casa transformada num verdadeiro éden.⁶³

A partir de então, importantes mudanças começaram a ser promovidas por todo o país, no intuito de diminuir ao menos o nível de analfabetismo da população, principalmente das mulheres que secularmente estiveram fora da escola⁶⁴. Escolas foram construídas, outras foram adequadas, iniciou-se a capacitação e ampliação do quadro de professores e reformulação no currículo educacional para atender as novas necessidades impostas pela modernidade. Faz parte dessas mudanças a maior oferta de ensino para as meninas tanto na educação elementar como secundária, embora o currículo fosse muitas vezes diferente e inferior ao que era oferecido aos meninos. Essa questão nos remete à ideia defendida por Michelle Perrot de que a educação feminina é efeito da modernidade pois nesse novo tempo os homens desejavam ter “companheiras inteligentes”, os Estados almejavam mulheres instruídas para a educação básica das crianças e o mercado de

⁶² BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil. 1914-1940**. São Paulo: Editora da USP, 1999. p.122.

⁶³ AZEVEDO, Josefina Álvares de. **A mulher moderna: trabalhos de propaganda**. (Coleção escritoras do Brasil; v. 1). 2.ed. rev. Brasília: Senado Federal, 2019. p.91.

⁶⁴ Segundo dados do censo, em 1890, no Brasil, somente 10,4% da população feminina era alfabetizada. Em 1920 o número subiu para 19,9%. Brasil. Diretoria Geral de estatística. Recenseamento do Brasil realizado em 1º de setembro de 1920, vol. 4, parte 4 p. xii, xvi. Citado em: HAHNER, June. **Emancipação do Sexo Feminino**. Op. cit. p. 75

trabalho precisava de mulheres qualificadas, principalmente no setor terciário de serviços⁶⁵.

No entanto, a modernidade, assustava a sociedade mais conservadora basicamente num único ponto: “como educar, conforme as exigências do mundo moderno sem deixar que a modernidade cooptasse as mulheres e subvertesse as relações interpessoais e familiares?”⁶⁶. Essa era a questão principal debatida no período no meio intelectual, jurista e jornalístico, embasados muitas vezes no saber médico. A solução foi que as novas políticas educacionais ofertassem um tipo de instrução amparada basicamente em dois pontos: o primeiro, uma educação que não desviasse as mulheres da sua sagrada missão do matrimônio e da maternidade, portanto limitada, já que se temia que o excesso de educação fosse prejudicial para as funções sociais da mulher e para ela própria. O segundo ponto, entender a educação feminina daquele período como “necessidade prática” para as mulheres urbanas ingressantes no mundo do trabalho, reflexo do processo de rápida industrialização e urbanização no início do século XX⁶⁷. Como destacado por Besse,

“à medida que procurava racionalizar a produção, a indústria exigia uma mão-de-obra que fosse mais bem treinada e, ao mesmo tempo, moral e mentalmente disciplinada, mediante uma educação “racional” e “científica” moderna⁶⁸.

Ou seja, a modernidade e as necessidades decorrentes dela, cobravam a instrução feminina, mas de forma alguma foi uma educação pensada para romper paradigmas e ameaçar o poder patriarcal, alicerce da sociedade conservadora. No entanto, os planos femininos eram outros: “[...] souberam apossar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados, para desenvolver sua influência junto às portas do poder [...] para ter enfim, lugar em toda parte”.⁶⁹

Para além das “concessões governamentais”, como muitas vezes são colocadas, sabemos que a educação, foi a primeira pauta de luta e reivindicação das brasileiras a partir do século XIX, e de sua percepção de que a instrução era indispensável para

⁶⁵ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 95.

⁶⁶ MANOEL, Ivan A. **Igreja e Educação Feminina (1859-1919): Uma face do Conservadorismo**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. p. 30.

⁶⁷ BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade**. Op. Cit. p.122.

⁶⁸ Idem, *ibidem*.

⁶⁹ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. São Paulo: EDUSC, 2005, p.279- 280.

desenvolvê-las intelectual e profissionalmente, transformando a sua condição social. Paralelamente à isso, o ingresso de mulheres feministas ou não no “mundo das letras” e a produção de escritos femininos, começaram a se tornar mais contínuos e a ganhar visibilidade por todo o país nesse mesmo período, permitindo que as mulheres reivindicassem seus direitos publicamente. Nesse sentido, destaca-se brevemente que a imprensa feminina brasileira, surgida em meados dos noventa, serviu como meio de difusão de pensamentos e modernidades, denúncia, reivindicações e resistência entre as brasileiras alfabetizadas, ávidas em galgar um importante espaço de visibilidade social na esfera pública⁷⁰. A produção de jornais e revistas femininas foram importantes recursos para questionar de forma escrita os valores herdados da velha ordem patriarcal e promover discussão sobre direitos femininos como educação, trabalho e voto. Como sustenta Constância Duarte, “mais do que livros, foram os jornais e revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de aglutinação, divulgação e resistência”⁷¹. Entre as pioneiras nesse processo de escrita na imprensa destaca-se a figura de Nísia Floresta, considerada uma das primeiras feministas brasileiras. Nísia dedicou a sua vida para refletir, questionar e lutar por direitos e respeito às mulheres, tornando-se referência no Brasil e também na Europa.⁷²

⁷⁰ Como sugestão para a reflexão sobre a questão, sugiro a leitura de DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e Feminista no Brasil: Século XIX. Dicionário Ilustrado**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

⁷¹ DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e Feminista no Brasil: Século XIX. Dicionário Ilustrado**. Op. Cit. p. 14. Como destaque, ressalta-se o jornal *A Família*, lançado no ano de 1888, em São Paulo, pela professora Josefina Álvares de Azevedo. Segundo análise de Teresa Marques, o periódico “foi pensado para atuar como plataforma da campanha pelo sufrágio e pela consciência política das mulheres”. MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O Voto feminino no Brasil**. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019. p. 62

⁷² Dionísia Gonçalves Pinto foi uma importante escritora, educadora e poetisa que assinava suas obras como Nísia Floresta Brasileira Augusta. Começou a escrever em 1831, no jornal *Espelho das Brasileiras*, jornal direcionado às senhoras da sociedade pernambucana, “com o firme propósito de contribuir para a (sua) instrução moral e política”, destacando a “necessidade de as mulheres cultivarem as boas virtudes para se tornarem dignas de respeito por parte dos homens”. DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e Feminista no Brasil: Século XIX. Dicionário Ilustrado**. Op. Cit. p. 55. Em 1832, Nísia traduziu o livro *A Vindication of the Rights of Woman*, da filósofa inglesa Mary Wollstonecraft, considerado um marco do feminismo moderno e primeiro manifesto feminista da história da Inglaterra, onde é muito popular. No Brasil, recebeu o título de “Direitos das mulheres e injustiças dos homens” numa tradução livre. Na obra em questão, a autora procurou mostrar às mulheres de seu tempo possibilidades de mudanças no seu papel dentro de uma sociedade brasileira do século XIX, marcada pelo forte patriarcalismo. CAMPOI, Isabela Candeloro. **O livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX**. História (São Paulo) v.30, n.2, p. 196-213, ago/dez 2011 ISSN 1980-4369. p.198

A luta por educação feminina tinha nesses escritos uma importante ferramenta que buscava instruir as mulheres e apresentar-lhes esse mundo novo que o século XX trazia. Além do mais, caracterizaram-se como porta voz das mulheres ao mesmo tempo que advogavam por esse direito. A exemplo, o principal expoente na imprensa feminina brasileira desse debate – e de outros relacionados à emancipação - foi o Jornal A Família, de Josefina Azevedo⁷³, que defendia que

a Educação da Mulher deve tender a sua emancipação, e nós devemos pretender e obter nas sociedades um lugar que não é o que temos, de legítimas colaboradoras da elaboração do progresso dos povos, de sua prosperidade material e moral, pelo igual desempenho dos deveres, pela igual conquista dos direitos, segundo as aptidões de cada uma.⁷⁴

Mais do que serem educadas com um “polimento sociocultural” para exercer com excelência o seu papel de esposa e mãe, interessava às mulheres burguesas o caráter emancipatório propiciado com uma instrução mais completa que lhes permitiria opções para a sua independência financeira, diminuindo a subjugação aos homens e sua melhoria social. Portanto, a luta das mulheres pautou-se também em conquistar o direito ao acesso à educação superior, visando uma formação profissional especializada.

Rompendo ainda mais com as limitações as quais sempre foram impostas às mulheres, o seu ingresso no ensino superior marcou a conquista de um patamar ainda maior e pelo qual elas vinham lutando desde meados do século XIX. A conquista desse direito em 1879, com a Lei da Reforma Educacional⁷⁵, trouxe como consequência a oportunidade de as mulheres igualarem a sua formação educacional com os homens, o

⁷³ Uma das pioneiras na luta feminista da qual se sabe muito pouco ainda. Acredita-se que tenha nascido em Itaboraí (RJ) ou em Pernambuco no ano de 1852 e que seria meio irmã ou prima do poeta Álvares de Azevedo. Sua atividade profissional no jornalismo e como escritora são as principais informações que se tem dela. Josefina foi muito atuante na imprensa do final do século XIX. Suas obras tratam da emancipação feminina e luta por direitos políticos. Segundo Duarte é de sua autoria: o Jornal *A Família* (São Paulo, 1888), *A Mulher* (1888), *Retalhos* (ensaio, 1890), *o Voto Feminino* (teatro, 1890), *A Mulher Moderna: trabalhos de propaganda* (1891) e *Galeria ilustre de mulheres célebres* (1897). DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e Feminista no Brasil: Século XIX. Dicionário Ilustrado**. Op. Cit. p. 313. Outras informações sobre ela também podem ser conferidas na introdução da 2ª ed do livro que leva seu nome, cuja autoria do texto é de Maria Helena de Almeida Freitas, Mônica Almeida Rizzo Soares e Ilana Trombka. AZEVEDO, Josefina Álvares de. **A mulher moderna: trabalhos de propaganda**. (Coleção escritoras do Brasil; v. 1) 2. ed. rev. 135 p. Brasília, Senado Federal, 2019.

⁷⁴ AZEVEDO, Josefina Álvares de. **A mulher moderna: trabalhos de propaganda**. Op. Cit. p.86.

⁷⁵ O Decreto 7.247 de 19 de abril de 1879 estabeleceu a reforma do ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império. Ressalta-se que o ingresso feminino nas Instituições superiores até meados do século XX só alcançava uma parcela pequena de mulheres, aquelas que pertenciam às classes mais abastadas da sociedade, haja vista os custos com o ensino superior serem extremamente dispendiosos.

ingresso em outras profissões remuneradas especializadas e o pontapé inicial para muitas outras lutas por direitos. Como consequência, nas primeiras décadas do século XX, o país presenciou a formação e atuação de profissionais femininas em muitas áreas, inclusive nas que eram predominantemente masculinas como medicina e direito.

Diversas pesquisas historiográficas, reafirmam a intrínseca relação do acesso à educação e o movimento feminista. As feministas em sua grande maioria, foram aquelas mulheres mais instruídas que sabiam como e porque lutar por seus direitos. Professoras e bacharéis em direito eram a maioria. Dessa feita, corrobora a hipótese levantada por Lúcia Avelar de que as mulheres se tornam menos apolíticas e conservadoras quando se integram no contexto do trabalho profissional e atingem maior acesso à educação⁷⁶.

Outra conquista feminina importante é o ingresso das mulheres no espaço público por via do trabalho, comprovando os argumentos de Hobsbawm de que a emancipação, apego dessa “nova mulher”, é fruto do capitalismo⁷⁷. Na verdade, como já foi bastante discutido pela historiografia, compreendemos que grande parte das mulheres sempre trabalhou em todos os tempos e lugares, na lavoura, no comércio ambulante pelas ruas das cidades, como lavadeiras, passando posteriormente à operárias de fábricas pelo mundo, entre outros, mas nos interessa nessa discussão pensar o trabalho como segunda conquista emancipacionista das mulheres no início do século XX no Brasil. Fosse atuando em áreas provenientes de formação superior, fosse atuando no comércio, nos escritórios, na indústria, em salas de aula ou no mercado informal, as mulheres ocuparam as ruas e disputaram o mercado de trabalho com os homens. E assim como a questão da educação, tal situação não passou isenta de opiniões diversas. Buscar uma profissão dividia opiniões. Os conservadores reverberavam que a emancipação pelo trabalho era sempre um risco, pois

a independência econômica feminina daria às mulheres uma situação de liberdade que as poderia iludir e acovardar perante os encargos do matrimônio e as faria querer limitar, senão eliminar o número de filhos. A mulher solteira poderia sentir-se feliz com a liberdade e a autonomia financeira conseguida com a profissão e, por isso, rejeitaria o casamento.⁷⁸

⁷⁶ AVELAR, Lúcia. **O Segundo eleitorado. Tendências do voto feminino no Brasil**. 2º ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989. p. 27.

⁷⁷ HOBSBAWM, Eric. “A nova mulher”. In: **A Era dos Impérios, 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 271-306.

⁷⁸ ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e Educação: A paixão pelo possível**. São Paulo: Unesp, 1998.

No entanto, essas primeiras conquistas, esse novo tempo para as brasileiras, não estava isento das velhas percepções. Muito pelo contrário, sinalizou um forte movimento antifeminista. As mudanças no comportamento feminino advindas com a modernidade “sinalizaram o estabelecimento de uma nova ordem na história das relações entre homens e mulheres contemporâneos”⁷⁹ que provocaram medo, incomodaram os conservadores e geraram um movimento amplo de condenação, contestações e preconceitos às práticas entendidas apenas como “modismo do feminismo”. O arquétipo da “mulher moderna” implicava, segundo os preceitos conservadores, numa “grave ameaça à ordem estabelecida”⁸⁰, o perigo eminente de subversão e inversão de valores. Dessa feita, “permitir”, os avanços femininos presumia-se aceitar mudanças na estrutura patriarcal há séculos estabelecida, incluindo a “disputa” dos espaços e a perda do controle dos homens sobre as mulheres. Sem dúvida alguma essa é a principal razão para o forte controle social, da mentalidade e dos corpos femininos testemunhados de maneira mais intensa nesse período, como resposta - para não dizer represália - ao movimento emancipacionista.

A inserção feminina no mundo público via trabalho e educação, conquistas desse novo tempo trazido pelo raiar do século XX gerava polêmica e muitos debates. A mulher emancipada, também tida como “mulher pública”⁸¹ não era vista com bons olhos pela sociedade, podendo ser percebida como uma afronta à moral das famílias de bem, influenciava desvio de conduta nas outras mulheres e promovia uma subversão que provocava transformações sociais que acarretavam na modificação dos papéis ditos “naturais” e “únicos” da mulher. Para Colling, o que mais pesava contra as mulheres e agia em favor dos homens ao justificarem sua rejeição à inserção feminina na vida pública era o medo de que elas abandonassem os deveres que “a natureza havia lhe reservado”. Afinal, se elas participassem da vida pública, quem cuidaria dos filhos e manteria o lar acolhedor?⁸², era “necessário que “um núcleo familiar não permanecesse

p. 149

⁷⁹ SOUSA, Bernardina Santos Araújo de. **Os manuais de Conduta e a escrita feminina no início do século XX: o que desvelam as narrativas?** p.9. Disponível em: www.anped.com.br.

⁸⁰ SOIHET, Rachel. Pisando no sexo Frágil. In: **Revista Nossa História**, Ano 1, nº 03 janeiro de 2004.

⁸¹ A concepção presente aqui é a de Michelle Perrot, a partir do livro *Mulheres Públicas*: Neste livro, o termo tem dois sentidos: a esfera pública por oposição à esfera privada, e os laços que tecem e fazem a opinião pública. PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: UNESP, 1998. Livro produzido a partir de entrevistas com Jean Lebrun.

⁸² COLLING, Ana Maria **A Construção da Cidadania da mulher brasileira**. Op. Cit. p. 13

deserto um só instante”.⁸³ Além do mais, a ideia de que partia da mulher o progresso da nação, a conservação da moral da família era sempre um limitador usado como justificativa para manter as mulheres enclausuradas em suas casas, em seus afazeres domésticos e familiares.

Não resta dúvida, portanto, que para as mulheres, “[...] o surgimento de uma esfera pública revelou a possibilidade revolucionária de uma nova maneira de se relacionar com a sociedade não definida por sua posição subordinada dentro da família”⁸⁴ e, que essas primeiras conquistas das brasileiras no início do século XX foram impulsores para muitas outras lutas e, conseqüentemente, conquistas de outros direitos femininos ao longo de todo o século XX, como por exemplo, a participação na política do país, através do voto e da elegibilidade, como veremos mais adiante.

Como observado por Paterman, outras questões relacionadas ao poder patriarcal também foram determinantes (e ainda o são em alguns aspectos) para que os homens fossem (sejam) resistentes em “dividir” poderes e direitos com as mulheres, evitando alterar a relação de dominação e subordinação. Como aponta a autora,

Quem tem poder jamais deseja ceder a sua posição, especialmente quando, como no caso do poder masculino, se estende à vida cotidiana e familiar e às áreas mais íntimas da individualidade, permitindo que cada homem tenha uma parcela, por muito pequena que seja, dos privilégios da masculinidade⁸⁵

A extenuante preocupação com a “nova mulher” e a ideologia antifeminista é visível em publicações na imprensa periódica do período, especialmente por meio dos artigos de opinião, constituindo-se como uma fonte primorosa para a pesquisa histórica, como veremos mais a frente. Nesse contexto, os jornais e revistas constituíam-se como os principais meios de propagação de ideologias no período, refletindo o pensamento social, posicionamentos e opiniões - fossem favoráveis ou contra. O que se percebe em muitas publicações contrárias a emancipação feminina e antifeministas⁸⁶ é a construção e

⁸³ Excerto do artigo “De l’influence de la Révolution sur les femmes”, publicado em 12 de fevereiro de 1791, no número 83 do periódico *Révolution de Paris*. Apud: BONACCHI, Gabriela; GROPPi, Angela. **O Dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. Op.cit.p.16

⁸⁴ DU BOIS, Ellen. The radicalism of the woman suffrage movement: notes toward the reconstruction of nineteenth-century feminism. **Feminist Studies**. University of Maryland, vol.3, n.1/2, Autumn, p.64, 1975.

⁸⁵ PATERMAN, Carole. **Garantir a cidadania das mulheres: A indiferença e outros obstáculos**. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], nº 89, junho/2010. p.29. Disponível em: Disponível em: <<http://rccs.revues.org/3666>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2022.

⁸⁶ Por antifeminismo entende-se o movimento de oposição ao feminismo em todos os seus tempos, espaços

reprodução de representações antagônicas sobre os “modelos femininos” e distinção dos papéis de gêneros, numa clara intenção de reforçar os papéis femininos e reconduzi-la para o lar. Para Gabriela Mota, mais do que combater e banalizar as pretensões feministas, no antifeminismo há um combate ao próprio universo feminino

mesmo quando não está em causa a luta pela independência financeira, pelo direito de voto ou pela prática de uma profissão tradicionalmente masculina. O seu cerne é a mulher em si enquanto ser biológico e gênero social, é a sua própria identidade que se [re]define no decurso das ruturas e continuidades do processo histórico.⁸⁷

Voltando para o antifeminismo velado na imprensa, é importante que se diga que tais publicações não estavam isentas de posicionamentos políticos, religiosos e morais dos redatores e colaboradores dos jornais e revistas, algumas vezes expressadas por meio de chacotas, zombarias e de representações pejorativas e torpes com o único intuito de ridicularizar as pretensões femininas/feminista. Parafrazeando Soihet, a utilização de zombaria era uma arma ideológica de ridicularização usada contra as mulheres, como freio para os possíveis desequilíbrios de poder entre os sexos.⁸⁸ Epítetos como “masculinizadas, feias, solteironas, grosseiras, amargas, despeitadas” eram muito utilizados quando queria se descrever uma feminista para provocar o riso satírico.

É válido ressaltar que esse tipo de discurso tão presente nas páginas da imprensa, não refletia somente os pensamentos masculinos, muito pelo contrário. O discurso encontrava defesa também em muitas mulheres, como era de se esperar, dado a conjuntura social do período, que reproduziam e mantinham esse discurso como verdade incontestável por muitas gerações⁸⁹. Mesmo assim, é salutar compreender que enquanto maioria e detentores de poderes, o antifeminismo masculino tinha muito mais impacto social. Como observado por Bernaderte Flores,

e dimensões, banalizando e distorcendo o significado dos ideais por ele defendido em benefício das mulheres

⁸⁷ MARQUES, Gabriela Mota. O antifeminismo e o questionar do gênero no limiar dos séculos XIX-XX: dos argumentos teóricos e epistemológicos à prática social. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, v.14, p.281, 2014. Centro de História da Sociedade e da Cultura – Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/39369/1/O%20Antifeminismo%20e%20o%20questionar%20do%20genero.pdf>. Acesso em 15/08/22.

⁸⁸ SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, nº 13, Set/Dez 2005. p. 591

⁸⁹ Exemplos dessa assertiva podem ser encontradas em artigos de jornais e revistas do período analisado, cujas publicações trazem assinatura de mulheres conhecidas no meio social de uma determinada sociedade, na iconografia, na memória coletiva, em fontes pessoais como, por exemplo, diários e cadernos de anotações.

“os homens não tiveram o monopólio do antifeminismo, porém, o antifeminismo como movimento intelectual e político, teve nos homens a maioria de seus representantes ou, pelo menos foram eles os produtores de saberes mantenedores ou restauradores do poder masculino”⁹⁰

Novamente, empresto os conceitos de Bourdieu, para sustentar a afirmação anterior, pois ela pode ser entendida a partir da ideia de violência simbólica⁹¹, tão imperceptível, suave, incrustada em nosso pensamento que parece algo natural. Sendo assim, segundo o autor, a dominação masculina está internalizada em nossos habitus e orientam nossos modos de pensar, agir, falar e permite, de certa forma, que a ordem social seja reproduzida, mantida e legitimada. Segundo o autor, o habitus, enquanto esquemas inconscientes de percepção que orientam nossos modos de agir e nossas categorias cognitivas, determina que tanto homens como mulheres reproduzam comportamentos e pensamentos sobre o que é “considerado adequado ou não” para cada um dos gêneros, como consequência de um poder que vai se reproduzindo simbolicamente⁹². Isso explica o porquê - além dos homens-, muitas mulheres legitimarem a dominação masculina e agirem contra as lutas emancipacionistas femininas tanto no século passado, como infelizmente ainda nas lutas contemporâneas. Diz o autor:

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser percebido (percipi), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptíveis, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam “femininas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa “feminilidade” muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego.⁹³

Devemos considerar que no período em questão nessa pesquisa, a sociedade brasileira caracterizava-se por uma forte estrutura patriarcal e androcêntrica opondo masculino e feminino, e o masculino visto hierarquicamente como superior em relação ao

⁹⁰ FLORES, Maria Bernadete. O pensamento antifeminista: a querela dos sexos. **Revista Eletrônica História Revista** – Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, v.9, jul-dez. 2004. P. 230 Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/10446>>. Acesso em: 10 maio. 2021.

⁹¹ Segundo Bourdieu, a violência simbólica é exercida pela cumplicidade dos dominados.

⁹² A dominação masculina em Pierre Bourdieu. Disponível em www.lettraefilosofia.com.br. Acesso em 20 de julho de 2019.

⁹³ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL; São Paulo: Bertran Brasil, 1989, p 82.

feminino, reforçado por uma educação disciplinadora baseada na violência simbólica, que buscava garantir a perpetuação da dominação masculina. Percebemos nessa sociedade aquilo que Bourdieu designa como *habitus sexuado* enquanto incorporação dessas estruturas sociais, ou seja, temos uma construção social incorporada e naturalizada que determinava que a diferença biológica entre os sexos, a subjetividade de gênero, corporificada e estruturada internamente, podiam assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros⁹⁴, fazendo a dominação masculina perpassar tanto as relações objetivas quanto as subjetivas em relação aos gêneros. Essa naturalização da divisão dos sexos parece estar na “ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável⁹⁵ e serve para entender a definição social do homem e da mulher e suas distinções que é construída dentro de um sistema simbólico de oposições.

Essas reflexões sobre as características sociais presentes no Brasil, faz-se necessário para identificarmos onde se ancoravam as justificativas para tanto alarde e preocupação com a “nova mulher” que surgia no novo século e ponderar sobre quais eram os “empecilhos” que dificultavam a aceitação das conquistas que levaram as mulheres para os espaços públicos e as demais lutas pelas quais lutavam, especialmente a luta por direitos políticos, cidadania e igualdade.

O primeiro ponto em destaque nesse contexto, trata das questões sobre as limitações femininas estabelecidas secularmente pelo discurso médico, que defendia a existência de “naturezas distintas” entre os sexo por questões biológicas⁹⁶, que refletia na determinação de lugares sociais e funções para homens e mulheres, com o predomínio masculino, é claro. Ou seja, os espaços, definidos pelo sexo biológico, regiam a distinção entre público e privado. Aos homens a esfera pública, o mundo do trabalho, dos negócios e da política; para elas o matrimônio, a maternidade e a casa, já que sua ‘natureza’ incompatibilizava com o mundo público e político, sendo unicamente “destinada à esfera familiar e privada, para a qual possuem ‘virtudes’ específicas”⁹⁷. Desviar-se dessa natureza era pecaminoso, perigoso e antinatural. Como observado por Tedeshi e Colling,

⁹⁴ Idem, ibidem. p.10

⁹⁵ Idem. p.17

⁹⁶ Na análise de Fabíola Rohden, pensadores gregos como Aristóteles, Platão e Hipócrates, por exemplo, encontravam no corpo feminino as respostas para muitas questões que envolviam os sexos, sua natureza e a divisão de seus papéis. ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. p.29.

⁹⁷ COLLING, Ana Maria **A Construção da Cidadania da mulher brasileira**. Op. Cit. p. 13-14

a insistência sobre uma natureza feminina familiar e doméstica e uma natureza masculina social e política, foi abundante nos discursos que instalaram a igualdade e a cidadania, deixando a impressão de que a própria natureza prescreveu para cada sexo as respectivas funções.⁹⁸

Sob essas perspectivas, as mulheres representavam o *sexo frágil*, pois, suas características biológicas atestariam a delicadeza, a domesticidade, a passividade, a fragilidade, tanto física como moral. A não apresentação dessas características e a apresentação de outras como a rebeldia, a lascívia, o erotismo, a forte inteligência eram consideradas anormais, um “desvio da natureza”, um “descaminho feminino” que denunciava a transgressora, devendo ser motivo de preocupação e combate com “educação correta”, disciplina ou punição. “Ao se recusarem a restringir seu universo à maternidade e ao lar, desprezando as suas funções naturais, essas mulheres de comportamento diferenciado, seriam a fonte de todos os flagelos sociais”⁹⁹.

Sendo assim, era no lar que as mulheres deveriam desenvolver sua afetividade, devendo tornar-se um “anjo tutelar”, aquela que zelava pelo bem-estar de todos, que se ocupava em cuidar do marido e dos filhos e o lugar onde estariam protegidas. A rua, o “fora do lar” constituía-se como o lugar da perdição, “dos desvios e das tentações”¹⁰⁰, prevalecendo a assertiva que não existiria realização possível para a mulher fora do lar, nem para os homens dentro de casa. Esse era o pensamento social, médico, religioso e jurídico predominante nos últimos séculos cujas raízes podem ser relacionados ao ideário positivista¹⁰¹ e cujo objetivo maior era construir arquétipos femininos normatizando o seu comportamento num momento em que a presença de mulheres no mundo público estava mais constante. Essas afirmações nos trazem à mente as palavras de Perrot que diz que em todos os tempos os homens tiveram medo das mulheres, pois “a mulher é a outra, a estrangeira, a sombra, a noite, a armadilha, a inimiga”.¹⁰² E para eles, elas “eram sempre

⁹⁸ TEDESCHI, Losandro Antonio; COLLING, Ana Maria Colling. Os Direitos Humanos e as questões de Gênero. **Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós Graduação em História**. Goiânia, v. 19, n. 3, 2014. p.46.

⁹⁹ SOIHET, Rachel. **Pisando no sexo frágil**. Op.cit. Ver também: ENGEL, Magali. *Psiquiatria e Feminilidade*. In: PRIORI, Mary Del (Org). **História das Mulheres no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002, p 332.

¹⁰⁰ SOIHET, Rachel. *Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano*. In: PRIORI, Mary Del (Org). **História das Mulheres no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002, p 365.

¹⁰¹ O Positivismo, cujo maior expoente foi Augusto Comte, exercia grande influência sobre a educação feminina, sobre o controle de seus corpos, comportamentos e funções sociais. O objetivo era contribuir para a formação do estereótipo da “mulher perfeita”.

¹⁰² PERROT, Michele. **As mulheres ou os silêncios da história**. Op. Cit, p. 265.

uma ameaça em qualquer fase da sua vida. Ela era o inimigo universal que estava sempre pronta a inquietá-los”¹⁰³. Isso explica em partes, tanto combate.

Da mesma forma, a inferioridade intelectual feminina encontrava legitimidade tanto no saber médico como filosófico, até meados do século XIX. Esses saberes, incontestáveis à época, defendiam que a natureza lhe reservara “menos habilidades” em relação ao sexo masculino. Ou seja, nessa teoria, as mulheres tinham um cérebro fisicamente menor do que em relação ao cérebro masculino.¹⁰⁴ Sua capacidade intelectual estava restrita à necessidade do cumprimento de seus deveres naturais. Baseado nesse pensamento que vigorou por tantos séculos, justifica-se o porquê da defesa da mulher necessitar estar sob a tutela intelectual daquele que possuía o cérebro maior, no caso o homem. Sendo assim, podemos concluir que o predomínio masculino estava ancorado no pensamento científico da época que o legitimava. Dessa forma, conclui Soihet, “essas características atribuídas às mulheres eram suficientes para justificar que se exigisse delas uma atitude de submissão, um comportamento que não maculasse sua honra”.¹⁰⁵

Pela concepção do patriarcado, as mulheres eram preparadas socialmente para desempenhar da melhor maneira possível as atribuições decorrentes do casamento, dos cuidados com a casa e principalmente com a educação dos filhos, para quem elas deveriam ser o mais perfeito dos exemplos na transmissão dos valores e da educação. Por esta tese, “a mulher em si não é nada, ela deve esquecer deliberadamente de si mesma e realizar-se através dos êxitos dos filhos e do marido”.¹⁰⁶ Contudo, o discurso sobre as diferenças sexuais e dos lugares naturalmente estabelecidos para homens e mulheres

foi fundamental na construção da ordem moderna e na aceitação da não cidadania das mulheres, sem, contudo, excluí-las da sua condição humana. A saída para incluí-las, já que elas não estavam fora da humanidade, foi a distinção entre o sujeito passivo – vinculado à esfera privada e desprovido de certos requisitos para interferir na coisa pública – e o sujeito ativo, cidadão e dotado desses requisitos¹⁰⁷.

¹⁰³ BOXER, Charles R. **A mulher na expansão Ultramarina Ibérica**. Lisboa. Livros Horizonte, 1977.

¹⁰⁴ Em sua análise, Colling observou que essa ideia já estava presente na obra “Partes dos Animais”, de Aristóteles. Ver: COLLING, Ana Maria **A Construção da Cidadania da mulher brasileira**. Op. Cit. p. 46

¹⁰⁵ SOIHET, Raquel. **Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano**. Op. Cit. p. 363.

¹⁰⁶ RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar, Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 3ª Ed, 1997, p. 65.

¹⁰⁷ ARAÚJO, Clara. **Cidadania democrática e inserção política das mulheres**. Revista Brasileira de Ciência Política, n.9, Set., 2012. p.154

Outro ponto de análise está em pensar as mulheres no contexto do discurso e das práticas religiosas, importante para refletir sobre as consequências sociais e morais que sempre atingiram as mulheres e que serviram para a propagação das desigualdades entre os gêneros.

Dois pontos devem ser ressaltados: o primeiro, diz respeito a narrativa judaico-cristã presente no livro de Gênesis, que narra que Deus criou inicialmente o homem e a partir dele criou a mulher ao qual deu o nome de Eva, mulher que instaurou o pecado quando desobedeceu a Deus. Essa afirmação foi muito difundida e manipulada, especialmente na Idade Média. Desde então é disseminada de geração em geração e serve como base para justificar, de certa forma, a superioridade masculina propagada em muitas sociedades de épocas diferentes. Dessa forma, pode-se concluir que o discurso religioso baseado na interpretação das Sagradas Escrituras reforçava a inferioridade feminina em relação ao homem e contribuía para reforçar a ideia da existência de divisões de papéis entre homens e mulheres, cabendo à mulher um lugar secundário na sociedade, devendo ser obediente e submissa.

O relato da criação da mulher, bem como a da sua parte na tentação de Adão e sua conseqüente condenação por Deus, danando toda a humanidade, tem efeitos devastadores muito duradouros sobre a imagem da dignidade do feminino. Nunca l; perdia a oportunidade de lembrar às mulheres o mito do Éden, reafirmado e sempre presente na história humana.¹⁰⁸

Outro ponto, está na representação das mulheres pelo Cristianismo e, especialmente pela Igreja Católica desde a Idade Média. Esta representação acontecia de forma dicotômica ao usar a imagem de duas figuras de extrema importância na hermenêutica bíblica: Maria e Eva. Maria, a Imaculada Virgem, mãe de Jesus, era símbolo da mulher perfeita, o ideal de mulher e exemplo a ser seguido pelas mulheres cristãs. Ela é a antítese de Eva, já que esta representa o pecado, a tentação, a desobediência e a transgressão; a culpa da queda do paraíso é de Eva. Sendo, portanto, identificada como exemplo negativo para as mulheres de boa moral. Se a alma feminina era propensa ao pecado, as mulheres eram percebidas como filhas de Eva e só se aproximariam de Maria se seguissem o seu exemplo de mãe e de mulher abnegada. Eva representava “o que a mulher é, enquanto Maria pautava-se naquilo que a mulher deveria

¹⁰⁸ COLLING, Ana Maria. **A cidadania da Mulher Brasileira: uma genealogia**. São Leopoldo: Oikos, 2021. p.52

ser”¹⁰⁹. Não resta dúvida que essas duas representações femininas influenciaram teorias, escritos, condutas e principalmente na identidade feminina ao longo dos séculos. Nesse sentido:

Vista como uma soma desarrazoada de atributos positivos e negativos, cujo resultado nem mesmo os recursos científicos cada vez mais sofisticados poderiam prever, a mulher transformava-se num ser moral e socialmente perigoso, devendo ser submetida a um conjunto de medidas normatizadoras extremamente rígidas que assegurassem o cumprimento do seu papel social de esposa e mãe; o que garantia a vitória do bem sobre o mal, de Maria sobre Eva.¹¹⁰

É interessante pontuar que a utilização da Virgem Maria como símbolo maior de mulher virtuosa e de suas funções como mãe e esposa perfeita pode ser relacionada ao que Pierre Bourdieu denomina de “poder simbólico”. Para o autor, o “poder simbólico é, um poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.¹¹¹ Os símbolos funcionam como instrumento de dominação, fazem parte do modo como representamos a realidade e o mundo, uma configuração que acaba determinando a atuação de cada pessoa, como vai se comportar, a sua postura e o que pode ou não fazer. Quando se “cria” modelos e estereótipos femininos a se seguir, promove-se violência simbólica contra as mulheres.

Por fim, a análise do terceiro ponto nos revela que os discursos sobre os papéis adequados para homens e mulheres, bem como as limitações e tutela feminina faziam-se presente no âmbito jurídico. Sendo assim, constata-se que ao longo da história jurídica brasileira, a mulher foi alijada de cidadania e direitos, sendo subjugada e penalizada simplesmente pelo seu gênero em legislações que davam amplos poderes aos homens e reforçava a sua suposta superioridade diante do sexo feminino. Como exemplo, e para fundamentar nossa tese, trouxemos duas legislações que se enquadram no tempo e espaço dessa pesquisa. A começar pelo Código Penal Brasileiro de 1890. Esse conjunto de Leis, instituído logo depois da proclamação da República, sob os aspectos que nos interessam

¹⁰⁹ RIBEIRO, Silvana Mota. ‘Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas do feminino no Cristianismo’, comunicação apresentada ao IV Congresso Português de Sociologia, Universidade de Coimbra, 17-19 de Abril de 2000. Texto Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5357>. Acesso em 10/05/21

¹¹⁰ ENGEL, Magali. *Psiquiatria e Feminilidade*. ENGEL, Magali. *Psiquiatria e Feminilidade*. In: PRIORI, Mary Del (Org). **História das Mulheres no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002, p 332.

¹¹¹ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Op. Cit. p. 7.

nessa análise, manteve o patriarcalismo e o machismo do período imperial (crimes contra a família) e ressaltava a necessidade da preservação da família brasileira como base para o progresso da pátria, a obrigação da mulher de bem de conduzir a família e impor um padrão de “mulher honesta” - em crimes como defloração e estupro, cabia à mulher, por exemplo, provar ao juiz a sua inocência, honestidade e ingenuidade – nesse crime, havia diferença de pena para o estuprador: se a vítima fosse uma “mulher honesta”, a pena ao estuprador seria mais alta do que se o ato fosse com uma prostituta. A mulher casada que cometesse adultério seria punida com a pena de prisão celular por um a três anos, conforme previa o artigo 279. Já o adultério masculino só previa pena igual se ele tivesse “concubina teuda e manteuda”.

Já o Código Civil da República, elaborado por Clovis Beviláqua e sancionado no ano de 1916¹¹², ao tratar dos direitos da família, ratificou as obrigações e funções determinadas às mulheres em legislações anteriores. No artigo 6º as mulheres casadas eram consideradas relativamente incapazes a certos atos na esfera civil, sendo equiparada aos menores, aos pródigos e aos silvícolas. Elas eram representadas legalmente por seu cônjuge, este considerado o chefe da sociedade conjugal e detentor do pátrio poder. Nesse sentido, de acordo com Andreia Borelli, o código sugere a liberdade como autodeterminação. Ao optar pelo casamento, a mulher “escolhia” livremente a situação de sujeição, bem como as condições estabelecidas pela lei e pelo costume. Elas eram obrigadas a adotar o nome do marido, tornando-se membro da família dele. A anulação do casamento era permitida caso o marido descobrisse que a mulher não se casou virgem. Caso não se casasse seria beneficiada pelo artigo 2º, tendo seus direitos equiparados aos dos homens¹¹³. Como salienta Perrot, “a mulher solteira é uma mulher maior que dispõe de direitos iguais. A mulher casada é uma menor submissa ao seu marido até no segredo de sua correspondência”¹¹⁴. O código também auferia ao marido a administração dos bens do casal e os particulares da esposa, a decisão sobre o direito de ela trabalhar, estudar, aceitar ou repudiar herança, além de escolher o domicílio da família. Vale ressaltar que a autorização formal do marido para a esposa trabalhar ou estudar poderia ser suprimida no momento que ele desejasse. A liberdade da mulher, portanto, era cerceada pelo domínio

¹¹² Substituiu as ordenações Filipinas e foi revogado pela Lei nº 10.406 de 2002 quando o novo código entrou em vigor.

¹¹³ BORELLI, Andrea. “A Rainha do Lar”. *A esposa e a mãe perante a legislação brasileira. 1830-1950*. Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. p 2

¹¹⁴ PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Op. cit., p. 270.

masculino. Aos maridos cabia a obrigação de “defender, proteger e sustentar financeiramente sua esposa e prole”.¹¹⁵ Somente a incapacidade do marido ou a viuvez devolviam às esposas seus direitos, tornando-as capazes perante a Lei e detentoras do pátrio poder. Pelo art. 320, em caso de desquite judicial, só teria direito a pensão alimentícia a mulher que fosse pobre e inocente. Se a viúva voltasse a se casar, perderia os direitos sobre os filhos do casamento anterior, o que desagradava as feministas, como apontado por Marques e Melo.¹¹⁶

A incapacidade civil da mulher casada incomodava parte da população feminina, que questionava a inferioridade e desigualdade de direitos em relação aos homens. Eram mulheres mais instruídas, e, portanto, mais conscientes e engajadas na luta por mudanças. Porém, a maioria das brasileiras, desprovidas de instrução, não tinham a mesma percepção.

Uma ressalva se faz necessária. Muitas das características “ditas femininas” tais como empregadas até o século XX, não se aplicavam a todas as mulheres. Havia a distinção entre o modo de agir, de viver em sociedade, de falar e de se comportar entre as mulheres de classes sociais diferentes. As mulheres das camadas mais populares, que precisavam lutar por sua subsistência e que já estavam há tempos inseridas no mundo público do trabalho formal ou informal, ocupando diversos espaços citadinos, não se enquadravam às características como fragilidade, submissão, delicadeza e recato. Eram mulheres mais livres - inclusive sexualmente - e independentes, que brigavam nas ruas, que iam presas, que falavam palavrões, que desacatavam autoridades e que em sua maioria viviam em regime de concubinato¹¹⁷. Exatamente por essas questões que o controle sobre as mulheres e a oposição de gênero era muito maior nos segmentos médios urbanos e representantes das elites econômicas.

Partindo do pressuposto apresentado, é possível concluir, portanto, que as mulheres envolvidas nas lutas emancipacionistas do início do século XX, enfrentaram o forte conservadorismo da sociedade e de instituições como a Igreja, não só por parte dos

¹¹⁵ Projeto do Código Civil Brasileiro, 1900, Parte Geral I, Título II, p 132- 133, contido no CD-ROM Códigos Cíveis do Brasil: do Império à República. Brasília: Senado Federal, 2002. In: MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(2): 463-488, maio-agosto/2008 p. 469

¹¹⁶ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. **Revista Estudos Feministas**. Op. cit. p. 469.

¹¹⁷ A questão do casamento formal era algo muito mais típico das classes mais ricas, devidos os custos do casamento, as burocracias e relações que envolviam patrimônio e, em alguns casos, até alianças políticas.

homens, mas também de muitas mulheres defensoras da continuidade do patriarcalismo e da supremacia do papel tradicional da mulher, identificando como transgressoras da ordem e da família àquelas que contestavam a sua condição social de “Rainha do Lar”. Afinal, o patriarcado defendido e mantido por homens e mulheres “mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis”¹¹⁸. Portanto, diante do exposto, faz necessário ponderar que mais do que “mulheres a frente do seu tempo”, como o senso comum nos leva a pensar, essas mulheres que ousaram contestar e enfrentar o patriarcalismo, lutando por mudanças na sua condição social, foram mulheres que tiveram meios econômicos e intelectuais, além de uma dose de coragem para assumir-se feminista e enfrentar preconceitos, rótulos, desconfiança e todo tipo de adversidades que caracterizava (e ainda caracterizam) o antifeminismo que as atingia.

1.2. “mulheres modernas” no contexto manauara do início do século XX

“A mulher amazonense não é pusilânime, pelo contrário, é uma mulher valorosa, heroica e indomável”. Foram essas as palavras usadas pela deputada Maria de Miranda Leão para descrever o “perfil das mulheres amazonenses” durante seu discurso na plenária da Assembleia Legislativa do Estado no ano de 1935.¹¹⁹ De fato, constata-se que as amazonenses demonstravam desde o início do século XX que não estavam alheias aos acontecimentos do restante do país e acompanhavam a seu ritmo e modo, as lutas e conquistas das irmãs de outros estados. E assim, conforme comentado no tópico anterior, os preceitos da mulher moderna, seus dilemas e expectativas também fizeram parte da realidade de parte das amazonenses, especialmente daquelas que formavam as classes médias urbanas e com elevado nível de escolaridade.

As mudanças sociais para as amazonenses não resultaram de um processo fácil, totalizante, nem tão pouco livre de embates. O Amazonas é um estado cuja sociedade se formou com raízes na tradição oral, no conservadorismo e no patriarcalismo, razões suficientes para que as questões advindas com a modernidade, especialmente as que envolviam a falada “emancipação feminina”, não estivessem isentas de contestações e

¹¹⁸ LERNER, Gerder. **A criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019. p.21.

¹¹⁹ **Annaes da Assembleia Constituinte do Amazonas**. Fev-jun 1935, p. 117.

afirmações do quão perigoso ela poderia representar para as “moças de família” e para a “sociedade de bem”. Além do mais, os novos ideais femininos não eram perseguidos por todas as mulheres, principalmente nos seguimentos mais abastados da sociedade amazonense, onde prevaleciam as relações familiares baseadas na distinção de poderes e papéis entre homens e mulheres, garantindo a manutenção de certo status social.

Pode-se afirmar que as mudanças na condição feminina no Estado são o resultado de um processo que caminhou seguindo os acontecimentos políticos, sociais e econômicos do chamado período da *Belle Époque* manauara, entre os anos finais do século XIX e anos iniciais do XX, consequência do desenvolvimento da economia extrativista-exportadora do látex que trouxe riqueza, opulência e muitas transformações para o Amazonas.

Destarte, Manaus renasceu no final do século XIX. De cidade provinciana, de ruas sem calçamento, de barro, cortada por diversos igarapés, composta por gente simples e analfabeta¹²⁰, indígenas e mamelucos em sua maioria, como descrita pelos viajantes naturalistas que por aqui percorreram nossos rios e cidades no transcurso do noventa, para a “Paris dos trópicos, a capital da Borracha, cidade moderna e elegante, cidade do fausto”, como descrito por Edineia Dias¹²¹. Nesse período, a cidade viveu seu primeiro surto de urbanização, cresceu e se transformou com o alargamento das ruas e avenidas, soterramento de igarapés, com a arborização, com a chegada da energia elétrica, dos bondes e das construções arquitetonicamente ao estilo europeu, como os palacetes. O símbolo maior dessa opulência é o belíssimo Teatro Amazonas, inaugurado em 1896, durante o governo de Eduardo Ribeiro. Nesse contexto de efervescência econômica, foi preciso

modernizar, embelezar e adaptar Manaus às exigências econômicas e sociais da época, passa a ser o objetivo maior dos administradores locais. Era necessário que a cidade se apresentasse moderna, limpa e atraente, para aqueles que a visitavam a negócios ou pretendessem estabelecer-se definitivamente [...] a cidade, antes espaço comum, modifica-se e estratifica-se segundo uma nova configuração: a de classe.¹²²

¹²⁰ Segundo dados do recenseamento da República de 1890, a população de Manaus em 1890 era de 38.720, sendo 20.558 homens e 18.162 mulheres. 31 de dezembro de 1890. Desse total, 79,81% eram analfabetos, totalizando 30.901 habitantes, sendo 15.214 homens e 15.687 mulheres. Diretoria Geral de Estatística. Disponível em biblioteca.ibge.gov.br.

¹²¹ DIAS, Ednéa Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**. Manaus 1890-1920. 2º ed. Manaus: Editora Valer, 2007. p.27

¹²² Idem. *Ibidem*. p. 28

Conforme Pinheiro, “todas essas transformações, aliadas a uma política de introdução de imigrantes nacionais e estrangeiros, produziram importantes modificações na composição do quadro populacional, interferindo nos costumes, hábitos e valores tradicionais da população”¹²³. Nesse processo migratório, a cidade recebeu nordestinos vindos principalmente do Ceará e imigrantes de várias partes do mundo¹²⁴, especialmente europeus, vindos em maior número de Portugal, Espanha e Itália, que vieram atraídos pelas oportunidades de trabalho e fortuna com a extração da borracha (*Hevea brasiliensis*), mas deixaram suas marcas impressas na nova sociedade que estava se formando e “encontrando, na cidade, um espaço de sobrevivência, acolhimento e, também, de reconstrução identitária advinda do imperativo da assimilação à nova ambiência social e cultural”¹²⁵.

Ao se transformar urbanisticamente, Manaus transformou-se também socialmente, destacando profundas mudanças nas mentalidades e partilhando das experiências da modernidade: um novo estilo de vida e grandes transformações, não só materiais, como também espirituais e culturais¹²⁶.

A experiência vivida por Manaus, nos faz rememorar os ensinamentos de Nicolau Sevcenko, para quem o advento de mudanças econômicas altera os hábitos e costumes cotidianos, as formas de viver, de sentir e ver o mundo.¹²⁷ É certo que as elites desfrutaram muito mais dessas transformações geradas e que a cidade foi organizada para atender as suas necessidades, mas de maneiras diversas as classes populares também

¹²³ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Mulheres em cena: Mundos do trabalho e associativismo feminino em Manaus (1900-1920)**. Projeto História, São Paulo, v. 74, pp. 122 - 149, mai.-ago., 2022, p.124.

¹²⁴ Com a imigração, a população de Manaus aumentou consideravelmente no final do século XIX. Segundo dados do Recenseamento de 1890, Manaus contava com uma população 38.720 habitantes, e o Estado do Amazonas totalizava 147.915. Diretoria Geral de Estatística, 31 de dezembro de 1890. Disponível em biblioteca.ibge.gov.br.

Ana Maria Daou, apresenta outros dados sobre a estimativa da população na capital Manaus: 5.081 habitantes em 1852; 38.720 em 1890; 52.040 em 1900 e alcançando 80.000 habitantes em 1908. DAOU, Ana Maria. Instrumentos e sinais de civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense. **Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 4 (suplemento), p. 867-888. set. 2000. p.873

¹²⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Presença espanhola na cidade da Borracha**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 47, n. 2, p. 1-14, maio-ago. 2021, p.1.

¹²⁶ DIAS, Ednéa Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**. Op. Cit. p.27.

¹²⁷ SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: **História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v.3. p. 8-9.

estiveram presentes e, na medida do possível, foram atingidas por benefícios nesse novo tempo, especialmente no que se refere a oportunidades de trabalho e renda¹²⁸.

Economicamente, Manaus tornou-se um importante entreposto comercial exportador e importador, resultando na implantação de diversas firmas comerciais ligadas à exportação do látex, além de um amplo comércio varejista de produtos nacionais e internacionais. Além do comércio, abriram-se oportunidades na indústria, no setor de serviços, no serviço público e nos setores informais de trabalho. Como consequência, os papéis de gênero passaram por modificações e a presença feminina no mundo do trabalho manauara ganhou maior visibilidade em ambos os setores, além de garantir a sobrevivência de inúmeras mulheres e de suas famílias. A informalidade foi marcada pela ampliação de atividades “destinadas social e moralmente” ao sexo feminino: doceiras, vendedoras ambulantes, babás, cozinheiras, camareiras de hotéis, lavadeiras, arrumadeiras e passeadeiras, estas últimas, “contratadas tanto por particulares, como também pelos proprietários de bares, restaurantes, pensões e hotéis da cidade cujo número crescia acentuadamente”¹²⁹. Ainda no setor informal, o campo da prostituição, tanto aquela vivida no “baixo meretrício” como aquela que ocorria nos grandes cabarés frequentados por homens da elite, também se expandiu¹³⁰. No comércio, as mulheres foram atraídas principalmente para as atividades de vendedoras, balconistas e guarda-livros. Já nos escritórios das firmas comerciais as mulheres atuavam como secretárias, datilógrafas e amanuenses. O setor fabril, que mesmo tendo pouca expressão na economia do Estado admitiu elevado número de mulheres principalmente em quatro fábricas: na Fábrica de Roupas Amazonense, na Fábrica de Beneficiamento de Castanha, na Fábrica Brasil- Hevea e na Fábrica de Cigarros Itatiaya¹³¹. Sobre o tema abordado, um fato importante destacado na pesquisa pioneira de Pinheiro é a composição social da mão

¹²⁸ A historiografia amazonense já demonstrou outros efeitos dessas transformações vivenciadas por Manaus, destacando os seus aspectos negativos para as camadas mais pobres da cidade, vítimas da desigualdade social gerada, e para as formas de sociabilidade, costumes e tradições de outros tempos. No entanto, para a discussão que se propõe nesse trabalho, optamos por destacar a questão do desenvolvimento econômico e social, mesmo que atravessados por princípios capitalistas, que impactaram em oportunidades de educação, trabalho e luta por direitos, especialmente para as mulheres.

¹²⁹ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)** Tese de Doutorado em História. São Paulo, PUC-SP, 2001, p. 222-223.

¹³⁰ Ver: LIRA, Bárbara Rebecka Gomes de. **A difícil vida fácil: o mundo da prostituição e suas representações na cidade de Manaus (1890-1925)**. 2014. Dissertação de Mestrado em História. UFAM, Manaus, 2014.

¹³¹ Um estudo mais completo pode ser conferido em CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. **Trabalho e Emancipação: um olhar sobre as Mulheres de Manaus (1890-1940)**. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2010.

de obra feminina manauara, composta mulheres brancas, negras e mestiças; amazonenses, nordestinas e estrangeiras principalmente portuguesas, francesas, polacas e barbadianas, cada uma delas sendo preferidas em determinadas profissões¹³².

É importante destacar que para algumas atividades no setor formal de trabalho, essas oportunidades só foram possíveis graças a dois acontecimentos importantes: o primeiro diz respeito ao melhor acesso à educação do qual as amazonenses tiveram direito nesse mesmo período. O segundo acontecimento está relacionado com as ideias de emancipação feminina que, assim como no resto do país, também já “conquistavam corações e mentes” e começaram a influenciar as mulheres mais letradas, em favor de sua independência econômica e contra a subordinação masculina.

Como vimos, diante dos novos valores impostos pela modernidade, o ideal de desenvolvimento das sociedades foi pautado através da educação, ou melhor, do quanto a sua sociedade era educada. Manaus sentiu a necessidade de educar e instruir sua população acompanhando o que ocorria no restante do país. Nesse sentido, a educação feminina “era vista como condição para a superação da condição de vila bem como a incorporação de novos hábitos relacionados ao cultivo da cultura erudita e com a formação de uma população instruída”¹³³. Para alcançar tais objetivos fizeram-se necessários amplos investimentos na área da educação elementar – que reduziu o analfabetismo da sociedade, na educação secundária e profissionalizante - essas incentivadas tanto pelo poder público, quanto pela iniciativa privada - e investimentos na educação superior, já que desde 1909 Manaus passou a oferecer educação de nível superior através da Escola Universitária Livre de Manaus¹³⁴.

Em que pese a “civilização” de uma sociedade ser comumente medida por sua instrução, e, no início do século, pela instrução feminina, fez-se necessário e foi uma preocupação muitas vezes expressada nas páginas dos jornais. A exemplo, em Manaus,

¹³² As barbadianas, por exemplo, eram preferidas nos serviços domésticos de cozinheiras e arrumadeiras assim como as portuguesas, também preferidas juntamente com outras europeias para o serviço de camareiras de hotéis e como operárias de fábricas. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte**. Op. cit., p. 222-223.

¹³³ SANTOS, Fabiane Vinente dos. **Mulher que se Admira, Mulher que se Deseja, Mulher que se Ama**. gênero e sexualidade nos jornais de Manaus. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: UFAM: 2005. p. 66.

¹³⁴ No final da primeira década do século XX, existiam doze escolas particulares de médio e grande porte em Manaus, sendo que pelo menos a metade delas atendiam exclusivamente o sexo feminino. Sobre isso ver: CAMPOS, Luciane Maria Dantas. **Trabalho e Emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus**. UFAM, 2010.

o jornal “O Grêmio” (1909)¹³⁵, alertava que era preciso que os viajantes de nossa terra ficassem convencidos de que em nosso meio havia também moças inteligentes, educadas e habilitadas¹³⁶. Nesse jornal, a questão da educação foi a sua pauta principal de editorial, que conclamava as mulheres amazonenses ao cultivo de sua inteligência, fosse através das oportunidades surgidas e a surgir, ou pela coragem de lutar e se deixar atingir por esse ideal. Era necessário se libertar “das prisões obscurantistas e colocar-se na posição a que tinham direito, na esperança de um porvir que traria também a sua glória”¹³⁷. De fato, a análise do editorial do O Grêmio nos oferece muitos elementos compatíveis com a luta pela instrução feminina presente em vários jornais produzidos por mulheres por todo o país. Além do mais, a tônica da discussão empregada no referido jornal, assemelhava-se ao que publicações feministas do restante do país estavam discutindo. No entanto, o jornal não se intitulava feminista e não escapou de propagar, em alguns momentos, um discurso conservador e moralmente aceito.

A inteligência e a compreensão da mulher estão em correlação equitativa com o do homem, sendo, porém, a deste mais cultivada. Temos exemplos vivos na América do norte, em alguns países da Europa e mesmo no sul de nosso país, em mulheres munidas de diplomas, desenvolvem as suas diversas atividades, provando desta forma que suas inteligências foram desenvolvidas e aperfeiçoadas, dando em resultado o que sabemos. Já vemos que as inteligências estão equiparadas, faltando-nos apenas o cultivo e no dia em o tivermos, nesse dia será feita a emancipação da mulher.¹³⁸

Além disso, o ideal de educação feminina nesse período relaciona-se com a maternidade e o matrimônio, um atributo valorizado entre as classes mais abastadas. Contudo, paulatinamente as moças manauaras vão dando outros sentidos para a sua formação, muitas vezes rompendo as limitações e empecilhos impostos em searas dominadas por homens. Tal acontecimento recebeu enaltecimentos de grupos sociais que viam nessa nova realidade a promoção de uma nova moral feminina. Como apontado pelo O Grêmio,

¹³⁵ “Órgão do Grêmio Familiar Amazonense”. O Grêmio, foi sem dúvida alguma o mais importante jornal feminino produzido exclusivamente por mulheres no Amazonas por imprimir uma linguagem mais próxima ao conteúdo feminista de emancipação da mulher. Pretendia ser uma publicação mensal, no entanto, só saiu a público duas vezes: a primeira edição em 5 de setembro de 1909 e a segunda, em 10 de julho de 1910.

¹³⁶ **O Grêmio**, n 1. Manaus, 05 de setembro de 1909.

¹³⁷ *Idem*.

¹³⁸ *Idem*.

Felizmente a mulher vai deixando de ser uma ostentação de beleza plástica dos salões, para colocar-se pela cultura intelectual no estudos de problemas que dizem respeito à comunhão social. Vê-se hoje a admiração de muitos, o elevado número de moças que frequentam os cursos secundários e superiores dos principais estabelecimentos de instrução de Manaus. São estes os primeiros ensaios da elevação e grandeza da mulher. Preza aos céus que um raio de sol as ilumine e Deus, dos arcanos de sua maravilhosa sabedoria, as proteja para o bem e a glória da humanidade¹³⁹

Para além da questão civilizatória, a educação carregava consigo a oportunidade do primeiro passo para as mulheres alcançarem a sua emancipação. Nesse sentido, o caráter emancipatório da educação viabilizaria a transformação da condição social da mulher, especialmente aquelas provenientes dos segmentos médios urbanos, lhes propiciando oportunidades de exercerem uma profissão remunerada, diminuindo sua subordinação e dando-lhes mais autonomia financeira e liberdade. Para tanto, era necessário o acesso à uma educação e escolarização equiparadas às oferecidas aos homens.

Objeto da luta feminina por educação, a educação secundária destacou-se também pelo ingresso maciço das moças nas escolas normais, nas últimas décadas do século XIX, com o objetivo de se formarem professoras para atuarem na educação elementar. Formar-se professora era “honroso e digno”, ganhava legitimidade e aprovação social, pois o trabalho feminino como docente, particularmente com crianças, era uma extensão do papel de mãe que as mulheres exerceriam com outras crianças. No Amazonas, a criação da Escola Normal está datada de novembro de 1880¹⁴⁰ e desde o seu início foi marcada como uma das maiores oportunidades abraçadas pelas moças manauaras, comprovando o que ocorria também em outras partes do país. Os estudos sobre o tema comprovam que a maioria dessas jovens normalistas pertencia à classe média, outras eram atraídas pela necessidade financeira que seria sanada com a conclusão do curso normal e sua entrada no magistério, outras ainda “eram atraídas por ambicionarem ir além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, mas todas seriam cercadas por restrições e cuidados para

¹³⁹ **O Grêmio**, n 2. Manaus, 10 de Julho de 1910.

¹⁴⁰ Criada pelo Regulamento 42 de 14 de Dezembro de 1881. Em 1890 o governador Augusto Ximeno de Villeroy transformou a Escola Normal em Instituto Normal Superior, formando professores num curso de 4 anos. Com a extinção deste e a criação do *Gymnásio Amazonense* em 1893, a formação de professores ficou subordinada ao curso normal anexo ao *Gymnasio* permanecendo nesta situação até o ano de 1900, quando o curso ganhou autonomia. Ver CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. **Trabalho e Emancipação**. Op. Cit.

que sua profissionalização não se chocasse com sua feminilidade”.¹⁴¹ Nesse sentido, o trabalho no magistério era considerado a profissão ideal para o sexo feminino pelo fato de ser realizado em turno único, o que possibilitaria conciliar suas demais obrigações de mulher, principalmente se fosse casada e mãe.

No Amazonas, as professoras representaram uma grande parcela do funcionalismo público durante toda a primeira metade do século XX, sendo a maioria indiscutível nas escolas de primeiro grau e uma minoria nas escolas de educação secundária. As professoras pertenciam ao grupo de mulheres, também composto por servidoras públicas e bacharéis em direito, que mais se articulavam nas lutas femininas/feministas por mais direitos, inclusive na luta pelo sufrágio, compondo inclusive as federações que foram criadas com esse fim.

Para atender as necessidades dos novos tempos, Manaus viu surgir nos primeiros anos do século XX, escolas profissionalizantes que ofertavam cursos voltados para a área comercial, como escrituração mercantil, datilografia, guarda-livros e contabilidade¹⁴². O ensino profissional foi importante pois proporcionou especialização para uma determinada profissão, dando condições para que as mulheres pudessem concorrer ao mercado de trabalho que se abria cheio de oportunidades. Já a oportunidade da experiência universitária chegou para o público feminino em 17 de janeiro de 1909 com a criação da *Escola Universitária Livre de Manáos*, considerada a primeira experiência universitária no país¹⁴³. Dos 159 alunos matriculados no primeiro ano de funcionamento da Universidade (1910), 20 eram do sexo feminino. O ingresso das moças nos cursos foi ocorrendo de forma gradativa: primeiramente nos cursos de odontologia e farmácia, seguido por obstetrícia e por fim, direito¹⁴⁴.

Em janeiro de 1912 a *Escola Universitária Livre de Manáos* realizou a cerimônia de graduação das primeiras mulheres na cidade de Manaus. Eram sete no total de vinte e

¹⁴¹ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das Mulheres no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002, p 453.

¹⁴² Em pesquisa anterior, foi possível afirmar que já em 1897 Manaus passou a oferecer esse tipo de ensino para os jovens, incluindo as moças que eram empregadas em larga escala no comércio local. Ver CAMPOS, Luciane Maria Dantas. **Trabalho e emancipação. Op. Cit.**

¹⁴³ anterior à criação de algumas importantes universidades como a de São Paulo (1911), Paraná (1912) e a do Rio de Janeiro (1920), primeira universidade pública do Brasil. Era composta inicialmente de cinco faculdades: Ciências e Letras; Ciências Jurídicas e Sociais; Medicina (cursos de farmácia, obstetrícia e odontologia), Engenharia (cursos de engenharia civil, Agrimensura e agrimensura) e Militar (curso de três armas). BRITO, Rosa Mendonça. **100 Anos UFAM**. Manaus: EDUA, 2009, p. 21.

¹⁴⁴ Este tema também está presente nas discussões da dissertação de Mestrado. Ver CAMPOS, Luciane Maria Dantas. **Trabalho e emancipação: op. Cit.**

um formandos: três do curso de Farmácia e quatro do curso de odontologia. Entre as quatro bacharéis em odontologia, estavam as irmãs Marina e Honorina Amora, que eram também professoras normalistas, professoras de piano, dirigiam duas escolas, sendo uma de música e posteriormente abriram seu “gabinete cirúrgico-dentário”. Marina Amora também foi diretora do “Grêmio Familiar Amazonense” que editava o jornal feminino *O Grêmio* publicado em 1909. Posteriormente, em 1916, Raymunda Chevalier graduou-se em Farmácia. Para a pesquisa, Chevalier tem uma importância ímpar, pois coube a ela a iniciativa da criação da Federação Amazonense pelo Progresso Feminino (FAPF), filial da FBPF que lutou pela participação feminina na política, como veremos adiante. Já a primeira advogada formada pela referida Universidade, só foi diplomada no ano de 1918, era a cearense Maria Luiza de Sabóia¹⁴⁵. Sabóia, “ilustrada professora pública”, como a definiu o Jornal “A Reacção”, era, segundo o mesmo jornal, “incontestavelmente a mais ardorosa defensora do feminismo no Amazonas”.¹⁴⁶

Embora a antiga Escola Universitária Livre de Manáos tenha tido vida curta¹⁴⁷ mesmo assim foi de fundamental importância no processo de emancipação feminina em Manaus, pois na medida em que abriu suas portas às mulheres da cidade, atendeu aos anseios educacionais e profissionais daquelas cujos ideais iam muito além dos limites estabelecidos pela sociedade como permitidos a elas. Infelizmente a ausência de informações profissionais sobre a maioria das diplomadas de Manaus nos faz supor que o não exercício da profissão ao término do curso está relacionado com as pressões e desaprovação social, casamento e em menor proporção, a ideia do diploma como “ornamento” concebida por algumas mulheres.

¹⁴⁵ Ela era filha de um importante advogado da capital, lente de direito civil e em meados da década de 1920 vice diretor da Faculdade de Direito, dr. Gilberto de Sabóia, fato que nos leva a pensar que a posição social de seu pai talvez tenha contribuído para a sua permanência no curso. Somente a persistência e os ideais faziam superar as dificuldades e as pressões sociais impostas às mulheres daquele período, principalmente para aquelas que ousavam ingressar num curso considerado “reduto masculino” e por isso mesmo, uma área imprópria ao sexo feminino como era o curso de Direito. Não foram evidenciadas fontes que indiquem que ela exerceu a advocacia, mas sim o magistério na Escola Normal. Ver: CAMPOS, Luciane Maria Dantas. **Trabalho e emancipação**: op. Cit. p. 103.

¹⁴⁶ Maria Luiza de Sabóia. A mulher na sociedade. **A Reacção**, Manaus, 02 de outubro de 1932.

¹⁴⁷ A Escola Universitária Livre de Manáos também sentiu os efeitos da crise financeira da borracha que atingiu Manaus a partir de 1912 e foi se desestruturando até se extinguir totalmente no ano de 1926. Nesse período, alguns cursos ganharam autonomia e funcionaram como unidades isoladas, enquanto outros cursos e faculdades foram fechados. A antiga faculdade de engenharia transformou-se na Escola Agrônômica funcionando até o ano de 1943. Da Faculdade de Medicina restaram os cursos de farmácia e odontologia extinta em 1944. A Faculdade de Direito que se desligou em 1917 foi a única que conseguiu sobreviver até o ano de 1962 quando foi criada a Universidade do Amazonas, sua sucessora legítima.

As assertivas apresentadas tem o objetivo de afirmar que esses acontecimentos foram paulatinamente modificando os perfis femininos amazonenses, pois nas décadas que se seguiram, ocorreram muitas outras conquistas e mudanças que deram a elas o ingresso em novos espaços e funções. Em 1937, o então governador do Estado, Álvaro Maia, celebrou em discurso exatamente essa nova realidade na qual se encontravam as amazonenses naquele tempo

“A mulher amazonense acha-se amparada em tudo quanto lhe asseguram as leis. Isolada no ensino primário, quase exclusividade sua, atinge hoje outros departamentos de labor, mediante provas de concurso, ou de habilitação. Na direção de repartições, nas câmaras legislativas, no magistério, acompanham, com civismo sadio, a renovação sócio-política do Estado”¹⁴⁸

No entanto, é salutar relembrar que essas mudanças e conquistas dos segmentos femininos não estiveram isentas de críticas, posturas preocupantes, conflituosas, contraditórias e antifeministas, por parte de alguns grupos que formavam ou representavam a sociedade amazonense, assim como ocorreu por todo o país e sobre o qual já comentamos anteriormente. Os discursos desses grupos, contemporâneos do grande desenvolvimento econômico oriundos da extração da borracha, mostra a contradição de uma sociedade que rogava pela chegada do progresso e da civilidade, mas que não admitia mudanças comportamentais, principalmente as mudanças que se originavam dos segmentos femininos.

Nesse sentido, como “porta voz” da sociedade ou simplesmente manifestando as percepções e opiniões de seus redatores - ou de seu próprio editorial - sobre os fatos e acontecimentos cotidianos, a imprensa amazonense é fonte para comprovações dessas assertivas¹⁴⁹, já que refletiu o desconforto e os limites dessa sociedade que se queria moderna e atualizada com o mundo europeizado burguês, mas que se mostrava incapaz de assimilar certas facetas dessa modernidade alardeada, como sustentado por Pinheiro.¹⁵⁰ Vejamos como exemplo, uma publicação da Revista *A Nota*¹⁵¹, de 1917, criticando o que consideravam ser consequência do feminismo:

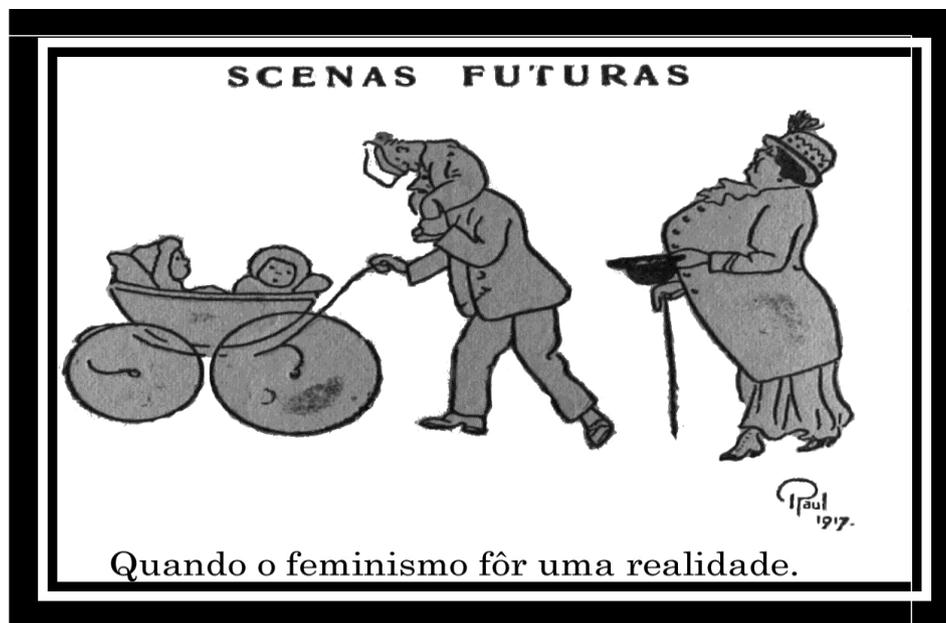
¹⁴⁸ Mensagem de Governo. Assembleia Legislativa Amazonense. Mensagem do Governador Álvaro Maia na abertura da sessão ordinária de 03/-5/1937 imprensa pública. Manaus, 1937, p. 279.

¹⁴⁹ O tema foi objetivo de pesquisa anterior. Cf. CAMPOS, Luciane Maria Dantas. **Trabalho e emancipação**. Op. Cit.

¹⁵⁰ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte**. Op. cit., p. 219.

¹⁵¹ Em Manaus, a importante revista “A Nota - revista de variedades” que circulou em 1917, foi uma das

Imagem 1
charge “scenas futuras” – 1917



Fonte: *A Nota*, nº 06. Manaus, 07/10/1917.

A imagem acima traz os elementos comuns nesse tipo de representação sobre o feminismo da chamada primeira onda, presente na imprensa: a inversão de papéis, a masculinização da mulher e a suposta derrota masculina como consequência da modernização e emancipação feminina. O que se pode concluir é que “a nova mulher parecia inquietar e atemorizar a sociedade, já que suas práticas passavam a confrontar o tradicionalismo da sociedade patriarcal então vigente”¹⁵², por isso gerava tanta resistência e conflitos.

A tônica da discussão empregada pelos jornais ganhava mais intensidade quando

que utilizaram os recursos de zombaria por meio de charges, piadas e zombarias com as lutas femininas/feministas. Muitas de suas charges tinham o objetivo de retratar preconceituosamente os avanços femininos e “alertar” para a subversão dos papéis naturais de cada sexo, consequências do “feminismo”. Paradoxalmente, enalteciam a modernidade e o progresso, destacando os seus benefícios. Certamente, para *A Nota*, os avanços femininos não eram considerados benéficos, mas sim um “mal social”. Sobre isso ver: CAMPOS, Luciane Maria Dantas. **Trabalho e emancipação**: op. Cit.

¹⁵² ANTUNES, Vanessa. **Mulheres do Novo Século: A Condição Feminina no Amazonas, 1900-1910**. Um olhar a partir das representações da Imprensa Amazonense. Dissertação de Mestrado. Manaus: UFAM 2014, p.6. Nessa dissertação, a autora abordou as representações da mulher produzidas e difundidas pelos periódicos amazonenses no período em questão de grandes transformações e acentuada modernização proporcionada pela nova economia, como a autora define.

se falava da busca pela independência econômica feminina, especialmente quando esta relacionava-se com a entrada de mulheres em novas profissões, fora daquelas consideradas ideais ou permitidas, como enfermagem e magistério. Outros temas recorrentes e cheios de conflitos apresentados nas publicações, eram os que faziam referência aos desdobramentos e alcances do movimento de luta por direitos políticos. Essas “ousadias femininas” eram sempre questionadas, perseguidas e tidas como abomináveis, pois oferecia muita ameaças à sociedade, e, inclusive para as próprias mulheres.

a moderna aspiração da mulher que quer adquirir o chamado direito de voto, em modificar o processo do casamento, aplaudindo o problema do divórcio e bem assim concorrer às funções públicas para cargos puramente masculinos, agora outras pretensões de somenos é o que constitui o feminismo. O eterno e incontestado prestígio da mulher sobre o homem fez que ele também se vá, sem reflexão, imbuindo-se dessas ideias colaborando-lhe nos desejos e concorrendo assim, para a expansão, até certo ponto prejudicial dessa aberração do século.¹⁵³

Também era sempre passível de questionamentos e discussões o que representava esse ideal de “emancipação feminina”. Se para muitas mulheres o conceito parecia estar mais claro e envolvia ter conquistas e direitos em várias áreas, para o sexo masculino, minimizar ou desprezar algumas conquistas parecia sempre mais confortável. A exemplo, observa-se os argumentos pontuados no excerto abaixo publicado no *Jornal do Comercio*:

Entende-se geralmente por emancipação feminina a intervenção da mulher nas atribuições cívicas do homem. As polêmicas literárias, o teatro e a sátira tem conduzido a fazer acreditar que a mulher emancipada é uma espécie de **cidadão de saias**, concorrendo com o homem a urna e competindo com ele nas funções legislativas. Nada nos impede de admitir que a mulher seja investida em direitos que concedemos aos homens mais brancos e ignorantes. Além disso é um absurdo que a mulher possa ter nas mãos os negócios do Estado e não possa simplesmente encarregar-se dos negócios de um círculo. A mulher emancipada é, porém, outra coisa. A mulher não se emancipa pela aquisição de privilégios jurídicos. A mulher emancipa-se pelo trabalho.¹⁵⁴

Portanto, ao mesmo tempo que os preceitos da modernidade, a urbanização e crescimento da cidade de Manaus, alcançavam as mulheres e permitia mudanças na sua

¹⁵³ O Constructor Civil, nº 1. Manaus, 5 de janeiro de 1920. In: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). **Imprensa Operária no Amazonas**. Manaus: EDUA/Cnpq, 2004, p. 119.

¹⁵⁴ **Jornal do Commercio**. Ed. 232. Manaus, 25 de setembro de 1904. Ed. 232, p.1

condição social através das oportunidades educacionais e profissionais surgidas, tornava-se assunto sempre recorrente nas publicações da imprensa, especialmente naquelas cujos escritos estavam amparados no conservadorismo e nos ideais positivistas de seus redatores. As amazonenses não se abateram e no decorrer do tempo continuaram ocupando cada vez mais espaço e ganhando visibilidade no seio da sociedade amazonense.

Capítulo 2

A agência e o associativismo das “damas da sociedade” manauara

Muito antes das mulheres possuírem direitos políticos e sociais, o associativismo representou para uma parcela feminina o rompimento dos limites da esfera privada e o principal meio de contato com o mundo público e político. Diversas organizações e associações foram formadas, desde o final do século XIX, para promover a participação das mulheres na sociedade e contribuir na luta por direitos e avanços em direção à igualdade de gênero. Nesse contexto, eram associações e organizações de diferentes tipos, entre elas as filantrópicas, assistencialistas, políticas e feministas. Algumas tiveram a existência breve, outras duraram mais tempo e foram decisivas para o sucesso do movimento emancipador e por direitos. É salutar destacar a importância que cada uma dessas associações tem em seus tempos e contextos. Em todas elas destacam-se a agência e o protagonismo de mulheres pertencentes principalmente às classes altas e médias urbanas e com capital cultural. É principalmente a partir desse momento, como destacado por Martins, que se inicia o envolvimento das mulheres com

orçamentos, subvenções, arrecadação de fundos, prestação de serviços de assistência, estatutos, regimentos e também negociação com pessoas de seu círculo de relações para conseguir apoio para as atividades de benemerência¹⁵⁵

Como significado político de tais práticas, pode-se estabelecer o exercício da cidadania feminina, pois inicialmente foi por meio do associativismo que muitas mulheres se organizaram para lutar pelas causas que lhes interessavam, como educação, direitos políticos, civis e sociais. O associativismo era interessante naquele contexto pois, ao mesmo tempo que unia mulheres em seus propósitos, permitia que essa união estivesse dentro das normas sociais, sem prejudicar a moral feminina estabelecida pela sociedade,

¹⁵⁵MARTINS, Ana Paula Vosne. **Itinerários do associativismo feminino no Brasil: uma história do silêncio**. Delaware Review of Latin American Studies. Vol. 17 No. 2 november 14, 2016. Disponível em: <https://udspace.udel.edu/server/api/core/bitstreams/5b0dd03c-377e-4a06-bba6-e6323c6dfb34/content>. Acesso em 21/02/2023. p.2

ou seja, atendiam “o papel que delas se esperava como indivíduos capazes e sensíveis para amenizar os problemas urgentes da questão social”¹⁵⁶, especialmente quando nos referimos às mulheres casadas e pertencentes a famílias tradicionais e influentes da sociedade. Como consequência, o desempenho dessas atividades proporcionadas pelo associativismo, permitia que muitas mulheres auxiliassem na projeção pessoal ou profissional de seus maridos¹⁵⁷ e o mais importante, se percebessem “úteis” para a sociedade.

2.1 Associativismo feminino e suas vertentes em Manaus

Uma das primeiras formas de associativismo feminino surgido no Brasil foi o abolicionista, reunindo mulheres da elite, em sua maioria esposa e filhas de homens que defendiam o fim da escravidão no país. Essas senhoras e senhoritas empenharam-se em auxiliar nessa causa e seus esforços eram percebidos pela sociedade como um “trabalho de caridade, como uma extensão da benevolência da mulher, como salientado por Hahner¹⁵⁸. Nesse sentido, conforme Norma Telles,

o surgimento de sociedades e clubes femininos abolicionistas demonstra um tipo de iniciativa pública organizada que substituía, para algumas mulheres das classes altas, as anteriores atividades filantrópicas¹⁵⁹.

Nesse interim, surgiu em Manaus, na data de 24 de abril de 1884 a “Associação Beneficente Amazonenses Libertadoras”¹⁶⁰, presidida por Elisa de Faria Souto, esposa do então presidente da província do Amazonas, Theodoro Souto, abolicionista responsável pela libertação dos escravos no Amazonas em 10 de julho de 1884. A referida associação

¹⁵⁶ MARTINS, Ana Paula Vosne. **Itinerários do associativismo feminino no Brasil: uma história do silêncio**. Op.Cit.

¹⁵⁷ MOTT, Maria Lucia. **Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil**. Cadernos Pagu, Desdobramentos do Feminismo, 2001. p. 201.

¹⁵⁸ HAHNER, June. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas**. Op. Cit. p.46.

¹⁵⁹ TELLES, Norma. Escritoras, Escritas e Escrituras. In: PRIORI, Mary Del (Org). **História das Mulheres no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002, p 415.

¹⁶⁰ A diretoria da Associação era assim composta: D. Elisa de Faria Souto (presidente); D. Olympia Fonseca (vice-presidente); D. Philomena Amorim (1. Secretária); D. Izabel Bittencourt (2. Secretária); D. Clotilde Albuquerque (Thesoureira); D. Tertulina Moreira, Albina Sarmiento, Guilhermina Faria de Souza, Maria Bessa Teixeira, Maria de Souza Lopes Ferreira, Carolina Braga, Adelina Fleury, Jovina Cabral, Carlota Baird, Evarista Moraes e Celina Hosannah (Diretoras). **O Abolicionista do Amazonas**. N° 01. Manaus, 04 de maio de 1884.

foi a responsável por confeccionar o jornal **Abolicionista do Amazonas**, considerado a primeira experiência feminina na imprensa amazonense. O jornal servia como veículo de informação entre os simpatizantes da causa da abolição negra. Por suas páginas eram discutidas medidas para dinamizar o movimento, eram feitas denúncias sobre prisões e maus tratos aos negros, veiculavam as vitórias da causa frente ao governo imperial e mais do que isso, ovacionavam aqueles que atendiam aos apelos da associação e libertavam seus escravos. Segundo Bittencourt, a presidente da associação, Elisa Souto, juntamente com as demais senhoras integrantes do grupo, andavam pelas ruas de Manaus, batendo de porta em porta onde residiam senhoras donas de escravos e trabalhavam no convencimento e no despertar da piedade para libertação dos seus escravos¹⁶¹.

Posteriormente, em maio do mesmo ano, foi fundado o “Clube juvenil emancipador”, formado por “moças filhas do Amazonas” e com os mesmos objetivos de todas as sociedades abolicionistas: “animar a iniciativa particular e auxiliar os poderes públicos” na libertação dos escravos da província.¹⁶²

Falando pelas mulheres e por suas ações, em 1912, o *Jornal do Commercio* avaliou a existência de associações femininas em Manaus, e alegou não haver fins políticos nas atividades desempenhadas pelas mulheres amazonenses, mas que o interesse era apenas prestar “relevantíssimos serviços à causa pública”¹⁶³. Isso nos leva a algumas reflexões pertinentes. A primeira é pensar que não interessaria aos homens, “donos das letras”, enxergar e muito menos divulgar qualquer relação das mulheres com questões políticas, mesmo que de forma indireta, já que para o contexto temporal era inaceitável essa relação. A segunda é pensar que os espaços dessas associações, ocupado por mulheres das camadas mais privilegiadas da sociedade, acabava sendo um dos poucos espaços que elas podiam ocupar sem causar estranhamento social pois era percebido como inerente a figura feminina. No entanto, só o fato de estarem unidas em associação, na esfera pública e trabalharem em prol de uma causa, já se enquadra como político, além do mais, essas experiências vividas nas associações foram pontapés iniciais para outros movimentos e outras iniciativas femininas.

¹⁶¹ BITTENCOURT, Agnelo. **Dicionário Amazonense de Biografia**. Manaus, Editora Artenova, 1969. p.486.

¹⁶² A diretoria dessa sociedade era assim formada: D. Olivia Aranha (presidente); D. Maria Sympson de Amorim (Vice presidente); D. Josephina Moreira (1º secretária); D. Angela Câmara (2º secretária) e D. Othilia Sarmiento (tesoureira). **O Abolicionista do Amazonas**. N° 01. Manaus, 04 de maio de 1884.

¹⁶³ **Jornal do Commercio (AM)**, 14 de novembro de 1912.

Nesse contexto, as associações mencionadas na fala do jornalista, dizem respeito às “ligas” ou “legiões” femininas, “sempre ligadas à benemerência ou ao assistencialismo frente aos pobres; além de uma ou outra agremiação esportiva”¹⁶⁴ e ligas religiosas, fato comum também em outras cidades.

O associativismo religioso é aqui identificado pela fundação da “PIA União das Filhas de Maria”, associação criada em 1º de maio de 1913 por um grupo de moças com média de idade entre 13 e 26 anos, pertencentes a famílias ilustres e tradicionalmente católicas da cidade de Manaus, dentre elas, Maria de Miranda Leão, na ocasião com 26 anos¹⁶⁵ que presidiu a associação em dois momentos: da sua fundação até 1940 e posteriormente entre 1942 e 1951.

A criação da *Pia* teve o aval da Diocese amazonense sob o comando de Dom Frederico Costa, estabelecendo como diretor para a referida associação o cônego Bento da Cunha e condiz com o que vinha ocorrendo em vários Estados brasileiros nas primeiras décadas do século passado: o surgimento de associações religiosas femininas, consequência do chamado projeto romanizador estabelecido pelo Papa Pio IX, reunido “moças de família” para tratar de questões religiosas e morais a partir de postulados marianos, fazendo frente ao avanço do movimento feminista identificado como pernicioso e subversivo. Conforme Soares,

O processo de romanização buscou padronizar o laicato, utilizando mecanismos como o ensino e a criação de associações leigas que se revestissem da piedade católica como salvaguardando-a e difundindo no seio da sociedade os valores cristãos, lutando, assim, contra os malefícios trazidos pelo mundo moderno.¹⁶⁶

Portanto, o objetivo da Pia União era o de instruir e agregar as moças associadas para a uma renovação constante de espiritualidade, tendo como modelo maior a Virgem Maria, símbolo de pureza e o melhor exemplo moral para uma mulher¹⁶⁷. Para as Filhas

¹⁶⁴ Pinheiro, Maria L. Ugarte. **Mulheres em cena: mundos do trabalho e associativismo feminino em Manaus (1900-1920)**. Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 74, p. 146.

¹⁶⁵ Conforme Soares, a associação foi criada por 12 moças: Maria de Miranda Leão, Albertina de Castro e Costa, Maria Lourdes Araújo, Rosalina de Castro e Costa, Heloisa de Miranda Leão, Luiza de Miranda Leão, Izabel de Castro e Costa, Joanna, Minervina Maria da Conceição, Raymunda Araújo, Ida Ribeiro. Henedina Monteiro. SOARES, Elisângela Maciel. **A Pia União das Filhas de Maria na Diocese de Manaus**. Anais da 30ª simpósio nacional de história da ANPUH. Recife, 2019. p. 12

¹⁶⁶ Idem, ibidem

¹⁶⁷ SOARES, Elisângela Maciel. **Igreja de Manaus, porção da Igreja Universal: A Diocese de Manaus**

de Maria recomendou-se que elas deveriam ser “espelhos de virtude no seio social [...], procurando para isso forte amparo e proteção da Virgem Imaculada Mãe de Deus¹⁶⁸. Além do mais, “uma Filha de Maria deve (ria) ser humilde, simples, piedosa, ao mesmo tempo forte, corajosa, imitando em tudo sua Mãe Imaculada”¹⁶⁹.

Ao longo das décadas que se seguiram, a Pia União se expandiu pela Diocese de Manaus, funcionando como uma verdadeira congregação, exigindo disciplina e formação de todas as suas agregadas. As moças que desejassem ingressar na associação, eram classificadas inicialmente como pretendentes, depois passavam por um período de aspirantado, com duração de pelo menos 6 meses, recebendo a formação adequada e todas as informações sobre as atividades que iriam desenvolver. Eram, assim, instruídas adequadamente para assumirem o grande e honroso compromisso de serem Filhas de Maria e viverem em função da Igreja. E no dia da grande solenidade, as insígnias e os diplomas eram o grande símbolo de um voto de entrega, prometendo estarem sempre com a Virgem Imaculada. Nas celebrações religiosas, essas moças ocupavam-se das funções catequéticas e litúrgicas identificadas pela vestimentas típica: vestido branco, véu branco e fita azul¹⁷⁰.

Associações religiosas como essa, além de se ocuparem das funções religiosas também se empenhavam em desenvolver ações caritativas e assistencialistas. Algumas de suas integrantes também fizeram parte de associações de benemerência e assistência social, que foram bem atuantes no Estado nas primeiras décadas do século XX, como por exemplo, a Liga Protetora da Pobreza, a Liga Protetora da Criança Pobre e as Damas da caridade.

A Liga Protetora da Pobreza, “uma caridosa sociedade de senhoras” da elite manauara¹⁷¹, foi fundada no ano de 1912, com cerca de 200 agremiados e contribuintes tendo como objetivo

praticar a caridade, sem distinção de classes, credo político ou religião; socorrer os necessitados, visitar os doentes e ampará-los e, de

vivenciando a romanização (1892- 1926). Dissertação de Mestrado. Manaus: ICHL/UFAM, 2008. p.191.

¹⁶⁸ Idem, ibidem. p.12. **Portaria de Ereção Canônica da Pia União das Filhas de Maria**. 7 de abril 1913.

¹⁶⁹ Ata de 2 de agosto de 1913. Apud SOARES, Elisangela Maciel. **A Pia União das Filhas de Maria na Diocese de Manaus**. Op. Cit. p. 13.

¹⁷⁰ Idem, p. 12-16

¹⁷¹ Quando fundada, a diretoria estava assim formada: Esmeralda Raposo da Camara (presidente); Veronica Braga (vice); Mariamelia Beltrão (1ª secretária); Herminia Carneiro dos Santos (2ª secretária); Virginia Pereira Amorim (tesoureira); Joaquim Godim (orador); Altacir Antony Bittencourt, Augusta Bottinelli e Alzira Fernandes (Vogais) (sic). **Jornal do Commercio (AM)**, ed. 2889. Manaus, 6 de maio de 1912. p.1.

conformidade com os meios adquiridos, repatriar os que, por meio de moléstias não podem voltar ao lar; fundar albergues noturnos onde os infelizes sem abrigo possam pernoitar; criar cozinhas econômicas onde o pobre faminto possa saciar a fome; instituir maternidades onde mães infelizes encontrem os cuidados necessários ao seu estado¹⁷²

A associação teve vida longa, até aproximadamente 1921, realizando diversas atividades tanto para angariar fundos para prover suas ações, quanto realizando eventos para fazer distribuição de dinheiro e alimentos aos “pobres e desvalidos” atendidos pela Liga. Não era uma associação composta apenas por mulheres, homens também fizeram parte como agremiados, contribuintes e membros da diretoria em alguns anos. No entanto, a iniciativa de criação e manutenção era essencialmente feminina.

A Liga Protetora da Criança Pobre, fundada no final da década de 1920, foi mais uma entidade assistencialista fundada em Manaus por mulheres da alta sociedade, cujo maridos eram homens influentes e transitavam entre a atividade advocatícia e a vida política do estado. Estiveram à frente na criação da Liga Protetora Maria Maquiné da Silva, “senhora Silvério Nery”, Berenice Martins Prates, “senhora Lincoln Prates” e a “senhora Hugo Carneiro”, que a pesquisa não alcançou o nome¹⁷³. Essa liga foi recebida com muito entusiasmo e elogios pois

Sua elevada finalidade altruística, o programa de reivindicação humanitária e patriótica que envolve [...] em prol dos pequeninos patricios desamparados, das crianças infelizes. É um gesto envolvente de caridade, inspirado nos mais puros preceitos cristãos, tendo significação patriótica: é um apelo sugestivo que, vindo do puro coração de nossas patricias se dirige a todos que amam a nossa terra, a todos os brasileiros que verazmente estremecem pela grande pátria comum.¹⁷⁴

Nas primeiras décadas do século XX, a hanseníase assolava o Amazonas, vitimando homens e mulheres de todas as idades e classes. Iniciativas femininas de auxílio e amparo a esses doentes podem ser identificadas no Estado a partir de 1923, quando um grupo de mulheres se reuniram com o intuito de promover ações e angariar donativos para a construção da leprosaria de Belizário Penna¹⁷⁵. Essas mulheres

¹⁷² **Jornal do Commercio (AM)**, ed. 2880. Manaus, 26 de abril de 1912. p.1.

¹⁷³ **Saneamento Rural do Amazonas (1925-1926-1927)**. Diretoria de Saneamento Rural do Estado do Amazonas. Livraria Clássica. Manaus, 1928. p. 23

¹⁷⁴ *Idem*. p.23-24.

¹⁷⁵ Sobre essa questão conferir a pesquisa de CABRAL, Adriana Brito Barata. **De lazareto a leprosário: políticas de combate a lepra em Manaus (1921-1942)** Dissertação de Mestrado. Manaus: UFAM, 2010, p. 158.

formaram um grupo caritativo chamado “Damas Protetoras do Leprosário” (ou ainda, Damas da Caridade. Segundo a historiadora Adriana Cabral, com o passar dos anos, o grupo que era formado por esposas, filhas e irmãs de homens influentes da cidade, tornou-se um forte instrumento de arrecadação de donativos e somas de dinheiro entre os comerciantes, empresas, servidores públicos e políticos locais, ganhando notoriedade por seus trabalhos”¹⁷⁶.

Anos depois, em fevereiro de 1932, criou-se a “Sociedade Amazonense de Proteção aos Lázarus”, a partir da iniciativa da Sra Nini Linhares de Albuquerque, esposa do diretor do Serviço Sanitário do Estado, Dr. Linhares de Albuquerque¹⁷⁷. No ano seguinte, foi substituída pela “Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázarus e Defesa contra a Lepra”, braço local da Federação Nacional, cujo objetivo continuava sendo o de auxiliar na proteção às vítimas do mal de Hansen”.¹⁷⁸ Nesse momento, a referida associação passou a ter um número mais expressivo de apoiadores entre mulheres e homens, muitos dos quais ocupavam cargos públicos, eram magistrados ou pertenciam ao grande comércio. As mulheres ocupavam a diretoria, conforme determinação de seu Estatuto, e a Comissões de Festejos e Beneficência, realizando diversos tipos de atividades como quermesses e chás dançantes, para angariar fundos.

IMAGEM 2

Diretoria da Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázarus e Defesa contra a Lepra¹⁷⁹.

¹⁷⁶ CABRAL, Adriana Brito Barata. **Da lepra à hanseníase: políticas de combate à hanseníase em Manaus (1940-1980)**. Tese de Doutorado. PUC/RS. Porto Alegre, 2023. p.74.

¹⁷⁷ Criada em em 02 de Fevereiro de 1932, com apoio do bispo do Amazonas D. Basílio Pereira e por grupo de senhoras. CABRAL, Adriana Brito Barata. **De lazareto a leprosário: políticas de combate a lepra em Manaus**. Op. Cit, p. 158.

¹⁷⁸ Idem. p.160.

¹⁷⁹ Ao centro: Presidente Esther Ribeiro, 1ª Vice-presidente: Isabel Soares Nogueira; 2ª Vice-presidente: Oneida Maranhão. A esquerda 1ª Tesoureira Isabel Araújo da Silva; 2ª Tesoureira: Milburgues Bezerra de Araújo da Silva. A direita 1ª secretária Ernestina Bezerra de Castro e 2ª secretária; Maria de Miranda Leão. Fonte: Relatório da Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázarus de Defesa contra a Lepra. Ano de 1939. p. 9. Apud: CABRAL, Adriana Brito Barata (2010).



Fonte: Relatório da Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázarus de Defesa contra a Lepra. Ano de 1939. p. 9. Apud: CABRAL, Adriana Brito Barata (2010)

Ressalta-se aqui, que o papel desempenhado por mulheres de elite na causa da assistência e filantropia contra a lepra, tem sido tema de estudo de vários historiadores conforme apontam Santos e Leandro¹⁸⁰. Esses autores, assim como Cabral, além de analisarem o trabalho desenvolvido por essas mulheres, empenharam-se em apresentar informações sobre a trajetória biográfica, especialmente o enquadramento socioeconômico, das mulheres que exerceram cargos de liderança nas diversas entidades vinculadas à Federação das Sociedades de Assistência aos Lázarus e Defesa Contra a Lepra, em várias cidades brasileiras, entre os anos 1920 e 1940¹⁸¹.

O exposto corrobora para a compreensão da função do associativismo de benemerência para a ampliação dos interesses femininos, de sua visão de mundo, consciência, de suas redes de sociabilidade, o que permitiu que muitas mulheres vivenciassem a experiência da agência pública feminina, ao se organizarem e defenderem

¹⁸⁰ SANTOS, Francieli Lunelli; LEANDRO, Jose Augusto. **Mulheres da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázarus e Defesa Contra a Lepra, 1926-1947. História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.26, supl., dez. 2019, p.57-78.

¹⁸¹ Os autores citados acima, contribuíram para essa pesquisa fornecendo informações sobre Maria de Miranda Leão em seus estudos.

suas causas. Muitas dessas mulheres foram reconhecidas como lideranças sociais¹⁸², como perfeitamente se enquadra o caso da “mãezinha amazonense”, Maria de Miranda Leão, assunto que trataremos no capítulo cinco.

Além do associativismo filantrópico e de assistencialismo, outras iniciativas distintas também fazem parte da história do Amazonas. A primeira é a “Legião Feminina Amazonense”, fundada em junho de 1918, como centro de cultura cívico militar, associação da qual fazia parte algumas alunas da Escola Normal, entre elas, as senhorinhas Edna Amaral, presidente, e Antônia Bastos, secretária¹⁸³, que falou ao Jornal “A Capital” sobre a fundação da Legião. Com sede no grupo escolar Marechal Hermes, espaço cedido pela Diretoria de Instrução Pública, a “Legião” tinha como objetivo a “educação física, cívica e moral da mulher amazonense libertando-a da opressão da moda e das falsas doutrinas que a escravizam e a enfraquecem na sociedade”¹⁸⁴. É oportuno lembrar que a educação física só passou a ser obrigatória nas escolas secundárias do país em 1931, através da Reforma proposta pelo Ministro da Educação e saúde Francisco Campos, durante o governo Vargas. Portanto, pensar a educação física como meio para promoção de saúde e disciplina feminina para um grupo, antes mesmo dela ser considerada obrigatória é levar em consideração a propagação das teorias higienistas e eugenistas como parte integrante da formação da nova mulher. Como objetivo primeiro estava a preparação dos corpos para a procriação de filhos saudáveis. Aliado à educação física, ensinamentos cívicos e morais dotariam aquela mulher (e futura mãe) de condições fundamentais para contribuir com a nação e além do mais, objetivava “proteger” as moças das “ameaças sociais” que estavam surgindo.

Segundo a entrevistada, a organização da referida sociedade seria feita por meio de propaganda, demonstrada com exemplos a partir de “um núcleo de moças com força de vontade bastante para reagir contra todos os preconceitos”¹⁸⁵. As associadas deixaram claro que a iniciativa era pioneira no país, pois não se conhecia no Brasil uma instituição congênere a essa, por isso mesmo seguiriam diretrizes próprias, no entanto, adotariam em

¹⁸² MARTINS, Ana Paula Vosne. **Mulheres, conservadorismo e assistencialismo no Brasil**. Podcast. Segundas Feministas, episódio 16. GT Gênero ANPUH. Acesso em 03/12/22.

¹⁸³ **A Capital**. Ed. 331. Manaus, 18 de junho de 1918. p.1.

¹⁸⁴ **A Capital**. Ed. 320. Manaus, 07 de junho de 1918. p.1.

¹⁸⁵ Idem.

Manaus práticas de “países cultos”, principalmente em relação aos exercícios físicos, responsáveis por saúde e ordem¹⁸⁶.

Paulo Eleuthério, jornalista e intelectual amazonense, elogiou a iniciativa das jovens, mas expôs a sua opinião quanto ao programa da Legião. Propagar hábitos racionais e científicos para a perfeição física da mulher não seria mais suficiente dado o contexto da época. Era necessário um preparo integral da mulher, sob o ponto de vista intelectual, profissional e artístico e reservada a educação moral à família. E sugere a criação de uma Escola Doméstica, existentes em alguns países e estados brasileiros¹⁸⁷. Com a fundação da Escola Doméstica, segundo o jornalista, visava-se a educação feminina para “engrandecer a sua alta missão na sociedade e torná-la capaz de substituir com vantagem o homem”¹⁸⁸. De fato, a experiência vivida por Natal, cidade que recebeu a primeira escola doméstica do país, demonstra que o objetivo da educação ofertada às moças ia além da sua formação intelectual, já que à elas eram ensinadas as técnicas para se formarem boas mães, esposas e donas de casa, educação considerada ideal naqueles “tempos modernos”, percebidos como cheios de ameaças e perigos para as “famílias de bem”.

Compreende-se que o posicionamento de Eleuthério, representa o pensamento bastante comum à época, o de atender certas exigências dos novos tempos, mas sem permitir que a modernidade “cooptasse as mulheres e subvertesse as relações interpessoais e familiares”¹⁸⁹ e sem “ultrapassar os limites da segurança social”¹⁹⁰. Além do mais, reitera o conservadorismo típicos de uma sociedade alicerçada nos preceitos patriarcalistas. Por falta de fontes não foi possível determinar as atividades da legião e a sua duração.

Em abril de 1917, o apelo político feminino aparece visível pela primeira vez em Manaus através da formação da “Liga feminina pro-Astrolábio”, cujo objetivo era

¹⁸⁶ **A Capital**. Ed. 320. Manaus, 07 de junho de 1918. p.1.

¹⁸⁷ A Escola Doméstica de Natal foi inaugurada em setembro de 1914. Escola exclusivamente feminina, organizada aos moldes da educação europeia, oferecia cursos de puericultura, culinária, cuidados domésticos, costura, entre outros. A escola bem como seu modelo de ensino permanecem atuantes nos dias de hoje, com as devidas adaptações para a realidade atual e atende jovens das camadas médias e altas da sociedade potiguar. Sobre isso ver: SOUZA, Vitória Diniz de. “Onde aprendera as sutilezas da Moça”: Gênero, Disciplina e Educação das sensibilidades na Escola Doméstica de Natal. (1914-1945). **Manduarisawa - Revista Discente do Curso de História da UFAM**, volume 6, ano 1, 2022.

¹⁸⁸ **A Capital**. Ed. 336. Manaus, 23 de junho de 1918. p.1.

¹⁸⁹ MANUEL, Ivan. **Igreja e Educação Feminina**. Op. cit., p. 30.

¹⁹⁰ ALMEIDA, Jane Soares. **A paixão pelo Possível**. Op.cit. p 33.

trabalhar para eleger o candidato Astrolábio Passos, médico, fundador e diretor geral da Universidade de Manaós, ao cargo de deputado estadual, nas eleições que ocorreriam naquele mesmo mês¹⁹¹. A constituição da Liga por “mulheres de alto espírito” recebeu aceitação e espaço de divulgação no *Jornal do Commercio*¹⁹². Em uma dessas publicações, a Liga divulgou uma carta aberta ao eleitorado amazonense assinado por cerca de 100 mulheres, enaltecendo as qualidades do candidato e buscando convencimento de que ele era digno do voto dos cidadãos amazonenses.

O talento e a bondade são os predicados dominantes nesse espírito nobre, nesse caráter de eleição. Conjugaram-se nessa personalidade excelsa todos os requisitos de uma alma formosa e boa. Em face, pois, dessa verdade incontestável, é que, nós outras animamos recomendar, exorar ao eleitorado do Estado, a todos, enfim, que -se interessam pelo bem comum que no próximo pleito eleitoral votem sufraguem o nome do venerando e acatado do Dr Astrolábio Passos, como um testemunho público e solene de quanto ele bale no nosso meio social.¹⁹³

Os nomes das senhoras veiculados na publicação, permite traçar um breve perfil social da Liga constituída. Os sobrenomes, como Palhano, Vasconcellos, Bittencourt, Telles, entre outros, anunciam que se tratava de mulheres pertencentes a famílias tradicionais do Amazonas e aos seguimentos médios urbanos. Algumas delas dedicavam-se ao magistério do estado, como Clavelina Pacheco Montenegro e Júlia Bittencourt. Além de exercer o magistério na capital do Estado, Montenegro diplomou-se em obstetrícia pela Escola Universitária Livre de Manaus, no ano de 1916 e passou a atuar profissionalmente como parteira da Santa Casa de Misericórdia. Assim como ela, a também conhecida parteira Antonietta Ibiapina Araripe foi uma das senhoras participantes da Liga em favor do candidato Astrolábio Passos¹⁹⁴.

Posteriormente, no ano de 1921, outra iniciativa feminina em apoio a candidaturas masculinas foi constituída em Manaus: tratava-se do Comitê feminino pró Nilo-Seabra dirigido pela Senhora Maria Luna Alencar, esposa de um procurador, e depois desembargador do Estado, Sr Martinho de Luna Alencar. O Comitê visava alavancar a

¹⁹¹ Astrolábio Passos foi eleito em segundo lugar para a Assembleia estadual amazonense, tendo sido bem votado em todos os município do Estado. *Jornal do Commercio* (AM), ed. 04666. 22 de abril de 1917, p.1.

¹⁹² *Jornal do Commercio*, (AM), ed. 04602. 17 de fevereiro de 1917, p.1

¹⁹³ *Jornal do Commercio* (AM), ed. 04659, 15 de abril de 1917, p. 1.

¹⁹⁴ Anúncios profissionais sobre ambas podem ser visulalizados no *Jornal do Commercio* durante os finais dos anos de 1910 e durante a década de 1920. Antonietta Ibiapina Araripe possuía clínica própria. A exemplo, ver ed. 05804, de 27 de junho de 1920. p. 3

campanha política de Nilo Peçanha e José Seabra no Amazonas, para os cargos de presidente do Brasil e vice, respectivamente nas eleições que ocorreriam no ano seguinte. A campanha política de ambos, alcançou vários grupos sociais, inclusive as feministas em várias partes do Brasil, que “tomaram a si a abnegadamente ingente tarefa” de trabalhar para eleger os referidos candidatos. Em agradecimento às senhoras amazonenses, o comitê nacional, no Rio de Janeiro, proferiu a seguinte mensagem, publicada na imprensa:

“Aos ilustres membros do comitê feminino pró Nilo-Seabra. Queiram as minhas jovens patricias, que constituem esse comitê, receber dum velho amigo do Amazonas os mais entusiásticos votos pela atitude nobre e patrióticas, que assumiram, levantando aí a bandeira da regeneração política”.¹⁹⁵

Nilo Peçanha visitou o Amazonas durante a sua campanha política. Na imagem abaixo, ele discursa no Teatro Amazonas para seus apoiadores. A presença de muitas mulheres na plateia, inclusive na primeira fila, comprova a assertiva da participação delas nesse processo.

IMAGEM 3

Nilo Peçanha discursa no Teatro Amazonas, 1921.

¹⁹⁵ **Jornal do Commercio** (AM). Manaus, 19 de dezembro de 1921. Ed. 06339, p.1



Fonte: Coleção Museu da República. <https://artsandculture.google.com/asset/nilo-pe%C3%A7anha-discursa-no-teatro-amazonas>.

A formação dessas Ligas e Comitês em prol de candidatos nos faz refletir sobre algumas questões, entre elas que, embora não tivessem direitos políticos para participarem diretamente das decisões políticas, as mulheres não estavam alheias aos acontecimentos e atuavam para ajudar na eleição de seus escolhidos ao emprestarem seu prestígio social e sua habilidade e competência na organização e direção de associações e afins. Outra questão que se pode destacar é que deixavam transparecer que aceitavam uma espécie de papel social secundário e restrito ao lar e que se deixavam “as doçuras e encantos do lar para interferir nas coisas públicas” que estavam “confiadas a energia e a fortaleza dos homens” era porque o ato tinha uma importância grandiosa, era um grande dever.¹⁹⁶ O apelo moral e familiar pelo qual justificavam a sua participação nesse tipo de atividade demonstra que as ideias de sufrágio, tão temidas pelo país, não eram tão presentes na sociedade amazonense, pelo menos no período em questão.

Em 1912, o *Jornal do Comercio* escreveu em uma publicação a seguinte frase: “o feminismo, em verdade é coisa quase completamente esquecida entre nós, principalmente

¹⁹⁶ *Jornal do Comercio* (AM), ed. 04659, 15 de abril de 1917, p. 1.

nestas terras das Amazonas”¹⁹⁷. Se a publicação do jornal afirmava não haver feminismo no Amazonas, compreendemos que não se conseguia (ou não era interesse) compreender as nuances e as entrelinhas presentes nas ações femininas. Talvez as próprias mulheres presentes nesse contexto de associativismo e de inserção no mundo público, como já discutido aqui, não tivessem total dimensão da importância e das consequências de suas ações para transformação de sua condição social.

No entanto, embora o terror do feminismo fosse uma realidade presente na sociedade brasileira e propagada na imprensa, no Amazonas, enquanto movimento organizado ele foi ínfimo, sem evidências da existência de lideranças declaradamente feministas até a fundação da Federação Amazonense pelo Progresso feminino, filial local da FBPF, ocorrida em 1932.

O associativismo feminista no Brasil foi caracterizado principalmente por uma vertente sufragista, unindo mulheres em defesa de direitos políticos. A primeira ação coletiva que se tem notícia nesse campo foi Partido Republicano Feminino (PRF), criado em dezembro de 1910 pela professora Leolinda Figueiredo Dalto¹⁹⁸. Organizado por mulheres, era um partido que mesmo sem direitos políticos, tinha o objetivo de representar os interesses femininos na esfera política. Dalto pretendia, por meio do Partido, “levar a questão do sufrágio para dentro do Congresso, onde não tinha mais sido tratada desde a Constituinte”¹⁹⁹ e, é claro, para as discussões na Imprensa. Embora a defesa do sufrágio fosse seu principal objetivo, o PRF também lutava pela emancipação e pela independência feminina.

Na década seguinte, foi fundada a Federação Brasileira Pelo Progresso (FBPF) por Bertha Lutz. De caráter altamente elitista e intelectual, reunia mulheres de várias profissões, assim como sua antecessora (a Liga Para a Emancipação Intelectual da Mulher – LEIM, fundada em 1919). A FBPF foi a maior expressão do feminismo nas décadas de 1920 e 1930, considerada a mais importante e a mais conhecida organização em defesa dos direitos da mulher, tanto no Brasil quanto no exterior. Mesmo não alcançando grande parte das mulheres brasileiras, não se pode negar a “força de

¹⁹⁷ **Jornal do Commercio (AM)**, 14 de novembro de 1912.

¹⁹⁸ Segundo nos informa Celi Pinto, a motivação para Leolinda Dalto criar o Partido Republicano Feminino foi a recusa de seu alistamento eleitoral em 1909. Dalto “era Professora e uma mulher muito diferente das outras de seu tempo. Criou 5 filhos sozinha. Indigenista, realizou uma cruzada a partir de 1895, em defesa dos direitos dos índios, contra o extermínio e o autoritarismo da catequese”. A partir da luta pela causa indigenista, o nome de Dalto passou a ser conhecido na sociedade e na imprensa brasileira. PINTO, Celi Regina. **Uma história do Feminismo no Brasil**, Op.cit. p. 18-19.

¹⁹⁹ HAHNER, June. **A luta pelos direitos da mulher no Brasil**, Op. cit. p.280

mobilização política e de organização da FBPF para o movimento feminista nacional”²⁰⁰, expresso no *Viribus Unis*²⁰¹ de seu slogan. Suas lutas estavam relacionadas principalmente com as questões que envolviam a instrução, o voto e a profissionalização. A FBPF tinha núcleos em vários estados, incluindo no Amazonas²⁰².

2.2 “*viribus unis*”: A Federação Amazonense pelo Progresso Feminino na campanha pelos direitos da mulher

O associativismo feminista no Amazonas foi representado pela Federação Amazonense pelo Progresso Feminino (FAPF), criada em 18 dezembro de 1932, sob a justificativa de que “o Amazonas não podia ficar indiferente a corrente mundial e em particular, brasileira de elevação moral, mental, intelectual, política e econômica da mulher patrícia”²⁰³ que ocorria desde o final do século XIX. Para a sua fundadora, Raymunda Chevalier,

A interferência feminina, nos destinos brasileiros, acompanhou, “pari-passu” o movimento de intensa propaganda social que agitou e agita ainda, todos os mais vastos centros culturais do mundo.

Desdenhar desse progresso, menosprezar essas conquistas, significa equipautar-se à avalanche de incapazes de toda a sorte [...]”²⁰⁴

No que se refere à mulher da qual ela fala, a mulher do início da década de 1930, era ainda marcada por certa desconfiança dos conservadores, mas que já havia

²⁰⁰ BUENO, Alexandra Padilha. *Viribus Unis: a questão da conquista do voto feminino nos Boletins da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1934-1935)*. Aedos, Porto Alegre, v. 11, n. 24, p. 245-268, Ago. 2019. p. 249.

²⁰¹ “Forças combinadas”, em português.

²⁰² Eram doze Federações estaduais da FBPF. A saber: Federação Baiana (fundada em 1931), Federação Alagoana (fundada em 1931), Federação Amazonense (fundada em 1932), Federação Paraense, Federação Cearense, Federação Pernambucana (fundada em 1931), Federação Espírito Santense, Federação Campinense, Federação Mineira, Federação Matogrossense, Federação Goiana (fundada em 1931) e Federação Sul Riograndense. Além das Federações, existiam ainda outras associações ligadas à FBPF: “Associação de eleitoras norte-riograndense” (criada em 1928); Associação Paraybana (fundada em 1933) e a “Cruzada Feminista” (fundada em Pernambuco em 1931). Ver: LOPES, Mirella Tuanny Ferreira. **Lições de resiliência: a luta em prol da conquista da cidadania política e a institucionalização do feminismo em Pernambuco (1927-1934)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2019. p.82; CARVALHO, M.; SANT’ANNA, T. Ações culturais e políticas feministas: a “Federação Goyana Pelo Progresso Feminino” – Um efeito múltiplo da emancipação das mulheres em Goiás. (SÉC. XIX – XX). *Revista Temporis*, v. 9, n. 1, p. 190-202, 9 mar. 2017. *A Notícia (PE)* 06/11/1931; *Diário da Bahia (BA)* 09/04/1931.

²⁰³ **Relatório de atividades da Federação Amazonense pelo Progresso feminino (1932-1935)**. Manaus, 30 de Dezembro de 1935. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. BRRJANRIOQ0.ADM,EFI.FAP.1,P.2

²⁰⁴ Idem, *ibidem*.

consolidado algumas conquistas importantes como o acesso à educação em todos os níveis educacionais, ampliação de seu ingresso no mercado de trabalho formal, inclusive exercendo profissões outrora tidas como essencialmente masculinas, mas que continuava lutando por melhores condições sociais e por direitos políticos. Já eram mulheres conscientes de seu novo papel familiar e social. E como tal deveriam ser vistas também pela sociedade, pois como refletiu, Chevalier, naquele contexto

Não se compreende mais a companheira, no sentido subalterno e inferiorizador da palavra.

Marcha hoje, a mulher ao lado do homem, amparando-lhe nas suas desditas morais com o escudo de uma resignação e com as armas de uma persistência que só o sexo feminino é dado possuir.

Em todos os setores da atividade humana, em todos os territórios da cultura, científica e social, em todas as fronteiras da luta cotidiana, aí se encontra a mulher, imperturbável e serena, não concorrendo, mas auxiliando o homem, com todas as energias de sua perspicácia, com todo o infinito prestígio de sua previsão divinatória.²⁰⁵

Embora a FAPF não tenha sido o primeiro grupo feminino a se formar em Manaus, pode ser considerado o primeiro identificado como feminista, reivindicando para as amazonenses pautas que também eram reivindicadas no movimento feminista nacional, no que se convencionou chamar de primeira onda do movimento feminista, como já abordado.

Em março de 1933, a FAPF filiou-se à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e passou a seguir suas orientações, assim como todas as suas congêneres no país. Por esse motivo, compartilhava as mesmas aspirações e posicionamentos vanguardistas da Federação carioca, apresentando um feminismo “bem comportado”, moderado, que evitava a todo custo gerar embates e conflitos com a sociedade, antes preferia o seu apoio, ao afirmar que as conquistas femininas do século XX não afetariam as funções de esposa e mãe que se esperava das mulheres, mas que em tudo contribuiria para a melhor execução dessas tarefas. Por esse entendimento,

Não cessarão como não cessaram, com essas conquistas femininas, as nobres funções de esposa desvelada e de mãe amantíssima.

²⁰⁵ **Relatório de atividades da Federação Amazonense pelo Progresso feminino** (1932-1935). Manaus, 30 de Dezembro de 1935. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. BRRJANRIOQ0.ADM,EFI.FAP.1,P.2

Pelo contrário, estribada no desconforto da tortura diária, na luta pela subsistência, experimentada nos deslises da perfídia, eternamente acesa para o mal, melhormente poderá a mulher conduzir os filhos para a defensiva que os imunizará, como, outrossim, cooperará com o marido, na árdua tarefa de garantir a tranquilidade do lar e da família.

Formar-se-ão moços certos dos seus deveres nas mãos de genitoras certas de suas obrigações.

Os frutos dessa benemérita campanha pela reivindicação da mulher, já se fazem sentir, na direta intromissão das suas opiniões durante a feitura das Leis diretoras da nacionalidade.

Defendeu-se a mulher nas Constituintes, porque a mulher soube impor-se à admiração pública, lutando pelos seus direitos.²⁰⁶

A criação da FAPF filiada à FBPF tinha objetivos muito claros: primeiramente o de articular-se à luta nacional em defesa das causas femininas e trabalhar no “convencimento” das mulheres amazonenses sobre a importância do seu alistamento eleitoral e da participação política. Além do mais, como filial estadual da FBPF, tinha o poder de conquistar novas associadas, moças detentoras de capital cultural e social, que de certa forma poderiam fazer pressão ou influenciar políticos locais para garantir as conquistas já legitimadas e as que eram objetivos serem conquistadas²⁰⁷.

No entanto, a pesquisa revelou que em 1925, anos antes da criação da FAPF, em 1933, Bertha Lutz, se mostrou interessada em constituir a filial amazonense da FBPF e convidou a escritora Berenice Martins Prates, mineira, mas que estava residindo em Manaus por conta do trabalho do marido²⁰⁸, para presidi-la, já que ela fazia parte da diretoria da Liga Mineira antes de se mudar para Manaus²⁰⁹.

²⁰⁶ Relatório de atividades da Federação Amazonense pelo Progresso feminino (1932-1935). Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. BRRJANRIOQ0.ADM,EFI.FAP.1,P.2

²⁰⁷ A FBPF tinha núcleos em vários estados - incluindo no Amazonas-, que “propagavam o pensamento feminista da Associação e ao mesmo tempo serviam como redes de sociabilidade para as conquistas locais”. E ao mesmo tempo, essas associações também desenvolviam ações sociais e de caridade. Eram doze associações estaduais da FBPF. A saber: Federação Baiana, Federação Alagoana, Federação Amazonense, Federação Paraense, Federação Cearense, Federação Pernambucana, Federação Espírito Santense, Federação Campinense, Federação Mineira, Federação Matogrossense, Federação Goiana e Federação Sul Riograndense. BUENO, Alexandra Padilha. *Viribus Unitis*: Op. Cit. p. 256.

²⁰⁸ O marido, o advogado Lincoln Prates, foi deputado federal pelo Amazonas e havia sido secretário Geral de governo do interventor Alfredo Sá entre 1924 a 1926. *O Mucury* (MG). Cidade de Theophilo Ottoni, 6 de março de 1927. Ed. 01400, p.1

²⁰⁹ Quando Berenice se mudou para Manaus em 1925, deixou Mietta Santiago na direção da Liga Mineira.

IMAGEM 4
Berenice Prates



Fonte: Revista Redenção, Manaus, março/abril de 1925.

Em carta, Berenice Prates afirmou a Lutz que achava o “campo aqui bem favorável”, mas que não podia aceitar o convite, como justificativa alegou que pelas circunstâncias especialíssimas de que estava rodeada a missão do seu marido, não poderia aceitar a chefia do movimento, bem a seu pesar. Mas ponderou que com “o tempo, porém à medida que fosse conhecendo melhor o meio”, poderia “ministrar informações seguras” sobre o que se podia fazer e sobre quem deveria recair a escolha para orientação dos trabalhos.²¹⁰ Nenhuma outra tentativa foi mapeada pela pesquisa até o ano de 1932 com a fundação da FAPF, por Chevalier.

Como a FAPF fora criada após a conquista dos direitos políticos, seu objetivo principal pretendia basicamente contribuir na luta pelos direitos civis e pela ampliação da participação política feminina. Seu programa de ação, repetia os mesmos fins que eram

²¹⁰ **Carta de Berenice Martins Prates à Berta Lutz.** Manaus, 05 de fevereiro de 1925. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. BR.RJANRIO.Q0.ADM.COR.A925.0018. p. 3

propagados pela FBPF²¹¹ e seguido por outras sucursais estaduais, estando assim determinado²¹²:

- 1º Promover a educação da mulher e elevar o nível da instrução feminina;
- 2º Proteger as mães e a infância;
- 3º Obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino;
- 4º Auxiliar as boas iniciativas da mulher e orientá-la na escolha de uma profissão;
- 5º Estimular o espírito de sociabilidade e de cooperação entre as mulheres e interessá-las pelas questões sociais e de alcance público.
- 6º Assegurar à mulher os direitos políticos que a futura Constituição lhes conferir e prepará-las para o exercício inteligente desses direitos;
- 7º Estreitar os laços de amizade com os demais países americanos, a fim de garantir a manutenção perpetua da paz e da justiça no hemisfério ocidental;²¹³

O lema da FAPF era “*Viribus Unitis*”, que pode ser traduzido como “forças unidas”. Segundo descrito no seu relatório de atividades de 1935, o lema da FAPF estava sendo cumprido à risca, mesmo quando “se tornou um esforço mental transcendente, no sentido de comungar com todas as outras Federações Femininas do Brasil” o apelo, “insistente e justíssimo”, aos legisladores do país, a fim de que à mulher “coubesse a cota a que tem direito, à luz da razão, da ciência, do progresso, da civilização”²¹⁴.

A sede da referida Federação funcionou primeiramente no mesmo prédio do Instituto Universitário, escola pertencente a Raymunda Chevalier, sua fundadora, situado na Rua Doutor Moreira, número 36, no centro de Manaus²¹⁵ e posteriormente funcionou na casa de sua segunda presidente, situada na rua Joaquim Nabuco, nº 391, também no centro.

2.2.1 Mulheres da FAPF: agência e trabalho

²¹¹ Ver Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. nº 3, dezembro de 1934, p. 2.

²¹² A exemplo, a Federação Pernambucana, criada em 10 de novembro de 1931. Sobre ela, conferir os estudos da historiadora Alcileide Cabral do Nascimento.

²¹³ **Revista Ilustrada Brasil Feminino** (RJ). Nº 10, Fev/Mar de 1933

²¹⁴ **Relatório de atividades da Federação Amazonense pelo Progresso feminino (1932-1935)**. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. BRRJANRIOQ0.ADM,EFI.FAP.1,P.3

²¹⁵ **Jornal do Comercio** (AM), ed. 09825, 18 de dezembro de 1932. p.2. e Relatório de atividades da Federação Amazonense pelo Progresso feminino (1932-1935). Manaus, 27 de julho de 1936. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. p.7

A fundação da FAPF coube a Raymunda Paula e Souza de Chevalier, nome conhecido na sociedade manauara. Chevalier, nascida no Amazonas provavelmente no ano de 1884²¹⁶, foi uma mulher que soube ocupar muitos espaços e desempenhar muitas atividades, oportunizadas pelas mudanças sociais e condição feminina ocorridas no início do século passado como já mencionado.

Raymunda Chevalier foi professora primária e também de francês no Instituto Universitário Amazonense, escola privada que oferecia diversos cursos, indo desde o jardim da infância até o preparatório para a Escola Universitária Livre de Manaus, que ela e o esposo, José Chevalier, fundaram em 1912 e dirigiram por muitos anos²¹⁷. E por falar na Escola Universitária, Chevalier ajudou a compor o quadro discente feminino, tornando-se uma das primeiras alunas da instituição. Seu ingresso foi no curso de Farmácia no ano de 1914, pelo qual se graduou dois anos depois, em 1916²¹⁸.

Em julho de 1930, Raymunda Chevalier ajudou a fundar junto com outros renomados professores e professoras do Estado a “Sociedade Amazonense de Professores” (SAP)²¹⁹, que por meio da manutenção de uma revista intitulada “Revista de Educação”, tratava de discutir questões pertinentes da própria associação e da educação no Estado, além de ser o veículo de propagação da ideologia da Escola Nova” entre os anos 1930 e 1932.

Chevalier também caminhava pelo campo da literatura, tendo alguns de seus contos publicado no Revista Brasil Feminino (RJ)²²⁰ entre 1932 e 1933, onde ela era

²¹⁶ Dados apresentados pelo blog <http://catadordepapeis.blogspot.com/2021/10/familia-paula-souza.html>. Acesso em 06/10/23.

²¹⁷ O primeiro nome da escola foi Collegio Universitário Amazonense, fundado em 1909. Em 1912 mudou de nome e passou a ser de propriedade dos Chevalier. **Jornal do Comercio (AM)**, ed. 03003, 28 de agosto de 1912. p.2 e **O Pirralho**. ed. 0008. Manaus, 1ª quinzena de abril de 1916. p.1. Segundo anúncio veiculado na imprensa, o Instituto Universitário Amazonense oferecia os cursos de comercio, preparatório para a Universidade Livre de Manaus, cursos complementares e cursos elementares, além de oferecer francês prático e ginástica sueca. Apresentava-se como o mais vantajoso internato, contando com cerca de 90 alunos e corpo docente de 6 professores que adotavam os mais preconizados métodos de ensino. Localizava-se no centro de Manaus. **Jornal do Comercio (AM)**, ed.03299, 4 de julho de 1913. p.2

²¹⁸ CAMPOS, Luciane Maria Dantas. **Trabalho e Emancipação**. Op. Cit.

²¹⁹ A SAP foi fundada pela professora carioca Mercedes Dantas e sob o patronato de Plácio Serrano, Álvaro Maia, Agnello Bittencout, Vivaldo Lima, Antonia Telles de Souza, Júlio Uchoa, Eunice Serrano Telles de Souza, Hermínia Carneiro de Lima e Alcina Limaverde Barros. NICIDA, Lúcia Regina; ESTÁCIO, Marcos André Ferreira. **Escola Nova no Amazonas: uma história pelos impressos educacionais**. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/ceduce/2018/TRABALHO_EV111_MD1_SA9_ID1590_30052018162213.pdf . acesso em 09/10/23.

²²⁰ A revista Brasil Feminina, produzida por mulheres no Rio de Janeiro, circulou no Brasil mensalmente entre os anos 1932 e 1937. Era dirigida pela feminista Iveta Ribeiro e servia como espaço para divulgação das ações da FBPF. Na sua primeira fase apoiou a emancipação feminina e veiculava conteúdo feminista. Já na 2ª fase, 1937, alinhou-se aos ideais integralistas, servindo como instrumento de militância partidária.

correspondente especial do Amazonas. O primeiro conto alcançado pela pesquisa está intitulado “O Sonho da Rainha La Suraya, publicado em dezembro de 1923 e o segundo, recebeu o título de “Thopheus de Guerra” publicado em maio de 1933. Em ambos, a escrita reflete características da literatura panfletária, principalmente por conter traços da sua ideologia política, metáforas e comparações inteligíveis.

IMAGEM 5

Raymunda Chevalier



Fonte: Brasil Feminino (RJ) dezembro de 1932. Nº 8

Chevalier foi presidente da FAPF da sua fundação até o ano de 1935, quando foi substituída por Maria de Lima de Luna Alencar, outro conhecido nome na sociedade manauara, como já mencionado. Em ambas, caracterizou-se uma luta persistente para que a associação alcançasse o sucesso e os objetivos pretendidos em seu estatuto. Chevalier

Ver: PALACIO, Linaia de Vargas. **Brasil Feminino: Disputas discursivas, alianças políticas e escrita de mulheres na imprensa entre 1932 e 1937**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2020.

era ao que pudemos apurar nas fontes disponíveis sobre a FAPF, uma mulher determinada e bem articulada social e politicamente. Maria de Luna Alencar esteve a frente da FAPF de 1935 até o ano de 1938 quando acreditamos que a Federação encerrou as suas atividades devido as imposições do Estado Novo implantado no ano anterior.

As integrantes da FAPF, carinhosamente chamadas de “irmãs de ideal”, eram mulheres da elite urbana manauara, letradas, simpáticas à causa feminista; algumas solteiras, a maioria casadas, mas todas possuíam algum tipo de relações sociais e políticas em vários setores da sociedade amazonense e transitavam nos espaços públicos de poder. Quanto às suas ocupações, os nomes presentes nas fontes mostram que eram escritoras, advogadas, farmacêuticas, poetisas e professoras primárias em sua maioria.

A primeira diretoria da FAPF, foi escolhida por votação, logo após a sua criação, tendo sido formada por “abnegadas paladinas de tão alto ideal”²²¹ e exaltadas posteriormente pela “Revista Ilustrada Brasil Feminino”, que destacou que a criação de mais uma Federação Feminina e a composição dessa diretoria que “tantos benefícios trará (traria) ao trabalho de emancipação consciente da mulher brasileira”. A formação da primeira diretoria ficou assim organizada:

Quadro 1

Diretoria da FAPF eleita para o biênio 1932-1934²²².

²²¹ **Revista Ilustrada Brasil Feminino** (RJ). Nº 10, Fev/Mar de 1933

²²² Idem, ibidem. Em nova eleição ocorrida em 17 de fevereiro de 1934, quase toda a diretoria do período anterior foi reeleita, ficando assim organizada: Presidente: Raymunda Chevalier; vice presidente: professora Alcina Lima Verde Barros; 1º secretária: Maria Luiza de Saboya. 2º secretária: Maria Helena Ribeiro; tesoureira: professora Adélia Vieira Cunha; bibliotecária: Professora Neusa Magalhães Cordeiro; Conselho Social: professoras Zulmira Uchôa Bittencourt, Aurelia Barros Rego e Taciana Telles Bitton; Conselho Fiscal: professoras Efa de Carvalho, Adelaide Marques Braga e Maria Amaral de Oliveira Mello. Carta da FAPF para Bertha Lutz. Manaus, 3 de Março de 1934. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Já as eleições corridas em 30 de dezembro de 1935 formou a seguinte diretoria: Presidente: Maria Luna Alencar; vice presidente: profª Eunice Serrano, 1º secretária: profª Emília Antony; 2º secretária: profª Apolonia do Valle. Tesoureira: profª Efa de Carvalho; oradora: profª Alcina Limaverde; consultora jurídica: Dra Maria Luiza de Saboya; bibliotecária: profª Lindalva da Silva Cruz; Conselho fiscal: Raymunda Chevalier, Maria de Miranda Leão e profª Adélia Cunha; Conselho social: profªs Aurélia de Barros Rego, Rosa Fontenelle e farmacêutica Adelaide Braga. Carta de FAPF para FBPF. Manaus, 19 de janeiro de 1936. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional.

Cargo	Nome	Profissão
Presidente	Raymunda Chevalier	Farmacêutica
Vice presidente	Francisca Salvia Coutinho	Professora
1ª secretária	Maria Oliveira Santana	Professora
2ª secretária	Maria Helena Ribeiro	-
Tesoureiras	Adélia Vieira Cunha	Professora
Bibliotecária	Edith Cordeiro	-
Conselho Social	Zulmira Uchôa Bittencourt	Professora
	Izabel Araújo Silva	Professora
	Conceição de Brito Inglez	Professora
Conselho fiscal	Meina Limaverde Barros	Professora
	Ismenia Paulino Malaquias	Professora
	Umbelina Nogueira Braun.	Professora

A composição acima demonstrada corrobora a ideia de que a FAPF reunia importantes nomes do meio social manauara, representando um “feminismo bem comportado”, seguindo também uma característica comum entre as demais associações estaduais. Uma observação não pode passar despercebida: a quantidade de professoras primária que faziam parte da diretoria e possivelmente das associadas da FAPF, mesmo isso não sendo uma particularidade local, já que o fato ocorria em todas as sucursais da FBPF pelo país.

Assim como a FBPF, a FAPF não declarava ter filiação partidária, aceitando associadas de todas as ideologias políticas. Em carta trocada com Bertha Lutz, no ano de 1934, a presidente Chevalier comenta a situação e destaca a solução encontrada para respeitar a diversidade política das associadas:

“em vista de termos em nosso grêmio, sócias pertencentes a todas as facções políticas locais, e considerando a dificuldade de chegarmos a um acordo, resolvemos tudo pelo livre arbítrio. Nas reuniões, recomendo que sempre os nomes daqueles (políticos) que sempre defenderam os ideais femininos”²²³

Quando da sua fundação, a FAPF contava com oitenta sócias, alcançando com muita dificuldade, no ano de 1935 o “número consolador” de 200 associadas, “incluindo as sócias artísticas, isentas da quota mensal, contribuindo apenas com a sua inteligência artística, quando requisitadas pela diretoria”²²⁴. Um ano depois, o quadro de sócias havia diminuído contando com 100 contribuintes, 22 cooperadoras e 1 protetora²²⁵

Alguns meses depois de sua criação, Chevalier analisou o pouco entusiasmo da mulher amazonense com a Federação e com as lutas por direitos e compartilhou sua angústia e decepção por meio de carta endereçada à Maria Sabina²²⁶, vice-presidente da FBPF:

“Infelizmente, nem todas compreendem o alcance do nosso ideal. Eu avalio os obstáculos que essa abnegada associação tem encontrado, especialmente da parte das próprias mulheres, porque são elas as que mais combatem as aspirações femininas. Todas querem usufruir os proventos alcançados com os nossos esforços, mas, bem poucas são as que querem sacrificar o seu comodismo para alcançá-los... eu aqui tenho lutado seriamente [...], porém, **a maior resistência que tenho encontrado é justamente do lado de algumas deserentes (sic) do progresso feminino, e das abúlicas amigas do comodismo.** [...] Pena que depois de tudo o que temos feito, essas indiferentes e ingratas, sejam as que mais desfrutem dos benefícios alcançados pelo nosso trabalho... mas, a vida é essa... sem altruísmo a terra seria um caos”²²⁷.

Em 1935, passados dois anos da escrita da carta apresentada no parágrafo anterior, as mesmas dificuldades não foram superadas e ainda apareciam como obstáculos ao

²²³ **Carta de Raymunda Chavalier para Bertha Lutz. Manaus, 26 de setembro de 1934.** Fundo da FBPF. Arquivo Nacional

²²⁴ **Relatório de atividades da Federação Amazonense pelo Progresso feminino (1932-1935).** Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. BRRJANRIOQ0.ADM,EFL.FAP.1,p.4

²²⁵ **Relatório de atividades da Federação Amazonense pelo Progresso feminino (1936).** Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. BRRJANRIOQ0.ADM,EFL.FAP.1,p.8

²²⁶ Maria Sabina desde o início da década de 1930 colaborava em revistas e jornais amazonenses. No ano de 1931, por exemplo, teve algumas de suas poesias publicadas na Revista Redenção, importante revista que circulou em Manaus entre as décadas de 1920 e 1930. Cf. FREITAS, Sarah Câmara. **Redenção (1924-1932): Tradição e modernidade em círculos de intelectuais em Manaus.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFAM, Manaus, 2014.

²²⁷ **Carta de Raymunda Chevalier para Maria Sabina.** Manaus, 28 de março de 1933. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Disponível na Hemeroteca Digital. Grifos nossos.

sucesso da FAPF e das lutas femininas travadas no Amazonas. Entre as dificuldades encontradas, estava o número “um tanto reduzido” de associadas, causados possivelmente por “fator mesológico, incredulidade e pela influência nefasta do velho patriarcado”²²⁸ que insistia em desacreditar e minimizar as ações e lutas femininas.

Algumas conclusões são feitas a partir da análise desses escritos. A primeira é que persistentemente nos anos que seguem a sua fundação, a Federação amazonense não conseguia aumentar e manter o número de associadas, padecendo do mesmo problema que outras federações femininas espalhadas pelo país e pela própria FBPF. Em carta a Bertha Lutz, Chevalier desabafou sobre a sua percepção no pouco interesse da mulher amazonense em participar das lutas femininas mesmo depois da Federação estar consolidada na capital amazonense. Sobre isso ela escreveu:

a minha distinta amiga tem muitíssimas razões em dizer que o trabalho de começo, é verdadeiramente exaustivo. Diante da indiferença, quase geral, das nossas patrícias, e eu acrescento ainda: diante da indiferença, do comodismo e do pessimismo das nossas irmãs de sexo, porque são essas as barreiras, os icebergs que, a cada passo, encontro no meu caminho.²²⁹

O “negregado indiferentismo”²³⁰ demonstrado por parcela da sociedade feminina, mencionado por Chevalier nas duas cartas apresentadas e escritas em momentos distintos, seria falta de interesse pelas motivações feministas? Seria reflexo do forte patriarcalismo da sociedade amazonense que impedia as filhas ou esposas de somarem forças às demais? O fato é que ambos acabavam sendo os maiores obstáculos para o sucesso das lutas empregadas por essas associações.

A segunda questão a se refletir é se dificuldades financeiras enfrentadas pela sociedade amazonense, foi uma determinante a ser considerada, pois grande parte da sociedade amazonense, era formada principalmente por detentores de baixa renda, trabalhadores assalariados ou informais, além de iletrados. Essa questão influenciava diretamente na forma como a sociedade via e agia sobre a realidade na qual estava inserida. E isso gera duas consequências imediatas: o orçamento apertado inviabilizava a participação de algumas interessadas em compor a Federação, dado a dificuldade em

²²⁸ **Relatório de atividades da Federação Amazonense pelo Progresso feminino (1932-1935)**. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. BRRJANRIOQ0.ADM,EFI.FAP.1, p.4.

²²⁹ **Carta de Raymunda Chevalier para Jeorgina Barbosa Vianna**. Manaus, 18 de setembro de 1935. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional.

²³⁰ **Relatório de atividades da Federação Amazonense pelo Progresso feminino (1932-1935)**. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. BRRJANRIOQ0.ADM,EFI.FAP.1, p.4.

honrar com a cota mensal que cada filiada deveria pagar; as agremiadas pagavam uma cota mensal de um mil réis e a FAPF repassava à FBPF o valor de Cinquenta mil réis anualmente. O valor pago era metade do que a FBPF recebia de outras filiais, justificado sob a alegação dos “exíguos recursos financeiros” que a FAPF possuía.²³¹ com menos filiadas pagantes, a FAPF também não obtinha recursos suficientes para realizar muitas ações pretendidas e, que, inclusive poderia gerar propaganda necessária para conquistar mais membros. Os poucos recursos do primeiro semestre de 1936 foram apresentados pela tesoureira professora Raymunda Moreira Lima e ficou assim demonstrado:

Quadro 2

Balancete do Movimento Financeiro da FAPF, de janeiro a julho de 1936²³²

	RECEITA	DESPESA
Janeiro	Saldo 23.700	*Feita pela presidente
Fevereiro	23.700	105.000
Março	107.000	92.000
Abril	100.000	-
Mai	67.500	-
Junho	47.000	-
Julho	82.800	8.700

²³¹ **Revista Ilustrada Brasil Feminino** (RJ). Nº 10, Fev/Mar de 1933. No Relatório apresentado nessa narrativa, Chevalier divulgou que muitas sócias apresentavam um atraso de cinco meses na quota mensal, algumas devido a dificuldades financeiras, o que fez com a diretoria da Federação, cancelasse a dívida acumulada. Relatório de atividades da Federação Amazonense pelo Progresso feminino (1932-1935). Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. BRRJANRIOQ0.ADM,EFL.FAP.1,P.5

²³² **Relatório de atividades da Federação Amazonense pelo Progresso feminino (1936)**. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. BRRJANRIOQ0.ADM,EFL.FAP.1,p.9

Demonstração do referido saldo	
Banco Ultramarino	300\$000
Saldo na Tesouraria	36\$400
TOTAL	336\$400

Um fator importante que deve ser ressaltado é que as mulheres desses grupos menos favorecidos economicamente, além de não terem tempo para o envolvimento nessas atividades, por conta das suas demandas de trabalho, também não se viam representadas nas lutas feministas porque acreditavam que a realidade de suas vidas não seria impactada pelas mudanças objetivadas por quem as defendia, no caso, as mulheres letradas e pertencentes à algum grupo financeiro ou social mais privilegiado, que lutavam por pautas muito distante da realidade da maioria das outras mulheres. Provavelmente, muitas dessas mulheres nunca nem tinha ouvido falar sobre as demandas do feminismo, como o sufrágio por exemplo. Aliado à necessidade de trabalho, devemos levar em consideração o analfabetismo que, historicamente, atingia uma porcentagem muito alta de mulheres no Brasil, especialmente as mais pobres. Essa questão nos faz pensar sobre as críticas lançadas para o feminismo pregado pela FBPF - e antes à sua sucessora (LEIM) -, e, conseqüentemente às suas sucursais, ao serem acusadas de “não conseguirem atravessar as barreiras de classe para construir uma estratégia de ação solidária comunitária, com a participação dos movimentos de trabalhadores”²³³.

Algumas dessas críticas vieram inclusive de quem estava dentro do próprio movimento feminista, como Maria Lacerda de Moura, representante do que podemos chamar de feminismo anarquista. Moura, que no princípio foi companheira de Bertha Lutz na condução da Liga para a Emancipação da Mulher (LEIM), divergia em muitos aspectos com a ideologia do movimento pregada por Lutz, por isso o rompimento entre ambas.²³⁴ Nesse sentido, Moura acusava Bertha e a FBPF de lutar “por uma causa que

²³³ TENÓRIO, Patrícia Cibele. **Almerinda Farias Gama: a sufragista negra pioneira que a História silenciou**, op. Cit. p.75.

²³⁴ LEITE, Miriam Moreira. **Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura**. São Paulo: Ática, 1984. p. 23

iria beneficiar poucas mulheres, sem trazer vantagem alguma à multidão feminina”²³⁵, claramente ela falava do voto feminino, já que na sua concepção, ele seria ineficaz para a melhoria da condição de vida das mulheres das camadas mais baixas da sociedade.

No entanto, a análise dos dois Relatórios de Atividades da associação, o primeiro apresentado à assembleia geral da FAPF em torno de gestão de Raimunda Chevalier (1932-1935), e o segundo enviado à FBPF com informações sobre o primeiro semestre da presidência de Maria de Luna Alencar, demonstram que mesmo diante de tantas dificuldades e obstáculos, numa luta ingente, a FAPF buscava envidar “todos os seus mais benéficos esforços” para garantir o “elevamento (sic) cada vez mais alto do nível social da mulher amazônica”²³⁶ e dar desenvolvimento a sociedade para atrair a opinião pública a seu favor²³⁷.

De qualquer forma, o objetivo de atrair a atenção feminina para as Federações e destacar a importância de seu papel no movimento feminista por direitos era constante e necessária. Por isso mesmo, muitos recursos eram empregados para a propaganda, especialmente a promoção de eventos, como os saraus e “episódios musicais oferecidos a intelectuais de notável saber da sociedade manauara”²³⁸. Passados quatro anos da criação da FAPF e mais de duas décadas que o termo “feminismo” passou a ser frequente nos debates, aspirações e receios da sociedade, Maria Sabina, vice presidente da FBPF, viu a necessidade e a oportunidade que tinha na Revista Cabocla²³⁹, por ser colaboradora, para publicar um longo texto com o propósito de conclamar saudosamente as mulheres amazonenses a conhecer a FAPF, na tentativa de aumentar a quantidade de sócias e reforçar a luta por direitos femininos. Para as “amigas e companheiras de ideal”, ela escreveu:

É a vós especialmente que me dirijo neste momento em que, procurando esquecer a minha personalidade de escritora e artista criadora de emoções, quero ser simplesmente a colaboradora ardente e convicta, orientadora da opinião em tudo o que se relaciona com a causa

²³⁵ PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed Fundação Perseu Abramo, 2003.p. 37

²³⁶ **Relatório de atividades da Federação Amazonense pelo Progresso feminino (1932-1935)**. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. BRRJANRIOQ0.ADM,EFL.FAP.1,p.3

²³⁷ **Relatório de atividades da Federação Amazonense pelo Progresso feminino (1936)**. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. BRRJANRIOQ0.ADM,EFL.FAP.1,p.7

²³⁸ *Idem*, p.8.

²³⁹ A Revista Cabocla era uma revista de variedades que circulou em Manaus a partir de 1936 até o início dos anos 1940.

feminina. Como vice-presidente da “Federação Brasileira Para o Progresso Feminino”, a maior organização feminina brasileira [...], creio ter alguma autoridade como orientadora da opinião. O Grito angustioso da mulher que desde o século passado vem repercutindo até nós encontrou um eco de simpatia em nosso país até os seus recantos longínquos como o prova neste momento a nossa ramificação amazonense em cujo seio acolhedor e amigo me encontro neste momento encantada e desvanecida. **A Federação Amazonense Pelo Progresso Feminino “é uma destas árvores novas douradas pelo sol dos trópicos” [...]**²⁴⁰.

Outro objetivo claro do texto escrito por Sabina era o de desmistificar todas as concepções equivocadas sobre a ideologia do feminismo que a FBPF e suas sucursais estaduais, como a FAPF, defendiam: feminismo esse tipificado como “bem-comportado” e/ou “tático”²⁴¹, interpretado como conservador, mas que era diplomático e persuasivo, que se aliava aos poderes ao invés de contestá-los. De forma poética, ela significou o sentido desse feminismo que deveria ser desbravado pelas mulheres que o desconhecia:

Na opulência da sua grandeza a Amazônia é uma virgem. E muitas almas aqui serão como o solo generoso que ainda não foi desbravado e semeado de ideias novas em respeito de verdades básicas do feminismo. Nelas, a semente da justiça e de beleza da causa da mulher, germinará na exuberância primitiva de um deslumbrante florescimento tropical. Mas, se não necessitamos da ardência devoradora das queimadas, faz-se, contudo, mister a derrubada dos preconceitos. O feminismo ainda representa para muitos uma anormalidade, uma doutrina que prega o antagonismo dos sexos, e um nivelamento, uma espécie de masculinização que representa a perda de toda a graça e feminilidade da mulher.

Nada mais falso. Pelo menos concordareis, inicialmente que, apesar de ter atingido os mais altos postos no Feminismo Nacional, que não me parece com este retrato pessimista e não renunciei aos mesmos requisitos femininos. Quanto ao mais, a boa e sã doutrina feminista não pode nem quer considerar o homem como inimigo e adversário e sim como colaborador. Em alguns casos é o homem que se recusa á “intente cordiale” que terá que finalmente prevalecer. **O feminismo não é uma anormalidade, uma extravagância contemporânea, um fruto adventício da época dotado a desaparecer. É antes uma consequência moral da macha das civilizações.**²⁴²

²⁴⁰ **Revista Cabocla**. Manaus, 1936. Grifos nossos.

²⁴¹ PINTO, Céli Regina Jardim. **Breve história do Feminismo**. Op.cit e SOIHET, Rachel. **O Feminismo Tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: Editora das Mulheres/EDUNISC, 2006.

²⁴² Idem.

Para além de cartas e telegramas trocadas entre a FAPF- e a FBPF - pelas quais vinham orientações e trocas de experiências e angústias, alguns poucos encontros presenciais também ocorreram para a participação em reuniões ou eventos. -Em agosto de 1934, por exemplo, a FBPF realizou a 2ª Convenção feminista Nacional, em Salvador, Bahia, e a FAPF enviou como delegadas as senhoras Alcina Lima Verde Barros²⁴³, professora, vice-presidente da FAPF e diretora da Sociedade Amazonense de Professores e a também professora Cesarina Bejer Neves, que acreditamos que era apenas uma associada, pois seu nome não consta como membro da diretoria nas fontes consultadas.

Na Convenção

foram superiormente ventiladas questões de legislação, administração, previdência social, educação cívica, ação política, paz e relações internacionais, e elaborando um plano de ação conjunta, mais uma vez vem demonstrar a capacidade organizadora da mulher e seu fervoroso intuito de bem servir ao Brasil.²⁴⁴

Especificamente no campo “Ação política e Educação cívica”, ficou acordado na Convenção feminista que as reivindicações e esforços da FBPF e suas associadas seriam pela:

participação da metade feminina da população na representação legislativa, política e de classe, na administração pública e nos poderes executivo e judiciário; lançamento de candidaturas femininas prestigiadas pela opinião feminina organizada, em associações confederadas e convenções; recomendações de candidatos e candidatas e partidos idôneos que aceitem esse programa e deem apoio às candidaturas lançadas pela Convenção; Recusa de colaboração com os partidos antifeministas por origem, índole ou doutrina; organização do eleitorado feminino pelas associações confederadas, educação e orientação cívica desse eleitorado. União de esforços em redor do programa da convenção.; forma de representação nacional que de ingresso à mulher no parlamento;²⁴⁵

As duas delegadas da FAPF na Convenção, não fizeram parte de nenhuma das sete comissões definidas para realizarem os trabalhos da Convenção, no entanto, a

²⁴³ No Boletim da FBPF o nome da associada está apresentado com equívoco, como Elmira Verde Barros, aparentemente um equívoco porque nas fontes disponíveis da FAPF não consta esse nome na diretoria e sim, Alcina. **Boletim da FBPF**. Nº 1 out 1934, p. 2.

²⁴⁴ **Boletim da FBPF**. Nº 1 out 1934, p.3. Sobre a Sociedade Amazonense de professores: Fundo da FBPF. BR RJANRIO.QO.ADM,COR.A935.89, p.1

²⁴⁵ **Gazeta de Notícias** (RJ) . ed. 0008, 03 de outubro de 1934, p. 2. Hemeroteca Digital.

participação em um evento dessa expressão e importância, era muito significativo para as lutas nos Estados e para obter referências. Alguns homens, políticos importantes na conquista dos direitos políticos femininos foram convidados de honra nesse evento, entre eles o presidente Getúlio Vargas, Juvenal Lamartine e o senador amazonense Aristides Rocha²⁴⁶.

IMAGEM - 6

Alcina Lima Verde, 1913



Fonte: Revista Cá e Lá. Nº2, fevereiro de 1914

Dois anos depois, em outubro de 1936, em outro evento promovido pela FBPF, o 3º Congresso Feminista, realizado no Rio de Janeiro, a FAPF foi representada pela Deputada Maria de Miranda Leão, que também estava representando oficialmente o Governo do Estado do Amazonas. O Congresso foi amplamente noticiado pelos periódicos tanto do Estado do Amazonas como principalmente pelos do Rio de Janeiro e mais uma vez contou com a presença de várias autoridades políticas e partidários do feminismo, como veremos mais adiante.

²⁴⁶ **Boletim da FBPF** nº 1, out 1934, p. 3

2.2.2 Relações políticas e sociais da FAPF

Assim como ocorria com a FBPF e com suas filiais, era imprescindível que a FAPF criasse alianças políticas e sociais locais, constituídas em redes de influências e relacionamentos, para que suas demandas obtivessem apoio e visibilidade, podendo assim ser levadas para debate nas esferas de poder e alcançasse os resultados esperados. Além do mais, essas alianças demonstravam a seriedade da associação e o respeito por ela, algo que fazia muita diferença para cooptar filiados ou simpatizantes.

Alguns nomes da política amazonense do período prezavam por uma boa relação com a FAPF e suas associadas, entre eles, os deputados federais do Estado, Álvaro Maia (posteriormente eleito governador) e Luiz Tirelli²⁴⁷, este inclusive, chegou a ser homenageado pela associação²⁴⁸. É nítido que a relação entre a FAPF e o deputado Tirelli era de interesse político mútuo, o que nos faz concluir que a FAPF não deixava passar as oportunidades de conquistar apoio nos grupos detentores de poder. Destarte, a década de 1930 assinala um fenômeno novo na política brasileira: muitos políticos brasileiros, interessados em conquistar o voto desse novo eleitorado, buscavam se aproximar e fechar alianças com as associações femininas para representar ou apoiar os seus interesses. No Amazonas não foi diferente, com toda certeza, Tirelli também via no eleitorado feminino amazonense uma oportunidade de ampliar a sua visibilidade e número de votos. A fala de Chevalier para as sócias comprova essa afirmação:

“Estou deixando claro que emprego todos os meios para convencer a maioria das sócias que devem ser gratas ao comandante Tirelli, pois tenho a certeza de que ele, em qualquer tempo e incondicionalmente defenderá os interesses femininos”.²⁴⁹

²⁴⁷ “Filiado ao Partido Trabalhista Amazonense, elegeu-se em maio de 1933 deputado à Assembléia Nacional Constituinte na legenda da Aliança Trabalhista Liberal do Amazonas, integrada também pelo Partido Liberal do Amazonas e pelo Partido Republicano do Amazonas. Empossado em novembro do mesmo ano, participou dos trabalhos constituintes. Após a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a eleição do presidente da República no dia seguinte, elegeu-se em outubro de 1934 deputado federal na legenda do Partido Popular do Amazonas, organizado pela aliança de elementos do Partido Socialista do Amazonas com membros do Partido Trabalhista do Amazonas. Iniciou o novo mandato na Câmara dos Deputados em maio de 1935 exercendo-o até novembro de 1937 quando, com a implantação do Estado Novo, foram dissolvidos os órgãos legislativos do país.”. disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tirelli-luis>. Acesso em 27/05/2022.

²⁴⁸ Jornal do Brasil (RJ), ed. 00176 de 25 de julho de 1936. p.14.

²⁴⁹ Carta de **Raymunda Chavalier para Bertha Lutz**. Manaus, 26 de setembro de 1934. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional

Tirelli, chefe do Partido Trabalhista Amazonense, sempre destacava que “estava a serviço da sociedade”. O político inclusive, por vezes convidou Chevalier para que ela “figurasse na chapa do seu partido ou indicasse o nome de outra sócia da Federação”²⁵⁰, o que ela nunca aceitou e os motivos supomos que estivessem relacionados principalmente a problemas de saúde que ela enfrentava, por vezes mencionado nas cartas trocadas com a FBPF. O posicionamento do Deputado Tirelli, mostrava que havia interesse por parte do Partido Trabalhista em candidatar mulheres para concorrer às eleições para a assembleia constituinte estadual que ocorreria em outubro de 1934, mostrava a sua simpatia pelo ingresso feminino na política e mais, ressaltava a importância da Federação naquele contexto.

Como mencionado, a FBPF orientava e enviava demandas que deveriam ser seguidas por suas federações filiadas. No caso particular da Federação Amazonense, e para exemplificar, quando a Constituição de 1934 estava sendo elaborada e discutida, a FBPF pediu que a FAPF escrevesse aos integrantes da bancada do Amazonas pedindo que eles apoiassem as emendas feministas. A intenção era a de pressionar os deputados e buscar o apoio que a Federação brasileira e suas representadas precisavam para ver as suas lutas e reivindicações serem atendidas. Prontamente, a FAPF escreveu insistentemente ao Deputado Federal Álvaro Maia solicitando que ele fizesse extensivo o seu pedido ao também deputado Cunha Mello e demais representantes do Estado e, que caso necessitassem de melhores esclarecimentos sobre a pauta feminista, recomendava que se dirigissem à Dra Ormind Bastos²⁵¹, assessora jurídica da FBPF e “responsável pela redação final das “Reivindicações da Mulher Brasileira” incluídas no anteprojeto da Constituição de 1934 e apresentadas por Bertha Lutz”²⁵². Ormind Ribeiro Bastos (1899-1971) era advogada, jornalista e feminista, nasceu em Manaus (AM) e cresceu em Belém (PA), onde enfrentou a sociedade com seus artigos na imprensa paraense em defesa da causa feminista. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi uma das fundadoras da União Universitária Feminina, em 1929.²⁵³

²⁵⁰ **Carta de Raymunda Chavalier para Bertha Lutz.** Manaus, 26 de setembro de 1934. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional

²⁵¹ **Carta de Raymunda Chevalier para Maria Sabina.** 01 de março de 1934. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional.

²⁵² BRAZIL, Érico Vital & SCHUMAHER, Schuma (Orgs). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade.** Op. Cit. p. 532.

²⁵³ Disponível em <http://www.mulher500.org.br>. Acesso em 07/04/2020.

Durante os trabalhos da Constituinte estadual realizados nos primeiros meses de 1935, a FAPF foi procurada pelo presidente da comissão do ante projeto da constituição estadual, deputado Armando Madeira, no sentido de enviar sugestões que pudessem “contribuir à feitura da Lei Magna do Amazonas”. A Federação declarou-se “desvanecida com o honroso convite” e posteriormente apresentou à comissão alguns artigos que figuravam na Constituição do País (1934) para serem adaptadas à Constituição estadual.

Se porventura ditos dispositivos, feitas as adaptações necessárias, forem aproveitados na Carta Estadual, muito grata se confessará a Federação Feminina por tão relevantes serviços apresentados, pelos constituintes, ao Amazonas e particularmente à mulher amazonense²⁵⁴.

De modo geral eram sugestões que versavam sobre direitos trabalhistas, e regulamentação e proteção do trabalho feminino, já que, como visto por Chevalier, “no Amazonas o trabalho feminino é altamente explorado pelos inescrupulosos e inconscientes”²⁵⁵, justamente porque a proposta enviada procurou dar ênfase à questão prevista no Art 121 da CF (§1º, linha a) “a proibição da diferença de salário para uma mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil”. Além desse artigo, a FAPF sinalizou outros artigos que tratavam de assistência social e direitos civis, como por exemplo o artigo 168 que determinava que os cargos públicos fossem acessíveis a todos os brasileiros sem distinção de sexo ou estado civil, e o artigo 170 que previa o direito a férias remuneradas de 15 dias aos trabalhadores e licença maternidade de 3 meses às gestantes, com os vencimentos integrais.²⁵⁶

Quando de sua promulgação, em 02 de julho de 1935, Chevalier escreveu saudosamente para a FBPF para informar que na Constituição estadual foram incluídas todas as sugestões enviadas pela FAPF para o Presidente da comissão, encarregado de organizar o projeto da Magna Carta do Amazonas e que por isso, pôde concluir que “os deputados amazonenses não são (eram) contrários aos ideais feministas”²⁵⁷. Além do mais, podemos dizer que a importante atuação das mulheres da FAPF foi reconhecida na construção da Constituição Amazonense (1935) e que houve uma abertura democrática,

²⁵⁴ **Carta da FAPF para a FBPF** de 18 de fevereiro de 1935. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional

²⁵⁵ **Carta da FAPF**. Sugestões para a Constituinte Estadual, FAPF, s/d. Fundo da FBPF, Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_Q0_ADM_CPA_COS_TXT_0007. p.53

²⁵⁶ Além desses artigos da CF de 1934, os demais sinalizados foram os seguintes: art.103, art. 121, art.138, art.141. Sugestões para a Constituinte Estadual, FAPF, s/d. Fundo da FBPF, Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_Q0_ADM_CPA_COS_TXT_0007. p.52-54.

²⁵⁷ **Carta da FAPF para a FBPF**. Carta de 12 de junho de 1935. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional

haja vista que os deputados buscaram dialogar com alguns setores da sociedade e a FAPF foi um desses setores. Conforme relato do presidente da comissão:

Diversas sugestões foram recebidas, não só de alguns colegas, enviadas por intermédio da mesa da Assembleia, como também ministradas por diversas instituições locais a quem a Comissão, por voto unanime, se havia dirigido. [...] todos esses subsídios foram distribuídos pelas subcomissões e creio que tenham sido aproveitados pelos respectivos relatores.²⁵⁸

A nova Constituição do Amazonas entra para a história do Estado como sendo a primeira a conter a assinatura de uma mulher: a de Maria de Miranda Leão, eleita primeira deputada amazonense em 1934, como veremos mais adiante. Maria era uma das associadas e um importante nome na FAPF. O convite feito pelo Partido Socialista para que Maria concorresse à eleição, foi avaliada por Raymunda Chevalier, como não tendo relação direta com a FAPF, mas com o fato de Maria ser membro da Liga Eleitoral Católica e que sua indicação “foi somente para aproveitar a influência da Liga e agradar o Clero e sufragá-lo nas urnas”. No entanto, Chevalier reconheceu que a candidatura e a possível eleição de sua associada, era algo que traria muitos benefícios, já que a sociedade teria um elemento no seio da Assembleia estadual que prometeu pugnar pelos direitos da mulher.²⁵⁹

A FAPF buscou a aproximação intelectual e amistosa com Repúblicas Latino-Americanas, como previsto no artigo 7º de seu estatuto, tendo tido como resposta positiva a sua aproximação com Havana (Cuba), através da escritora Leonor Martinez de Cervera que compartilhou, em jornal daquela localidade, sobre a fundação da Federação e solicitou sua inclusão como “sócia correspondente”²⁶⁰. Infelizmente por restrição de fontes, não foi possível dimensionar essa troca entre os dois países a partir da relação entre a FAPF e a escritora cubana e nem se outras relações envolvendo outros países foram estabelecidas. No entanto, esse contato é um exemplo que mostra que houve engajamento e reconhecimento pelo trabalho que a FAPF estava desenvolvendo no Amazonas e que a associação buscava construir redes com federações nacionais e internacionais, e com os amazonenses através de seus eventos.

²⁵⁸ **Annaes da Assembleia Constituinte do Amazonas**. 1935, p. 56

²⁵⁹ **Carta da FAPF para FBPF**. Manaus, 26 de setembro de 1934. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional.

²⁶⁰ **Relatório de atividades da Federação Amazonense pelo Progresso feminino (1932-1935)**. Manaus, 30 de Dezembro de 1935. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. p.4

A realização de atividades culturais e artísticas realizada pela FAPF, servia para traçar redes de apoio e atrair uma aproximação mais efetiva junto à sociedade amazonense, especialmente para chamar a atenção das mulheres e aproveitar o espaço para discutir sobre as questões que envolviam sua pauta de lutas. A exemplo, no ano de 1933, ocorreu a primeira sessão litero-artística, reunindo integrantes da elite intelectual e econômica da cidade de Manaus. A presença de personalidades homens do Estado (médicos afamados, políticos, escritores e jornalistas) parece ter sido um meio de buscar aceitação e legitimação para a existência da Federação. Na imagem abaixo, do evento mencionado, Chevalier discursa sobre o tema “Educação da mulher moderna e aspirações femininas” sob o olhar atencioso de Adriano Jorge, renomado médico e presidente da Academia Amazonense de Letras. Infelizmente, o conteúdo do discurso não foi encontrado na pesquisa, o que inviabilizou a sua análise.

IMAGEM 7
Sessão litero-artística da FAPF



Vida Doméstica: Revista do Lar e da Mulher (RJ) ed. 185. Agosto de 1933 p. 85

2.2.3 A FAPF e a Assistência Social

Outra atribuição da Federação Amazonense consistia na realização de ações de assistência social, obedecendo ao que estava orientado em seu estatuto, procurando cumprir com “serenidade e confiança” de modo a oferecer proteção e apoio às mulheres amazonenses. Em concordância com o artigo 3º “obter garantias legislativas e práticas para o trabalho feminino”, a Federação interveio contra o mandato de segurança

impetrado por proprietários de cafés e botequins de Manaus que não aceitavam a determinação do juiz de menores que concedia que moças empregadas nesses estabelecimentos “fossem dispensadas do serviço a tempo de pegarem o último bonde”, salvaguardadas, dessa forma, dos perigos de voltarem para suas residências à pé ou na companhia de “rapazes estranhos”²⁶¹. Comemorando o sucesso da ação,

A Federação, tendo conhecimento dessa irregularidade, pertinazmente encampou esforços que obliterassem tal lacuna social, evitando os abusos e as transgressões legais que fatalmente surgiriam de tais práticas [...] felizmente a nossa interferência foi coroada com êxito [...].²⁶²

Nas palavras de sua presidente, também mereciam a proteção social e humanitária da Federação as mulheres que se encontravam numa situação aquém da realidade das associadas, desde as que se desviavam no “falso fulgor dos salões iluminados” ou aquelas que o “destino, no seu tumulto cego e atordoador”, as lançou em “empregos ásperos e perigosos”. Além dessas, também as

pobres desgraçadas, vítimas das tentações do mundo, da penúria econômica, quantas vezes da fome, que se arrastam pelos valhacoutos, sujeitas a humilhação do comércio fisiológico, imunizadas para a felicidade pelo vírus da degradação e da cupidez²⁶³

Dessa forma, compreende-se que a FAPF se mostrou perceptível e sensível aos problemas sociais que as amazonenses enfrentavam, para muito além da questão de classe e de estar exclusivamente a serviço das questões de suas associadas. Por isso mesmo, desenvolveram ações em benefício das mulheres mais carentes da sociedade. O propósito era representar as mulheres nas suas lutas por direitos e ser um instrumento de proteção e auxílio.

Outro projeto descrito no Relatório de Atividades da Federação (1932-1935) como proposta de ação social era a criação, em parceria com o governo do Estado, da “Escola Profissional Feminista do Amazonas” que atenderia “moças desprovidas de recursos” de modo a garantir-lhes a oferta de cursos profissionais para oportunizar

²⁶¹ **Relatório de atividades da Federação Amazonense pelo Progresso feminino (1932-1935)**. Manaus, 30 de Dezembro de 1935. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. p.5

²⁶² Idem, ibidem.

²⁶³ **Relatório de atividades da Federação Amazonense pelo Progresso feminino (1932-1935)**. Manaus, 30 de Dezembro de 1935. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. p.6

“ganhar a vida de forma honesta”. O que podemos afirmar, baseado na narrativa presente na fonte é que o governo de Álvaro Maia se mostrou satisfeito com o projeto e prometeu auxiliá-las da “melhor forma” e inseriu em sua mensagem à Assembleia Legislativa o pedido de apoio ao referido projeto²⁶⁴. Além disso, a notícia da futura criação da escola despertou interesse da sociedade, repercutindo inclusive no número de sócias que aumentou em vinte oito²⁶⁵. No entanto, a falta de fontes que provem a criação da referida Escola, nos dá o entendimento que o projeto não foi executado.

A fundação e disseminação de núcleos femininos pelo interior do estado, era objetivo da FAPF para compartilhar com as irmãs do interior, o conhecimento e a luta pelos direitos femininos. No entanto, ao que tudo indica, a distância geográfica, as dificuldades e os gastos onerosos para se chegar a esses locais foram o empecilho para que o projeto não acontecesse como era pretendido, mesmo assim alcançou alguns objetivos. O município de Codajás, situado a margem esquerda do Rio Solimões abrigou pioneiramente um desses núcleos pelo interior do Estado. A direção era de responsabilidade da senhorita Maria Carolina de Alencar, “operosa associada que se prestou de bom grado ao mister de levar avante esse ponto de irradiação do combate pelos direitos da mulher”²⁶⁶. O Sucesso da instalação do núcleo de Codajás trazia muito entusiasmo e esperança para as lideranças femininas da FAPF ficando assim registrado:

Na Corografia Social Feminina do Brasil, é de se contar com alegria, esse núcleo propulsor dos nossos anseios e defensor dos direitos sagrados da mulher, em plena exuberância e longitude da Bacia Amazônica²⁶⁷

Não sabemos com exatidão até quando a FAPF continuou com as suas atividades. Acreditava-se que, tivesse durado até 1937, quando o Estado Novo decretou o fechamento das organizações pelo país, mas durante a pesquisa nas fontes, foi possível localizar duas cartas escritas em 1938 e enviadas à FBPF. A primeira carta está datada de 08 de fevereiro de 1938 e trata da anuidade a ser paga em maio daquele ano, já a segunda,

²⁶⁴ **Mensagem do Governador Álvaro Maia à Assembleia Legislativa**, na abertura da sessão ordinária de 3 de Maio de 1936. Amazonas, 1936.

²⁶⁵ **Relatório de atividades da Federação Amazonense pelo Progresso feminino (1932-1935)**. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. p.8

²⁶⁶ *Idem*, p.5

²⁶⁷ **Relatório de atividades da Federação Amazonense pelo Progresso feminino (1932-1935)**. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. p.6.

datada de 28 de setembro de 1938²⁶⁸, trata da eleição que ocorreria em 03 de outubro de 1938²⁶⁹ na qual a presidente da FAPF, Maria Luna Alencar, pede à Bertha Lutz que nomeie representantes para referida Federação dada a impossibilidade de se fazer presente para o evento. Ou seja, se a FAPF continuou suas atividades e com vínculo com a FBPF, manteve-se apenas no campo do assistencialismo, como ocorreu com muitas associações femininas, conforme sinalizado por Simone Costa²⁷⁰. No entanto, faltam fontes para confirmar essa assertiva.

²⁶⁸ Ambas cartas fazem parte do arquivo da FAPF pertencentes ao Fundo da FBPF, do Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A938.22.

²⁶⁹ Não foi possível afirmar de qual eleição ela estava falando, mas supomos tratar de eleições na FBPF.

²⁷⁰ COSTA, Simone da Silva. **Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (1933-37): entraves e estratégias de uma missão política.**, In: XVII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - ANPUH - PB, 2016. p. 1000.

Capítulo 3

Impressões amazonenses sobre o direito feminino de votar

“As sufragistas estão cada vez mais impopulares, mas quanto mais o são, maior é o seu entusiasmo pela causa”. Jornal do Commercio (AM), 1913.

“De todas as fronteiras, a da política foi, em todos os países, a mais difícil de transpor”²⁷¹. A afirmação de Michelle Perrot traduz as dificuldades e barreiras que as mulheres, em todas as partes do mundo, encontraram para garantir seus direitos políticos. No Brasil não foi diferente. O advento da República, era um momento visto com esperança para grandes mudanças sociais, especialmente para as mulheres. Foi um momento que fortaleceu o desejo de cidadania plena, relacionada a necessidade de direitos políticos com argumentos pró-sufrágio, e pelo qual criaram oportunidades para empenharem-se por este direito²⁷².

Conseqüentemente, a questão do sufrágio feminino passou a ser a pauta principal de luta e reivindicações de mulheres no Brasil até a década de 1930, marcando um caminho longo, cheio de obstáculos a enfrentar. As feministas que encabeçaram o movimento denunciavam “a contradição entre a proclamação da universalidade dos direitos e na prática, a exclusão das mulheres”²⁷³ ao mesmo tempo em que buscavam levar as suas reivindicações às autoridades e à sociedade de modo geral. Se num primeiro momento, a luta por direitos políticos foram iniciativas mais individualizadas, manifestadas especialmente por meio da imprensa periódica e não só nas folhas femininas, mas também em jornais de grande circulação, com o despontar do novo cenário político, econômico e social do Brasil com a chegada do século XX, o movimento feminino por direitos, ganhou novo status, organização, mobilização, novos adeptos e conseqüentemente foi embrenhando-se nas esferas de poder.

Vimos anteriormente como as mudanças na condição social feminina e a

²⁷¹ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Contexto, 2007. p. 151.

²⁷² HAHNER, June. E. **Emancipação do Sexo Feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Op. Cit p.160

²⁷³ COLLING, Ana Maria. **A Construção da Cidadania da mulher brasileira: Igualdade e Diferença**. Op. Cit p..17

experiência no associativismo permitiram que as mulheres fossem criando condições para lidar com as questões do sufrágio. Desde o final do século XIX, as brasileiras já se manifestavam desejosas por direitos políticos e, até o momento em que a conquista acontece em 1932, o movimento foi crescendo, se articulando cada vez mais, enfrentando desafios, preconceitos, mas superando e vencendo.

A possibilidade de estender direitos políticos às mulheres foi levada para debate em plenário pela primeira vez no Brasil “e por iniciativa dos próprios congressistas”²⁷⁴ na Assembleia Constituinte, que ocorreu a partir de novembro de 1890. Paralelamente em países da Europa e nos Estados Unidos estavam ocorrendo manifestações pro-sufrágio e debates políticos.

Durante as discussões constituintes, evidencia-se poucos deputados sensíveis à possibilidade da concessão do voto às mulheres contra a maioria que se posicionava usando de diversos argumentos para mostrar que o mundo político brasileiro não se abriria ao “sexo frágil”²⁷⁵, pois era uma ideia imoral e anárquica. Os opositores argumentavam, entre outras coisas, que o poder político para as mulheres decretaria a dissolução da família brasileira”²⁷⁶. Em contrapartida,

“as feministas desafiaram a prática de excluir mulheres da cidadania, argumentando que não havia ligação nem lógica nem empírica entre o sexo do corpo e a aptidão pelo engajamento político, e que as diferenças de sexo não sinalizavam maior ou menor capacidade social, intelectual ou política”.²⁷⁷

Todas as questões que se levantavam sobre o voto feminino, na sociedade, na política dos homens e na religião repercutiram na imprensa, testemunha ocular dos acontecimentos, que guardou os vestígios dessa luta, apresentadas (e representadas) em forma de noticiários, crônicas, charges, anedotas, artigos de opinião, entre outros. Nessa etapa do trabalho optou-se por tratar como, especificamente homens (detentores do poder político e da escrita) e mulheres amazonenses, perceberam e agiram na luta por direitos políticos femininos. Nesse processo é importante ressaltar as relações de gênero que

²⁷⁴ KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar. Dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil.** p.79

²⁷⁵ Esse tema será retomado em tópico posterior.

²⁷⁶ Ideias presentes no discurso do Senador Muniz Freire. In: **Anais da Câmara dos Deputados**, vol. II, p. 233.

²⁷⁷ SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002. p.18

foram fundamentais para os debates, avanços e conquistas.

3.1 O sufrágio feminino e os embates na imprensa amazonense

As discussões sobre o direito ao sufrágio feminino, foram percebidas no Brasil mais intensamente entre os anos finais do século XIX e anos iniciais do XX. Inicialmente, essas discussões ocorriam de maneira mais isolada, especialmente por iniciativa e ousadia feminina em questionar valores herdados da velha ordem patriarcal, a partir de publicações nas páginas de alguns jornais femininos que já existiam desde o período Imperial, por iniciativa dessas próprias mulheres. Posteriormente, as discussões alcançaram outras folhas tanto da pequena como da grande imprensa e não eram mais somente escritas femininas, mas marcadas pelas percepções e representações masculinas.

Nesse contexto, é necessário destacar que jornais e revistas eram, para o momento e contexto históricos que se encontra a pesquisa, os meios mais rápidos na propagação de ideologias e difusão de ideias e conceitos, consolidando-se como importantes agentes na construção de representações. Através da imprensa, opositores e defensores do sufrágio feminino manifestavam seus posicionamentos, davam opiniões e conseqüentemente pretendiam influenciar a opinião pública alcançando “*corações e mentes*”²⁷⁸. Para Cruz, a “Imprensa é linguagem constitutiva do social” já que os jornais agem como “força ativa na constituição de hegemonia social”²⁷⁹. A assertiva traduz o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos²⁸⁰, mas que também apresentam peculiaridades próprias, que não estão isentas de posições ideológicas, religiosas e políticas por parte dos donos dos jornais, bem como de seus redatores e colaboradores.

Em um contexto mais geral, a defesa e oposição aos direitos políticos femininos encontrou na grande e pequena imprensa de todos os cantos do país registros vindos de ambos os sexos, refletindo posicionamento ora progressista - mas não radical- ora conservadores, em relação à conquista desse direito. Alguns argumentos mais

²⁷⁸ Expressão usada por CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988

²⁷⁹ CRUZ, Heloisa de Faria, PEIXOTO, Maria do Rosário da C. **Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e imprensa**. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007 p. 259-60

²⁸⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. Op. Cit. p. 34.

progressistas e portanto, percebidos como favoráveis, usavam como estratégia alegar que o voto não prejudicaria tanto as mulheres e nem a família, diferentemente do que ocorria com a profissionalização, por exemplo, pois “o voto não afastaria as mulheres de sua casa por um longo período”²⁸¹, numa clara demonstração de que era possível “harmonizar o velho com o novo”, evitando contrapor-se à família e a sociedade, como explica June Hahner²⁸². De modo geral, todas as defesas e debates favoráveis ao sufrágio feminino vão na mesma linha: a moderação e o convencimento social feito de várias formas, incluindo o uso da imprensa.

Mas o fato é que as questões emancipacionistas femininas, especialmente o sufrágio, eram temas que sempre promoviam acaloradas discussões, as quais muitas vezes envolviam grande parte da sociedade, principalmente os representantes do sexo masculino. Compreende-se que esse intransigente comportamento dos homens e da imprensa tem sua justificativa no incômodo que seria ver uma mulher assumir uma cadeira na tribuna pública, já que as mulheres ofereceriam concorrência num espaço exclusivamente masculino por muito tempo. Como justificativa para a oposição, alegava-se que permitir a entrada das mulheres na seara política seria o mais desastroso dos acontecimentos da época, dado a incompatibilidade da natureza feminina com as atividades políticas, pois o “voto não se compatibilizava com o mundo dos sentimentos e do lar e marcava uma fissura definitiva na esfera masculina”²⁸³.

Destarte, de modo geral, notou-se que enquanto algumas publicações jornalísticas mostravam-se preocupadas, insatisfeitas e contrárias aos avanços femininos, principalmente no que tange a luta sufragista, veiculando o “perigo” que os direitos políticos representariam para as mulheres e reforçando as representações femininas ideais que exaltavam as características conservadoras dos “papéis naturais e únicos da mulher”, outras publicações femininas, feministas ou não, buscavam ampliar e defender seus discursos em defesa do voto feminino, cujas reivindicações ocorriam desde meados do século XIX como apontam diversas pesquisas.²⁸⁴

²⁸¹ PEREIRA, Manoel Francisco Pinto. A mulher no Brasil. São Paulo: C. Teixeira, 1916, p. 145. In: HAHNER, June. E. **A emancipação do Sexo feminino**. Op.cit. p. 277

²⁸² HAHNER, June. E. **A emancipação do Sexo feminino**. Op.cit. p. 284.

²⁸³ Idem, p. 156.

²⁸⁴ Entre eles: RIBEIRO, Cristiane de Paula. A discussão sobre sufrágio em circulação nas páginas femininas durante o segundo reinado do império brasileiro. **Revista Ars Histórica**, nº15, Jul/Dez 2017, p. 315-333.; OLIVEIRA, Karine da Rocha, **Josephina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do Jornal A Família**. Programa Nacional de Apoio à pesquisa – Fundação Biblioteca

Nessa assertiva, e entendendo que no Amazonas essas questões também estiveram presentes, é nosso objetivo nesse ponto apresentar alguns indícios de como a luta sufragista feminina alcançou os amazonenses nas primeiras décadas do século XX a partir da perspectiva da imprensa, que deu voz a grupos e pessoas.

A questão do voto feminino no Brasil e no mundo esteve presente em algumas publicações da imprensa amazonense, apresentando a existência de debates e divergências de pensamentos em relação à concessão de direitos políticos às mulheres. As publicações eram poucas e acanhadas nos primeiros anos do século XX mas passaram a ser mais frequentes conforme o movimento ia se ampliando e se intensificando especialmente a partir da fundação da FBPF, em 1922, que centralizou e organizou a luta sufragista e por outros direitos femininos no país.

As pautas presentes nas publicações iam desde as notícias sobre os desdobramentos e acontecimentos da luta sufrágica no Brasil, nos Estados Unidos e em alguns países europeus, até opiniões e críticas expressas de seus editores ou colaboradores sobre o tema e seus personagens, como se buscassem legitimar a opinião de seus leitores. No entanto, uma ressalva pôde ser observada: falava-se mais de um contexto mais geral do que local, como se o movimento estivesse muito longe da realidade amazonense, ou por acreditar que as mulheres teriam pouco tempo para se importar com política dado aos seus muitos afazeres, e se o fizesse seria apenas por influência de “trêfegos revolucionários” que a sociedade moderna ainda não havia conseguido se desvencilhar.²⁸⁵

O discurso presente nesses escritos mostrou-se dual e essencialmente marcados pela escrita masculina. Sobre isso, um ponto relevante a se destacar é que foi pequena a confecção de jornais femininos e relativamente tímida a participação de mulheres na imprensa amazonense do início do século XX²⁸⁶. Essas questões, analisadas em pesquisa anterior, nos revelaram um discurso fortemente acanhado, resumido em grande parte à

Nacional, 2009; MUZART, Zahidé L. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. Florianópolis. **Revista Estudos Feministas**. 11(1): 336, jan-jun/2003.

²⁸⁵ O Constructor Civil, nº 1. Manaus, 5 de janeiro de 1920. In: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). **Imprensa Operária no Amazonas**. Manaus: EDUA/Cnpq, 2004, p. 119.

²⁸⁶ Uma análise sobre essa questão pode ser encontrada em PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)**. Tese de Doutorado em História. São Paulo, PUC-SP, 2001.

questões literárias, crônica social, editoriais de moda e variedades²⁸⁷. A exceção se dá ao jornal *O Grêmio*, de 1909²⁸⁸ e alguns poucos artigos publicados ao longo das décadas analisadas. Ressalta-se, no entanto, que nessas folhas femininas amazonenses não há registros de publicações sobre a questão sufragista, diferentemente da realidade encontrada em outros Estados brasileiros onde as folhas femininas e/ou feministas já advogavam em favor desse direito desde o século XIX²⁸⁹. Mesmo assim, a iniciativa dessas mulheres em lançar e editar um jornal feminino num período marcado pelo conservadorismo e forte repressão às iniciativas femininas é muito relevante para a história feminina local.

Portanto, a análise apresentada a seguir leva em consideração algumas “ocorrências” sobre a questão do sufragismo expressadas na imprensa amazonense enquanto os debates também ocorriam na imprensa de outros estados e o movimento sufragista avançava. Entretanto, nota-se a invisibilidade sobre a mobilização sufragista no Amazonas, calando-se sobre os movimentos e ações em prol do voto feminino durante no início do século passado. Fato comum tanto nos jornais diários, folhas diversas, nos poucos jornais femininos que circulavam no período e ainda nas revistas de variedades onde o “espaço” para as questões femininas era maior e mais frequente. Diferente situação pode ser vista nos jornais de vários estados brasileiros, onde o movimento mesmo que, na maioria das vezes, estivesse destacado de forma negativa, mesmo assim estava visível.

Para além da ideia da invisibilidade na imprensa para essa questão, deve-se levar em consideração a possibilidade do movimento sufragista organizado ter sido muito incipiente, contido ou até mesmo inexistente no Estado, já que nenhuma outra fonte consultada até o momento permite afirmar o contrário. A formação da Federação Amazonense Pelo Progresso Feminino (FAPF), organização feminina braço local da

²⁸⁷ Mesmo assim, a participação dessas mulheres na imprensa Amazonense tem um significado extremamente importante para a mudança comportamental e social e para as conquistas femininas ao longo de todo o século XX. Para uma análise ampliada sobre o assunto ver: CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. **Trabalho e Emancipação: um olhar sobre as Mulheres de Manaus**. Op. Cit.

²⁸⁸ *O Grêmio* (1909) “Órgão do Grêmio Familiar Amazonense”, foi sem dúvida alguma o mais importante jornal feminino produzido exclusivamente por mulheres no Amazonas no início do século XX por imprimir uma linguagem mais próxima ao conteúdo feminista de emancipação da mulher. Nos dois números publicados advogou em prol da instrução feminina. Ver: CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. **Trabalho e Emancipação**, op. Cit. p.145

²⁸⁹ O surgimento do primeiro jornal estritamente feminino, feito por e para mulheres, ocorreu em 1852 no RJ, o *Jornal das Senhoras*, sob redação da argentina Joana Paula Manso de Noronha. Depois vieram o *Bello Sexo* (1862), *O Sexo Feminino* (1873), *O Domingo* (1873), *Echo das Damas* (RJ-1879) e *A Família* (1888).

FBPF, só ocorreu em dezembro de 1932, como mencionado anteriormente, e mesmo sobre ela, as fontes na imprensa local são escassas.

A maioria das “ocorrências” que serviram de fonte para essa etapa da pesquisa são provenientes do *Jornal do Comércio* (JC), tido como o mais importante jornal diário em circulação em Manaus nas primeiras décadas do século XX²⁹⁰. De fato, as notícias veiculadas sobre os objetivos e conquistas do movimento feminino/feminista estiveram presentes no referido jornal de várias formas, deixando claro que o assunto era sempre pertinente e que encontrava público interessado nos desdobramentos do movimento no Brasil e no mundo.

Ao longo da análise dessa fonte, foi possível averiguar que o *JC* parecia querer manter certa neutralidade diante dos novos acontecimentos, mas, de fato, em alguns momentos caracterizou-se por um discurso antagônico, que ora divulgava os “feitos femininos mundo a fora” – expressão usada por várias vezes no jornal – ora inclinava-se para uma postura contrária à esses avanços, por vezes ridicularizando e diminuindo a luta pela conquista de direitos políticos, mesmo o jornal prezando por sua postura política mais séria e respeitada na sociedade amazonense. De toda a forma, o *JC* trouxe para o cerne do debate público amazonense um tema conflituoso, mas que, a cada ano, se tornava mais presente nos escritos jornalísticos por todo o país.

No primeiro argumento, podemos fazer menção a alguns exemplos, como quando noticiava sobre os passos dados pelo movimento sufragista nacional e internacional, especialmente nos países europeus e nos Estados Unidos. É inegável que ao noticiar as estratégias, lutas e conquistas femininas, ampliava-se a visibilidade e concedia certo apoio ao movimento sufragista, mesmo que esse apoio estivesse subentendido em algumas linhas apresentadas em notícias. Algumas dessas publicações vinham estampadas na primeira folha do jornal, outras apresentavam títulos chamativos, como por exemplo: “o feminismo triunpha”²⁹¹, “um deputado feminino”²⁹², “direito de voto às mulheres”²⁹³.

²⁹⁰ O *Jornal do Comercio* foi fundado no ano de 1904 e continua atuando na imprensa amazonense até os dias de hoje. Sobre o *JC* ver: RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do burgo podre ao leão do norte: o *Jornal do Comercio* e a modernidade em Manaus (1904-1914)**. Dissertação de Mestrado em História. UFAM, 2011;

²⁹¹ Foi noticiado que em Chicago (EUA), 160 mil mulheres votaram nas eleições para escolher conselheiros e que, as eleitoras preferiram as candidatas em relação aos candidatos. ***Jornal do Comercio*** (AM), ed. 03631, 05 de junho de 1914, p.3;

As notícias sobre os desdobramentos do movimento sufragista por outros países eram mais frequentes nas publicações nas duas primeiras décadas do século XX, do que sobre os desdobramentos no Brasil, o que se pode conjecturar na crença por parte da imprensa de um movimento incipiente e sem força no país, explicado talvez pelo forte patriarcalismo que reinava em nossa sociedade. Entre os acontecimentos marcantes no movimento europeu, foi notícia no JC por exemplo, a longa e conflitante luta sufragista inglesa, vista no Brasil com certa apreensão dado as estratégias das sufragistas inglesas, especialmente aquelas denominadas de sufragetes²⁹⁴. Exemplo se pode observar na notícia assim nomeada: “o feminismo na Inglaterra – as sufragistas e o direito ao voto”, publicado em 1913, para informar sobre o andamento dos debates na Câmara dos Comuns sobre a aprovação ou não do sufrágio naquele país²⁹⁵. O sufragismo inglês, mas do que os de outros países, esteve mais presente nas publicações da imprensa justamente pelas representações que se criavam sobre ele: nocivo, perigoso e criminoso. Por vezes, noticiaram as ações das sufragistas inglesas dando destaque para as consequências judiciais de seus atos, como exemplo no excerto abaixo

Sufragistas condenadas a pagar indenização

Em Londres a sra. Christabel Pankhurst e outras sufragistas foram condenadas [...] ao pagamento de 368 libras esterlinas por indenizações perdidas por vários comerciantes, cujos estabelecimentos tiveram há tempos as vidraças partidas por aquelas propagandistas da concessão do direito de voto às mulheres.²⁹⁶

²⁹² Comentou sobre a eleição da senhora Ana Rogadta, para assumir uma cadeira no Parlamento Norueguês. Informou também que naquele país as mulheres tinham os mesmos direitos políticos que os homens e que várias mulheres, de vários partidos, já tinham sido eleitas. **Jornal do Commercio** (AM) ed. 02513, 16 de abril de 1911, p.1

²⁹³ A notícia comenta sobre o Congresso Internacional de Mulheres, realizado em Paris, e sua decisão em adotar uma moção pedindo à todas as nações a concessão do direito de voto às mulheres, mesmo que fosse apenas para as eleições municipais. **Jornal do Commercio** (AM), edição 03363, 06 de setembro de 1913, p.1.

²⁹⁴ Na Inglaterra a luta sufragista contou especialmente na concepção e ideologia das duas maiores associações femininas inglesas: a NUWSS (National Union of Women’s Suffrage Societies) fundada em 1897, considerada a maior organização sufragista britânica e a WSPU (Women’s Social and Political Union) criada em 1903 por Emmeline Pankhurst. A divergência se dava nos ideais e ações do movimento e na forma de militância. Essa divergência, inclusive, era explícito no termo empregado para designar as mulheres participantes de cada um dos movimentos. Enquanto a NUWSS, era formada pelas *sufragistas*, - que adotavam métodos mais pacíficos e moderados, sem violarem as leis ou a ordem pública e esperavam pelos políticos para concederem os direitos, daí serem conhecidas como sufragistas constitucionalistas -, a WSPU, reunia as chamadas *Sufragetes*, lideradas por Emmeline Pankhurst e suas filhas. Diferentemente das sufragistas, as sufragetes tinham como lema *Deeds Not Words* (“Ações, não palavras”), visível em estratégias mais concretas, violentas e agressivas, pressão política e busca por visibilidade na mídia, especialmente quando da prisão de suas associadas.

²⁹⁵ **Jornal do Commercio** (AM), ed. 03176. Manaus, 04 de março de 1913, p.3.

²⁹⁶ **Jornal do Commercio** (AM), Ed. 03325. Manaus, 30 de julho de 1913, p.3

O exemplo do sufragismo inglês “que não deveria ser seguido” ocupou uma página inteira do JC em 1914. O objetivo era apresentar para seus leitores uma resenha sobre a peça cinematográfica “A Sufragista” que estaria em cartaz em um cinema da cidade e era sucesso na Europa. Segundo a crítica do jornal, a peça era “um verdadeiro estudo, uma crítica acertada da emancipação da mulher sob a forma ‘trágico-grotesca’ do vote for Woman”. Apostava-se no sucesso de bilheteria no cinema amazonense, pois, como se perguntou o autor da crítica,

quem ainda não ouviu falar nas terríveis sufragistas que na Inglaterra [...] tem cometido os maiores atentados a fim de obrigar o governo e as câmaras a conceder o voto às mulheres? O fogo, a bomba de dinamite, os meetings, os barulhos, os atentados pessoais, tudo serve para as terríveis, mas ao mesmo tempo grotescas sufragistas. ²⁹⁷

O enredo da peça cinematográfica que foi narrado nas páginas do jornal tinha a clara intenção de apresentar a versão violenta e perigosa do sufragismo inglês. A narrativa apresenta a história de uma jovem que ao sair do internato, descobre que “sua mãe não era mais mulher, na verdadeira acepção da palavra”, isto é, porque deixara de ser esposa e mãe para ser sufragista. A jovem, que tinha horror a ideologia do “votes for woman”, pois sabia que a sufragista era a mulher violenta, que empregava o terror para conseguir suas “absurdas pretensões”, acabou se envolvendo na luta sufragista, ao reaproxima-se da mãe, que a converteu ‘para a ideologia do terror’. Por várias vezes foi presa ao promover atentados, mas ao apaixonar-se e conhecer o amor em um jovem político, que era o maior inimigo das sufragistas e quase matá-lo num atentado, arrepende-se dos “seus erros” e compreendeu seu verdadeiro papel na sociedade: ser esposa e mãe porque “a mão que balança o berço, guia o mundo”²⁹⁸. Abaixo, a imagem da apresentação da peça cinematográfica no Jornal do Comercio.

IMAGEM - 8

Jornal do Comercio – A sufragista

²⁹⁷ **Jornal do Comercio** (AM). Ed. 03527, 19 de fevereiro de 1914, p.7.

²⁹⁸ Idem.



Fonte: JC, fevereiro de 1914

Essa alusão ao “terror” que as sufragetes provocavam esteve presente nos mais variados discursos e publicações da imprensa nacional. Comparar qualquer prática aos atos ingleses ou pessoa à figura de Emmeline Pankhurst, líder das sufragetes, soava como um alerta, perigo eminente, que deveria ser combatido. Em 1912 Manaus testemunhou uma greve pacífica de operárias da Fábrica de Roupas Amazonenses²⁹⁹, e essa participação foi questionada pelo Jornal do Commercio “se as ideais revolucionárias das terríveis e turbulentas sufragistas chegaram a se inocular no espírito pacato e ordeiro da mulher brasileira”³⁰⁰ Ou seja, a experiência inusitada para o período de verem mulheres sendo protagonistas de acontecimentos políticos, econômicos e sociais como uma greve, faz com que muitas hipóteses, incredulidades e principalmente críticas estivessem

²⁹⁹ As operárias da Fábrica de Roupas participaram de duas greves entre 1912 e 1913. Na primeira greve, que é a reproduzida nessa nota, participaram cerca de 56 operárias, a maioria de nacionalidade portuguesa e a causa, segundo o Jornal do Commercio, não estava relacionado com “interesses pecuniários”, o “espírito altruístico e equitativo moveu a mulher operária” para protestar a favor da volta do gerente da fábrica sr. Tenreiro Junior que havia abandonado o cargo após um desentendimento com um dos sócios da mesma. **Jornal do Commercio**, 14 nov.1912. A segunda greve ocorreu em 1913 por motivações econômicas e políticas. Ver: CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. **Trabalho e Emancipação**. op.cit p. 115-118.

³⁰⁰ **Jornal do Commercio (AM)**. 14 nov.1912, p.4.

presentes nas discussões sociais e jornalísticas. Até porque, greve feminina naquele contexto era um indicativo de que as lutas feministas estavam avançando no país.

Por meio de artigos de opinião a questão do sufrágio também foi apresentada ao leitor amazonense. O artigo do francês Jules Claretie, por exemplo, intitulado “a mulher deve votar”, reproduzido na edição de 19 de junho de 1910 do *Jornal do Commercio*, argumentou que o voto feminino cedo ou tarde seria realidade nos países, mas que indiretamente a mulher exercia o voto simplesmente por ter influência sobre aqueles que votavam ou por fazerem campanha pelos candidatos. Essas “não eleitoras” “constituíam a avançada do feminismo e seus esforços a princípios ridicularizados, acabariam pelo voto de seu direito à voto, e quem sabe? O amanhã chega depressa”, defendeu o cronista³⁰¹.

Na verdade, por que motivo não poderá votar a mulher, desde que, se não vota, faz votarem aqueles que votam? Quantos eleitores, se usassem de franqueza, poderiam dizer, depondo sua cédula na urna:
 não sou eu quem vota, é minha mulher.
 E quantos dos votos dados aos candidatos eleitos, desde o senado até a academia são devido às sufragistas?³⁰²

Em outro artigo, a conquista parcial do direito de voto para as mulheres portuguesas em 1911, classificada como “sensacional”³⁰³, ao mesmo tempo que aplaudia o acontecimento, ressaltava que as mulheres daquele país sempre tiveram e grande influência nas eleições apesar de não terem tido voto, e considerava que em breve se faria justiça na França, Alemanha, Inglaterra e Itália, porque a concessão do voto a todas as mulheres civilizadas seria questão de tempo, deixa claro a opinião do cronista que se mostra desconfortável e pessimista aos novos tempos, preferindo a verdão conservadora da sociedade portuguesa.

³⁰¹ *Jornal do Commercio* (AM). Ed. 02231, Manaus, 19 jun. 1910, p.2

³⁰² Idem.

³⁰³ É importante esclarecer que a República portuguesa não permitiu o sufrágio feminino nesse momento. Destacou-se que o direito ao voto seria concedido aos portugueses com mais de 21 anos alfabetizados e aos chefes de família, sem especificar o sexo. Esse argumento foi utilizado por Carolina Beatriz Ângelo, formada em medicina, que era viúva e chefe de família, para requerer seu direito de voto. Em 28 de abril de 1911, o juiz João Baptista de Castro proferiu uma sentença histórica ao incluir o nome de Carolina Beatriz Ângelo no alistamento eleitoral, alegando que: “Excluir a mulher (...) só por ser mulher (...) é simplesmente absurdo e iníquo e em oposição com as próprias ideias da democracia e justiça proclamadas pelo Partido Republicano. (...) Onde a lei não distingue, não pode o julgador distinguir (...) e mando que a reclamante seja incluída no recenseamento eleitoral.” Um mês depois, a 28 de maio, Carolina Ângelo dirigiu-se às urnas e votou, sagrando-se a primeira mulher a fazê-lo em Portugal. A partir de 1913, o regime republicano especificou que só os “chefes de família do sexo masculino” podiam eleger e ser eleitos. Em maio de 1926 foi concedido à mulher portuguesa “chefe de família” o voto nas eleições para as juntas de freguesia – não para as câmaras municipais. O voto sem restrição às mulheres portuguesas só ocorreu em 1974. Disponível em <https://jugular.blogs.sapo.pt> e <https://www.vogue.pt/o-direito-ao-voto-feminino-em-portugal>. Acesso em 29 de janeiro de 2022.

Ah! Eu não me insurjo contra as mulheres eleitoras e políticas! Se elas entendem que, por esse fato poderão contribuir para a sua emancipação, que votem e que legissem. Mas criado no velho noticiário, achava-as mais interessante cuidando dos filhos e da casa ou escrevendo cartas de namoro, do que cuidando da administração dos estados. Grande nau, grande tormenta, diz o povo e é certo. Mas seja feita a vontade do Senhor!³⁰⁴

As publicações transcritas acima podem ser exemplos de que havia certo interesse nesse tipo de matéria. Mais do que trazer as percepções de um francês e de um português sobre o sufrágio em seus países, a tônica dos argumentos podia pretender reflexões e comparações com o sufrágio no Brasil, já que no mesmo período a figura da sufragista Leolinda Daltro ganhou visibilidade por parte da imprensa e da sociedade.

Antes do decreto do Código Eleitoral de 1932, algumas notícias veiculadas na imprensa informavam sobre casos isolados de alistamento eleitoral feminino e concessão do direito de voto no Brasil e em outros países mesmo antes das leis que o determinassem. Na nota abaixo, um exemplo de uma publicação cuja notícia informava o deferimento de alistamento de eleitoras na cidade de Belo Horizonte no ano de 1907, mesmo com a divergência de dois votos da comissão de alistamento que alegava “não ser de uso no Brasil votarem as mulheres”³⁰⁵. Vejamos:

Alistamento de eleitoras
Belo Horizonte, 21

Alistaram-se eleitoras várias moças residentes aqui, entre as quais três professoras normalistas.
A comissão do alistamento, ocupando-se da conclusão, divergiu somente em dois votos, que alegavam não ser de uso no Brasil votarem as mulheres.³⁰⁶

Esse tipo de notícia animava os defensores do sufrágio feminino, mas era vista com muita preocupação pelos setores conservadores que condenavam veementemente a entrada das mulheres na arena política, pois o exemplo poderia incentivar mais mulheres

³⁰⁴ João Grave. **Jornal do Commercio** (AM), ed. 02565. Manaus, 12 jun. 1911. p.4.

³⁰⁵ **Jornal do Commercio** (AM) ed. 00981, Manaus, 22 de março de 1907. p.1. Informação muito semelhante foi apresentada por Branca Moreira Alves. Segundo a autora, esses alistamentos ocorreram no ano de 1906, na Comarca de Minas Novas, Minas Gerais, e as eleitoras eram: Alzira Vieira Ferreira Netto, mais tarde formada em Medicina, Cândida Maria dos Santos, professora em escola pública, e Clotildes Francisca de Oliveira. ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 94-95. No entanto, a falta de outras fontes, nos impediu de confrontar essas informações e até mesmo de entender se são os mesmos casos (com devidas contradições de data e local) ou de casos distintos.

³⁰⁶ **Jornal do Commercio** (AM) ed. 00981, Manaus, 22 de Março de 1907. p.1

ao processo eleitoral ou sugerir que o direito ao voto para as mulheres brasileiras estava se tornando realidade.

Em 1917, durante o debate do projeto apresentado na Câmara pelo deputado fluminense Maurício de Lacerda, que objetivava incluir as mulheres alfabetizadas maiores de 21 anos como eleitoras³⁰⁷, o jornal diário *A Capital*³⁰⁸, trouxe em sua primeira folha manifestações que soavam como favoráveis à concessão do voto feminino. Na edição de 02 de agosto de 1917, o artigo intitulado “*Voto Feminino*”, transcreve a conversa que o colaborador J. Reporter teve com “dona Valentina Rocha, destemida diretora do Partido Republicano Feminista”, dizendo “copiar o modismo de entrevistas jornalísticas com damas sobre questões de atualidades”³⁰⁹, solicitando-lhe o obsequio de sua autorizada opinião sobre o referido projeto, estendendo ao que ele chamou de “sexo fraco”, o direito ao voto”. Em resposta, a entrevistada, após o repreendê-lo por usar o termo “sexo fraco” ao se referir às mulheres e justificar porque o termo não se aplica, respondeu veementemente:

Sou, é claro, pelo voto feminino. Penso como o Bulhões, que poderíamos votar, mesmo sem necessidade de Lei alguma. A Constituição não estabelece que só os homens têm direito do voto. Acho o que diz o Bulhões irresponsável. Não compreendo por que há no Congresso tanto medo do voto das mulheres. Esse voto, conquanto tão direto, existiu sempre. Quantos são os eleitores, agora e em todas as épocas, que têm votado por influência feminina? Quantos os candidatos que têm devido as suas apresentações a intervenção das damas? E no Congresso? Quantos são os senadores e os deputados cujos votos são determinados não direi por apelos, somente, mas por sugestão das doces companheiras? Os homens são e serão governados cada vez mais... pelas mulheres!

O voto feminino existe. Por que hão de temê-lo quando direto? Estou convencida de que votando as mulheres, indo as mulheres para o Congresso, as coisas correrão muito melhor neste país. Pelo modo

³⁰⁷ Através da Emenda nº 47, de 12 de junho de 1917. o primeiro a ser discutido depois da Constituinte de 1891. Propunha o alistamento feminino nos mesmos termos que o alistamento masculino sem nenhuma outra restrição, acentuando o papel de educadora da mulher. Com posicionamentos favoráveis e contrários, o projeto foi apresentado à Comissão de Constituição e Justiça em 19 de junho de 1917, e recusado um mês depois sob a legação de ser inconstitucional, por esse motivo, nem chegou a ser discutido em plenário. Posteriormente, Maurício de Lacerda apresentou mais dois projetos sobre o voto feminino para mulheres alfabetizadas maiores de 21 anos. O primeiro, foi em outubro de 1920 e o segundo em 1922, este para dar direitos políticos às mulheres do Rio de Janeiro.

³⁰⁸ Jornal diário/matutino que circulou em Manaus entre 1917 e 1918.

³⁰⁹ A pesquisa não encontrou nenhuma evidência da existência de um Partido Republicano Feminista no Amazonas, assim como também não sobre a entrevistada pelo jornal, sra Valentina Rocha. Portanto, os indícios nos levam a conjecturar que o jornal amazonense publicou uma entrevista feita com a representante do Partido fundado por Daltro em 1910, no Rio de Janeiro, o PRF.

porque tem ocorrido com os homens poder-se-ia tentar sem receio a experiência. Nada se perderia³¹⁰.

A iniciativa de entrevistar e publicar a opinião de uma representante direta do movimento sufragista foi novidade e única no periodismo amazonense, pelo menos é que se pode concluir na pesquisa. Além de que, é importante lembrar que destacar a questão do sufrágio feminino sugere que havia um público local interessado no assunto acompanhando os desdobramentos do movimento no Brasil e no mundo.

Em outro artigo do jornal *A Capital*, também denominado “o voto feminino”, o jornal analisa positivamente a conquista do sufrágio inglês ocorrida em 06 de fevereiro de 1918³¹¹, ao considerar a “iniciativa aureolada da mais retumbante vitória” da mulher inglesa” e que assim, estavam “lançados os pródomos de uma das maiores conquistas do Direito e, quiçá, da humanidade”. A conquista inglesa promoveu ânimo e perseverança às sufragistas do Brasil e do mundo³¹², principalmente porque a intensidade dos embates e debates entre as sufragistas, os políticos e a sociedade naquele país, foi grande, tendo sido acompanhado por meio de publicações da imprensa. As mudanças ocorridas na condição política das inglesas refletiam por aqui a vasta possibilidade de o movimento das brasileiras terem êxito, muito embora a práxis do movimento no Brasil fosse completamente diferente daquele empregado na Inglaterra. Aproveitando o ensejo do fato mencionado, o referido artigo teceu outros questionamentos oportunos naquele contexto da realidade brasileira ao inspirar-se na conquista inglesa. Questionou-se

Por que não há de a mulher participar das grandes conquistas da civilização moderna? não sofre, com isso, solução de continuidade a supremacia do homem. Deve a mulher ser eleitora? E por que não? Não é ela médica, advogada, jornalista? Por que não se lhe dá a amplitude de direitos e deveres de que está investido o homem? Por que não tem ela a mesma as mesmas responsabilidades da manutenção da família, que tem

³¹⁰ *A Capital*. Ed. 00018. Manaus, 17 de agosto de 1917. *A entrevistada faz menção à Leopoldo Bulhões, senador pelo Estado de Goiás favorável ao voto feminino desde os debates constituintes de 1890.

³¹¹ Em 1918, as inglesas obtiveram o direito de voto parcial aprovado pelo Parlamento através da lei denominada de *Representation of the People Act*, que conferiu o direito de voto apenas às mulheres com idade igual ou superior a 30 anos, desde que os maridos fossem qualificados para o voto, o que representava que precisavam ter um rendimento mínimo de £5 por ano; Somente dez anos depois, a lei *Equal Franchise Act* ampliou o direito de voto para todos os homens e mulheres ‘não qualificados’ com idade igual ou superior a 21 anos. ABREU, Zina. **Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã- Bretanha e nos Estados Unidos**. p. 464. Destaques no original.

³¹² Os primeiros países a concederem esse direito foram a Nova Zelândia, em 1893 e Finlândia em 1906, seguido por Inglaterra em 1918, EUA em 1920. O Equador foi o primeiro país latino-americano a permitir que suas cidadãs votassem, em 1929. Os últimos países a aprovar o sufrágio feminino foram África do Sul em 1993 e Arábia Saudita em 2011. Ver anexo 2

o homem exercendo a sua atividade, de acordo com as suas habilitações, cultura e esfera social?

Tais questionamentos pareciam relevantes pela necessidade de chamar a atenção e discutir os motivos de haver tanto receio e empecilhos na possibilidade de as brasileiras conquistarem o direito de voto. Entre os questionamentos destacados está no temor masculino pela intervenção da mulher nos pleitos eleitorais, na concorrência que elas ofereceriam. É o motivo do combate a todas as tendências feministas, que se manifestam em prol das reivindicações progressistas do sexo, ponderou o jornalista. Assim, segundo ele, sob essa perspectiva,

[...] a mulher eleitora, é *ipso facto*, elegível e poderá então, reunir muito mais probabilidades de vitória do que o homem, ao fim de certo tempo desse novo regime, dadas certas circunstâncias, facilmente explicáveis, ao mais ligeiro exame de psicologia humana.

E, por isso, fingem-se convencidos da incapacidade de talento, cultura, de operosidade e de energia da mulher, para a sua imissão (sic) na atividade das lutas sociais, embora, no íntimo sintam arraigada a convicção do contrário. É o fantasma da derrota do forte pelo fraco que os amedronta.³¹³

Após apresentar seu posicionamento, o qual identificou as possíveis motivações masculinas pela oposição ao voto feminino, em tom de “apelo”, nitidamente para alcançar a consciência de seus leitores, embora tenha considerado que seria em vão, aconselhou para a necessidade de os homens apoiarem a luta feminina pelo direito ao sufrágio.

a mulher já é eleitora na Inglaterra, sel-o-á, em breve, nos Estados Unidos, e por que não no Brasil? **Contribuamos, portanto, nós, homens, num gesto altruístico e anti-egoístico, com todas as nossas forças, com todas as nossas energias, para a final vitória desse ideal** daquela a quem devemos o melhor de nossa existência, daquela, a que é a razão de ser da nossa vida, de quem viemos e para quem vivemos, o nosso anjo tutelar, a guarda avançada dos nossos ideais e aspirações.³¹⁴

É inegável sua posição clara em relação à defesa do voto feminino, no entanto o jornalista ponderou que fosse preciso “amenizar um pouco os rigores das acusações aos

³¹³ Antenor Thibau. **A Capital**. Ed. 00245. Manaus, 22 de março de 1918, p.1. Grifos meus.

³¹⁴ Idem.

barbudos representantes do meu (seu) sexo”³¹⁵, deixando claro que os empecilhos não partiam somente da parte masculina, muito pelo contrário, o jornalista observou em sua escrita que muitas mulheres pareciam não se interessar pela luta em prol desse e de tantos outros direitos: “ é a própria mulher quem o faz não rompendo a muralha da sua inexplicável indiferença ante as questões mais importantes que se debatem fora do remanso de seus lares”³¹⁶. A afirmação do jornalista tem suas razões. A pesquisa mostrou que o forte conservadorismo da sociedade não era exclusivo dos homens, era também de muitas mulheres defensoras da continuidade do patriarcalismo e da supremacia do papel tradicional da mulher, identificando como transgressoras da ordem e da família àquelas que contestavam a sua condição social de “Rainha do Lar”. Dessa forma, a aversão ao voto feminino encontrava opositores também no meio feminino. Como mencionamos anteriormente, uma das grandes dificuldades encontradas pelas associações feministas (entre elas a FAPF) era aumentar o número de associadas, muito em razão do próprio desinteresse das mulheres com a luta emancipacionista, como afirmado por Raymunda Chevalier.³¹⁷

Outra questão a ser analisada é que em muitas publicações que apresentavam críticas e oposições ao movimento de mulheres pelo voto, era comum o uso de charges, caricaturas, crônicas e até chacotas, com uma linguagem grosseira, jocosa, sarcástica e depreciativa, com o intuito de desmotivar ou ridicularizar a luta feminina/feminista pelo sufrágio. Dessa forma, o uso de charges, caricaturas, crônicas e chacotas para promover o riso satírico, pode ter contribuído para a imprensa “manifestar com mais vigor a banalização das ideias feministas” rejeitando-as como pautas legítimas e tornando-se “um meio atrativo de expressão de opiniões antifeministas e antissufragistas”.³¹⁸ Mesmo assim, essas publicações serviam para dar visibilidade ao assunto e mantê-lo sempre presente na imprensa.

Essas questões estiveram presente inclusive no JC, mesmo o jornal prezando por sua postura política mais séria e respeitada na sociedade amazonense. Essas publicações estavam localizadas principalmente em duas sessões do jornal: “traços à margem” e a

³¹⁵ Antenor Thibau. **A Capital**. Ed. 00245. Manaus, 22 de março de 1918, p.1.

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ **Carta de Raymunda Chevalier para Jeorgina Barbosa Vianna**. Manaus, 18 de setembro de 1935. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional.

³¹⁸ MOREIRA, Thaís Batista Rosa. **Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta***. Epígrafe, São Paulo, v. 7, n. 7, pp. 55-81, 2019.

“uma por dia”. Ambas as sessões reiteravam o jornalismo popular e sensacionalista que fez parte do perfil do JC. Ao analisar o referido jornal, Priscila Ribeiro afirma que

O emprego dessas técnicas ocorreu principalmente porque o interesse da empresa era captar um número maior de simpatizantes, aumentar o número de assinaturas e anúncios no jornal. Dessa forma, ao atingir um público cada vez maior, a notoriedade do periódico e o prestígio deste na sociedade amazonense o levariam a aumentar seu poder de persuasão como instrumento formador de opinião pública. Desde o seu surgimento, [...] buscava influenciar e alterar padrões de comportamento, seja divulgando arquétipos de grupos dominantes, instigando posicionamentos ou introduzindo novos hábitos na sociedade.³¹⁹

Os exemplos abaixo, das duas sessões do JC mencionadas, foram escolhidas na pesquisa porque mostram duas maneiras diferentes de fazer crítica ao movimento sufragista. A primeira, “Traços à Margem”, apresentava crônicas diárias assinadas pelo jornalista Octavio Durval, no ano de 1910. Durval era um ferrenho perseguidor da causa feminista, especialmente sobre o sufrágio. Extremamente conservador, trazia insistentemente em seus longos textos questões que reiteravam e enalteciam todas as qualidades e virtudes do “belo sexo” tidas como naturais da mulher como formosura, delicadeza e encanto, na tentativa de convencê-las do seu “verdadeiro papel” na sociedade. O posicionamento do cronista reitera a ideologia patriarcal predominante nos séculos passados, amparada nos discursos médicos, científicos, religiosos e jurídicos da existência de uma natureza feminina que determinavam o lugar e os papéis das mulheres na sociedade e atestariam a sua delicadeza, domesticidade, a passividade, a fragilidade, tanto física como moral e permitir seu desvio dessas condições era pecaminoso, perigoso e antinatural. Justamente pelo prevailecimento dessas teorias, o cronista condenou o envolvimento da mulher na política:

[...] a mulher nasceu para a felicidade do lar. Querer envolvê-la na política, emprestando aptidões que contrastam com o seu temperamento e com a índole afetiva, é loucura que se não adapta ao entendimento dos mais insensatos.

[...] a mulher, repito, nasceu para as supremas delícias do amor. Isso de programas políticos e comícios femininos... lérias, excelentíssimas. Lérias e nada mais.³²⁰

³¹⁹ RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do burgo podre ao leão do norte**. Op.cit. p. 77.

³²⁰ **Jornal do Comércio** (AM), ed. 02210, 29 de maio de 1910, p.3

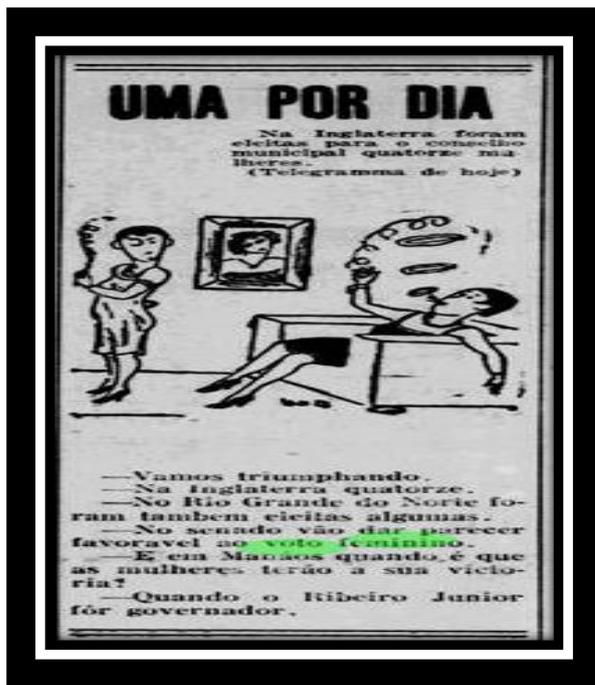
A segunda sessão era a “Uma por dia”, que se destacava ainda mais veementemente nas críticas negativas ao movimento sufragista na década de 1920 também no JC. Diferentemente da “traços a margem”, a “Uma por dia” utilizava o recurso da imagem para dar ênfase às suas falas sarcásticas, sempre associadas à acontecimentos políticos nacionais e locais. Vejamos dois exemplos de novembro de 1927 selecionados pela pesquisa. A escolha de ambos se deu pelo motivo do assunto estar em evidência na imprensa, haja vista que no senado federal estava sendo debatido o projeto Chermont em defesa do voto feminino, como veremos mais adiante.

No primeiro exemplo, temos a publicação de uma charge que reúne alguns acontecimentos políticos interessantes, mas que tem como objetivo principal atacar um desafeto da “política baré”. Na narrativa, a conquista de direitos femininos pelas amazonenses está “condicionada” à conquista do poder executivo por Ribeiro Junior numa total ironia com as duas situações. A relação se dá, segundo o pensamento do chargista, pela impossibilidade de as duas situações acontecerem. O tenente Ribeiro Junior, era, naquele contexto e tempo, um nome sufocado por seus opositores no cenário político do Amazonas.³²¹

IMAGEM - 9

“Uma por dia”, JC

³²¹ Alfredo Augusto Ribeiro Júnior nasceu no Rio de Janeiro, no dia 14 de maio de 1887. Liderou em Manaus uma Revolta Militar em 23 de julho de 1924 que depôs o governador do Estado. Ribeiro Junior assumiu o poder executivo e governou até o 28 de agosto do mesmo ano quando foi preso e transferido para uma prisão militar em Belém. Foi anistiado após a vitória da Revolução de 1930. Em 1934 foi eleito Deputado Federal para representar o Amazonas. BITTENCOURT, Agnelo. **Dicionário amazonense de Biografia**. Op. Cit. p. 433.



Na Inglaterra foram eleitas para o Conselho municipal quatorze mulheres (telegrama de hoje)

- Vamos triunfando.
- Na Inglaterra quatorze.
- No Rio Grande do Norte foram também eleitas algumas.
- No senado vão dar parecer favorável ao voto feminino.
- E, em Manaus, quando é que as mulheres terão a sua vitória?
- Quando o Ribeiro Junior for governador³²².

A charge faz menção ainda aos últimos acontecimentos no Rio Grande do Norte em 1927, que antecedeu a conquista do voto feminino no Brasil, sendo o primeiro estado a conceder esse direito em lei a todas as mulheres que se alistassem atendendo aos requisitos exigidos, o que lhes permitia votar e serem votadas.³²³ Logo que a Lei entrou em vigor ocorreram alistamentos femininos e em seguida, a participação das mulheres nos pleitos estaduais e municipais, como eleitoras, mas também candidatas.³²⁴

³²² **Jornal do Commercio** (AM), ed. 08243. Manaus, 12 de novembro de 1927. p.1

³²³ Acatada pelo governador José Augusto Bezerra, e pela casa legislativa, a Lei nº 660/27 foi sancionada em 25 de outubro, estabelecendo em seu Artigo 77 que "no Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta lei.", ou seja, estabeleceu que naquele estado não haveria mais distinção de sexo para o exercício do voto e como condição básica de elegibilidade. Disponível em: www.tre-rn.jus.br

³²⁴ A primeira mulher a ter o direito concedido foi Celina Guimarães Viana, professora de Mossoró. Ela se tornou oficialmente a primeira eleitora do Brasil no ano de 1927, embora não tenha sido a primeira no estado a requerer alistamento. A primeira foi Júlia Alves Barbosa, aos 21 anos (O Paiz, 23 de junho de 1928, p.5). A controvérsia encontra motivação no fato de que, embora ela tenha requisitado seu alistamento eleitoral pouco depois de aprovada a Lei Estadual nº 660, Celina Viana teve o seu requerimento despachado com mais rapidez, a ponto de ser publicado antes do requerimento de Júlia no Diário Oficial do Estado do RN (<https://memorial.cmnat.rn.gov.br/2018/05/25/participacao-feminina>). Nos meses seguintes somaram-se, mais vinte alistamentos femininos, "a maioria professoras" (SOIHET, Rachel. **A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz**. Op. Cit, p. 103) e "quinze delas votaram na eleição de 15 de abril de 1928, que elegeu Lamartine governador (www.tse.jus.br). Júlia Barbosa tornou-se candidata em 1928, elegeu-se vereadora de Natal (**Jornal do Recife**, 19 de julho de 1928). Alzira Teixeira Soriano, que foi eleita para o cargo de prefeita de Lages com 60% dos votos. Foi a primeira representante eleita do poder executivo do Brasil e da América Latina.

Em outro exemplo, a coluna satirizou, usando termos que remetiam a sexualidade, a questão do voto feminino usando a negativa do senador cearense Thomaz Rodrigues³²⁵ ao projeto Chermont, conforme demonstrado abaixo:

IMAGEM - 10

“Uma por dia”, JC



Ao projeto que concede o voto feminino o Sr Thomaz Rodrigues apresentou uma emenda mandando que sejam também às mulheres dada a obrigação de fazer o serviço militar.

- sou pelo direito ao voto ás mulheres. Temos também o nosso direito de pensar.

- Neste caso, devem ter o direito de fazer o serviço militar.

- Ah, isso é que não!

- por que?

- em primeiro logar porque, como soldado, não poderemos mostrar os braços, as pernas, nada... nada...

- E em segundo?

-Em segundo: será um desafio obrigar-nos a pegar no pau furado³²⁶

O senador Thomaz Rodrigues era conhecido como obstinado opositor do voto feminino³²⁷ ou ainda, como “o mais resolutivo e implacável inimigo da causa feminina³²⁸, como assim o definia a FBPF. Defendia que não se podia conceder direitos políticos às mulheres “quando esta por delegação da maioria, não o reclama, nem saberia usá-lo habilmente, se lhe fosse concedido”³²⁹. Para o senador, o voto feminino era inconstitucional e perigoso para a dignidade da mulher e para a segurança da família e até poderia influir ruinosamente no problema da população. Também fazia parte de sua

³²⁵ Thomaz de Paula Pessoa Rodrigues foi senador pelo Estado do Ceará entre 1924 a 1930.

³²⁶ **Jornal do Commercio** (AM), 19 de novembro de 1927. ed. 08250, p.1

³²⁷ **Jornal do Commercio** (AM), 12 de Novembro de 1927. ed. 08243, p.3.

³²⁸ **O Paíz** (RJ) 30 de dezembro de 1927. ed. 15776, p. 5

³²⁹ **Correio da Manhã** (RJ), 24 de novembro de 1927. ed. 10081, p.2

concepção a incoerência de conceder a elas esse direito sem que elas pudessem exercer o serviço militar³³⁰.

Esses exemplos foram escolhidos para ilustrar a assertiva de que publicações como as apresentadas, mesmo as cheias de críticas e oposições, podem ser vistas como fomentadoras do movimento, pois à medida que a imprensa publicava e alcançava o grande público, colocava o assunto em pauta para a discussão social. Nesse sentido, a imprensa em “diferentes conjunturas e com articulações históricas diversas” atua no fomento à adesão – mas sabemos que também ao dissenso - mobilizando para a ação³³¹; sendo assim, no aspecto positivo, consideramos que opiniões e adesões foram geradas a partir de exemplos de como o movimento caminhava e alcançava certo êxito em outras partes do mundo. Se a luta estava vencendo em vários lugares, por que não venceria no Brasil também? Era questão de tempo.

Como mencionado, no início do século XX, a participação feminina na imprensa amazonense ainda era muito incipiente, apresentando um discurso acanhado, o que pode ser extremamente compreensivo dados os contextos nos quais essas mulheres estavam inseridas. Em um desses contextos, estava a escrita, que embora tenha sido uma primeiras conquistas femininas, provocava maior resistência no mundo masculino³³², especialmente se a escrita tivesse o objetivo de desnudar os pensamentos femininos na esfera pública³³³, como no caso da imprensa. Dessa feita, são poucos os registros na imprensa amazonense sobre as percepções e defesas femininas sobre o voto. Mesmo assim, suas vozes quase silenciadas, são fragmentos que em alguns momentos nos ajudam na tentativa de construir ou reconstruir suas narrativas.

Em um desses registros, foi publicado no Jornal “A Reacção”³³⁴, representante dos posicionamentos católicos, apresentou discurso religioso progressista em relação às reivindicações femininas, entendida como resultado direto do progresso. Suas postagens, abriram espaço para os diálogos mais politizados entre as poucas mulheres que se aventuravam pela imprensa amazonense, na coluna “cartas femininas” escrita por

³³⁰ **O Paíz** (RJ). 29 de novembro de 1927, ed. 15744-15745. p. 2

³³¹ CRUZ, Heloisa de Faria, PEIXOTO, Maria do Rosário da C. **Na Oficina do Historiador**. Op. Cit. p.260

³³² PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 10.

³³³ TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. In: PRIORI, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002, p. 413.

³³⁴ O Jornal A Reacção “órgão dos moços católicos de Manaus”, surgiu em 13 de maio de 1930. Publicação semanal sob a direção de Moacyr Dantas. O último exemplar que consta no arcevo do IGHA é de 21 de março de 1933.

Yolanda³³⁵. Em uma dessas “cartas”, Maria Luiza Sabóia, defensora do feminismo e do sufrágio, como já mencionado, respondeu uma missiva de Yolanda, sobre “o papel da mulher na organização social moderna” no qual expressou que

Não havendo distinção, quanto ao trabalho entre homem e mulher, nada mais justo de que equiparar os direitos desta aos daquele; isto é, a admissão de seu concurso na gestão dos negócios públicos [...] que na vida moderna a mulher não pode permanecer estacionária³³⁶.

Para Maria Luiza de Sabóia, a mulher que se configurava nos anos 1930, já tinha “dado tão magníficas provas de bom senso e de capacidade de trabalho em diferentes ramos da atividade nacional” e que no “desempenho de espinhoso cargo a sua assiduidade no comprimento do dever é edificante”, que, logo, incontestavelmente, seria insensatez negar o direito de voto. Dado o contexto, Sabóia afirmou sem desassombro que “o sufrágio feminino, impunha-se como “fato necessário resultante da atual organização social” e sendo assim “a concessão do direito do voto à mulher será (seria) uma bem próxima realidade”³³⁷. O fato curioso na defesa apresentada por ela é que ela vê o sufrágio como uma “possibilidade”. No entanto, pela data da postagem da edição do jornal (02 de outubro de 1932), os direitos políticos femininos já haviam sido decretados oito meses antes, através do Código Eleitoral de 24 de fevereiro de 1932. A publicação gerou questionamentos difíceis de responder na pesquisa: por que Sabóia trata como possibilidade um direito decretado meses antes? As hipóteses são as seguintes: passados meses da publicação do Código Eleitoral a informação era desconhecida por ela? Ou no Estado do Amazonas? Pode estar relacionado com a falta de aceitação pela sociedade? ou na melhor das hipóteses, relativizava-se o Código e ansiava-se em ver o direito de voto na Constituição?

O fato é que após a conquista do sufrágio feminino, o jornal continuou defendendo o direito feminino de votar e de poder ser votada, incentivando o alistamento e a participação na política feminina pois “se democracia é o governo do povo para o povo, tão povo são as mulheres como os homens”.³³⁸ Assim, argumentavam que as mulheres tinham

³³⁵ Não foi possível nesse pesquisa melhor identificar a colaboradora do jornal ou afirmar com certeza que se tratava de um epíteto feminino de algum jornalista, muito comum para a época.

³³⁶ Maria Luiza de Sabóia. A mulher na sociedade. **A Reacção**. Manaus, 02 de outubro de 1932.

³³⁷ Idem.

³³⁸ **A Reacção**. Manaus, 2 abril de 1933. nº 62, p.1. Grifos meu

pleno direito não só a participação indireta no governo dos povos mediante o voto ativo de eleger seus candidatos às Altas Câmaras da Nação, se não também a participação direta, mediante o voto passivo de poder ser eleita para ocupar uma cadeira em diversos cargos³³⁹.

Além disso, defendiam que os católicos apoiassem a participação política da mulher:

Não devemos temer (...) os avanços democráticos, que são patrimônio cristão e nunca elemento do ideário radical (...)

Demais a mais, vivemos numa época de conquistas democráticas e de apoteoses do sufrágio universal. A concessão do voto sem restrições aos homens, mesmo ao mais ignorante moço de estribeiro, e **a denegação do mesmo à mulher, honrada e inteligente e uma ignominiosa injustiça.**

A mulher, privada do direito de votar, está equiparada ao presidiário, ao idiota e ao louco.

A lei dada só pelos homens é só meia lei humana, porque falta a outra metade: a que deem as mulheres. Os homens entenderão do varonil, do feminino devemos supor que melhor entendem as mulheres.

A legislação até hoje tem sido evidentemente fragmentária e inilateral: para a mulher só reconhecia deveres. Onerada com toda classe de obrigações sociais, ela era proibida de alternar na política. Para pagar os impostos ao fisco e tirar a correspondente cédula, era considerada pessoal cabal: mas para votar em dia de eleições era uma inhábil, uma eterna menor. (...)

Não receiemos, os católicos, as conquistas do feminismo. Só teremos a lucrar com elas³⁴⁰

Da mesma forma, o referido jornal também oportunizou espaço para que uma voz feminina e católica deixasse suas impressões sobre o exercício do voto para as mulheres católicas. Sob posicionamentos conservadores, a colaboradora argumentou sobre a resistência que muitas mulheres ainda tinham em participar da política. Em partes, essa resistência se explicava por ser uma conquista recente, ainda permeada de incertezas e preconceitos fomentados por um ideal conservador e patriarcal oriundos inclusive de mulheres. No entanto, a colaboradora salienta que o dever de votar, apoiado inclusive pela Igreja Católica, deveria fazer parte da nova realidade feminina aptas a exercer o direito.

Não fomos nós senhoras católicas que pedimos o voto feminino. Muitas dentre nós preferimos deixar o voto aos homens e continuar como dantes na bela imagem de Ozana, a conduzir o mundo à guiza dos anjos

³³⁹ **A Reacção.** Manaus, 2 abril de 1933. nº 62, p.1

³⁴⁰ Idem. Grifos nossos.

da guarda, conservando-se sempre invisíveis.

Uma vez que nos deram o direito de votar, criando-nos assim o dever de votar, cumpriremos serenamente este dever. Não nos intimidarão as opiniões mais ou menos justas, as alterações provocadas já pela nossa humilde condição de uma unidade na grande força que é o sufrágio universal.

Quanto a pensar que nossa abstenção das urnas fará retroceder a lei do sufrágio feminino, é pensamento vão. As mulheres não católicas, as mulheres socialistas, as mulheres livres pensadoras, as mulheres comunistas e as ha (sic), encarregar-se-hão de representar na eleição o sufrágio feminino. É o que ganharemos.

[...] uma vez que a Igreja aprova (não digo que solicita) o voto feminino, não seremos nós, disciplinadas por condição de católicas, que contra ele nos insurgiremos.³⁴¹

Os debates favoráveis e principalmente os contrários ao sufrágio feminino perpassaram a conquista do direito, deixando registrado na imprensa que as mudanças políticas ocorridas no país, levariam tempo para serem consolidadas já que a desconfiança com as mulheres e suas conquistas no mundo moderno precisariam de muito mais tempo para ter sua influência diminuída em uma sociedade marcadamente patriarcal.

3.2 Posicionamentos políticos amazonenses sobre o voto feminino na casa das leis

Como apresentado, a Constituinte de 1890 foi o primeiro momento em que houve uma discussão política sobre a possibilidade da concessão de direitos políticos às mulheres. No Projeto Constitucional inicial, não se fazia menção ao voto feminino. No entanto, durante a apreciação do Projeto, pela chamada *Comissão dos 21*³⁴², algumas emendas foram propostas ao artigo 70, entre elas, a que previa voto “às mulheres diplomadas com títulos científicos e de professora, desde que não estivessem sob o poder marital nem paterno, bem como às que estivessem na posse de seus bens”³⁴³.

³⁴¹ D. Cecília Rangel Pedrosa. **O Voto Feminino**. Jornal A Reação, 09 de abril de 1933, p.2.

³⁴² Comissão especial para apreciação do projeto da Constituinte, eleita pelos congressistas e composta por um representante de cada Estado incluindo o Distrito Federal.

³⁴³ Segundo nos informa Monica Karawejczyk, a emenda foi elaborada e apresentada pelos deputados Lopes Trovão (Distrito Federal), Leopoldo de Bulhões (Goiás) e Casemiro Junior (Maranhão). KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar. Dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil**. Op.cit. p. 87

Pelo Amazonas o representante na *Comissão dos 21* foi o senador Manoel Francisco Machado, o conhecido Barão do Solimões e ex presidente da província do Amazonas no ano de 1889. Machado foi escolhido em detrimento aos outros dois representantes do Amazonas no senado: Coronel Joaquim Leovigildo de Souza Coelho e Comendador Joaquim José Paes da Silva Sarmiento.³⁴⁴ Além dos senadores citados, faziam parte dos congressistas, os deputados capitão-tenente Manoel Ignácio Belfort Vieira e Capitão Manoel Uchoa Rodrigues. No entanto, a posição dos congressistas se Favorável ou Contra não pôde ser identificada na pesquisa³⁴⁵.

A emenda sobre o voto feminino passou por duas discussões, mas não foi aprovada no Congresso. Tendo poucos políticos adeptos à causa feminina naquele momento e uma sociedade conservadora e patriarcal, que ainda discutia pouco o assunto, em seu texto final, promulgado em 24 fevereiro de 1891³⁴⁶, a Constituição acabou não contemplando os direitos políticos pretendidos pelas mulheres, mas também não trazia explícita em seu texto nem a proibição e nem a permissão do direito ao voto. O texto contido no art. 70 considerou eleitores “os cidadãos maiores de 21 anos”, que se alistassem na forma da lei.

No entanto, embora a maioria dos congressistas de fato tivesse forte restrição, alguns até certo pavor, em ao menos pensar na possibilidade de estender direitos políticos às mulheres, deixando claro em seus argumentos, mesmo assim é oportuno deixar registrado que uma minoria sempre foi resistente na defesa da igualdade entre os sexos, com base nas questões legais do direito. É certo que defendiam voto limitado, que não atenderia à todas as mulheres, mesmo assim tal iniciativa num contexto social fortemente patriarcal e sexista, foi corajosa, admirável e progressista para a época.

³⁴⁴ Os votos apurados pela Intendência Municipal trouxeram o seguinte resultado da Eleição para senador da Constituinte ocorrida em 15 de setembro de 1890: Manoel Machado foi o mais votado com 3.540 votos, seguido por Leovegildo Coelho com 3.437 votos e por fim, Joaquim Sarmiento com 3.387 votos. Parecer nº 2, 1890, p.20. **Annaes do Congresso Constituinte da República, 1890**. 2º ed, revista. Vol 1. 1924. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br>

³⁴⁵ **Anais do Congresso Constituinte da República**. Vol 1. Rio de Janeiro, 1924. Disponível em www.bd.camara.leg.br. Acesso em 19 de julho de 2021.

Engenheiro e militar da marinha, o maranhense Belfort Vieira elegeu-se deputado constituinte pelo Amazonas, tendo sido anteriormente segundo vice governador pelo mesmo estado. Foi também governador do Maranhão por três vezes e senador. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em 30/10/23.

Manoel Uchoa Rodrigues, natural do Ceará e capitão do Exército, permaneceu na Câmara dos deputados até 1893, quando foi nomeado superintendente de Manaus, cargo equivalente ao de atual prefeito, pelo então governador do Amazonas Eduardo Gonçalves Ribeiro, permanecendo até 1895. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em 30/10/23.

³⁴⁶ O texto constitucional foi redigido por Rui Barbosa e Prudente de Moraes e teve como principal inspiração a Carta Magna norte-americana.

Como escrito por Hahner, “a questão do voto feminino não podia ficar ignorada por muito tempo”³⁴⁷ e foi o que aconteceu. Nas décadas que se seguiram e, de forma mais intensa e sistematizada, a questão do voto feminino suscitou calorosos debates, foi ganhando mais adeptos entre homens e mulheres e por várias vezes a discussão voltou ao plenário do Congresso brasileiro.

Conforme a década de 1920 avançava, ficava mais evidente para as líderes feministas e suas seguidoras que para estarem mais perto da conquista de direitos políticos, era necessário que suas reivindicações e anseios ganhassem adeptos masculinos dispostos a levar para a casa das leis esse debate, por diversas vezes conflituosos.

Em 1921, o Projeto de nº 102 do senador paraense Justo Chermont³⁴⁸ para conceder direito de voto às mulheres foi debatido pela primeira vez no Senado após ter sido considerado constitucional. Lopes Gonçalves³⁴⁹, senador pelo Amazonas, fazia parte da Comissão de Constituição e Diplomacia e foi o relator do projeto. Na ocasião, Gonçalves, pautou-se como defensor do voto feminino ao conceder parecer favorável. Seu argumento estava embasado no fato de que a Constituição brasileira não havia impedido “em nenhuma de suas linhas, que a mulher brasileira fosse acessível ao direito do voto, à função ativa e passiva”³⁵⁰. Em plenário, durante a discussão do Projeto Chermont, sessão de 01 de junho de 1921, Lopes Gonçalves questionou aos seus pares qual o preceito constitucional que impedia a mulher brasileira ao exercício do voto?

Porventura não é genérica a expressão do art 70 da nossa constituição tratando das pessoas alistáveis? na expressão geral – cidadãos – não estarão compreendidos os indivíduos do sexo feminino? sem dúvida que sim, porque as exceções, que o mesmo artigo abre, não atingem, não se referem absolutamente à mulher.³⁵¹

³⁴⁷ HAHNER, June. E. **A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. OP. Cit. p.171.

³⁴⁸ Segundo Karawejczyk, a esposa de Justo Chermont, a Sra Isabel Imbassahy Chermont, foi uma das fundadoras da LEIM, o que pode ter motivado o seu marido a apresentar o referido projeto. **As filhas de Eva querem votar**, op. Cit. p. 198

³⁴⁹ Augusto Cezar Lopes Gonçalves nasceu em agosto de 1865 em Vitória do Baixo Mearim, Maranhão e faleceu em novembro de 1938, no Rio de Janeiro. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, retornando posteriormente ao Maranhão onde exerceu o cargo de Promotor Público de 1888 a 1891. Transferiu-se posteriormente para Manaus onde exerceu a advocacia e foi professor de Direito. Ocupou cargos públicos de relevo no Estado. Ingressou na política e foi eleito Senador pelo Amazonas, cargo que ocupou de 1915 a 1923 e por Sergipe de 1924 a 1930, quando teve o mandato cassado pela Revolução de 1930. BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de biografias: vultos do passado**. Op. Cit. p. 327-329.

³⁵⁰ ANNAES do Senado Federal. Sessões de 1 a 30 de junho de 1921. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. Vol II. Disponível em https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Republica. Acesso em 13/12/23.

³⁵¹ Idem.

Portanto, Lopes Gonçalves defendia que era necessário reparar essa injustiça com as mulheres, deixando prescrito na Constituição que a elas cabia o sufrágio universal, ativo e passivo. “Não é um direito porque ele já existe, é simplesmente o seu reconhecimento”³⁵², reverberou.

A Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, antecessora da FBPF, manifestou seus aplausos e agradecimentos pelo parecer do senador por meio de um telegrama enviado. Pelo mesmo meio, o senador confessou estar desvanecido e grato pela gentileza recebida e afirmou que continuaria a “sustentar e defender os ideais de justiça da patriótica associação”³⁵³.

Apesar de sua primeira votação favorável em 1921³⁵⁴, o projeto não prosseguiu nas outras Comissões do Senado, muito em razão da resistência daqueles que eram contrários ao sufrágio feminino. Em 1923 ocorreu uma tentativa de segunda discussão do projeto, todavia, somente em 1927 ele foi retomado.

IMAGEM - 11

Senador Lopes Gonçalves, 1916

³⁵² ANNAES do Senado Federal. Sessões de 1 a 30 de junho de 1921. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. Vol II. Disponível em https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Republica. Acesso em 13/12/23. p.30.

³⁵³ **O Paiz** (RJ), 24 de maio de 1921. Ed. 13365, p.6.

³⁵⁴ Quando da tentativa de estender direitos políticos às mulheres no Brasil no ano de 1921, vários países já contavam com eleitoras: Nova Zelândia em 1893, Bélgica, Suécia, Luxemburgo, Ucrânia, Países Baixos, esses em 1919; em 1920 foram concedidos nos Estados Unidos, Canadá, Eslováquia, Albânia, República Checa; já em 1921 temos Suécia, Lituânia, Armênia, Azerbaijão, Geórgia e Lituânia.



Fonte: Jornal do Commercio, 20/07/1916

O fortalecimento do movimento sufragista no país durante a década de 1920 e o exemplo potiguar de 1927, de permitir o voto feminino naquele Estado, serviram para fazer pressão nos políticos dos outros estados, corroborando para colocar o assunto sempre em destaque na imprensa, na sociedade e ainda influenciar outras mulheres na luta sufragista. Afinal, como descrito pela FBPF naquele contexto: “desde que uma só exista não há motivos para que não sejam eleitoras todas as mulheres habilitadas no país”.³⁵⁵

Dessa feita, os anos seguintes à conquista do voto feminino no Rio Grande do Norte, marcaram um período de grande agitação social e política associado ao crescimento no número de parlamentares favoráveis ao voto feminino, o que determinou a retomada das propostas, projetos e discussões sobre o tema no parlamento brasileiro. Nesse ínterim, Washington Luís foi eleito presidente do Brasil em março de 1926³⁵⁶, para

³⁵⁵ **O Paíz** (RJ), ed. 15762, 16 de dezembro de 1927. p. 5.

³⁵⁶ Segundo Porto, Washington Luís teve a maior votação para presidente da República até então, obtendo 688.528 votos contra 1.116 do segundo colocado Assis Brasil. Seu mandato durou de 15 de novembro de 1926 até outubro de 1930 quando foi deposto pela Revolução de 1930. PORTO, Walter Costa. **O Voto no Brasil**. Da Colônia à 6ª República. 2ª ed. Ed. Topbooks, 2002, p. 180

felicidade e esperança das sufragistas brasileiras já que, durante campanha, ele havia se posicionado favorável ao voto feminino ao incluir a pauta e prometer uma reforma eleitoral, ao contrário de seu antecessor, Artur Bernardes, que se declarava contrário à concessão de voto às mulheres. Diante disso, a luta foi retomada dentro e fora do parlamento brasileiro.

Em novembro de 1927, foram retomadas as discussões sobre o projeto do senador paraense Justo Chermont, que previa o voto feminino e que estava parado desde 1921³⁵⁷. O Debate foi travado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado da qual fazia parte o senador amazonense Aristides Rocha³⁵⁸, relator do projeto, que estendia voto às mulheres maiores de 21 anos. Conforme o Art 1º do substitutivo apresentado pelo senador, poderiam “votar e ser votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos brasileiros que reunirem os requisitos da Constituição Federal e leis eleitorais vigentes”³⁵⁹.

Quando Senador, Aristides Rocha já possuía grande experiência política. Tendo sido deputado estadual por três mandatos, deputado Federal e senador eleito pelo Amazonas desde 1924³⁶⁰. Procurado pela FBPF, que o julgava como um político de “orientação liberal”³⁶¹, o senador se comprometeu em dar parecer favorável³⁶² ao projeto Chermont, e o fez. Ao rememorar o fato, Bertha Lutz escreveu, em sua coluna “o Feminismo”, publicada no jornal “O Paiz”, em 1928, que em plenário, Rocha fez uma “defesa memorável” do projeto, que resultou num “belo parecer favorável”³⁶³. A pesquisa

³⁵⁷ O projeto do Senador Justo Chermont, foi remetido em 17 de dezembro de 1919 à comissão de Constituição e Diplomacia do Senado, que em 14 de maio de 1921 deu parecer favorável, o qual entrou em primeira discussão e foi aprovado pelo senado em 8 de junho de 1921, ficando arquivado até 1927. O Paiz (RJ), 16 de novembro de 1927, ed. 15732. p.4

³⁵⁸ Nascido em 1882, em Piracuruca, Piauí, mas criado em Manaus, Aristides Rocha formou-se advogado pela Faculdade de Direito do Recife. Em 1912 entrou na política no Partido Republicano Democrata. Escreveu no Jornal “O Tempo”, de propriedade desse partido, e no jornal “Estado do Amazonas”. Foi também professor da Faculdade de Direito do Amazonas e membro do Conselho de Assistência Judiciária do Amazonas. Com a Revolução de 1930, perdeu o cargo político e se exilou na Europa. Regressou posteriormente à Manaus, foi eleito novamente deputado estadual e teve seu mandato cassado com o golpe do Estado Novo. Após afastar-se da política no final da década de 1930, continuou a atuar como advogado e professor, sendo um dos grandes nomes fundadores da Faculdade de Direito do Amazonas, onde ministrava a disciplina Teoria e Prática do Processo. Faleceu em setembro de 1950. BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de biografias: vultos do passado**. Op. Cit.

³⁵⁹ O Paiz (RJ), 16 de novembro de 1927, ed. 15732. p.4

³⁶⁰ Mandatos de Deputado Estadual: (1912-1914), (1915-1917), (1918-1920), posteriormente foi eleito para um novo mandato (de 1935 à 1937); Deputado Federal (1921-1923) e Senador eleito para as 33º, 34º e 35º legislaturas (1924-1930, finalizado com o golpe de 1930).

³⁶¹ O Paiz (RJ), ed. 16072. 21 de outubro de 1928, p.11.

³⁶² **Jornal do Commercio** (AM) Ed. 08410, 24 de maio de 1928.

³⁶³ O Paiz (RJ), ed. 16072. 21 de outubro de 1928, p.11.

constatou que na referida defesa, Aristides Rocha justificou que a questão do sufrágio feminino não era uma luta apenas das brasileiras, mas que o assunto agitava a imprensa e os parlamentos dos povos mais cultos do mundo e que esse direito político já havia sido adotado pela legislação de quase todas as nações civilizadas, no total de trinta e sete países, compreendendo o continente norte americano, a Oceania, quase toda a Europa e alguns países da África e da Ásia. Segundo relatou o senador, no Parlamento desses países

as mulheres ingressaram e estão (estavam) atuando na solução dos problemas de grande importância social, tais como a política de aproximação dos povos, o desenvolvimento da instrução, educação dos anormais, proteção e regulamentação das horas de trabalho para a mulher e os menores operários, combate a escravidão branca, a venda de tóxicos, etc³⁶⁴.

No decorrer de seu parecer, o senador esmiuçou como se deu a conquista dos direitos eleitorais femininos nesses países e o que já havia ocorrido no Brasil até aquele momento, lembrando inclusive que a Constituição do país não fazia “nenhuma restrição aos direitos políticos da mulher, e que esse mesmo projeto já havia sido debatido sobre sua constitucionalidade e aprovado pelo Congresso anteriormente em primeira discussão mas que “continua (va) o sexo feminino privado do uso do seu direito de cidadania [...] por um receio infundado de seu Parlamento, deixando de dar andamento aos projetos de lei apresentados nesse sentido”³⁶⁵. Em defesa da aprovação do projeto e da reivindicação feminina por direitos políticos, argumentou que

Tem se alegado que no Brasil só um pequeno grupo de senhoras se interessa pelas questões políticas e pleiteia a concessão do direito da cidadania. Não é verdade. A mulher brasileira está atuando sempre com maior proveito para o país em tudo o que se refere à educação, a assistência sob os seus múltiplos aspectos, ao combate ao alcoolismo, etc. Se até agora a sua atuação não tem tido entre nós a mesma eficiência que nos países europeus e na Norte América, é simplesmente porque ainda lhe conservam fechadas as portas do Parlamento, das Assembleias estaduais e dos conselhos municipais, donde saem as leis a que elas devem obediência, mas em cuja votação não podem tomar parte nem direta, nem indiretamente.

[...] Estas, mesmo privadas como tem estado até agora dos direitos políticos, organizaram e dirigem no Brasil um número de associações de assistência social, superior às fundadas pelos homens que se preocupam mais das questões pessoais do que das coletivas.

³⁶⁴ **O País** (RJ), ed. 15732. 16 de novembro de 1927. p.4

³⁶⁵ *Idem*.

A alegação de inoportunidade ou inconveniência da medida não tem valor apreciável.

Nenhuma reforma política temos realizado até hoje que deixasse de sofrer a mesma impugnação até a véspera de ser adotada. Basta citar as mais importantes, como a independência política do Brasil, a da abolição da escravatura, a da implantação do regime republicano. É o espírito tradicionalista reagindo contra as conquistas liberais.

A comissão de legislação e justiça do Senado é de parecer que já é tempo do Brasil reconhecer, por lei expressa, os direitos políticos das mulheres que reúnem as condições de capacidade exigidas pelo art 70 da Constituição Federal.³⁶⁶

Como resultado da primeira votação a 12 de novembro de 1927, a Comissão aprovou, por cinco votos contra dois, o substitutivo apresentado pelo Senador amazonense. Além de Aristides Rocha, votaram a favor os senadores Adolpho Gordo (SP), Fernandes Lima (AL), Antônio Massa (PB) e Antônio Muniz (BA). Os dois votos contrários foram dos senadores Cunha Machado (MA) e Thomaz Rodrigues (CE)³⁶⁷. A FBPF compareceu ao ato de votação e se posicionou frente a frente com os senadores durante a sessão³⁶⁸. Aristides Rocha além de elegante foi sobretudo cheio de atenções e respeito para com as senhoras que enchiam o recinto.³⁶⁹

Em mais um momento o Senado Brasileiro estava dividido e em polvorosa diante da situação. No entanto, a maioria dos senadores ou era favorável ou estava indeciso sobre o voto feminino. O Jornal O Paíz traduziu o momento afirmando que:

está conhecido e proclamado que a mulher brasileira possui na sua plenitude os direitos de cidadão, contestados apenas por meia dúzia de pessoas que, condenam como nocivos e deprimentes para as mulheres os cargos elevados do governo, o fazem talvez porque temem a concorrência futura de competências conhecidas.³⁷⁰

Os esforços feministas se intensificavam à medida que as discussões no plenário sobre o projeto se intensificavam e surgiam aberturas para novas ações. Essa possibilidade repercutiu intensamente na imprensa, nas esferas de poder e encheu de ânimo as feministas, especialmente as da FBPF que, de forma intensa há anos trabalhavam nessa causa. A FBPF, então, intensificou ainda mais a campanha em prol

³⁶⁶ O Paíz (RJ), ed. 15732. 16 de novembro de 1927 p.4. Grifos nossos.

³⁶⁷ O Paíz (RJ), ed. 16072. 21 de outubro de 1928, p. 11.

³⁶⁸ SCHUMAHER, Schuma; BRASIL, Erico Vital (Org). **Dicionário Mulheres do Brasil**. Op. Cit. p.284

³⁶⁹ O Paíz (RJ), ed 15762, 16 de dezembro de 1927. p. 5

³⁷⁰ O Paíz (RJ), 24 de Junho de 1928. p.10

dos direitos políticos para as mulheres em esfera nacional. Entre as ações, palestras, ampla propaganda nos jornais e na rádio para ampliar a rede de apoio para a causa sufragista, pressão direta junto aos parlamentares, estando inclusive presentes no parlamento em dia de votação, a entrega de um abaixo-assinado contendo 2 mil assinaturas solicitando apoio do Senado, e o mais inusitado, um sobrevoo na capital Federal realizado em maio de 1928, por Bertha Lutz e outras membros da Federação, para jogar panfletos sobre os prédios do Senado e da Câmara Federal. Dizia o seguinte a mensagem que acompanhava a assinatura das 2 mil mulheres:

[...] reclamando esses direitos, não fazemos mais do que fizeram e estão fazendo as mulheres de todos os países civilizados. É o princípio do regime democrático, universalmente reconhecido, que, aqueles que obedecem as leis e pagam impostos, assiste o direito de colaborar direta ou indiretamente, na elaboração dessas mesmas leis e votação desses mesmos impostos [...]

Votar não é um privilégio, uma recompensa que se dê a cidadãos altamente especializados para exercerem essa profissão, é uma obrigação de todos

Não será na pior das hipóteses, tão nocivo à família como a ausência diária das mães pobres que, obrigadas a trabalharem fora de casa, deixam, com o coração transbordando de ansiedade, durante longas horas, a prole abandonada, porque não conhecem outro meio de lhes trazer o pão. Não foi a política, senhores, mas a necessidade, que veio arrancar as mães do lar. É bem possível que a interferência da mulher na vida pública, armada do poder de legislar e influir sobre a economia política, seja o meio mais eficaz de assegurar as mães do futuro a possibilidade que hoje não mais existe senão nas classes privilegiadas de se dedicarem inteiramente a sua santa Missão.

[...] não há força humana que possa sustar a marcha da evolução. Uma vez atirada a mulher ao trabalho pela pressão econômica, é a sua emancipação política um corolário inevitável, ao qual não é possível fugir.³⁷¹

Nas referências encontradas na imprensa amazonense noticiando as discussões sobre o voto feminino no Congresso Brasileiro naquele período, uma delas nos chamou atenção porque esboçou a representatividade e agência feminina, protagonizada nesse contexto pela FBPF: o *Jornal do Commercio* (AM) em publicação de maio de 1928, descreveu que o Senado estava “animado, apresentando lindo aspecto” pois as galerias e os corredores viviam repletos de moças que acompanhavam a questão do voto feminino. Algumas dessas moças, como Lutz, buscavam convencer os senadores da necessidade e

³⁷¹ Ormindá Bastos. *O Paíz* (RJ), ed. 15762, 16 de dezembro de 1927. p. 5

das vantagens na concessão do voto feminino, outras agitavam-se e empenhavam-se em “acaloradas discussões com os senadores”³⁷². Como já afirmado, a FBPF utilizava-se de várias estratégias para conquistar apoio ou mesmo fazer pressão política e social especialmente entre os políticos indecisos ou contrários ao voto feminino.

Quando dessa discussão, além do senador Aristides Rocha, faziam parte da bancada amazonense no senado, os senadores Barbosa Lima³⁷³ e Silvério Nery³⁷⁴. No entanto, com exceção do primeiro, a pesquisa não alcançou com exatidão os posicionamentos políticos dos demais senadores quanto a essa questão do voto feminino³⁷⁵, apenas menções vagas na imprensa de que eles eram a favor do voto feminino. Em 10 de dezembro, o Jornal carioca *Correio da Manhã*, publicou uma estatística sobre o voto dos senadores para a segunda discussão do Projeto Chermont que ocorreria dali a dois dias e o nome de Barbosa Lima é relacionado entre os senadores “favoráveis”. Vejamos

Como quer que seja, parece que o Projeto passará no Senado por uma grande maioria. É pelo menos, o que dizem as estatísticas [...] dá como favoráveis ao voto feminino os Srs **Aristides Rocha, Barbosa Lima**, Godofredo Vianna Pires Rebello, Francisco Sá, Antônio Massa, Fernandes Lima, Correa de Brito, José Henrique, Juvenal Lamartine, Gilberto Amado, Antonio Moniz, Pereira Lobo, Lopes Gonçalves, Manoel Monjardim, Teixeira de Mesquita, Irineu Machado, Frontin Mendes Tavares, Adolpho Gordo, Arnolfo Azevedo, Azeredo, Affonso de Camargo, Carlos Cavalcanti, Albuquerque Maranhão, Caiado Olegário Pinto, Rocha Lima, Celso Bayma, Felipe Schmidt, Pereira de Oliveira, Vespúcio de Abreu e Soares dos Santos. São ao todo trinta e quatro senadores, o que constitui a maioria da Casa.³⁷⁶

Ao que tudo indica, Barbosa Lima mudou de opinião sobre os direitos políticos femininos conforme o tempo passou e mudanças sociais foram ocorrendo, pois nas

³⁷² **Jornal do Commercio** (AM) Ed. 08410, 24 de maio de 1928. p.1

³⁷³ Natural de Pernambuco, Alexandre José Barbosa Lima foi militar, apoiou a Proclamação da República, elegeu-se logo em seguida deputado para o Congresso Constituinte pelo Ceará. Por Pernambuco foi governador entre os anos de 1892 a 1896, e deputado entre os anos 1896 a 1899. Posteriormente, representou o Rio Grande do Sul na câmara baixa de 1900 a 1905 e a Capital Federal de 1906 a 1911 e de 1915 a 1917. Elegeu-se senador pelo Amazonas em 1923, ocupando o cargo até o ano de 1929. CASTRO, A. O. Gomes de; COSTAGNINO A. Souto. **O Senado Federal de 1890 a 1927**. Rio de Janeiro, 1927. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518632>. Acesso em 27/11/2021.

³⁷⁴ Natural de Coari (AM), Silvério José Nery, membro de uma tradicional família amazonense, foi militar, jornalista e político conceituado no Amazonas, tendo sido Deputado estadual eleito e reeleito entre os períodos de 1882 a 1896, Deputado Federal eleito em 1897; Senador em 1900 e 1927 e governador do Amazonas em 1900. BITTENCOURT, Agnelo. **Dicionário Amazonense de biografias: vultos do passado**. Op. Cit. P. 460

³⁷⁵ Nos arquivos digitais do Senado, não consta os Anais dos anos de 1927 à 1932.

³⁷⁶ **Correio da Manhã** (RJ), 10 de dezembro de 1927, Ed.10095, p.4. Grifos meus.

discussões do projeto Constituinte, enquanto deputado do Ceará, ele tinha votado contra³⁷⁷. Como justificativa para sua oposição, alegava as funções sociais femininas que não poderiam ser prejudicadas e que elas mesmas não estavam interessadas.

Não concordo no direito do voto às mulheres, não pela questão de direito [...] daí à mulher a faculdade de votar e raríssimas serão as que troquem os encantos da sua nobre empresa pela ingratição dos embates eleitorais ou pela secura e aridez das lutas parlamentares [...]³⁷⁸

O ilustre representante do Amazonas no Senado Federal, o esquerdista³⁷⁹ Barbosa Lima era visto pela imprensa carioca como um homem “íntegro, de honestidade indiscutível, pulso firme”³⁸⁰, dono de um caráter inquebrantável e independência de pronunciamentos e por uma notável cultura intelectual³⁸¹ e

incapaz de sujeitar as suas opiniões às injunções da politiquice das conveniências pessoais, [...] sabe sempre impor-se a consideração das assembleias legislativas onde tem assento, pela isenção de animo, superioridade de vistas e acontecimentos de causa com que discute todos os problemas do maior interesse nacional. Por esse motivo, desfruta a estima pessoal dos próprios adversários políticos, pois que todos por igual o estimam, pela generosidade de seu coração, pela delicadeza de suas manifestações e pela sincera e profunda nobreza de seus atos.³⁸²

IMAGEM - 12

Senador Barbosa Lima, s/d

³⁷⁷ KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar**. Op. Cit. p. 95.

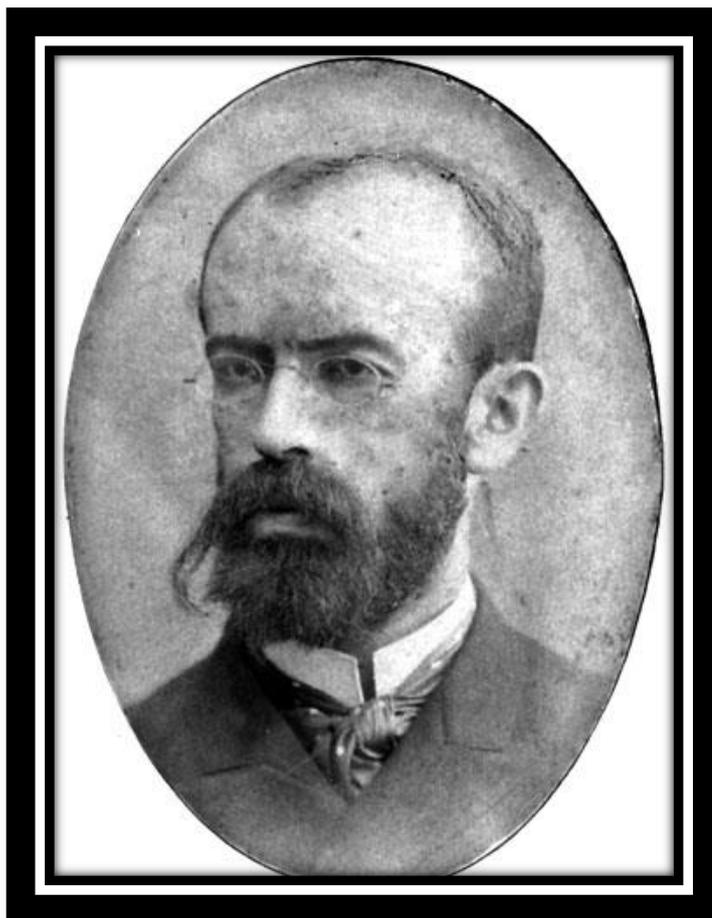
³⁷⁸ ANNAES do Congresso Constituinte da República. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926. Vol.II, p. 513. Disponível em www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Republica/1890. Acesso em 11/11/23.

³⁷⁹ **O Jornal (RJ)**, 24 de fevereiro de 1927. Ed. 02520, p.4.

³⁸⁰ **Correio da Manhã (RJ)**, 29 de janeiro de 1929. Ed.10451, p.6.

³⁸¹ **Correio da Manhã (RJ)**, 23 de março de 1929. Ed.10497, p.5

³⁸² **Jornal do Brasil (RJ)**, 23 de março de 1927. Ed. 00070, p.10.



Fonte: camara.leg.br

Já sobre o senador Silvério Nery, o indício encontrado é ainda mais sutil. Ao comentar sobre o debate na “Comissão de Poderes do Senado” sobre a participação feminina na eleição senatorial potiguar de 1928³⁸³, uma publicação da FBPF no jornal o Paíz, justificou que por ele ser presidente da referida Comissão, não podia votar a favor das mulheres³⁸⁴, dando a entender que o referido senador era favorável ao voto feminino, mas por sua atribuição na Comissão, não podia manifestar seu apoio. Silvério Nery era um político muito respeitado e prestigiado na política amazonense quer como governador

³⁸³ No Rio Grande do Norte, a 05 de abril de 1928, ocorreu eleição para vaga no Senado, deixada vaga por Juvenal Lamartine, que havia sido eleito para governador do Estado. As mulheres que se alistaram até 60 dias antes das eleições puderam votar. No entanto, os votos femininos contabilizados foram cassados pela Comissão de Poderes do Congresso Nacional. Segundo essa Comissão, as mulheres não poderiam votar nas eleições federais, pois a concessão do direito ainda estava em discussão naquela casa. Segundo o Senado, o direito de voto das potiguares se restringia às eleições para as Câmaras Municipais e Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

³⁸⁴ **O Paiz** (RJ), 21 de outubro de 1928. Ed. 16072, p. 11. Nenhuma outra fonte consultada permitiu obter uma análise mais completa sobre a questão.

de sua terra ou como seu representante na câmara estadual e federal, considerado pela imprensa e por muitos dos seus pares como um político de “alevantado critério com que orienta seus atos, visando unicamente a prosperidade do Amazonas e do Brasil”³⁸⁵.

IMAGEM -13
Silvério Nery, s/d



Fonte: issuu.com/bibliovirtualesec

O Senador Aristides Rocha, parlamentar culto e operoso, com invejável folha de serviços prestados ao país³⁸⁶, que honrava não somente o Amazonas, mas o Brasil³⁸⁷, era bem presente nas páginas dos jornais, ora como destaque por sua “singular inteligência,

³⁸⁵ **A Capital** (AM), 08 de outubro de 1917. Ed. 00084, p. 1.

³⁸⁶ **O Paiz** (RJ), 09 de agosto de 1929. Ed. 16364, p.5

³⁸⁷ **O Paiz** (RJ), 03 de setembro de 1927. Ed. 15658, p. 6

atividade e clarividência, de vastos subsídios de cultura e abalizado saber de jurisconsulto”³⁸⁸, alguém com “espírito lúcido e oratória notável”³⁸⁹, ora como vítima de chacotas e ironias pela imprensa mais conservadora que criticava as lutas femininas e quem a elas apoiasse. Por sua postura declaradamente favorável ao sufrágio feminino, o senador Aristides Rocha não passou despercebido. Ou seja, por mais respeitado e reconhecido que fosse na seara política, quando se juntava na defesa do voto feminino, virava motivo de perseguição implacável, atacado por palavras como “oportunista”. No enxerto abaixo, a nota tendenciosa de O Malho, leva o leitor a acreditar que o referido senador objetivava tirar algum proveito do apoio concedido à causa sufragista.

A propósito de saias... quando se discutia, o ano passado, o projeto sobre o voto feminino, o sr Aristides Rocha – dizem – confidenciou a uns colegas:

Eu ei de tirar um proveito qualquer dessa coisa de sufragismo.³⁹⁰

Em outro exemplo, a atitude de Aristides Rocha e dos opositores do voto é comparada e usada como pretexto para “explicar” sobre a estratégia de convencimento usada pelas sufragistas da FBPF para conseguir voto favorável entre os parlamentares. Vejamos:

O Srs Tomaz Rodrigues e Cunha Machado, que se recusaram a assignar o parecer do Sr Aristides Rocha estendendo às mulheres o direito de voto, tem sido procurado pelas sufragistas, que não se cansam de lhes pedir, com aquela força irresistível tão própria do sexo fraco, que pelo menos, não criem embaraços a passagem do processo.

Vendo o Sr Cunha Machado rodeado por um lindo grupo de sufragistas, que o apertavam para arrancar-lhe o voto favorável, queixava-se o Sr Aristides Rocha atirado no fundo de um sofá:

- Ora bolas! Afinal, eu nada adiantei com a minha atitude em favor das sufragistas. Todas as suas atenções voltam-se apenas para os que combatem as suas pretensões. Para mim, autor do parecer vencedor na comissão, elas não tem nem um olhar. Se eu soubesse que era assim, teria votado contra.³⁹¹

³⁸⁸ O Paiz (RJ), 03 de setembro de 1927. Ed. 15658, p. 6.

³⁸⁹ O Paiz (RJ), 30/12/1927, Ed. 15776, p.5

³⁹⁰ O Malho (RJ), ed. 1342 02/06/1928, p. 52.

³⁹¹ O Voto Feminino. O Malho (RJ) ed. 1315, 26/11/1927, p. 59.

IMAGEM - 14
Senador Aristides Rocha, 1929.



Fonte: O Malho (RJ) 05/10/1929

De certa forma, o senador conquistou a simpatia e o respeito feminino, o que por vezes foi fundamental para a sua “defesa” quando este se viu atacado por seus opositores e pela imprensa. O exemplo abaixo, publicação da sessão *Feminismo*, mantido pela FBPF no jornal *O País*, ilustra a nossa assertiva dos ataques e da defesa feminina.

Visado de um modo descortês e violento pela imprensa que não mede palavras nem atitudes [...] o senador Aristides Rocha pela sua larga cultura e larga folha de serviços à república, nos seus momentos mais difíceis, está muito a salvo das invectivas apaixonadas dos seus gratuitos inimigos³⁹²

De fato, assim como ocorreu a Aristides Rocha, muitos outros parlamentares que davam apoio ao sufrágio, mas também na defesa por outros direitos femininos,

³⁹² *O País* (RJ), 17/06/1928, ed. 15946 p.3

enfrentaram duras críticas e viraram alvo fácil de seus opositores, fossem eles políticos ou membros da imprensa, mas se mantiveram resistentes e persistentes em sua posição política. A análise das fontes mostrou que eles eram acusados de ter segundas intenções, desejando tomar para si os votos femininos, ampliando ou fortalecendo sua vida política. Em outra publicação, o mesmo jornal consultado - *O Malho* - acusa o senador Lopes Gonçalves, que à época era senador por Sergipe³⁹³, de usar da mesma estratégia política pela qual também acusava o senador Aristides Rocha para se promover com o eleitorado feminino, mas acaba por revelar uma contradição presente na conduta de Gonçalves:

O sr Lopes Gonçalves, parece, quis aproveitar a experiência de seu colega Aristides. Favorável ao sufrágio feminino, em tese, fez restrições e votou contra a contagem de votos das eleitoras do Rio Grande do Norte.³⁹⁴

Portanto, Lopes Gonçalves, assim como Aristides Rocha, era alvo antigo e implacável dessa imprensa que manifestava sua oposição às questões feministas, especialmente a “mistura de saias e urnas”³⁹⁵.

A contradição em questão é o fato de Lopes Gonçalves, sendo defensor do voto feminino no Senado, ter votado contra a validação dos votos femininos recebidos pelo senador eleito do Rio Grande do Norte, José Augusto Medeiros, debatidos e excluídos pela Comissão de Poderes do Senado, em maio de 1928, quando as potiguares já haviam conquistado direitos políticos. Essa contradição também foi apontada por Mariana Coelho³⁹⁶, conforme nos informa Karawejczyk, mas não temos outros argumentos para refutar ou afirmar qualquer outra motivação do voto contrário do senador, que não seja o fato da Comissão de Poderes do Senado ter julgado improcedente a participação feminina nas eleições federais uma vez que o voto feminino ainda estava sendo debatido no

³⁹³ Foi senador pelo Amazonas de 1915 à 1923 e por Sergipe entre 1924 à 1930

³⁹⁴ *O Malho* (RJ), ed. 1342 02/06/1928, p. 52.

³⁹⁵ Expressão usada pelo jornal Correio da Manhã, ed. 09385, 01/09/1925, p.4

³⁹⁶ Mariana Coelho nasceu em 10 de setembro de 1857 em Portugal, mas mudou para Curitiba no ano de 1892. Foi educadora e escritora. Atuou na imprensa paranaense até 1918, publicando artigos sobre a violência e a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Interessada na situação das mulheres e seus avanços, foi formando um arquivo particular com notícias relativas às conquistas femininas nos campos de atuação que lhes eram inéditos. Todo esse material propiciou-lhe escrever, em 1933, o livro *A evolução do feminismo*, um dos primeiros trabalhos de análise e reflexão sobre a trajetória das mulheres brasileiras. Mariana Coelho integrou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e esteve presente nos congressos feministas de 1922, 1933 e 1936, promovidos por essa entidade, como representante do Paraná. BRAZIL, Érico Vital & SCHUMACHER, Schuma (Orgs). **Dicionário mulheres do Brasil**. Op.cit. p. 536.

senado.³⁹⁷ Corrobora essa afirmação o seu discurso proferido em uma das discussões realizadas em plenário, quando ele afirmou que

muitas vezes, em defesa de uma causa ou de uma ideia, os seus defensores ou propagandistas mais decididos e sinceros se encontram em radical divergência quanto ao processo mais eficiente à sua realização. É o que ocorre em relação ao voto feminino.³⁹⁸

Por fim, mesmo com os debates, mobilizações, apoio crescente e com grandes chances de ser aprovado, não houve consenso entre os senadores e o projeto relatado por Aristides Rocha, não encontrou decisão favorável e foi novamente arquivado. No entanto, dado a inexistência dos Anais do Senado do período em questão, não é possível determinar as discussões dos referidos senadores sobre o assunto. Algumas informações puderam ser acessadas apenas pela imprensa.

Nesse contexto, seguindo as pistas oferecidas por Karawejczyk (2013), pode-se também constatar que, semelhante ao que ocorreu após à promulgação da Constituição de 1891, com o precedente aberto pelo Rio Grande do Norte em 1927 e pelas novas discussões no Senado brasileiro entre 1927 e 1928, algumas mulheres requereram o seu alistamento eleitoral nos anos que se seguiram até a lei eleitoral de 1932. Dentre elas, algumas conseguiram junto à juízes eleitorais o deferimento do seu pedido, enquanto outras, tiveram seus pedidos indeferidos³⁹⁹. Muitas dessas tentativas femininas tiveram o auxílio da FBPF que buscava manter contato com as alistandas que tiveram o pedido indeferido de modo a orientá-las de como proceder posteriormente, além de oferecer essa

³⁹⁷ COELHO, Mariana. *A Evolução do Feminismo. Subsídios para a sua história*. 2ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.p. 179. Apud KARAJEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar**. Op. Cit. P. 299

³⁹⁸ **O Paiz** (RJ), 29 de maio de 1928. Ed. 15926-15927, p.9

³⁹⁹ Nossa pesquisa alcançou que em 6 Estados houve deferimentos de processo, autorizando as requerentes ao exercício do voto antes de 1932. São eles: RN, MG, CE, RJ, PE, MA. Algumas referências bibliográficas, incluindo Colling, citam que ocorreram deferimentos em 10 Estados, mas não indicam quais são. No ano de 1928: no Estado de Minas Gerais, a advogada Elvira Komel, Maria Ernestina Carneiro Santiago e Maria de Freitas; Em Formosa (CE) Almerinda Rosa de Magalhães; no município de S. João da Barra (RJ), a enfermeira Francisca Gaya; em Victória de Santo Antão (PE), Martha de Hollanda Cavalcanti. No município de Barra do Corda, (MA), Eulina Queiroz Moreira; disponível respectivamente em: Sentença do Juíz Gentil Nelaton de Moura Rangel. Belo Horizonte, 13 de setembro de 1928. **Fundo da FBPF**. Arquivo Nacional; Escrivão Avenir Gomes dos Santos. Uberabinha, MG, 2 de outubro de 1928. **Fundo da FBPF**. Arquivo Nacional; Sentença do juiz Moacir José de Moraes. Formosa, CE, 10 de novembro de 1928. **Fundo da FBPF**. Sentença do Juiz Luis da Silveira Paiva. S. João da Barra, 20 de setembro de 1928. **Fundo da FBPF**. Arquivo Nacional; *Jornal Pacotilha*, 22.11.1929. In: PACHECO, Maria da Glória Costa. O feminismo “bem comportado”: trajetória de conquista do voto feminino no Maranhão (1900-1934). Revista eletrônica **História, imagem e narrativas** N° 5, ano 3, setembro/2007, p.8. **Jornal do Recife**. Ed. 00167. Pernambuco, 19 de julho de 1928. p.1.

orientação para as que desejavam tentar o alistamento, disponibilizando um escritório advocatício montado no Rio de Janeiro para tratar dessa questão⁴⁰⁰, ou simplesmente a partir da distribuição de “panfletos de propaganda, farto material de natureza jurídica sob a constitucionalidade do voto feminino e da legalidade do alistamento da mulher”⁴⁰¹, como defendido pela FBPF, “graças a interpretação estritamente parcial e jurídica da Constituição Brasileira pela magistratura esclarecida”⁴⁰². Se todas as iniciativas de alistamento feminino que foram deferidas nesse período em questão, sob argumentos do atendimento das exigências estabelecidas por lei e pela própria interpretação da Constituição de 1891, estavam atreladas à FBPF não há como afirmar no momento, no entanto, é essencial dizer que essas conquistas mostravam a força que o movimento sufragista alcançava o desejo sempre latente de mulheres por participar da política.

Após essas discussões e votações no senado brasileiro no final da década de 1920, a preocupação com os novos tempos políticos com a chegada de Vargas ao poder pelo golpe de 1930, refletia bastante na questão do voto. O novo governo se mostrou disposto a fazer uma reforma na lei eleitoral do país e por conseguinte atender as reivindicações das sufragistas e instituir o voto feminino. Não era segredo que Vargas flertava com o sufragismo, defendendo que “o país estava preparado para o acolhimento dessas ideias, visto que elas não contrariavam a tradição da família brasileira”⁴⁰³.

A possibilidade da ampliação eminente de direitos políticos às mulheres no início da Era Vargas sacudiu mais uma vez a sociedade brasileira, repercutiu intensamente na imprensa, nas esferas de poder, despertou esperança e ânimo entre os partidários da ideia - especialmente as feministas da FBPF que, de forma intensa há anos trabalhava nessa causa⁴⁰⁴-, mas também reforçou a oposição dos ferrenhos combatentes, que não pouparam críticas vociferadas e muitas vezes, pejorativas, ao voto feminino, aos políticos que apoiavam a concessão desse direito e muito menos ao governo Vargas. Vejamos abaixo exemplos dessas críticas encontrados na imprensa do período.

⁴⁰⁰ KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar**. Op. Cit. p. 297.

⁴⁰¹ Carta de Hermelinda Paes à Bertha Lutz. Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1930. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Hermelinda tentou o alistamento na Bahia e teve o pedido indeferido.

⁴⁰² **O Paiz (RJ)**, 21/10/1928, ed. 16072, p.11.

⁴⁰³ MARQUES, Teresa. **O Voto Feminino**. Op. Cit. p. 103

⁴⁰⁴ Aproveitando esse período de mudanças e de novas possibilidades políticas, a FBPF realizou o II Congresso Feminista, ocorrido no Rio de Janeiro no mês de junho de 1931, fato que movimentou o país e contou com a participação de diversas representantes dos estados e de alguns países.

Caiu a primeira república, estamos em véspera da segunda... entrementes, vamos vivendo em Ditadura. A reforma eleitoral já está em elaboração. Tudo mudará, dizem, porque mudará o processo de votar. Deus permita, dizemos nós... o diabo é que Eva vai entrar no brinquedo e onde ela aparece surge o perigo.⁴⁰⁵

(...)

Há no entanto, aspectos verdadeiramente encantadores na nova ordem das coisas. Como não deve ser bom conquistar uma tribuna na Câmara, graças ao voto feminino! Ser candidato de mulheres, principalmente se elas forem bonitas! Cultivar um eleitorado de saias curtas e chapéus tricornes!⁴⁰⁶

No entanto, como entendido por representantes da FBPF, a instituição do voto feminino era algo “lógico”, já que um governo que promoveu uma revolução liberalista “para alcançar o poder não poderia sem contradição flagrante, negar a extensão do direito de voto à metade feminina do povo brasileiro”⁴⁰⁷, além do mais, era o “reconhecimento de um direito implicitamente concedido pela Constituição de 24 de fevereiro (1891)”⁴⁰⁸.

Finalmente após grandes debates, de intensa e longa campanha nacional que durou mais de quatro décadas, o direito de votar e de serem votadas (o *jus suffragii* e o *jus honorum*) finalmente foi estendido às mulheres em todo o país⁴⁰⁹, através do Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932⁴¹⁰. Foi assinado pelo presidente Getúlio Vargas, mas reflete uma conquista das feministas, políticos e sociedade em geral, partidários do sufrágio feminino. O supracitado código determinou que era eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma do código⁴¹¹ e sem as restrições que estavam previstas no pré-projeto⁴¹². No entanto, tornou facultativo o voto feminino, “talvez por considerarem que as brasileiras não iriam mesmo se interessar em participar das lides eleitorais”, como analisou Karawejczyk.⁴¹³

⁴⁰⁵ **O Malho**, RJ, ed. 1501, 26 de setembro de 1931 p. 54.

⁴⁰⁶ *Idem*.

⁴⁰⁷ BASTOS, Orminda. **Diário da Noite** (RJ), 21 de março de 1931. Ed. 00441, p.4.

⁴⁰⁸ *Idem*, *ibidem*.

⁴⁰⁹ O Brasil foi o quarto país no continente americano a garantir o direito de voto às mulheres, após o Canadá em 1919, os Estados Unidos em 1920 e o Equador em 1929. Ver anexo 3

⁴¹⁰ Além do Voto feminino, o código de 1932 também instituiu o voto secreto e a criação da Justiça eleitoral.

⁴¹¹ Texto contido no artigo 2º do Decreto.

⁴¹² A saber: pretendia estabelecer o voto às mulheres casadas com autorização do marido e às solteiras ou viúvas que tivessem renda própria.

⁴¹³ KARAWEJCZYK, Mônica. **A mulher deve votar?** Op. Cit. p.225

Capítulo 4

Eleitoras e elegíveis: o protagonismo feminino na política dos anos 1930

*O voto é ainda a única arma eficiente de que poderemos dispor nas justas reivindicações do pensamento moderno.*⁴¹⁴

O decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, estabeleceu o novo código eleitoral do Brasil e determinou entre outras coisas, que seria eleitor todo cidadão brasileiro maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste código. O decreto representou a conquista do direito pelo qual as brasileiras lutavam desde o final do século XIX e permitiu que outros avanços femininos fossem modificando as suas realidades por todo o século XX. Com essa conquista iniciava-se um novo momento na luta feminina por direitos políticos.

4.1 Mobilização, luta e alistamento eleitoral pós 1932: “o caminho mais seguro para as futuras reclamações”⁴¹⁵

As sufragistas, especialmente aquelas vinculadas à FBPF “não consideravam a obtenção dos direitos políticos um fim, mas um meio das mulheres realizarem as suas aspirações e tornarem efetivas a sua participação nos negócios públicos”⁴¹⁶, portanto, é conclusivo compreender que a luta sufragista brasileira não se encerrou com a conquista do voto feminino em 1932. Ao contrário, nesse novo momento, o grande desafio das sufragistas, dentre as quais as líderes das Federações, foi convencer as mulheres da importância de seu alistamento eleitoral e participação nas eleições para validar a conquista do voto, nesse sentido, não só como eleitoras, mas também candidatando-se aos

⁴¹⁴ **Correio da manhã** (RJ). Ed. 12178, 8 de agosto de 1934, p. 2.

⁴¹⁵ Frase expressa em artigo sobre alistamento eleitoral no jornal **Correio da manhã** (RJ). Ed. 12178, 8 de agosto de 1934, p. 2

⁴¹⁶ 7º finalidade da FBPF. **Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. nº 3, dezembro de 1934, p. 2.

cargos políticos, já para as eleições que ocorreriam no ano seguinte, 1933, que escolheria os candidatos que comporiam a Assembleia Nacional Constituinte.

O “convencimento” fazia-se necessário devido o alistamento eleitoral e o voto feminino ter sido decretado facultativo ao ser instituído pelo código eleitoral de 1932, e porque as campanhas contrárias à participação política feminina ainda persistiam em muitos grupos da sociedade brasileira.

Além do mais, era necessário valorizar a conquista, não só para as próprias mulheres, mas para a sociedade como um todo, interessava poder votar e ser votada, interessava transpor barreiras, conquistar representatividade nas Tribunas e continuar lutando por mais direitos e igualdade para as mulheres. Portanto, mesmo com a conquista do direito ao sufrágio feminino, as mobilizações e lutas das mulheres continuaram para garantir que esse direito fosse ratificado na nova Constituição que seria elaborada.

Como afirmado anteriormente, após a conquista do sufrágio pelas mulheres as ações das sufragistas se concentraram em mobilizar e fortalecer o alistamento eleitoral feminino para fazer valer o direito conquistado. Nesse sentido, destaca-se mais uma vez o papel desempenhado pela FBPF e por suas filiais estaduais por promover ações que objetivavam a politização feminina por meio de palestras e conferência e dinamizar postos para o alistamento, onde inclusive ofereciam ajuda com a documentação e suporte para esclarecer dúvidas quanto ao processo. Além do mais, era objetivo das sufragistas lançar candidatas para concorrer aos cargos políticos nas próximas eleições. Para intensificar o trabalho nessas frentes, a FBPF fundou em 21 de março de 1933, no Rio de Janeiro, a Liga Eleitoral Independente (LEI).⁴¹⁷

Seguindo esse propósito, foi de interesse da FAPF fundar em Manaus uma Liga Eleitoral independente, aos moldes da que foi criada pela FBPF no Rio de Janeiro, já que Chevalier pediu de Bertha Lutz “explicações pormenorizadas”⁴¹⁸ para compreender o que deveria ser feito. Entretanto, algum tempo depois a FAPF justificou a impossibilidade da fundação dessa associação em Manaus “porque os elementos que dispunha a Federação Amazonense, ainda não eram suficientes” para levar a efeito estes planos”, mas que por

⁴¹⁷ A LEI funcionava na mesma sede da FBPF e sua diretoria era composta por: Gerogina Barbosa, Beatriz Pontes, Bertha Lutz, Maria Eugenia Celso, Carmem Portinho, Ormind Bastos e Carmem Carvalho. Correio da Manhã (RJ), ed. 11747, 22 de março de 1933. P.3.

⁴¹⁸ Carta da FAPF para a FBPF. **Manaus, 26 de setembro de 1934**. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional.

ser um assunto de muitas relevância, a FAPF continuava avaliando a possibilidade⁴¹⁹. Contudo, conforme constatado na pesquisa, mesmo nos anos posteriores, a então deputada Maria de Miranda Leão ainda insistia na fundação da LEI, pedindo ou cobrando, por diversas vezes, Bertha Lutz e a FBPF por orientações de como proceder nessa fundação, da qual inclusive ela desejava ser presidente: “acho bem você mandar instruções sobre a nossa LEI e a minha nomeação para presidente”⁴²⁰. Vale ressaltar que Maria fala da LEI sem destacar vínculos com a FAPF: “nada sei da Federação aqui, nem mesmo se já fundaram a LEI”⁴²¹. É possível que diante da dificuldade que a FAPF encontrava para organizar a Liga eleitoral no estado, Maria tenha desejado tomar a frente na fundação da entidade e, semelhante ao que já fazia na LEC (Liga Eleitoral Católica), promover o alistamento eleitoral, especialmente o feminino, a educação política e se beneficiar dos resultados, pois ampliava a sua visibilidade. No entanto, a pesquisa apurou que o projeto da LEI não saiu dos planos a tempo do início do Estado Novo.

É importante destacar que nos anos que sucederam a publicação do código eleitoral de 1932, marcados pelas eleições de 1933 e 1934, para a Constituinte Federal e para as Estaduais, respectivamente, o Brasil testemunhou um amplo movimento de alistamento eleitoral de mulheres⁴²² que envolveu não só as associações femininas, como também alguns partidos políticos por todo o país. “Quem tiver opiniões políticas deve votar – para ter a expressão feminina do seu pensamento político pelas urnas, é preliminar indispensável alistar-se eleitor”, era o que a FBPF propagava na imprensa nesse momento.⁴²³ A FBPF também se preocupou em ensinar os eleitores, alistados por ela, a votar. Diariamente, ofereciam em sua sede, demonstrações práticas de modo de votar conforme exigido pelo Código eleitoral⁴²⁴. A campanha por alistamento e participação política da FBPF foi propagado por suas filiais que se empenharam em dar visibilidade à

⁴¹⁹ **Carta da FAPF para FBPF.** s/d. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Referência Q0.ADM,COR.A937.22, p.3

⁴²⁰ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz.** Manaus, 25 de Maio de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.1.

⁴²¹ Idem, ibidem.

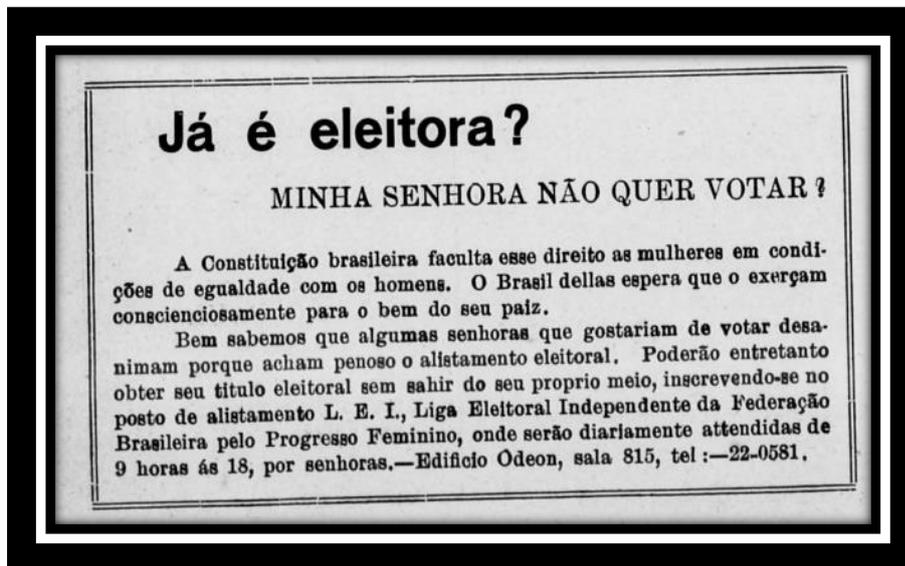
⁴²² A pesquisa nas fontes, revelou dois dados interessante: o primeiro, refere-se a eleitora mais velha a se alistar no Brasil no ano de 1933: a mineira Amélia de Magalhães Pacheco, na ocasião com 86 anos. **O Jornal.** ed, 751. Manaus, 25 de março de 1933, p.4. O segundo dado é que o Superior Tribunal Eleitoral, determinou que as irmãs de caridade não podiam ser eleitoras. No entanto, aquelas que já estavam inscritas, poderiam votar enquanto seus registros não fossem cancelados. **O Jornal.** ed, 756. Manaus, 31 de março de 1933, p.1. Deve-se frisar que o Código eleitoral não fazia menção sobre essa proibição.

⁴²³ **A noite** (RJ). Edição 07596, 16 de janeiro de 1933.

⁴²⁴ **Correio da manhã** (RJ) Edição 11781, 30 de abril de 1933, p. 3

campanha nos estados. Na imagem abaixo, exemplo de publicação da FBPF veiculada na imprensa.

IMAGEM - 15
Anúncio de alistamento eleitoral



Fonte: Boletim da FBPF. Agosto de 1936 - Fundo da Federação amazonense- Arquivo nacional

Por meio de jornais femininos, jornais diários, jornais de partidos políticos entre outros, chamou-se atenção ao alistamento feminino e objetivou-se a politização de suas eleitoras. Mais do que o “convencimento” para torna-se eleitora, era necessário instruir da importância que o voto implicava para a construção de uma cidadania plena a qual as mulheres tinham direito.

De fato, com as mobilizações e campanhas feita pelas sufragistas por meio da imprensa, os resultados foram muito satisfatórios no “movimento ansioso de alistamento feminino”⁴²⁵, animando quem lutou e continuava lutando por isso. Assim, ponderava-se que as mulheres “cumprindo o maior dos seus direitos, saberão (saberiam) cumprir o maior de todos os seus deveres: o dever de votar.”⁴²⁶

[...] cõncias do seu novo dever, tão justamente conquistado em nossos dias, num direito inegável de cidadania, habilitam-se para as próximas eleições, procurando assim satisfazer aos seus sentimentos civis e patrióticos [...]

⁴²⁵ Céu da Camara. “O dever de votar”. *Revista Ilustrada Brasil Feminino* (RJ) nº 10, Fev/Mar de 1933.

⁴²⁶ Idem

Felizmente que as brasileiras, fugindo ao egoísmo involuntário de nossas avós algemadas a preconceitos inconcebíveis, correm a alistar-se e irão serenamente, voluntariamente, confiantemente, ante as urnas eleitorais levar, como um grito de reivindicação, de gratidão e felicidade patriótica, a prova máxima do seu valor intelectual, a contribuição imprescindível do seu valoroso esforço, na simplicidade grandiosa de suas aspirações, concretizadas em uma cédula, a –consciência de si mesmo- na singeleza cívica de um voto. “Só pesa a opinião de quem vota”.⁴²⁷

Algo que se destacava era que o alistamento bem como a participação nas eleições não afetaria as atividades e papéis femininos de mãe, dona de casa e esposa. Para além de uma estratégia usada para o convencimento, tratava-se de fato do pensamento da maioria dos defensores do voto feminino. As palavras da sufragista carioca Céu da Camara traduzem bem a assertiva pois mulheres que tomam conta da família, que orientam e formam os homens de amanhã não podiam ficar de fora das decisões políticas do país por exclusão de seu sexo

[...] por quem com dignidade sabe orientar e governar um lar e, sem dúvida, bastante competente também para eleger, votando aqueles que igualmente governem os destinos de seu país. [...]⁴²⁸

Estava claro que quanto maior fosse o número de mulheres eleitoras no Brasil, maiores seriam as possibilidades de suas conquistas, por isso as campanhas para reforçar a importância de exercer o direito de participação política via alistamento eleitoral, em benefício da democracia.

É indispensável que não esmoreça o entusiasmo pelo alistamento eleitoral feminino. **O voto é ainda a única arma eficiente de que poderemos dispor nas justas reivindicações do pensamento moderno.**

A batalha feminista haveria de começar, necessariamente, pela conquista do direito político das mulheres. Não foi fácil obtê-lo. Deu-o a Revolução [...] Mas é bem evidente que o direito político nada vale, se não é exercido em sua plenitude. A mulher não pode considerar sua tarefa concluída. **O alistamento eleitoral é o caminho mais seguro para as futuras reclamações.**⁴²⁹

⁴²⁷ Céu da Camara. “O dever de votar”. *Revista Ilustrada Brasil Feminino* (RJ) nº 10, Fev/Mar de 1933.

⁴²⁸ *Idem*, *ibidem*.

⁴²⁹ COSTA REGO. “mulheres para as eleições”. *Correio da manhã* (RJ). Ed, 12178, 8 de agosto de 1934, p. 2. grifos nossos.

Durante esse período foi constante nas páginas dos periódicos brasileiros a divulgação do cotidiano do movimento de alistamento eleitoral feminino bem como dados numéricos em crescente pelas cidades e Estados. O Rio de Janeiro era o termômetro e a fonte de inspiração para as “leaders” do movimento pró alistamento feminino em todo o país, que acreditavam que nas futuras eleições, os números seriam cada vez maiores.⁴³⁰

Mesmo assim, havia certo desconforto em relação às mulheres que não valorizavam a conquista de seus direitos políticos e também aos homens que influenciavam negativamente essas mulheres valendo-se de suas prerrogativas paternas ou maritais. Esse fato traduz bem a situação descrita na fala da líder feminista Maria Eugênia Celso, durante uma conferência sobre voto feminino, realizada no Rio de Janeiro antes do pleito de 1933⁴³¹. Para ela, a barreira do não alistamento feminino justificava-se pela “resistência de preconceito, de não entendimento, de comodismo, de ‘meu marido não quer’”⁴³². Segundo ela,

o voto feminino ainda não se ambientou de todo em nosso meio. Aqui mesmo, onde é maior o número de feministas e onde se tem melhor compreensão do problema, o interesse da mulher pelo título de eleitor é muito insignificante ainda. Inúmeras senhoras têm-se negado a alistar, alegando que a função mais honrosa da mulher é o governo do lar. E como essa função requer cuidados especiais, o tempo é muito escasso para uma dona de casa exercer os direitos políticos que a lei lhe assegura. Apesar disso é bem animador o número de senhoras cariocas que se estão alistando⁴³³

4.2 alistamento eleitoral feminino no Amazonas

Como mencionado anteriormente, muitas mulheres requisaram seu alistamento eleitoral nos primeiros anos do século XX, sendo indeferidos. Isso continuou por toda

⁴³⁰ **Jornal do Commercio** (RJ) 20 de janeiro de 1933. Edição 00017. p.1. As notícias também eram animadoras em outras partes do Brasil. No Pará, por exemplo, os dados de abril de 1933, indicavam que o “alistamento eleitoral feminino foi além da proporção de 10, para 33%, que se acreditava ser o esperado para o momento. Dos 11.267 eleitores inscritos, 1.164 eram mulheres. **Jornal do Commercio** (RJ) 22 de abril de 1933. Edição 00095. p. 4

⁴³¹ O Rio de Janeiro, principal centro do movimento sufragista, apresentou o índice de cerca de 15% de alistadas do total de alistamento, em janeiro de 1933 para a eleição de 1933. HAHNER, June. **Emancipação do sexo feminino**. Op. Cit, p. 351.

⁴³² **Diário da Noite** (RJ) Edição 00869, 01 de Março de 1933.

⁴³³ Idem, ibidem.

década de 1920 e até a conquista definitiva do direito de voto em 1932.

No Amazonas, a pesquisa possibilitou chegar somente ao nome de Constância Teixeira Guedes⁴³⁴, como primeira tentativa de alistamento eleitoral antes do código de 1932. Ao que tudo indica, ela foi a primeira mulher a conseguir o feito no Estado, em fevereiro de 1930. O alistamento foi deferido sob autorização do juiz Arnaldo Carpinteiro Peres, da Comarca de Urbanópolis, atual município de Canutama⁴³⁵. Natural de referido município, Constância Guedes era filha do coletor de tributos estaduais Antônio Joaquim Guedes. O seu alistamento eleitoral é desconhecido na historiografia local, assim como a própria figura de Constância, não tendo sido encontrado referências sobre ela nas fontes locais consultadas, especialmente na imprensa, embora a informação tenha sido noticiada em alguns jornais pelo país, conforme alcançada pela pesquisa, a partir da consulta realizada na hemeroteca digital. Noticiaram o fato os seguintes periódicos: Diário de Pernambuco (PE), jornal O Paiz (RJ), jornal Correio Paulistano (SP), que chamou de “regalia” a conquista da jovem, e Correio da Manhã (RJ)⁴³⁶. Sobre o importante fato, escreveu o Correio da Manhã que a conquista no Amazonas não podia deixar de ser “alvissareira para o feminismo” e somava-se aos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Paraná, onde já existiam eleitoras⁴³⁷. O fato anunciado, da conquista de voto feminino nesses Estados antes de ser estabelecido o código eleitoral em 1932, eram impulsionadores para novos desdobramentos da luta sufragista no Brasil, pois motivava as mulheres requererem via justiça o seu direito ao voto e agitava as discussões tanto na sociedade, imprensa, como na política brasileira.

O jornal A Razão (CE) de 15 de março de 1930, publicou o alistamento de Constância como se ela fosse a primeira eleitora do Estado do Pará. A pesquisa, no entanto, não permitiu saber se ela se alistou nos dois estados ou se foi um erro de publicação do referido jornal sobre a localidade. Alguns meses depois, outras notas de jornais informaram que a Junta Eleitoral de Recursos do Amazonas mandou excluir do

⁴³⁴ Em algumas fontes a grafia do nome aparece como “Constança”.

⁴³⁵ O município de Canutama tem sua origem a partir da aldeia do Arimã, por volta de 1852. Em 1928, por meio da lei nº 1374, de 4 de janeiro, constituído em Vila com o nome de Urbanópolis. A sede do Município retorna para Canutama em 1930, pelo ato nº 29, de 14 de novembro. Sua elevação à condição de cidade, ocorreu via decreto-lei estadual nº 69, de 31 de março de 1938. A cidade de Canutama está localizada à margem esquerda do Rio Purus, a uma distância de Manaus de 535 km em linha reta e 1.320 km por via fluvial. **Jornal do Comercio** (AM), 02 de janeiro de 2005.

⁴³⁶ Diário de Pernambuco (PE), 15 de março de 1930; Correio da Manhã (RJ) 18 de março de 1930; Correio Paulistano (SP) 18 de março de 1930; O Paiz (RJ) 09 de maio de 1930.

⁴³⁷ **Correio da Manhã** (RJ) 18 de março de 1930, p. 4.

alistamento o nome de Constância, fundamentando a sua decisão e “invocando como argumento principal que o direito do voto não pode ser extensivo senão em virtude da legislação expressa interpretativa do dispositivo constitucional”⁴³⁸.

Portanto, a experiência vivida por Constância Guedes serve para revelarmos na historiografia que o Amazonas, assim como outros Estados, também conta com essa iniciativa feminina isolada de conquistar o direito de voto antes do código eleitoral de 1932. Reitero que algumas dessas iniciativas foram deferidas e as requerentes consideradas aptas para as lides eleitorais e, em outros, as tentativas femininas não alcançaram o objetivo proposto à priori, como no caso amazonense. No entanto, como definido pelo jornal *Correio da Manhã*, essas iniciativas alvissareiras, enchiam de ânimo e exemplos para as demais mulheres desejosas em fazer parte do mundo político.⁴³⁹

Em setembro de 1931, a *Revista Garota*⁴⁴⁰ trouxe na capa uma charge representando uma eleitora aos moldes do que as revistas de outros estados brasileiros costumavam publicar. Características masculinizadas como as expressões faciais, o uso de indumentárias masculinas como chapéu, cigarro nas mãos. Uma crítica às mulheres que desejavam conquistar direitos até então privilégios dos homens.

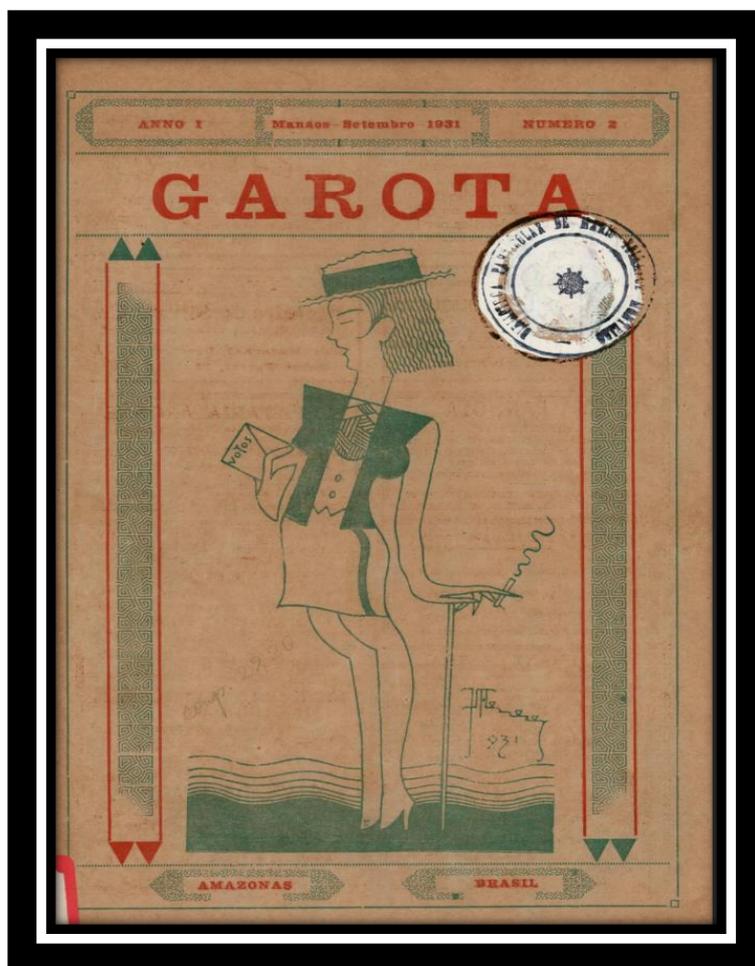
IMAGEM - 16

Capa da Revista Garota, 1931

⁴³⁸ O Estado (SC) 9 de julho de 1930. A nota foi reproduzida no *Jornal do Commercio* (RJ), ed. 00161, de 08 de julho de 1930, sob o título “uma decisão contrária ao direito feminino de voto” e na **Revista Ilustrada Excelsior**, do RJ, na edição nº31, de agosto de 1930, sob o título de “Em Manaus os homens estão bravos...”.

⁴³⁹ *Correio da Manhã* (RJ) 18 de março de 1930, p. 4.

⁴⁴⁰ A *Revista Garota* surgiu em Manaus em agosto de 1931, de propriedade do acadêmico Lúcio Fiuza. Uma revista pequena, impressa, ilustrada com uma média de 15-16 páginas. A pesquisa localizou 4 números da referida revista, sendo o último em março de 1932. A capa das 4 edições trazem desenhos de mulheres destacando algum elemento masculino.



Fonte: Revista Garota. Nº 02, Manaus, setembro de 1931.

Embora as páginas da Revista, não tenham trazido nenhum debate acerca do tema, mesmo assim, fica evidente que a capa propõe essa reflexão para críticas negativas, já que o desejo por direitos políticos femininos no Estado parece ter ficado mais perceptível a partir da experiência de Constância Guedes. Tal análise se dá a partir da compreensão do que a própria revista apresentava. Embora tenha se apresentado em seu editorial de lançamento como uma revista poética e propagadora dos ideais modernos deixa transparecer as críticas à mulher que se apresentava nos anos 1930:

A mulher não mais precisará do auxílio dos homens. Vestirá igual a ele e assim trabalhará no comercio, no escritório, no exército, no senado...

Deixa o recato do lar para se deformar no peso do trabalho másculo. [...] o sentimento de delicadeza, inato da mulher, os moldes imitadores das vênus, as vestimentas finíssimas daquelas épocas, o símbolo das flores, tudo desapareceu. Tudo ardeu na fogueira dos tempos. Hoje o tempo coloca nos lábios exageradamente pintados das mulheres, o

cigarro venoso.⁴⁴¹

O primeiro alistamento eleitoral após a criação da Justiça Eleitoral, através do Código de 1932, teve início tardiamente no Amazonas em relação a outros estados brasileiros. Ressalta-se que muito mais do que o interesse ou não em participar das eleições pelos novos grupos alcançados pelo código de 1932, havia as barreiras que dificultavam as condições para esse alistamento ocorrer. A Justiça Eleitoral do Estado enfrentou muitas adversidades para atender a população tanto da capital, como principalmente do interior do estado. Entre as adversidades pode-se mencionar a carência dos recursos, a imensidade e adversidade do território que dificultava o acesso dos meios e das pessoas, incluindo o atraso na chegada dos modelos padronizados e os livros de alistamento e a ausência de funcionários especializados para o serviço de identificação⁴⁴², e até mesmo ausência de juízes eleitorais nas comarcas⁴⁴³. Essas dificuldades atrasaram o início do alistamento e foi destaque na imprensa local que culpava o governo estadual por ter criado “sérios e intransponíveis obstáculos” e cobrava por solução para o início do alistamento⁴⁴⁴.

IMAGEM – 17

Modelo de título eleitoral na década de 1930 – Humaitá, Amazonas
Eleitora: Cândida Carlista Guimarães

⁴⁴¹ **Garota**. ed. 1. Manaus, agosto de 1931. P.2

⁴⁴² As dificuldades para o alistamento no Amazonas. **Diário de Pernambuco**, ed. 00259 23 de novembro de 1932. As mesmas informações já haviam sido veiculadas nos periódicos: **Jornal do Brasil** (RJ), ed. 00268, 10 de novembro de 1932 e no jornal **O Estado** (SC) ed.05745, de 18 de novembro de 1932

⁴⁴³ **Jornal do Commercio (AM)**, ed. 09789. Manaus, 06 de novembro de 1932. p.1.

⁴⁴⁴ *Idem*.

O processo de alistamento eleitoral ocorria em três fases: qualificação, inscrição e expedição de título. A primeira fase, de qualificação, ocorreu *ex-officio*⁴⁴⁶, tanto na cidade como no interior, ou seja, obedecendo à lei publicada no Código Eleitoral de 1932. Já a segunda fase, de inscrição, foi ainda mais difícil de ser realizada, tanto na capital quanto no interior do Estado, posto que a maioria dos cidadãos não possuíam condições financeiras para cumprir a exigência das três fotografias, três por quatro, exigidas nessa etapa⁴⁴⁷.

cumprir a exigência das fotografias foi um dos maiores entraves enfrentados pela Justiça Eleitoral do Amazonas. Além da falta de papel fotográfico e de fotógrafo para a execução do serviço, a população sofria de uma severa crise econômica, lutando para garantir a própria subsistência, tanto que se recusava a pagar a quantia de 8\$000 (oito mil réis) pela fotografia exigida para o documento eleitoral.⁴⁴⁸

Igualmente como correu em outros Estados brasileiros, aqui no Amazonas a imprensa também foi instrumento usado para conclamar as representantes do sexo feminino, aptas pela legislação a votar no pleito que se aproximava, para “fazer valer seus direitos, alistando-se como eleitora e trabalhando para a elevação dos seus ideais e reivindicação dos seus direitos de cidadã”. Intitulado “À mulher amazonense”, o jornal Brasil Novo, órgão do Núcleo 3 de outubro⁴⁴⁹, sessão Amazonas, conclamou:

Companheiras: sejamos unidos nessa jornada e trabalhemos para que sejam eleitos representantes dignos. Há um compromisso moral dos filhos desta terra para com o maior dos amazonenses vivos. Iniciai o exercício do vosso direito político, com mais essa lição de civismo ao abastardamento de muitos homens. O núcleo 3 de outubro auxiliará a mulher no desempenho dessa elevada missão.⁴⁵⁰

⁴⁴⁶ Pelo código eleitoral de 1932, constavam dois tipos de qualificação: a *ex officio* e a por iniciativa própria do cidadão. Para a qualificação *ex officio*, habilitavam-se magistrados, militares, servidores públicos efetivos, professores, profissionais liberais de grau superior, comerciantes, desde que com empresa registrada, e reservistas. Ou seja, os chefes das repartições federais, estaduais e municipais estavam obrigados a enviar, aos cartórios eleitorais, a relação dos seus funcionários, para efeitos de inscrição eleitoral. Brasil. Código Eleitoral. Decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.

⁴⁴⁷ BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (AM). **Atos e Fatos do TRE/AM em sua primeira fase: 1932 a 1937**. Manaus: SEBIB/CORE/SJ, 2020. p.99. Pela primeira vez, solicitaram-se aos alistandos fotos de três por quatro centímetros para a inscrição – no título, figuraria também a impressão digital. Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Títulos eleitorais: 1881-2008. – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2009. (Série apontamentos; n. 2)

⁴⁴⁸ BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (AM). **Atos e Fatos do TRE/AM em sua primeira fase: 1932 a 1937**. Op. Cit. p.99.

⁴⁴⁹ Grupo criado pelos tenentistas e que pregava essa mesma ideologia.

⁴⁵⁰ **Brasil Novo**. Órgão Oficial do Núcleo 3 de outubro do Amazonas. Manaus. 12 de outubro de 1932. Acervo Biblioteca Arthur Reis.

A primeira informação de qualificação *ex-officio* eleitoral feminina em Manaus alcançada por essa pesquisa por meio das fontes jornalísticas, é o da Sra. Maria de Queiroz Ramos, amanuense da diretoria da Secretaria Geral, sendo o único nome feminino numa lista de 14 eleitores divulgados pelo Tribunal Regional Eleitoral por meio do Jornal do Comércio (AM) do dia 12 de novembro de 1932⁴⁵¹.

IMAGEM - 18
Qualificação Ex-officio da sra Maria Queiroz Ramos



Fonte: **Jornal do Comercio (AM)**, 12 de novembro de 1932, p.1

⁴⁵¹ **Jornal do Comercio (AM)**, Ed. 09794, 12 de novembro de 1932, p.1

Em outra postagem do mesmo Jornal, cerca de um mês depois, tomamos conhecimento de uma nova listagem de qualificação emitida pelo Tribunal Eleitoral, muito numerosa, essa em especial era só de eleitoras. Um dado chama atenção e ao mesmo tempo equipara-se com o que vinha ocorrendo por todo o país: o número acentuado de professoras que requeriam o alistamento eleitoral. Na lista apresentada pelo Tribunal amazonense, consta o quantitativo de 36 professoras⁴⁵². Nessa lista constam nomes conhecidos ainda nos dias de hoje por sua contribuição para a educação no Estado, como: Eunice Serrano Telles, Maria Rodrigues Tapajós, Alcina Limaverde, Cacilda BaulePinto, Maria Luiza de Saboia (além de professora, foi também a primeira mulher diplomada em direito no Amazonas), entre outras. As professoras representavam o maior quantitativo de mulheres letradas nas primeiras décadas do século XX e que como consequência, seu letramento lhes proporcionava vivenciar mais cedo os ideais emancipacionistas e a luta por direitos, participando ativamente na vida cívica e no envolvimento em questões sociais e políticas de seu tempo. As professoras tornam-se assim, eleitoras ativas, candidatas a cargos públicos ou simplesmente emprestavam seu nome e prestígio para apoiar candidatos que se mostravam alinhados às causas da educação ou direito das mulheres.

Em outra listagem ainda do Jornal do Comércio (AM), em abril de 1933, contamos o nome de dezoito mulheres qualificadas ao título que deveriam apresentar-se ao escrivão com finalidade de serem devidamente identificadas. Entre as qualificadas nessa lista, mais algumas professoras, além de Maria de Miranda Leão posteriormente eleita deputada estadual, como veremos mais à frente.⁴⁵³

As listas acessadas por meio de publicação na imprensa entre novembro 1932 a março de 1933, permitiu chegar aos nomes das seguintes mulheres registradas como eleitoras pelo Tribunal Regional eleitoral:

QUADRO 3

Mulheres registradas como eleitoras

⁴⁵² **Jornal do Comercio (AM)**, Ed. 09818, 10 de dezembro de 1932, p.1.

⁴⁵³ **Jornal do Comercio (AM)**, ed. 09920, 08 de abril de 1933. p. 1.

	Nome	Profissão
1	Adalgiza Gilona Fleury	Do lar
2	Adelaide das Neves de Oliveira	Do lar
3	Adelaide de Oliveira Cabral	Do lar
4	Adélia Vieira Cunha	Professora
5	Alcida Moreira Sá Peixoto	Do lar
6	Alcina Limaverde	Professora
7	Alda de Andrade	Professora
8	Alice de Brito Inglez Bonates	Do lar
9	Alzira Franco Ferreira	Professora
10	Alzira Pinheiro	Professora
11	Ambrosina F. Catanhede	Professora
12	Anna Belém	Do lar
13	Anna Moura Diniz	Professora
14	Antonia Borges de Sá	Professora
15	Argentina Gurgel T. da Silva	Professora
16	Augusta Santos Mininéia	Do lar
17	Aurélia Barros Rego	Professora
18	Auta de Amorim Gagliardi	Professora
19	Bellina Soares Cavalcante	Professora
20	Brasilina Pedrosa	Do lar
21	Cacilda Bandeira BaulePinto	Professora
22	Candida de Carvalho Corrêa Lima	Professora
23	Caloris Moreira Vasconcellos	Professora
24	Cecília Mendonça dos Santos	Do lar
25	Clavelina Pacheco Monteiro	Professora e parteira
26	Clementina Folhadella Taboada	Professora
27	Dalila Ferreira de Carvalho	Do lar
28	Darcléia de Medeiros Aranha	Do lar
29	Dorvalina Baptista de M. Grangeiro	Do lar
30	Efa de Carvalho	Do lar
31	Elvira Pereira	Do lar
32	Emília Bugalho de Medeiros	Professora
33	Emília Coutinho Galvão	Do lar
34	Eunice Serrano Telles de Souza	Professora
35	Ernestina Ambrosina Gonçalves	Do lar
36	Ernestina Bezerra de Castro	Professora
37	Ernestina de Castro Correa	Do lar
38	Esther Rodrigues Santiago	Do lar
39	Evangelina de Pinho Browne	Professora
40	Flávia Ignez de Vasconcellos	Professora
41	Filomena Filgueiras Vianna	Professora
42	Francisca de Oliveira Freire	Professora
43	Francisca Saboya Coutinho	Do lar
44	Francisca Úrsula de Oliveira	Professora
45	Graziella Machado Vidal Pessoa	Professora
46	Guimar de Souza Cavalcante	Do lar

47	Honorina Nunes da Silva	Professora
48	Innocência G. de Vasconcellos	Professora
49	Iza Aguiar	-
50	Isabel Araújo da Silva	Do lar
51	Izabel da Costa Pimenta	Professora
52	Izabel Soares Nogueira	Professora
53	Izolina de Carvalho	Professora
54	Joanna Limaverde da Silva	Professora
55	Joanna de Senna Costa	Professora
56	Júlia Sant'Anna Bezerra	Do lar
57	Kilde Ibrantina Vêras	Professora
58	Juliana Maquiné da Cunha	Professora
59	Laura Bezerra Menezes	Do lar
60	Leônida de Mendonça L. Machado	Do lar
61	Lina Barbosa Rego Barros	Professora
62	Lucia Correa Cadoxo	Professora
63	Lucy Alvares	Do lar
64	Luiza do Nascimento	Professora
65	Luziellia Silva de Vasconcelos	Professora
66	Lygia Pimenta Martins Adão	Do lar
67	Magnólia da Costa Paes Barreto	Do lar
68	Maria Amaral de Oliveira Mello	Do lar
69	Maria Amélia de Carvalho Campos	Do lar
70	Maria Amélia de Oliveira Araújo	Do lar
71	Maria Araripe Monteiro	Do lar
72	Maria Carmelita F. de Salles	Do lar
73	Maria de Lurdes A. Britto	Professora
74	Maria de Miranda Leão	Enfermeira
75	Maria de Oliveira Sant'Anna	Professora
76	Maria de Queiroz Ramos	Amanuense
77	Maria dos Santos Marques	Professora
78	Maria Eunice Bezerra dos Santos	Do lar
79	Maria José da Silva Costa	Professora
80	Maria Luiza de Saboia	Professora e advogada
81	Maria Miranda Bonates	Do lar
82	Maria Rodrigues Tapajos	Professora
83	Maria Rosa Pinto Craveiro	Professora
84	Maria Sayol de Sá Peixoto	Professora
85	Mathilde Telles de Oliveira	Do lar
86	Nathália Miranda Uchôa	Professora
87	Nazareth de Souza Ferreira	Do lar
88	Nerthutila de Albuquerque Prado	Professora
89	Olga Ramos Barbosa	Do lar
90	Ondina Ribeiro	Do lar
91	Optacina de Cravalho Queiroz	Do lar
92	Philomena Filgueiras Viannas	Do lar
93	Purcina Estellita Pernet	Professora
94	Rosa Austrina Ramalho	Do lar

95	Salaberga Bentes Braulio Pinto	Professora
96	Sylvia de Sá Peixoto	Professora
97	Umbellina Nogueira Bram	Do lar
98	Veneranda Malheiros Borges	Professora
99	Zadir de Araújo Correa	Do lar
100	Zuila Moreira	Agente postal
101	Zulma Azevedo de S. Cavalcante	Professora

Fonte: elaborado pela autora a partir das relações de eleitores inscritos publicadas no Jornal do Commercio (AM)⁴⁵⁴

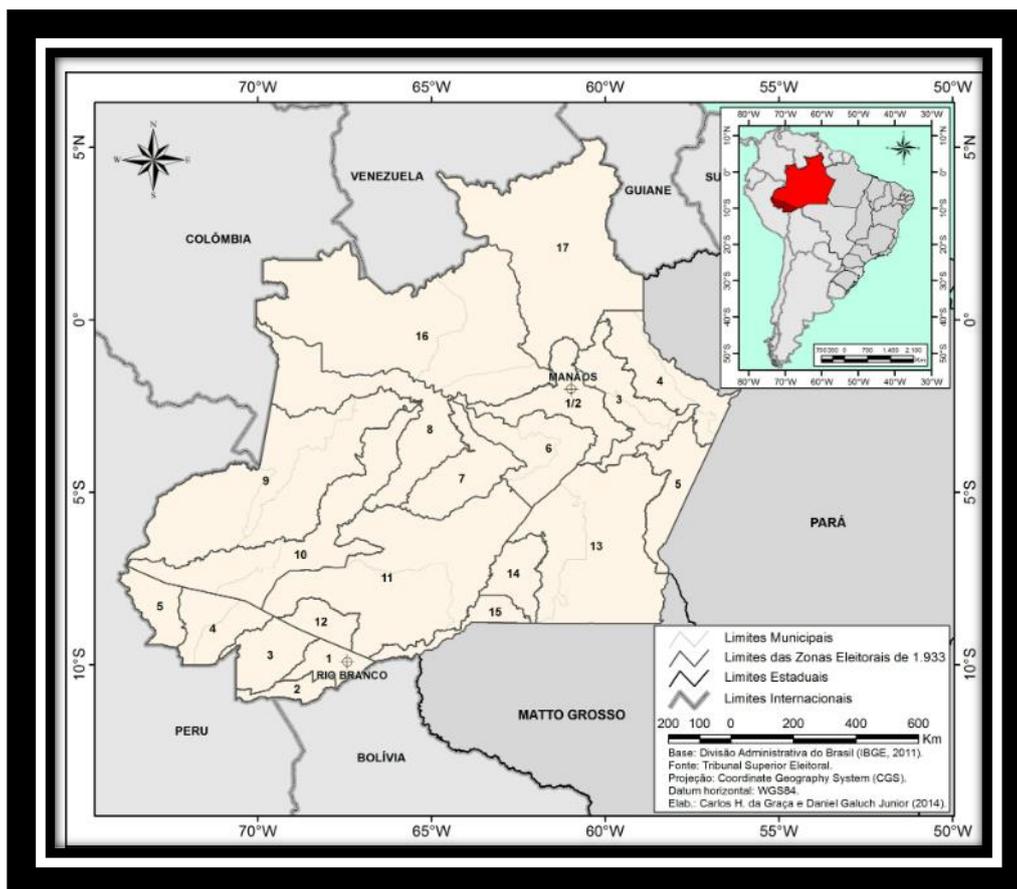
Mesmo com as dificuldades enfrentadas, o Amazonas conseguiu concluir a tempo da eleição de maio de 1933, a inscrição de 4.455 eleitores⁴⁵⁵ para votar nas 17 zonas eleitorais que o Estado tinha naquele ano. Nesse ano, a população do Estado era de aproximadamente 428.366 habitantes. Portanto, a quantidade de eleitores representava apenas 1% da população amazonense. Sobre o eleitorado feminino, os dados presentes no Relatório do TRE/AM do ano de 1934, informam que do total de alistados naquele ano de 1933, 9%, ou seja, cerca de 400 mulheres tornaram-se eleitoras no Estado do Amazonas. Segundo informações do mesmo relatório, os municípios de Silves, Urucurituba, Benjamin Constant, João Pessoa, Carauari, Lábrea e Canutama, Moura, Barcelos e São Gabriel da Cachoeira, não houve alistamento devido as dificuldades enfrentadas para o processo ocorrer, conforme já comentamos.⁴⁵⁶

IMAGEM – 19 Mapa das Zonas Eleitorais no Amazonas 1933

⁴⁵⁴ nas seguintes edições do JC: ed nº 9794, de 12 de novembro de 1932; ed. 9818, de 10 de dezembro de 1932; ed. 9882, de 23 de fevereiro de 1933; ed. 9889, de 03 de março de 1933; ed. 9920 de 08 de abril de 1933.

⁴⁵⁵ **Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas**. Relatório. Imprensa Pública, Manaus, 1934, p.9. No entanto, outras fontes divergem desse quantitativo. O livro Atos e Fatos do TRE/AM informa o total de 4.880 (p.102), já o Anuario Estatístico do Brasil, informa um quantitativo um pouco menor, 4.389 eleitores. BRASIL, Anuário Estatístico. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/representacao-politica> . Acesso em 20/06/2022.

⁴⁵⁶ **Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas**. Relatório. Imprensa Pública, Manaus, 1934, p.6. O município de João Pessoa é o atual município de Eirunepé e o antigo município de Moura, atualmente é um distrito do município de Barcelos.



Fonte: Biblioteca On line do TSE

Na imagem a seguir apresenta-se a descrição por município das zonas eleitorais do Amazonas em 1933.

QUADRO - 4

Zonas Eleitorais e seus respectivos municípios do Amazonas - 1933

AMAZONAS			
ZONAS ELEITORAIS	MUNICÍPIOS	ZONAS ELEITORAIS	MUNICÍPIOS
1/2	MANAUS	10	CARAUARY JOÃO PESSOA
3	ITACOATIARA URUCURITUBA SILVES	11	CANUTAMA LÁBREA
4	PARINTINS URUCARÁ BARREIRINHA	12	FLORIANO PEIXOTO
5	MAUÉS	13	MANICORÉ BORBA
6	CODAJÁS MANACAPURU	14	HUMAITÁ
7	COARI	15	PORTO VELHO
8	TEFÉ	16	SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA MOURA BARCELOS
9	FONTE BOA SÃO PAULO DE OLIVENÇA BENJAMIM CONSTANT	17	BOA VISTA DO RAMOS

Fonte: criado pela autora a partir da imagem original disponível no site do TSE

Mesmo com dados e fontes esparsas, podemos conjecturar que os amazonenses de ambos os sexos, que atendiam aos requisitos legais, estavam buscando pelo alistamento eleitoral, pois os dados presentes nos Relatórios do TRE/AM dos anos de 1934 e 1935 mostram que o número de alistamentos cresceu bastante no Estado entre os anos de 1933 e 1935. No entanto, nossa pesquisa não alcançou outros dados, especialmente dados quantitativo de novas mulheres alistadas em 1934, que poderiam participar da eleição do daquele ano, que escolheria os constituintes estaduais.

QUADRO - 5

Quantitativo de eleitores inscritos no Amazonas

ANO	ELEITORES INSCRITOS
1933	4.455
1934	10.210

1935	19.228
------	--------

Os dados da tabela mostram um crescimento de 56% na quantidade de eleitores entre 1933 e 1934 e de 47% entre 1934 e 1935. Na capital, Manaus, no ano de 1934 havia 5.935 eleitores inscritos e para o ano de 1935, o quantitativo de 8.589 eleitores. No Estado, o número de eleitores chegava a aproximadamente 10.000⁴⁵⁷ No mesmo período, o município com menor número de eleitores inscritos era Canutama, terra de Constância Guedes, primeira mulher a requerer o título de eleitor no Amazonas. No referido município, havia apenas 3 eleitores registrados em 1934 e 27 eleitores para 1935.⁴⁵⁸

4.3 As primeiras experiências femininas na política

A década de 1930 fora marcada pelas primeiras experiências femininas nos pleitos eleitorais. Foram 3 eleições: em 1933 no âmbito federal, na qual foram escolhidos os deputados constituintes; um ano depois, em 1934, as eleitoras foram às urnas para ajudar a escolher deputados federais, governadores e no âmbito estadual os deputados constituintes estaduais. Por fim, em 1935, para o âmbito municipal, foi a vez de escolher prefeitos e vereadores.

4.3.1 Eleições para a Assembleia Nacional Constituinte – 1933

Nacionalmente, a primeira experiência eleitoral feminina foi a eleição de 3 de maio de 1933, que escolheu os 214 representantes para a Assembleia Constituinte encarregados de elaborar a nova Constituição do país⁴⁵⁹. Não se sabe o percentual de

⁴⁵⁷ Disponível em <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1934/resultados>. Consulta realizada em 14/09/23

⁴⁵⁸ **Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas**. Relatório. Imprensa Pública, Manaus, 1936, p.8. Os dados do ano de 1933 são referentes até o mês de maio, enquanto que os de 1934 são referentes até o dia 06/09/1934 e os de 1935 são referentes até o dia 02 de julho de 1935.

⁴⁵⁹ Um mês antes da realização das eleições de 3 de maio de 1933, o Governo aprovou, por meio do Decreto n. 22.621, o regimento interno da Constituinte e prefixou o número de deputados: Art. 3º “[...] compor-se-à de duzentos e cinquenta e quatro deputados, sendo duzentos e quatorze eleitos na forma prescrita pelo Código Eleitoral” e quarenta, o número de cadeiras a serem preenchidas por sindicatos,

eleitoras que compareceram às urnas no universo dos 1.466.700 cidadãos que compareceram aos locais de votação nesse dia⁴⁶⁰, mas “algumas seções eleitorais foram instaladas exclusivamente para elas”⁴⁶¹. Essa eleição também foi a primeira que contou com o voto secreto e com a atuação de uma Justiça Eleitoral⁴⁶².

É importante ressaltar, contudo, que pelo código eleitoral de 1932 o voto não era obrigatório para as mulheres. Já com a Constituição de 1934, as mulheres que exercessem funções remuneradas em cargos públicos eram obrigadas a votar (art. 109). Ou seja, o voto continuava facultativo para a maioria das mulheres. A obrigatoriedade do voto para todas as mulheres só foi estabelecida no artigo 131 da Constituição de 1946, consolidando-se como um grande avanço conquistado. Ainda assim, parte delas continuavam alijadas do processo eleitoral, isso porque somente em 1985, a última barreira existente em relação ao voto feminino caiu, quando a Emenda Constitucional nº 25 de 15 de maio de 1985, permitiu o voto dos analfabetos no Brasil. Com essa última barreira derrubada, as mulheres que historicamente sempre foram maioria no número de analfabetos no Brasil e que, na década de 1980 representava o percentual de 27,1% das mulheres adultas, segundo dados do IBGE, puderam usufruir do direito conquistado em 1932⁴⁶³.

A primeira eleição na qual as mulheres puderam participar no Brasil todo foi muito comentada pelos jornais do país que saudavam a participação das mulheres, destacando a sua persistência, paciência e patriotismo. Os jornais destacavam especialmente o acontecimento na capital Federal: “decorreu animado e na mais perfeita ordem o pleito ontem no Rio de Janeiro [...], com grande o contingente de eleitoras, que em algumas sessões, o eleitorado feminino era superior ao masculino”⁴⁶⁴. A análise feita

associações de profissões liberais e as de funcionários públicos. BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (AM). **Atos e Fatos do TRE/AM em sua primeira fase: 1932 a 1937**. Manaus: SEBIB/CORE/SJ, 2020. p.96

⁴⁶⁰ **Boletim Eleitoral**. Rio de Janeiro: Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, ano 3, suplemento ao n. 49, 13 jun. 1934. p.2

⁴⁶¹ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/exposicao-eleicoes-de-1933>. Acesso em 27/11/21

⁴⁶² Segundo nos informa Araújo, as modalidades de candidaturas permitidas eram as seguintes: a) apenas por partidos; b) por partido e por lista apresentada por grupo de eleitores e/ou frentes partidárias; c) por partido, lista ou avulsa ou d) ainda apenas de forma avulsa. ARAÚJO, Clara. **Mulheres e os partidos nas eleições de 1933 – entre as estabelecidas e as outsiders**. In: PRESTES, Ana. 100 anos da luta das mulheres pelo voto. Op. Cit, p. 108.

⁴⁶³ Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/704329-voto-feminino-foi-conquistado-depois-de-uma-luta-de-100-anos/>. Acesso em 28/12/20.

⁴⁶⁴ **Correio de S. Paulo**, (SP), ed. 00275, São Paulo, 04 de maio de 1933. p. 3.

pelo jornal *Correio de São Paulo* sobre o pleito destacou ainda que a participação do eleitorado feminino pôs maior respeitabilidade ao ambiente eleitoral.⁴⁶⁵

Além de eleitoras, as mulheres puderam candidatar-se e, 20 de um total de 1.040 candidatos eram mulheres⁴⁶⁶. O Amazonas não contou com candidata para o pleito, embora no período já houvesse no Estado um esforço da Liga Eleitoral Católica e da FAPF, criada no ano anterior, para incentivar as amazonenses à participação política, como veremos mais adiante. No entanto, alguns Estados tiveram suas representantes, ficando assim distribuídas as candidaturas: 8 candidatas pelo Distrito Federal, 6 candidatas pelo Estado do Rio de Janeiro, enquanto Bahia, Ceará, Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais e São Paulo, tiveram cada um, apenas 1 candidata⁴⁶⁷. Os números de candidaturas femininas relativamente altas para representar o Distrito Federal e o Rio de Janeiro (14 no total) está relacionado com o fato da FBPF ter sua sede no Rio de Janeiro, determinando assim uma maior atuação e influência.

Bertha Lutz, a “leader” das sufragistas foi “candidata pela opinião feminista organizada” do [...] país” como ela expressou em entrevista⁴⁶⁸, ou seja, sua candidatura foi resultado da Convenção Nacional Eleitoral, realizada em 04 de abril de 1933 pela FBPF e suas filiais pelo país, para indicar e propagar apenas um único nome para a disputa eleitoral daquele ano. Nenhum outro nome poderia ser mais cogitado do que o de Lutz por tudo o que ela representava para suas seguidoras “pelo seu talento, pela sua cultura, pela sua cultura, pela sua personalidade”, mas justificado especialmente por considerarem Lutz como “a iniciadora, a coordenadora, a grande animadora do movimento feminista consciente”⁴⁶⁹. O apoio à sua candidatura, portanto, era fundamental e indispensável por parte das associadas da FBPF e de suas filiais por todo o país, como bem frisou Maria Sabina, vice diretora da FBPF

⁴⁶⁵ *Correio de São Paulo*, (SP), ed. 00727, São Paulo, 16 de outubro de 1934. p. 1

⁴⁶⁶ *Boletim Eleitoral*. Rio de Janeiro: Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, ano 3, suplemento ao n. 49, 13 jun. 1934.

⁴⁶⁷ Pela Bahia (BA): Edith Mendes Gama Abreu; pelo Ceará (CE), Edith Dinoá da Costa Braga; pelo Distrito Federal (DF): Ana Vieira Cesar, Bertha Maria Lutz, Ilka Labarthe, Georgina de Araújo Azevedo Lima, Julieta Monteiro Soares da Gama, Leolinda de Figueiredo Daltro, Nathercia da Cunha Silveira, Thereza Rebelo de Macedo; por Pernambuco (PE): Ediwiges de Sá Pereira; por Maranhão: Lucília Wilson Coelho de Souza; por Minas Gerais (MG): Maria Rita Pessoa de Melo Coelho; pelo Rio de Janeiro (RJ): Alzira Reis Vieira Ferreira, Catharina Valentim Santana, Leontina Imbuzeiro da Costa, Lydia de Oliveira, Maria Pereira das Neves, Sylvia Leon Chalreo; por São Paulo (SP): Carlota Pereira de Queiroz. **Boletim eleitoral Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 13 de junho de 1933.

⁴⁶⁸ *Revista da Semana* (RJ), ed. 00023. 20 de Maio de 1933 p. 20.

⁴⁶⁹ Maria Sabina de Albuquerque. *Diário de Notícias* (RJ), ed. 01013. 05 de abril de 1933. p.3

Cerremos, pois, fileiras em torno de seu nome. Que não haja dispersão, que não haja abstenção e sobretudo que não haja deserção. Mulheres brasileiras! Bertha Lutz será a vossa defensora: todas unidas, saibamos sufragar o seu nome para a grandeza da Pátria e para o benefício da mulher!⁴⁷⁰

Para Bertha Lutz, a participação na política não deveria significar para as brasileiras um objetivo almejado pela ambição ou pela vaidade, mas sim um instrumento destinado a realizar o programa feminista, da igualdade jurídica e econômica dos sexos, de proteção à mocidade e à infância, de justiça social, de educação, de saúde pública, de dignificação do trabalho, de racionalização do governo, de boa organização econômica e de paz⁴⁷¹. Lutz obteve a maior votação entre as candidatas do Distrito Federal⁴⁷² concorrendo pela Liga Eleitoral Independente e pelo Partido Autonomista. No entanto, os 16.423 votos recebidos não lhe garantiram uma cadeira na Câmara, apenas a suplência do deputado João Jones Gonçalves da Rocha.⁴⁷³

Carlota Pereira de Queiroz⁴⁷⁴, candidata paulista foi a única a conquistar uma cadeira para a Assembleia Constituinte, com 174.813⁴⁷⁵ votos apurados. Foi a única

⁴⁷⁰ Maria Sabina de Albuquerque. **Diário de Notícias** (RJ), ed. 01013. 05 de abril de 1933. p.3

⁴⁷¹ Idem, *ibidem*.

⁴⁷² Conforme Marques, o resultado no Distrito Federal ficou assim definido: a católica e não feminista Georgina Azevedo Lima alcançou o 16º lugar na lista de candidatos com 15.033 votos, a socialista Ilka Labarte obteve 4.036 votos e Natércia da Silveira, 3.458 votos. As demais candidatas, Leolinda de Figueiredo Daltro, Julita Soares da Gama e Tereza Rabelo de Macedo, nem sequer foram listadas entre os oitenta mais votados no pleito de maio de 1933. MARQUES, Teresa. **Perfis Parlamentares: Bertha Lutz**. Op. Cit. p. 58.

⁴⁷³ **Boletim eleitoral Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 13 de junho de 1934 p. 37. A mesma informação pode ser encontrada em MARQUES (2016). No entanto, na obra “A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz” (2000), Soihet equivocou-se ao apresentar o quantitativo de 39.008 votos recebidos por Bertha, como sendo da eleição de 1933. Na verdade, é o quantitativo dos votos recebidos por ela na eleição de outubro de 1934. Nessa eleição, Lutz concorreu a uma vaga na Câmara Federal pelo Partido Autonomista representando a Liga Eleitoral Independente, instituição criada por ela e ligada ao movimento feminista. No entanto, novamente alcançou apenas a suplência, posição que ocupou até julho de 1936, quando assumiu a vaga em decorrência do falecimento do titular da cadeira, o deputado Candido Pessoa. Bertha consagrou-se assim, a segunda deputada federal do Brasil. Fonte: www.tre-rs.jusbrasil.com.br. Ao integrar a Câmara Federal, “destacou-se pela sua intensa e profícua atuação” SOIHET, Rachel. **A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz**. Revista Brasileira de Educação. Nº 15. Set-Dez 2000. p.105.

⁴⁷⁴ Nascida na capital de São Paulo em 13 de fevereiro de 1892, Carlota era filha de José Pereira de Queirós e de Maria de Azevedo Pereira de Queirós. Pertencia, portanto, a uma família tradicional das elites locais, sendo seu avô paterno um rico proprietário de terras em Jundiá, membro do Partido Republicano Paulista e um dos fundadores do jornal A Província de São Paulo (atualmente, O Estado de S. Paulo). Carlota foi a primeira mulher constituinte a assinar uma Constituição (a de 1934). www.camara.leg.br. Em 1934, Carlota Queiroz foi eleita novamente para deputada federal na legenda do Partido Constitucionalista de São Paulo, atingindo um total de 228.190 votos no segundo turno, permanecendo no cargo até o fechamento da Câmara dos Deputados pelo Golpe de 1937. (**Uma voz feminina no Parlamento: Carlota Pereira de**

representante do sexo feminino entre os 254 deputados da Constituinte. Sua candidatura representou uma homenagem à mulher paulista pela sua atuação no movimento revolucionário de 1932, contando com o apoio da elite local e do segmento feminino⁴⁷⁶. Na Constituinte, Carlota integrou as Comissões de Educação e Saúde, na qual elaborou o primeiro projeto sobre a criação de serviços sociais no País⁴⁷⁷. Marques chama atenção para outra pauta de defesa de Carlota durante os trabalhos constituintes, o que, em nossa análise, pareceu um tanto inusitado diante de uma luta árdua e prolongada que se fez até a conquista do direito de voto para as mulheres, já que ela

defendeu que as mulheres, para se alistarem como eleitoras, deveriam participar de uma cerimônia cívica de juramento à bandeira nacional. Nos seus pronunciamentos, também sugeriu que as mulheres prestassem serviços sociais de assistência aos pobres em contrapartida ao direito de votar.⁴⁷⁸

Quanto a participação feminina nesse pleito, a pesquisa alcançou que a maior participação feminina ocorreu no Estado do Acre, onde dos 1.868 eleitores que compareceram às urnas, 423 eram mulheres, ou seja, um pouco mais de 22% do eleitorado total. Esse “índice de nítida compreensão cívica da mulher acreana”⁴⁷⁹ foi destacado em vários jornais pois

[...] Evidentemente, nenhum Estado do Brasil, nem mesmo o Distrito Federal pode apresentar essa proporção de comparecimento do eleitorado feminino. O índice é o atestado eloquente da mais nítida compreensão cívica, ora demonstrada pela mulher acreana e o registro se impõe com um exemplo edificante, sobremaneira honrosa que, para aquele pugilo de brasileiras que, nos extremos do país, oferecem uma

Queirós. Disponível em www.camara.leg.br. Acesso em 12/08/21). Com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, Carlota tentou voltar à Câmara, candidatando-se em 1945, 1950 e 1954 pela União Democrática Nacional (UDN), mas não se elegeu. SCHUMAHER, Schuma; BRASIL, **Erico Vital (Org). Dicionário Mulheres do Brasil.** Op.cit. p. 156.

⁴⁷⁵ Os dados apresentados no site www.camara.leg.br são divergentes. O total apresentado é de 176.916

⁴⁷⁶ Na Revolução de 1932, Carlota organizou com outras 700 mulheres, o Departamento de Assistência aos Feridos (DAF). **Uma voz feminina no Parlamento: Carlota Pereira de Queirós.** Disponível em www.camara.leg.br. Acesso em 12/08/21.

⁴⁷⁷ SCHUMAHER, Schuma; BRASIL, Erico Vital (Org). **Dicionário Mulheres do Brasil.** Op.cit. p.155.

⁴⁷⁸ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil.** Op. Cit..117-118

⁴⁷⁹ **Jornal do Comercio** (AM), ed. 09962, 28 de maio de 1933. p.3

magnífica lição de patriotismo, marcando um verdadeiro “record” eleitoral, de causar inveja às suas compatriotas do Sul.⁴⁸⁰

Além do Acre, Porto Alegre (RS) foi outro exemplo de local com expressividade no número de mulheres aptas a exercer o direito de voto. Segundo informações do jornal *Correio do Povo* (RS), analisadas por Karawejczyk, o percentual de eleitoras em Porto Alegre nas eleições de 1933, chegou à 4.000, cerca de 20% de um total de 24.256 eleitores.⁴⁸¹

No Amazonas, a eleição de 1933 “ocorreu na mais absoluta ordem em todo o Estado, não se registrando nenhum fato anormal que de qualquer modo a perturbasse”⁴⁸². No entanto, não foi possível nesse momento afirmar a quantidade de eleitoras que compareceram às urnas no pleito, apenas o quantitativo de eleitores, de ambos os sexos, que comparecem às urnas no Estado, cujo total foi de 3.497 votantes, o que representava 79% do número de inscritos para o pleito, que era de 4.455 eleitores. Portanto a abstenção no Amazonas na eleição de 1933 foi de 20% (958 eleitores)⁴⁸³. A falta de outras fontes oficiais, notas da imprensa ou qualquer outro registro histórico, nos impossibilita nesse momento asseverar como ocorreu a primeira participação das amazonenses num processo eleitoral, constatando assim que a invisibilidade feminina, mesmo nas suas conquistas, era marca registrada na escrita e na história feita pelos homens.

Os dados coletados demonstram que tanto o número de inscritos quanto o de votantes refletem o alto índice da população amazonense que não tinha acesso à política no início da década de 1930, já que os eleitores só correspondem a cerca de 1% da sociedade amazonense, que à época era de aproximadamente 428.366 habitantes⁴⁸⁴, conforme já mencionamos anteriormente.

Os eleitores e as eleitoras escolheram os 4 representantes do Estado para a Assembleia Constituinte, entre os 10 candidatos que concorreram no pleito, todos homens, já que o Estado não teve mulheres como candidatas, como afirmado

⁴⁸⁰ Transcrição do telegrama enviado ao Ministro da Justiça, pelo Desembargador Djalma de Mendonça, presidente do Tribunal Regional do Acre. *Gazeta Popular* (SP), Ed. 00712, de 29 de maio de 1933.

⁴⁸¹KARAWEJCZYK, Mônica. **A prenda e o voto: as primeiras participações femininas nas eleições do Rio Grande do Sul (1933-1935)**. História: debates e tendências, Passo Fundo, v. 16. N.2. jul/dez. 2016. p.484.

⁴⁸² **Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas**. Relatório. Imprensa Pública, Manaus, 1934, p.9.

⁴⁸³ **Boletim Eleitoral**. Estados Unidos do Brasil. Nº 26. Rio de Janeiro, 26 de março de 1934

⁴⁸⁴ **Boletim Eleitoral**. Rio de Janeiro: Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, ano 3, suplemento ao n. 49, 13 jun. 1934.

anteriormente⁴⁸⁵. Um dos eleitos, Leopoldo Tavares da Cunha Mello⁴⁸⁶ (União Cívica Amazonense) foi citado pela FBPF em nota de jornal que ovacionava os deputados brasileiros membros na Assembleia Nacional Constituinte que eram “colaboradores na aceitação das reivindicações da mulher brasileira” na Constituição que estava sendo elaborada⁴⁸⁷. Esse tipo de nota veiculada na imprensa pela FBPF era estratégica, servindo para mostrar para as filiadas da Federação e à sociedade em geral, os políticos que contribuíam para a defesa dos direitos femininos, e que, portanto, mereciam ter o apoio e voto da mulher. Da mesma forma, servia para, de certa maneira, “pressionar” os políticos ainda resistentes e contrários às causas femininas.

Na impossibilidade de analisar como foi essa primeira participação feminina numa eleição no Amazonas, vista pelos homens do poder, das tintas e papeis, lançamos mão, como exemplo, de uma análise cheia de críticas feita pelo Jornal do Recife, sobre a participação das mulheres nas eleições de 1933, participação essa, que, segundo a publicação do jornal, marcou duas questões: eleitoras preferiram as candidatas em relação aos candidatos homens ou não compareceram às urnas no dia do pleito.

Com o advento do voto feminino eu esperei que a mulher, masculinizando-se um pouco, humanizasse-se um pouco mais. A mulher tinha o direito de votar e precisava acompanhar o homem nas suas conquistas verticais, sempre ascendendo [...] se o homem vive lutando para subir socialmente, como a mulher, com o voto na mão, veio contribuir com o retrocesso? [...]

Porque, de voto na mão, as mulheres preferiram regressar à época em que não possuíam alma? Porque não deram seu voto à representante de sua classe, que se propunha a defender-lhes os direitos perante a assembleia constitucional? Vejamos quantas mulheres compareceram às urnas e quantos votos tiveram as mulheres que se candidataram.

Por isso sempre digo: a pior inimiga da mulher é a própria mulher e **seu maior amigo é o homem. O homem é que lhe deu o direito de votar.**

⁴⁸⁵ Os Deputados eleitos foram: Alfredo Augusto da Matta (União Cívica Amazonense), Álvaro Botelho Maia (União Cívica Amazonense), Leopoldo Tavares da Cunha Mello (União Cívica Amazonense) e Luis Tireli (Partido Trabalhista Liberal). **Boletim Eleitoral**. Rio de Janeiro: Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, ano 3, suplemento ao n. 49, 13 jun. 1934.p. 27.

⁴⁸⁶ Natural de Pernambuco, nasceu em 1891 e faleceu em 1962. Consagrou-se como magistrado no Amazonas, atuando primeiramente no município de Boca do Acre e posteriormente em Manaus. Cunha Mello entrou para a política como representante do Amazonas, chegando ao cargo Deputado em 1933 e Senador em 1935 e novamente eleito em 1954. Foi um dos fundadores do Partido Socialista Amazonense (PSA), mesmo partido de Maria de Miranda Leão. CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Consultado em 19 de dezembro de 2022. Segundo Bittencourt, enquanto senador, combateu fartamente a imigração japonesa, considerando-a perigosa. Era um homem de talento, cultura, bravura e civismo. BITTENCOURT, Agnelo. **Dicionário Amazonense de Biografias**. Op. Cit. p.181

⁴⁸⁷ **Correio da Manhã** (RJ), ed. 12058, 21 de março de 1934. p.7

Deu-o porque quis. Entretanto, com esta arma na mão, a mulher em vez de utilizá-la em sua defesa, voltou-a ingenuamente contra si própria.

Na sessão onde votaram nada menos que duzentas Marias, cento e tantas Lauras, Noemias, Julietas, e seu Farracho, quantos votos teve a Sra. Edwirges de Sá Pereira? Naturalmente aqueles que lhe foram dados pelos homens que conhecem o seu valor e tem em justa conta o seu merecimento. As suas colegas de saias foram votar em determinados homens que amanhã, de um golpe seguro e certo, poderão extinguir o voto feminino, considerando-o uma conquista inútil, falha e negativa.⁴⁸⁸

A crítica em questão traduz pensamentos muito comuns na sociedade da época, mas que, de certa maneira, alcança os nossos dias atuais com a permanência infeliz do estereótipo que escancara a tese do apoliticismo feminino. Percepções errôneas as condenavam e condenam a adjetivos como influenciáveis e apáticas politicamente. Seriam “massas de manobras” diante de uma cultura política e intelectual masculina. Jornais e discursos propagavam veementemente tais teorias, que ainda respingam em parcela da sociedade (incluindo mulheres) na atualidade quando tenta explicar o porquê de não votar em candidatas mulheres ou de não se interessar em discutir e aprender sobre política.

Finalizando a narrativa sobre a primeira participação feminina numa eleição federal, é merecedor rememorar que ainda em 1933, a 20 de julho, ocorreu a eleição para a escolha dos representantes classistas para a Constituinte. A advogada Almerinda de Farias Gama, afiliada da FBPF e parceira de Lutz, foi a única mulher que votou como delegada-eleitora nessa eleição, concorrendo como deputada classista⁴⁸⁹, representando o Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos⁴⁹⁰ e da Federação do Trabalho do Distrito Federal. Ela não foi eleita, mas a candidatura de Almerinda marca ainda outro importante momento da história política feminina, já que ela foi uma das poucas mulheres negras e pobres que se tem notícia a participar da luta sufragista brasileira e uma das primeiras a

⁴⁸⁸ **Jornal do Recife.** Ed. 00104. Pernambuco, 9 de Maio de 1933. p.2

⁴⁸⁹ O código de 1932 também previu um tipo novo de representante, o classista, que podia ser escolhido por empregados ou por empregadores. Os candidatos a deputados classistas teriam de exercer a respectiva profissão há mais de dois anos, comprovada por atestado, com firma reconhecida da autoridade judiciária, policial ou pelo empregador, e estar filiado à associação ou ao sindicato da categoria pela qual foi eleito. As eleições para esses representantes só ocorreram três meses após a posse dos 214 deputados escolhidos pelo povo, e em dois graus: as eleições para delegados-eleitores e as eleições para deputados representantes classistas. BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (AM). **Atos e Fatos do TRE/AM em sua primeira fase: 1932 a 1937.** Manaus: SEBIB/CORE/SJ, 2020. p.96.

⁴⁹⁰ Segundo Cibele Tenório, “o sindicato havia sido criado às pressas, um mês antes em uma estratégia da FBPF, entidade da qual Almerinda participava de maneira atuante.” TENÓRIO, Patrícia Cibele. **Almerinda Farias Gama: A Sufragista negra pioneira que a História silenciou.** Op. Cit. p.64.

candidatar-se a um cargo político. Como expressado por Tenório, Almerinda “era um ponto fora da curva em um grupo formado majoritariamente por mulheres brancas com privilégio de classe”.⁴⁹¹

4.3.2 Eleições para as Assembleias Constituintes Estaduais – 1934

As eleições para a Câmara Federal e para Assembleia Constituinte dos estados ocorreram, simultaneamente, em 14 de outubro de 1934 em todo o território nacional por sufrágio universal direto, voto secreto, representação proporcional e em conformidade com as instruções aprovadas pelo Tribunal Superior eleitoral. Puderam votar nas referidas eleições os eleitores que inscreveram até do dia 31 de agosto daquele ano⁴⁹².

É fato que o ano de 1934 foi um dos “mais auspiciosos para a mulher brasileira no terrenos dos direitos políticos”⁴⁹³, pois além da ratificação do voto e da elegibilidade feminina pelo art. 108⁴⁹⁴ da Constituição promulgada em 16 de julho de 1934, a participação feminina nas eleições foi ampliada, não só pelo número maior de eleitoras mas, com um número bem expressivo de mulheres que se candidataram para o legislativo estadual e federal, alcançando êxito em pelo menos oito estados, “contando as feministas intensificá-lo ainda mais nas futuras eleições, quando tiverem o que lhes falta agora: dinheiro e poder”, como “diagnosticou” o Jornal Gazeta de Notícias⁴⁹⁵.

Analisando o artigo denominado “o Feminismo nas próximas eleições”, o supracitado jornal, foi possível chegar ao nome de algumas dessas candidatas que concorreriam no pleito de 1934, e sobre a situação das feministas no Distrito Federal e nos Estados. Sobre as candidatas, apresentou a seguinte lista:

no Distrito Federal: Dra. Bertha Lutz, na Bahia Dra. Maria Luiza Bittencourt, incluída na chapa situacionista. Em Alagoas, a Sra. Lily Lages que faz parte da Coligação; em Sergipe a Sra. Cesartina Regis. No Ceará a Dra. Adilia Moraes médica figurando na chapa da Liga católica. **No Amazonas a Sra. Alcina Limaverde de Barros**⁴⁹⁶. No

⁴⁹¹ TENÓRIO, Patrícia Cibele. **Almerinda Farias Gama: A Sufragista negra pioneira que a História silenciou**. Op. Cit. p.64.

⁴⁹² **Boletim Eleitoral** n ° 72 (99608). Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1934. Tribunal Superior Eleitoral.

⁴⁹³ **Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. n° 3, dezembro de 1934, p. 3.

⁴⁹⁴ O art. 108 estabelecia que seriam eleitores “os brasileiros de um ou de outro sexo, maiores de 18 anos”, que se alistassem na forma da lei.

⁴⁹⁵ **Gazeta de Notícias** (RJ) . ed. 0008, 03 de outubro de 1934, p. 2

⁴⁹⁶ Desistiu de concorrer no pleito. A nota do jornal não informou que o Amazonas também tinha como

Espírito Santo a Sra. Silvia Meireles da Silva Santos. No Estado do Rio, a Sra. Antonia de Castro Lopes. São Paulo contará com 2 candidatas, uma das quais a Sra. Carlota de Queiroz, deputada da chapa única. Mato Grosso também contará com duas candidatas, uma na chapa do governo e outra na da oposição. Santa Catarina haverá uma candidata no partido do Sr. Nereu Ramos, que é feminista fervoroso.⁴⁹⁷

A nota fala ainda sobre outras candidaturas de última hora, mas não cita nomes. Fala também que em Minas Gerais, houve um “desapontamento com a chapa de um partido que não incluiu o nome da Sra. Maria Eugenia Celso, a qual, no entanto, foi reservada uma cadeira no futuro Senado Estadual.⁴⁹⁸

De acordo com o Diário Oficial do Maranhão, com data de 10 de outubro de 1934, dos oito partidos políticos existentes naquele momento no Estado, quatro deles possuíam mulheres em sua relação de candidatos, todas professoras e residentes em São Luís.⁴⁹⁹ E, dentre as oito candidatas, apenas a professora Lilah Lisbôa candidatou-se à deputada federal pela Ação Integralista Brasileira, e apenas Zuléide Bogéa e Hildené Gusmão Castello Branco filiada ao Partido Republicano foram eleitas deputadas estaduais em 1934⁵⁰⁰.

O Rio Grande do Sul contou com a candidatura de Aurora Nunes Wagner, concorrendo pela Ação Integralista Brasileira, que vinha ganhando espaço no Brasil dos anos 1930. Segundo Karawejczyk, os jornais do Estado não destacaram a participação pioneira de Aurora no pleito, mas deram ênfase ao discurso proferido por ela sobre a ideologia integralista e a defesa que este fazia aos papéis femininos no lar e na maternidade. Para a autora, “parece ser correto apontar que os integralistas em geral, e a candidatura de Aurora em particular, não almejavam alcançar algum cargo, mas dar visibilidade às bandeiras do integralismo”. A candidata teve 716 votos.⁵⁰¹

Algumas dessas candidatas foram eleitas para compor as Assembleias Constituintes Estaduais e contribuir para a elaboração das Constituições Estaduais. Dessa

candidata à deputada estadual Maria de Miranda Leão. Essa questão será abordada mais a frente.

⁴⁹⁷ **Gazeta de Notícias** (RJ) . ed. 00008. 03 de outubro de 1934, p. 2. Grifos nossos.

⁴⁹⁸ *Idem*

⁴⁹⁹ Através da pesquisa no Diário Oficial encontramos como candidatas para as eleições de 1934: Hildené Gusmão Castello Branco, Aniéte Bello, Zuléide Fernandes Bogéa, Rosa Castro, Zélia Maciel, Lilah Lisbôa de Araujo e Othilia Cantanhede Almeida.

⁵⁰⁰ MOTTA, Diomar das Graças. **As mulheres professoras na política educacional no Maranhão**. Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2000. p. 100.

⁵⁰¹ KARAWEJCZYK, Monica. **A prenda e o voto**. Op. Cit. p. 8

forma, podemos avaliar como muito positiva as eleições de 1934, para o sexo feminino, já que pelo menos em oito Estados, foi alcançado êxito na eleição feminina. O resultado do pleito determinou a vitória das seguintes mulheres em nome de todas as outras:

QUADRO - 6

Mulheres eleitas no pleito de 1934

ESTADO	ELEITA	PARTIDO
AL	Lily Lages ⁵⁰²	
AM	Maria de Miranda Leão ⁵⁰³	Partido Socialista
BA	Maria Luísa Bittencourt	
MA	Hildené Gusmão Castello Branco	Partido Republicano
	Zuleide Bogéa	União Republicana
RN	Maria do Céu Pereira Fernandes ⁵⁰⁴	Partido Popular

⁵⁰² Maria José Salgado Lages nasceu em Maceió em 1907. Médica formada pela faculdade de Medicina da Bahia. Foi a primeira presidente da Federação pelo Progresso Feminino de Alagoas, entidade fundada em 13 de maio de 1932. Foi eleita para a Assembleia Constituinte do estado de Alagoas em outubro de 1934 com 13.891 votos no 2º turno. Não se candidatou nas eleições complementares de 1936 para o mandato regular de deputada estadual, preferindo se dedicar à carreira profissional. SHUMAHER, Schuma; BRASIL, Érico Vital. **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editor. 2º ed. 2001. p.38

⁵⁰³ O capítulo 5 tratará especificamente da atuação de Maria de Miranda Leão na Política amazonense.

⁵⁰⁴ Nascida no município de Currais Novos (RN) em 1910, foi eleita em 1935 com 12.058 votos e cassada em 1937 pelo Estado Novo. Em 21 de abril de 1987, Maria do Céu Fernandes concedeu entrevista à Luiz Gonzaga Cortês para rememorar sua vida pessoal e política. São suas palavras: “naquele tempo eu fazia o que queria, lia livros proibidos, inclusive sobre comunismo e Freud [...] sobre a receptividade da minha candidatura, posso dizer que os remanescentes do tradicionalismo não aceitaram. Houve um certo impacto no começo, mas depois a igreja aceitou. Não houve choque nenhum, todos aceitaram”. Foi eleita aos 24 anos segundo ela, com o apoio do pai e do noivo. Entrevista disponível em: www.blogcarlossantos.com.br/maria-do-ceu-fernandes-a-primeira-deputada-estadual-do-pais/. Acesso em 26/10/2019. Maria do Céu também foi professora e escreveu nos Jornais O Galvanópolis (que fundou com o seu pai) e A República, na década de 1930. “Nos seus textos, registrados quase sempre na primeira página do jornal, foi possível identificar sua preocupação em discutir categorias como: religiosidade, patriotismo, civismo, moral, condição da mulher, progresso e cultura letrada”. Após a sua cassação, deixou a vida política para dedicar-se à família. Fonte: CARVALHO, Isabel Cristine Machado de; ROCHA NETO Manoel Pereira da; et al. Maria do Céu Pereira Fernandes: **contribuições à imprensa norte-rio-grandense (década de 1930)**. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Campina Grande – PB – 10 a 12 de Junho 2010. p.5.

SC	Antonieta de Barros	Partido Liberal Catarinense
SE	Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro	Foi eleita também presidente da Assembleia ⁵⁰⁵
SP ⁵⁰⁶	Maria Theresa Nogueira de Azevedo	Partido Constitucionalista
	Alayde Borba	Partido Republicano Paulista

Fonte: tabela criada pela autora a partir de fontes diversas⁵⁰⁷.

Algumas delas eram integrantes das filiais estaduais da FBPF e participaram ativamente da campanha sufragista brasileira, como Maria de Miranda Leão (Federação Amazonense), Maria Luiza Bittencourt (Federação Baiana) Lilly Lages (Federação Alagoana). Outra questão a se observar para além do pioneirismo dessas mulheres, é que a grande maioria das eleitas pertenciam à determinadas camadas sociais e de famílias influentes nas sociedades locais, prevalecendo as características políticas das oligarquias. A exceção, ao que se pode concluir no momento é Antonieta de Barros, cujo pioneirismo deve ser ressaltado pois foi a primeira deputada catarinense e negra do Brasi⁵⁰⁸.

⁵⁰⁵ **Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. n.º 3, dezembro de 1934, p. 4.

⁵⁰⁶ Segundo o Informativo da divisão de acervo histórico da Assembleia legislativa de São Paulo, consta o nome de Maria Teresa S. de Barros Camargo como eleita deputada estadual pelo Partido Constitucionalista, somando 223.091 votos, ao lado de Maria Theresa Nogueira de Azevedo. Segundo essa fonte, Durante seu mandato, Maria Thereza participou da Assembleia Estadual Constituinte que promulgou a Constituição de São Paulo em 09 de julho de 1935. **Informativo da divisão de acervo histórico**. Assembleia legislativa de São Paulo. ano II – no 6 – abril/maio de 2016,

⁵⁰⁷ Não foi possível até o momento identificar o partido de todas as mulheres indicadas no Quadro. As fontes consultadas foram periódicos, documentação da FBPF, tese e dissertações, bem como o boletim eleitoral do TSE. Sobre o Maranhão, a pesquisa de Pacheco aponta que foram 7 candidatas em 4 partidos políticos. PACHECO, Maria da Glória Costa. **Gênero e Política. conquista e repercussão do voto feminino no Maranhão (1900-1934)**. Disponível em: www.outrostempos.uema.br, ISSN 1808-8031, Vol. 1 esp., 2007, p. 46-63.

⁵⁰⁸ Antes da vida política, Antonieta de Barros foi professora, escritora, jornalista Sua biografia mais completa é resultado da pesquisa e publicação recente da obra (de mesmo nome) de Jeruse Romão. Segundo a autora, Antonieta não se declarava feminista, mas celebrava as vitórias do movimento feminista e “manifestou, por diversas vezes, concordância com a construção e a articulação política pelos direitos das mulheres, publicando sua posição de adesão, militando a seu modo e de acordo com suas crenças e convicções”. Além disso, por sua origem e história de vida, ela não compartilhava a ideia do estereótipo da mulher submissa e reclusa no lar. Alistou-se eleitora em 1933, aos 32 anos e foi sufragada deputada no ano seguinte com 35.832 votos pelo PLC. Durante sua campanha política, Barros recebeu amplo apoio das professoras e de negros e negras que atuaram como cabos eleitorais. Outro fato relevante na carreira política dela é que também foi a primeira mulher no Brasil a presidir uma Sessão da Assembleia Legislativa, fato que ocorreu em 19 de julho de 1937.⁵⁰⁸ No ano de 1948, ocupou novamente uma cadeira no legislativo catarinense como única deputada, agora pelo Partido Social Democrático (PSD)⁵⁰⁸, cargo que ocupou até o ano de 1951. Um destaque importante e curioso é que nesse seu segundo mandato, ela criou o Dia do Professor ainda em vigor nos dias atuais. ROMÃO, Jeruse. **Antonieta de Barros: professora,**

Finalizando essa etapa de nossa análise, reproduzimos aqui o entendimento de Silva por traduzir com muita clareza a situação feminina após o direito sufragista conquistado. A autora salienta que:

o reconhecimento legal das mulheres como cidadãs políticas nem de longe encerrou as disputas em torno da questão, antes as ressignificaram. O que estava em jogo nos embates políticos a partir de então, para antigas e novas agremiações político-partidárias, era lidar particularmente –a gosto ou a contragosto –com um até então inédito contingente eleitoral, representado pelas mulheres consideradas aptas para o exercício do voto⁵⁰⁹.

Ou seja, por mais que o voto feminino tenha passado a ser disputado por candidatos e partidos, o conservadorismo dos partidos políticos e a cultura de preconceito de gênero ainda se mantêm mesmo atualmente, o que dificulta a inserção completa da figura feminina nos processos democráticos. Ainda é recorrente presenciarmos diversas atitudes, notícias e acontecimentos envolvendo as mulheres políticas tanto no Brasil, como em todo o mundo. Parece latente a dificuldade em abandonar a velha impressão de que a política deve ser território exclusivo dos homens.

4.4 A eleição de 1934: vitória das amazonenses

“O Amazonas longínquo cujo progresso intelectual e cívico é dos mais notáveis neste imenso país onde o papel político da mulher ainda é encarado com tantos preconceitos, mostrou o índice de sua cultura elegendo também a sua representante a Assembleia Estadual”⁵¹⁰. Essas foram as palavras grafadas no Boletim da FBPF, no qual apresentava um balanço sobre as eleições de 1934, sobre o fato do Amazonas ter sido um dos oito Estados brasileiros que conseguiu eleger pela primeira vez uma mulher como membro para a Assembleia Constituinte estadual.

A eleição ocorreu em 14 de outubro de 1934, acompanhando o que ocorria em todo o país, após um período de agitada campanha eleitoral permeada pelas rivalidades

escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil. Florianópolis: Cais, 2021; **A República** (SC) Edição 00317. Florianópolis, 09 de abril de 1935; **A Notícia** (SC) Edição 02638, 20 de julho de 1937.

⁵⁰⁹ SILVA, Larissa Almeida Custódio da. **Feminismos de primeira onda no Ceará: paradoxos e possibilidades a partir das disputas pelo voto feminino na imprensa (1900-1933)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2019. p. 105

⁵¹⁰ **Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. n° 3, dezembro de 1934, p. 4.

políticas existentes no Estado. Além da disputa pelas vagas na Câmara Federal, foram disputadas as vagas para a Assembleia Constituinte Estadual. Conforme determinação do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, o Amazonas deveria eleger 4 deputados federais e 30 deputados constituintes estaduais⁵¹¹.

O cenário político amazonense nesse momento, era composto por seis partidos políticos, a saber: Partido Socialista Amazonense (PSA)⁵¹², Partido Trabalhista do Amazonas (PTA)⁵¹³, Partido Republicano do Amazonas (PRA)⁵¹⁴, Partido Liberal do Amazonas (PLA), Partido Radical Republicano Amazonense (PRRA)⁵¹⁵ e Ação Integralista Brasileira (AIB, âmbito nacional)⁵¹⁶. Desses, os quatro primeiros representavam a maioria dos candidatos que disputavam as vagas para ambos os cargos. Alguns desses partidos publicavam jornais e usavam desse espaço para difusão de suas aspirações, fortalecimento de suas campanhas eleitorais, disputa e ataques aos adversários políticos. Como exemplo, o Partido Liberal publicava o jornal “A Nação” e o Partido Trabalhista publicava o jornal “Tribuna Popular”. Nesse sentido, ao analisar as disputas

⁵¹¹ **Boletim Eleitoral** nº 72, 14 de agosto de 1934. Tribunal Superior Eleitoral, sessão de arquivo.

⁵¹² O Partido Socialista Amazonense (PSA) foi registrado no TRE em 05 de abril de 1933, para disputar as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Um de seus fundadores foi Leopoldo Tavares da Cunha Melo, importante liderança política do Estado, mas a figura de Destaque era Álvaro Maia. “O partido contou com o apoio do interventor do Amazonas Capitão-Tenente Rogério Coimbra e lideranças do Núcleo 3 de outubro”. Segundo nos informa Abreu, o termo “socialista” empregado pelo partido não era sinônimo de “comunismo”, nem se referia ao marxismo-leninismo, mas ao que chamavam de “socialismo democrático”. ABREU, Davi Monteiro. **Uma “pretensa intentona”: ANL, AIB e a cultura política anticomunista no Estado do Amazonas (1935-1937)**. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2019. p.40. Já para Costa, a formação do Partido é decorrente de um “Acordo Revolucionário” entre as lideranças do Governo Provisório, partido partidos políticos e interventores. COSTA, Maria das Graças Pinheiro da. **O Direito à Educação no Amazonas**. Op. Cit. p. 131. De qualquer forma, o PSA “foi um agente de suma importância na conjuntura política da década de 1930, no Amazonas. Era um partido de cúpula, suas principais lideranças eram figuras das classes médias e/ou abastadas do Amazonas, portanto, faziam uma política “de cima”, das elites”. ABREU, Davi Monteiro. A trajetória política-eleitoral e as querelas do partido socialista amazonense (PSA). (1933-1937). **Manduarisawa - Revista Discente do Curso de História da UFAM**, volume 7, ano 1, 2023. p. 191.

⁵¹³ Fundado em 02/02/1933 por Luís Tirelli, de raízes no movimento sindical dos marítimos e do movimento tenentista. O Partido contava com um número significativo de marítimos, portuários, integrantes de várias categorias da classe trabalhadora, dissidentes liberais, republicanos e demais componentes da elite política amazonense, entre eles, Silvério Nery. O PTA não foi organizado pelos trabalhadores, mas esses davam apoio ao partido que buscava representar suas lutas. O partido editava o Jornal Tribuna Popular, lançado após às Eleições de 1933. Ver: COSTA, Maria das Graças Pinheiro da. **O Direito à Educação no Amazonas**. Op. Cit. e ABREU, Davi Monteiro. **Uma “pretensa intentona”**. Op. Cit.

⁵¹⁴ Para as eleições de 1934, o Partido Republicano do Amazonas sofreu dissidências e deu origem ao Partido Radical Republicano do Amazonas (PRRA).

⁵¹⁵ Segundo informa Costa, o PRRA foi fundado por uma dissidência do PRA, tendo sido registrado em 6 de setembro de 1934, aceitando a coligação com o PSA. COSTA, Maria das Graças Pinheiro da. **O Direito à Educação no Amazonas**. Op. Cit. p. 158.

⁵¹⁶ Registro dos partidos no TRE. In: **Diário Oficial do Estado do Amazonas**. Manaus, 10 de outubro de 1934, ed. 11812.

eleitorais do período em questão, o historiador Davi Abreu, aponta que, sendo o PSA e o PTA os dois principais partidos do pleito,

tornaram as eleições bastante complexas, pois ambos apresentavam ao eleitorado amazonense uma gama de candidatos dos mais variados grupos sociais. Os socialistas lançaram candidatos ligados à Igreja Católica e à Ação Integralista Brasileira. Já os trabalhistas lançaram nomes ligados ao movimento de trabalhadores⁵¹⁷

Ao que se refere à disputa eleitoral para a Constituinte Estadual, as 30 vagas para deputado foram disputadas entre os 136 candidatos inscritos pelos partidos mencionados acima, por aqueles que não tinham filiação partidária, tendo sido registrados como “avulsos”, e por uma minoria que estava inscrita apenas por legendas, em uma das três registradas no TRE: “Amazonas”, “Tudo pelo Amazonas” e “Amazonas Redimido”⁵¹⁸, sendo esta última uma coligação entre o PSA, PRRA (Partido Radical Republicano Amazonense), Clube 3 de outubro e Liga Eleitoral Católica (LEC)⁵¹⁹. Entre essas candidaturas está o nome da “mãezinha” Maria de Miranda Leão, única mulher a se candidatar e disputar o pleito, inscrita pela legenda “Tudo pelo Amazonas”, pelo Partido Socialista Amazonense e Partido Radical Republicano, coligados sob a legenda “Pelo Amazonas Redimido” e “Ação Integralista Brasileira”⁵²⁰. O Partido Liberal chegou a lançar uma candidatura feminina, mas ela pediu que seu nome fosse retirado da chapa apresentada poucos dias antes das eleições, conforme anunciou o jornal A Nação, que representava o referido partido, na edição de 03 de outubro daquele ano. Tratava-se da professora Mara Barroso Madeira, de quem a pesquisa não alcançou outras informações⁵²¹. Outro nome especulado como candidata por alguns jornais da capital federal, entre eles o Gazeta de Notícias (RJ), foi o da vice presidente da FAPF, professora Alcina Limaverde Barros⁵²². Alcina participou da 2ª Convenção Nacional Feminista realizada pela FBPF na Bahia, em 1934, e nessa convenção foram indicados os nomes

⁵¹⁷ ABREU, Davi Monteiro. **Uma “pretensa intentona”**. Op. Cit, p.112.

⁵¹⁸ Lista Candidatos registrados no TRE/AM. In: **Diário Oficial do Estado do Amazonas**. Manaus, 10 de outubro de 1934, ed. 11812.

⁵¹⁹ PIO JUNIOR, Amauri Oliveira. **O trabalhismo no Amazonas: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”**. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2015. p.64.

⁵²⁰ Lista Candidatos registrados no TRE/AM. In: **Diário Oficial do Estado do Amazonas**. Manaus, 10 de outubro de 1934, ed. 11812.

⁵²¹ A Nação, 03 de outubro de 1934. Apud COSTA, Maria das Graças Pinheiro da. **O Direito à Educação no Amazonas**. Op. Cit, p. 159.

⁵²² **Gazeta de Notícias** (RJ). Ed. 0008, 03 de outubro de 1934. p. 2.

das mulheres que concorreriam às vagas pelos Estado⁵²³, mas não fica claro se a indicação dela era para a Câmara Federal ou para deputação estadual. No entanto, é certo afirmar que a candidatura não se efetivou, pois o seu nome não consta na lista de candidatos oficiais do Estado publicada no Diário Oficial e nem veiculado na imprensa. A imprensa amazonense, ao que se pôde apurar, nem chegou a mencionar a possibilidade de candidatura de Alcina. Embora não possamos afirmar o motivo, podemos hipotetizar que talvez a indicação não tivesse encontrado apoio ou interesse em nenhum partido, como ocorreu com as outras candidatas em outros estados, que haviam sido indicadas pela Convenção Feminista da FBPF. Destarte, o silenciamento da imprensa não se deu apenas sobre as candidaturas inviabilizadas, mas também sobre a própria candidata Maria de Miranda Leão que concorreu no pleito e foi eleita.

Em relação aos eleitores das eleições de 1934, é salutar apontar que houve um pequeno aumento em comparação à eleição do ano anterior, quando o Amazonas registrou apenas 3.497 dos 4.389 eleitores cadastrados, o que representou o percentual de (79,68%) de votantes. Para as eleições de 1934, foram inscritos 9.884 eleitores, dos quais compareceram 84,28% desse total, ou seja, 8.330 votantes às urnas, um aumento de um pouco mais de 4%. O número de votos válidos foi um pouco menor, totalizando 8.037, já a abstenção foi de 15,72%, ou seja, 1.554 eleitores⁵²⁴. Mesmo o número de eleitores em 1934 representando menos de 2% (1,92%) da população amazonense daquele ano, que era de 433.513 habitantes, ainda assim foi um pouco maior do que a da eleição anterior (1933) quando os eleitores representavam apenas 1% da população amazonense, de 428.366 habitantes⁵²⁵. Em sua análise, Maria das Graças Costa concluiu que os dados das eleições de 1933 e 1934, demonstram que as conquistas de 1932 ratificados na Constituição de 1934, não produziram impactos significativos ao aumento do contingente eleitoral do Estado do Amazonas⁵²⁶. Compreendemos que a autora se refere essencialmente ao voto feminino, embora ela também não deixe de mencionar que outros grupos continuaram aliados de direitos políticos⁵²⁷. De fato, a conquista dos direitos

⁵²³ **O Jornal** (RJ), ed. 04574, 13 de setembro de 1934, p. 16

⁵²⁴ **Boletim Eleitoral** nº 131. 26 de dezembro de 1934. Tribunal Superior Eleitoral. Analisando dados publicados no **Jornal Tribuna Popular** em 11 de novembro de 1935, Pio Júnior afirma que houve um crescimento de 49,52% na participação dos eleitores na eleição suplementar de 1935 em relação à eleição anterior, passando de 9.884 (1934), para 14.779 eleitores. PIO JUNIOR, Amauri Oliveira. **O trabalho no Amazonas**. Op. Cit, p. 82.

⁵²⁵ Instituto Nacional de Estatística – **Anuário Estatístico do Brasil**. Ano II, 1936.

⁵²⁶ COSTA, Maria das Graças Pinheiro da. **O Direito à Educação no Amazonas**. Op. Cit. p, 164-165.

⁵²⁷ Pela Constituição Federal de 1934 continuaram sem direitos políticos os analfabetos, mendigos e os

políticos pelas mulheres não causou um aumento impactante no número de eleitores nesse primeiro momento, podendo ser explicado pelo fato do voto ser facultativo para a maioria das mulheres, o índice de analfabetismo ser alto para esse grupo, além de que esse debate político era muito próprio das mulheres das camadas sociais mais privilegiadas economicamente como já mencionamos anteriormente. No entanto, essa importante conquista, celebrada em sua totalidade, marcou um novo momento da história das mulheres no país. Hoje o eleitorado feminino é maior que o masculino, correspondendo a quase 53% dos eleitores cadastrados, segundo dados divulgados pelo TSE com base nas eleições de 2022⁵²⁸.

O resultado da apuração das urnas das 34 sessões eleitorais apontou como vitoriosos ao cargo de deputado federal nomes já conhecidos na política amazonense: Álvaro Maia, Alfredo da Matta⁵²⁹ e Leopoldo Tavares Cunha Mello, foram os três deputados eleitos pela coligação do Partido Socialista Amazonense. O quarto eleito foi Augusto Ribeiro Júnior do PRRA da mesma coligação do PSA⁵³⁰. Para a Assembleia Estadual, as 30 vagas foram preenchidas, em sua maioria, por nomes conhecidos na política Baré. Destes, foram eleitos 24 deputados pela coligação Amazonas Redimido, encabeçada pelo PSA, que formaram a maior bancada na assembleia estadual⁵³¹. Dentre os 24 deputados, a estreante Maria de Miranda Leão⁵³². As 6 vagas restantes ficaram

militares sem patente.

⁵²⁸ Segundo dados do IBGE, 82.373.164 são eleitores do gênero feminino e 74.044.065 do masculino. O número de eleitoras representa 52,65% do eleitorado, enquanto o de homens equivale a 47,33%. Disponível em www.tse.jus.br/. Acesso em 19/12/2022.

⁵²⁹ O médico baiano Alfredo Augusto da Matta, nascido em março de 1870, chegou em Manaus em 1890 onde fixou residência. Era médico especializado em medicina profilática e dermatologia. Foi diretor do Departamento de Saúde Pública onde atuou com brilhantismo no combate à febre amarela que assolava o Amazonas. Entrou na política em 1916, elegendo-se deputado à Assembleia Legislativa. Em 1933 elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte e em 1935 foi eleito senador da República, ambos representando o Amazonas. BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografia**. Op. Cit. p.54-56.

⁵³⁰ Em 1934, o PSA se coligou com o PRRA, com o Clube 3 de Outubro e com a Liga Eleitoral Católica, formando a coligação “Pelo Amazonas Redimido”. PIO JUNIOR. Amaury Oliveira. **O trabalho no Amazonas**. Op.Cit. p.65

⁵³¹ **24 (80%) dos 31 candidatos da Aliança Socialista Radical** - Alfredo Lima Castro, João Paulo Gonçalves, Cosme Ferreira, Padre Manoel Monteiro, Manoel Severiano Nunes, Leopoldo Neves, José Nunes Lima, Moacyr Dantas, Ariolino Azevedo, Ruy Barreto, Armando Madeira, Tito Bittencourt, Ary Tapajós, Antonio Villa Vieira, João Baptista da Costa, Gentil Ferreira, Philadelpho Moraes, Felix Valois, João Nogueira da Matta, Annanias de Almeida, Carlos Machado, Maria de Miranda Leão, Benjamin Ferreira e Mario Lima. Correio da Manhã. RJ 21/12 Ano 1934\Edição 12268 e páginas 166-167.

⁵³² O tema será abordado no capítulo seguinte.

assim distribuídas: 04 deputados eleitos pelo partido Trabalhista⁵³³ e 02 deputados eleitos pelo Partido Republicano⁵³⁴. Os liberais não conseguiram eleger nenhum candidato.⁵³⁵

Os deputados eleitos como membros para a Assembleia estadual tiveram a incumbência de eleger o governador do Estado e dois representantes para o Senado Federal. Para tais cargos, foram eleitos em 04 de fevereiro de 1935, Álvaro Botelho Maia, Alfredo da Mata e Cunha Melo, respectivamente⁵³⁶. Logo após a posse dos governadores e senadores, os deputados constituintes deveriam começar seus trabalhos para cumprir o prazo máximo de quatro meses para concluir a Constituição estadual, o que fizeram em 02 junho, como veremos mais adiante.⁵³⁷

⁵³³ 04 dos 30 candidatos (13%) do partido Trabalhista – Antonio Vasconcelos, Vivaldo Palma Lima, Felismino Soares, Raymundo Chaves Vieira. um trabalhista eleito apoiava a legenda “Tudo pelo Amazonas”. **Correio da Manhã** (RJ), 21 de dezembro de 1934. Ed. 12268, 166-167.

⁵³⁴ 02 dos 29 (7%) do Partido republicano (perrepistas) – Aristides Rocha e Leopoldo Peres. Um republicano eleito apoiava a legenda “Tudo pelo Amazonas”. **Correio da Manhã** (RJ), 21 de dezembro de 1934. Ed. 12268, 166-167.

⁵³⁵ Os liberais apresentaram 28 candidatos. apenas 1 foi eleito com dupla filiação pois também pertencia ao Partido Trabalhista. **Correio da Manhã** (RJ), 21 de dezembro de 1934. Ed. 12268, 166-167.

⁵³⁶ Por conta da eleição indireta dos três candidatos aos respectivos cargos, as vagas para deputado federal ficaram abertas, tendo sido necessário uma nova eleição. Em 07 de setembro de 1935 foram eleitos os novos deputados federais: Luiz Tirelli (PPA), Aluysio Araújo (PSA) e Alexandre Carvalho Leal (PPA).

⁵³⁷ BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (AM). **Atos e Fatos do TRE/AM em sua primeira fase**: op. Cit. p. 118

Capítulo 5

De sacerdotisa a mandatária: o pioneirismo feminino na política amazonense e a trajetória de Miranda Leão

“Com a independência consciente, que deve ser o apanágio de toda a mulher, principalmente nos cargos públicos e efetivos, ocupo hoje esta tribuna”⁵³⁸

A década de 1930 marcou importante mudança na história do movimento feminino por direitos no Brasil, como vimos nos capítulos anteriores. Muitas mulheres despontaram nos cenários sociais e político, inserindo-se em espaços até então histórica e majoritariamente ocupados pelo sexo masculino. O Amazonas elegeu logo na primeira eleição estadual, em que as mulheres puderam votar e ser votadas (1934), a primeira representante do sexo feminino.

Em 02 de Fevereiro de 1935, ocorreu a sessão de instalação da Assembleia Constituinte estadual, sob presidência do desembargador Hamilton Mourão, do Tribunal Regional Eleitoral⁵³⁹. Maria de Miranda Leão foi empossada para o cargo de deputada constituinte estadual. Ela foi eleita por voto popular, inclusive feminino pelo Partido Socialista Amazonense (PSA), aos 48 anos e “com expressiva votação”⁵⁴⁰, que totalizou 5.185 votos no 2º turno.⁵⁴¹ Ela era a única mulher entre 30 deputados eleitos pelo pleito ocorrido em 14 de outubro de 1934⁵⁴². Esse momento marcou a história política do Amazonas e das lutas sufragistas brasileiras, pois Maria de Miranda Leão foi a pioneira entre as mulheres amazonenses a ingressar na vida política do Estado e uma das primeiras no país, como visto anteriormente.⁵⁴³ Repetindo as palavras de Maria das Graças Costa, a

⁵³⁸ Maria de Miranda Leão. Sessão de 07 de maio de 1936. **Annaes da Assembleia Constituinte do Amazonas**, 1936, p. 8-9

⁵³⁹ Annaes da Assembleia Constituinte do Amazonas. Fevereiro/junho de 1935. Manaus, Imprensa Oficial. p.1. A sessão solene do TRE de diplomação dos deputados eleitos ocorreu em 30 de novembro de 1934. *Tribuna Popular*, 26/11/1934 e 3/12/1934.

⁵⁴⁰ **Jornal do Brasil** (RJ), ed. 00204. 27 de Agosto de 1936. p. 11.

⁵⁴¹ 864 votos sem Legenda pelo Coeficiente Partidário. **TSE. Boletim eleitoral** nº 131 (26/12/1934)

⁵⁴² A lista dos eleitos nesse pleito consta no anexo 2

⁵⁴³ Outro destaque para o Amazonas aconteceu quatro décadas depois, em 1978, quando Eunice Mafalda Michilles foi eleita suplente do senador João Bosco Ramos de Lima. Em Maio de 1979 com o falecimento de João Bosco. Michillis assumiu a vaga aberta no Senado, tornando-se assim a primeira senadora do país. Sobre Eunice Michilles, ver: VALE, Michele de Souza. **Mulheres no Poder**. Op. Cit.

participação pioneira de Maria de Miranda Leão no poder legislativo ofereceu à mulher amazonense um novo papel na sociedade daquela época⁵⁴⁴ e assinalou um novo momento na história política do Amazonas. Como expressado pela autora, “O tom delicado e atencioso de seus pronunciamentos e uma certa dose de sensibilidade aos fatos e às questões levantadas na Assembleia, por certo marcaram diferença em relação aos discursos de seus pares”.⁵⁴⁵

IMAGEM 20

Foto oficial da Deputada Maria de Miranda Leão



Fonte: Beira Mar: Copacabana, Ipanema, Leme (RJ). Ed. 00535.p. 5. 31 de out de 1936⁵⁴⁶

⁵⁴⁴ COSTA, Maria das Graças Pinheiro da. **O Direito à educação no Amazonas (1933-1935)**. 2001 p.216

⁵⁴⁵ Idem, *ibidem*.

⁵⁴⁶ A mesma fotografia havia sido reproduzida anteriormente pela Revista amazonense **Cabocla** (AM) na edição de Fevereiro de 1936.

A Deputada deveria permanecer no cargo até o ano de 1938, mas um ano antes, com o golpe do Estado Novo, as Assembleias foram fechadas no país e os deputados destituídos de seus cargos.

5.1 “Os Miranda Leão, quebra, quebram, mas não vergam”⁵⁴⁷

Maria de Miranda Leão, natural de Maués, município do interior do Amazonas, nasceu em 7 de junho de 1887 como membro de uma família tradicional na sociedade amazonense, que ainda nos dias de hoje tem forte representatividade no Estado atuando nos campos da política e da medicina. O patriarca da família, e seu avô paterno, foi o coronel da Guarda Nacional de Manaus, José Coelho de Miranda Leão, que também foi comerciante e político, ocupando o cargo de Deputado provincial do Amazonas. Segundo Bittencourt, Miranda Leão destacou-se por combater, em 1839, os cabanos em Mundurucânia, na Luzéia (atual cidade de Maués) durante o conflito da cabanagem (1835-1840) na antiga província do Grão-Pará⁵⁴⁸. A matriarca, sua avó paterna, Martiniana Ferreira dos Anjos, era descendente dos índios Manaós em sucessão direta⁵⁴⁹. Seu avô materno, o Major Nicolau José de Castro e Costa, foi figura de realce na política e na burocracia manauara. Seu genitor, Manoel de Miranda Leão foi jornalista, professor conceituado e renomado político, ocupando o cargo de deputado provincial da Assembleia Legislativa do Amazonas em 1886, tendo sido considerado um dos símbolos da luta a favor da abolição da escravidão no Amazonas, findada em julho de 1884⁵⁵⁰, fato até hoje lembrado por memorialistas locais. Sua mãe, Luiza Tapajós Castro e Costa de Miranda Leão era professora⁵⁵¹.

A árvore genealógica e os exemplos familiares nos servem como instrumentos

⁵⁴⁷ Frase de Maria de Miranda Leão ao se referir à família. Bittencourt, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**: op. Cit. p.359.

⁵⁴⁸ Ver PINHEIRO, Luis Balkar Sá Peixoto. **Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia**. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2019.

⁵⁴⁹ Um dos membros da família Miranda Leão, o médico sanitarista João Coelho de Miranda Leão, foi muito atuante contra a febre amarela e pelo tratamento de hanseníase no Amazonas, inclusive lutando pela criação de colônias agrícolas e leprosários modelo. Sobre ele, segunda a imprensa da época e memorialistas locais, paira a suposta alegação que cometeu suicídio em junho de 1920 quando ele próprio se contaminou com o mal de hanse. BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**. p. 359-362.

⁵⁵⁰ **Jornal do Commercio** (AM), ed. 22452, 10 de setembro de 1978. p. 3.

⁵⁵¹ Para compor a árvore genealógica de Maria, os seguintes irmãos: Raymundo de Miranda Leão, Helena de Miranda Leão, Luzia de Miranda Leão, Maria de Lourdes de Miranda Leão Amorim de Brito.

para entendermos a trajetória de vida de Maria de Miranda Leão e a posição social privilegiada que ela ocupava por pertencer à uma das famílias mais tradicionais e importantes da sociedade amazonense no início do século XX, o que provavelmente lhe abriu algumas portas. A inspiração e conduta política, inclusive, ela afirmou em depoimento, ter sido em seu pai.⁵⁵²

Maria de Miranda primou, segundo Agnello Bittencourt, pelo talento e pela cultura, tendo vinculado sua vida ao ensino e à caridade⁵⁵³. Além do exercício no magistério, foi assistente social, enfermeira e política, destacando-se na sociedade amazonense justamente por seu pioneirismo num cargo eletivo. Contemporâneos dela, caracterizam-na como “figura exponencial entre os nomes amazonenses de maior mérito”⁵⁵⁴, “digna representante das virtudes primordiais da mulher amazonense”⁵⁵⁵, “mulher de predicados morais e intelectuais”⁵⁵⁶, marcada pela austeridade, seriedade e forte religiosidade, sendo “exemplo de altruísmo, dedicação e bondade”⁵⁵⁷. Fora descrita como “uma dessas inteligências femininas que se sente ao contato do seu verbo fluente, emotivo, todo saturado por esse amor imenso, esse encanto arrebatado pela natureza mágica e característica da Amazônia”⁵⁵⁸, características visíveis, por exemplo, em seus belos e contagiantes discursos, com muita eloquência e oratória, e em alguns textos de sua autoria, publicados em jornais e revistas que circularam nos anos 1930, alcançados pela pesquisa.⁵⁵⁹

Maria de Miranda Leão era uma mulher conhecida e respeitada no seio da sociedade amazonense. Seu epíteto de “mãezinha” traduz bem o que ela representava no meio social: “alguém que cuidava, que amparava, que protegia”, características de sua conduta na maior parte das atividades que ela desenvolveu na cidade de Manaus ao longo da sua vida: a assistência aos menos favorecidos, principalmente para crianças e mulheres num momento em que a cidade de Manaus lutava para se reerguer da grande depressão econômica ocasionada pelo fim do período áureo da borracha.

⁵⁵² **Jornal do Commercio** (AM), ed. 22452, 10 de setembro de 1978. p. 3

⁵⁵³ BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias**. Op. Cit. p. 359

⁵⁵⁴ **Jornal do Commercio** (AM), ed. 20409, 07 de junho de 1970, p.8.

⁵⁵⁵ **Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. nº 3, dezembro de 1934, p. 4.

⁵⁵⁶ **Revista Cabocla**, Manaus, novembro de 1936.

⁵⁵⁷ **Jornal do Brasil** (RJ), ed. 00219, 13 de setembro de 1936, p. 5.

⁵⁵⁸ **Jornal do Brasil** (RJ), ed. 00235, 2 de outubro de 1936, p.11.

⁵⁵⁹ Alguns desses discursos e textos estão no anexo 2.

A benemerência social, assim como a sua dedicação aos assuntos de propagação católica, é o que marca a principal lembrança que a sociedade amazonense tem dela, embora ela ocupe um lugar de extrema importância nas lutas por direitos femininos e na história política do Amazonas, por ter sido a pioneira no legislativo estadual. Sua trajetória política curta, mesmo assim de relevância ímpar e a preferência por preservar a memória e os feitos masculinos da historiografia de outrora, contribuíram para esse “apagamento”⁵⁶⁰ sobre ela.

Nesta análise, leva-se em consideração o assistencialismo e a filantropia desempenhados por Maria de Miranda Leão como fator preponderante para sua visibilidade social, que permitiu que ela, ao se candidatar a um cargo político, tivesse sucesso nas urnas.

IMAGEM - 21

Enfermeira Maria de Miranda Leão



Fonte: *Revista Redenção*, nº 8. Manaus, 1925

⁵⁶⁰ O termo é usado aqui seguindo o conceito cunhado por Perrot (2005)

5.2 A “sacerdotiza do bem”⁵⁶¹: vida pública e assistencialismo da mãezinha

A vida pública da “mãezinha” iniciou-se no ano de 1922, quando ela ingressou para o cargo de escriturária⁵⁶² no Serviço Federal de Profilaxia Rural do Amazonas, órgão que posteriormente transformou-se no Serviço de Saúde Pública⁵⁶³, responsável pelas ações de saneamento e controle de doenças. Como funcionária desse órgão público, Maria de Miranda Leão pôde estar mais próxima das demandas sociais e exercer com mais veemência o assistencialismo e a caridade que marcaram a sua trajetória pública. Algumas dessas iniciativas podem ser vistas logo no ano de 1922 quando Maria atuou na “Liga Protetora das Crianças Pobres”, e fundou a “Sociedade de Amparo à Maternidade e Infância”, origem da Casa Dr. Fajardo⁵⁶⁴ que ela também ajudou a fundar juntamente com o médico Samuel Uchôa, diretor da Profilaxia Rural do Estado. A Casa Dr. Fajardo foi criada para abrigar e cuidar das crianças nascidas de pais portadores de Hanseníase internadas no leprosário de Paricatuba. Maria foi a primeira diretora da casa e é sua presidente perpétua. Segundo nos informa uma matéria do Jornal A Manhã (RJ), a criação da casa de saúde resultou de um pedido de

um grupo de mulheres doentes e em estado de gestação, que lhe pediram para receber seus filhinhos, os quais, ao nascer, eram retirados do leprosário e distribuídos, como se fossem gatinhos indesejáveis, às famílias da vizinhança, pelos sítios e fazendas.

“Mãezinha” transmitiu a seus chefes o apelo angustioso das hansenianas e ficou logo resolvida a fundação de uma casa para receber as crianças que nascessem no leprosário”⁵⁶⁵

⁵⁶¹ Expressão usada pelo jornal **Correio da Manhã** (RJ) ed. 11877, 20 de agosto de 1933, p.3.

⁵⁶² **Gazeta de Notícias** (RJ), ed. 00154, 30 de junho de 1927, p. 7.

⁵⁶³ **Jornal do Commercio** (AM), ed. 20409, 07 de junho de 1970, p.8.

⁵⁶⁴ A casa Dr. Farjardo foi fundada em 19 de dezembro de 1922. Em 1965 passou a se chamar Hospital infantil Dr. Fajardo. O referido hospital, que é público, ainda está em pleno funcionamento na cidade de Manaus, sendo referência em cirurgias pediátricas reparadoras. O nome é uma homenagem ao médico e pesquisador Dr. Francisco de Paula Fajardo Júnior.

⁵⁶⁵ **A Manhã**, (RJ), ed. 03586, 19 de abril de 1953, p.18.

IMAGEM - 22

Maria de Miranda Leão, enfermeiras e crianças internadas na casa Dr. Farjardo



Fonte: A Manhã, (RJ), ed. 03586 19/04/1953, p.18

Como mencionado anteriormente, o Amazonas foi assolado pela hanseníase no início do século passado e iniciativas femininas para auxílio e amparo a esses doentes e suas famílias tornaram-se frequentes. Essas senhoras atuantes nessa causa, foram chamadas de “Damas Protetoras do Leprosário” ou simplesmente “Damas da Caridade”. Maria de Miranda Leão fazia parte desde o início do grupo, e posteriormente fez parte da Sociedade Amazonense de Proteção aos Lázarus e Defesa contra a Lepra, compondo a Diretoria, na função de 2ª secretária⁵⁶⁶ em 1933. No entanto, por falta de fonte, não foi possível delinear o período que ela exerceu a função, mas é possível afirmar para além das atividades próprias de sua função, que ela ajudou na realização de vários festejos e atividades para arrecadação de fundos e donativos cujo objetivo era levar um pouco de conforto para os enfermos.

⁵⁶⁶ CABRAL, Adriana Brito Barata. **De lazareto a leprosário: políticas de combate a lepra em Manaus.** Op. Cit. p. 164-5.

Sua função pública e social como funcionária da Profilaxia Rural aliada à sua atuação no grupo “Damas da Caridade”, possibilitaram Maria de Miranda Leão ajudar a fundar e dirigir abrigos infantis cuja finalidade era oferecer outros espaços para receber os filhos nascidos dos pais doentes internados no leprosário Belisário Penna, em Paricatuba, assim como ocorreu com a criação da casa Dr. Fajardo. Em 1927, com ajuda do presidente do Estado, Sr. Efigênio Salles e do Dr. Samuel Uchôa, foi fundada a Creche Alice Salles que acolhia crianças até os cinco anos de idade. Na década de 1930, foi criado o abrigo Menino Jesus, sob responsabilidade da “Sociedade Amazonense de Assistência aos Lázarus e Defesa contra a Lepra”, mas com subvenção do governo estadual assim como a Casa Dr. Fajardo e a Creche Alice Salles⁵⁶⁷. Segundo o presidente do Estado, essas casas de saúde “preencheram uma grande e sensível lacuna no sistema hospitalar do Estado”⁵⁶⁸. A direção de Maria nessas casas de saúde, foi classificada pelo presidente do Estado como “abnegada e criteriosa, que se faz pelas suas virtudes cristãs e pelo seu devotamento ao amparo das criancinhas desvalidas, credora de toda a gratidão do governo e da sociedade amazonense”.⁵⁶⁹

IMAGEM - 23

Maria de Miranda Leão com crianças do Abrigo Menino Jesus

⁵⁶⁷ Conforme notícia do jornal a Cruz, outros abrigos também contaram com o cuidado e a administração de Maria de Miranda Leão: o Abrigo Redentor e o Abrigo Círculo Operário. **A Cruz, Órgão da Parochia de São João Baptista** (RJ). Ed. 00026, p. 8. 25 de junho de 1944. Não encontramos outras fontes que pudessem confirmar ou refutar tal afirmação e nem nos trazer mais informação sobre os abrigos.

⁵⁶⁸ Mensagem de Ephigenio Salles à Assembleia Legislativa. **O Jornal** (RJ), Ed. 02992. 29 de agosto de 1928, p. 7.

⁵⁶⁹Idem.



Fonte: Revista Cabocla, s/n, maio de 1936

Posteriormente, ainda na política de isolamento das vítimas do mal de Hansen e de seus filhos sadios, verdadeiros “órfãos de pais vivos”⁵⁷⁰, foi criado em Manaus mais um preventório brasileiro: o Educandário Gustavo Capanema⁵⁷¹, inaugurado oficialmente em fevereiro de 1942. O educandário Gustavo Capanema foi criado com a mesma finalidade dos abrigos mencionados anteriormente: abrigar filhos sadios dos hansenianos de ambos os sexos nascidos nos leprosários Belizário Penna e Colônia Antônio Aleixo. Conforme apuraram em suas pesquisas, Santos e Leandro, nos informam que Maria de Miranda Leão foi também diretora desse abrigo no ano de 1947⁵⁷².

⁵⁷⁰ SANTOS, Francieli Lunelli; LEANDRO, Jose Augusto. **Mulheres da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra**. Op.cit p. 59.

⁵⁷¹ Atualmente o Educandário oferece à população carente do bairro Colônia Oliveira Machado o serviço de creche integral.

⁵⁷² SANTOS, Francieli Lunelli; LEANDRO, Jose Augusto. **Mulheres da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra**. Op.cit. p. 63.

Ressalta-se que a criação de leprosários, dispensários e preventórios fez parte da política varguista de maior controle e assistência à lepra no Brasil, sob a gerência do Ministro da saúde e educação Gustavo Capanema. Dados apresentados por Santos e Leandro afirmam que na Era Vargas foram construídas trinta das trinta e seis instituições preventoriais que existiam no país no período⁵⁷³.

Outras ações assistencialistas também fizeram parte da trajetória de Maria de Miranda Leão na Manaus dos anos 1940: no início da década, a mãezinha realizou dois cursos no Rio de Janeiro com o apoio do bispo d. Basílio Manoel Olímpio Pereira: um de Ação Católica e outro de Serviço Social. No regresso à Manaus, “animada com os resultados obtidos”, sugeriu ao Juiz tutelar de menores, Sr. André Vidal, a criação de uma Escola de Serviço Social como já existia no Rio de Janeiro e em São Paulo. A Escola de Serviço Social de Manaus (ESSM), subordinada inicialmente a esse Juízo de menores, foi a primeira do norte do Brasil e Maria de Miranda Leão fez parte do corpo docente como professora de Assistência Social no início dos anos 1940⁵⁷⁴.

Nesse mesmo período, coordenou junto com o Dr. Celso Limaverde, diretor do Departamento de Saúde Pública do Amazonas, um curso de enfermeiras socorristas (também chamado de curso de enfermeiras de guerra) mantido pela Cruz Vermelha e pela Legião Brasileira de Assistência (LBA)⁵⁷⁵, curso com grande número de alunas matriculadas, que posteriormente contribuiu para a Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a 2ª Guerra Mundial⁵⁷⁶. Sobre a LBA, Maria participou da instalação da sessão estadual ocorrida em 12 de setembro de 1942 e se colocou à disposição para auxiliar a instituição com as atividades desenvolvidas. No entanto, pela ausência de fontes, não foi possível determinar se houve de fato uma relação entre ambas.

Ainda pela Cruz Vermelha do Amazonas, Maria de Miranda Leão foi nomeada secretária-geral e enfermeira chefe e durante a 2ª Guerra Mundial ficou encarregada das

⁵⁷³ SANTOS, Francieli Lunelli; LEANDRO, Jose Augusto. **Mulheres da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra**. Op.cit. p. 59.

⁵⁷⁴ **Jornal do Commercio** (AM), Ed. 20409, 07 de junho de 1970, p.8. Sobre a Escola de Serviço Social, ver DUARTE, Durango. **Manaus, entre o passado e o presente**. 1º ed. Manaus: Mídia Ponto Comm, 2009.

⁵⁷⁵ Foi criada em 28 agosto de 1942 pela então primeira-dama Darcy Vargas. O objetivo da LBA era sobretudo, proteger as famílias dos soldados brasileiros e a execução de outros trabalhos que visassem a cooperação da mulher brasileira para auxiliar as autoridades na solução dos problemas que foram criados pelas circunstâncias da guerra. Com o fim da guerra em 1945 tornou-se em órgão de assistência às famílias necessitadas em geral. **Jornal do Commercio**, ed. 13030, 13 de setembro de 1942, p.1

⁵⁷⁶ Uma das 30 alunas formadas na 1º turma, senhorinha Semiramis Montenegro, foi servir à FEB no posto de segundo tentente. **Jornal do Commercio** (AM), ed. 13705, 09 de dezembro de 1944, p. 4.

visitas e correspondências dos prisioneiros de guerra e sugeriu que a Escola Ana Nery enviase uma enfermeira para ministrar um curso intensivo de enfermagem, formando enfermeiras para servir nos campos de conflito. A turma formada chegou a prestar o juramento de praxe, mas não foi para o front porque a guerra terminou. Por razão dessas atividades, Maria de Miranda Leão foi condecorada pela Cruz Vermelha brasileira⁵⁷⁷.

Ainda na década de 1940, Maria foi nomeada diretora do Instituto Benjamin Constant, sem ônus para o Estado e assim permaneceu entre os governos de Sisenio Sarmiento (1946) a Leopoldo Neves (1947). A instituição acolhia meninas em vulnerabilidade social e oferecia além do ensino primário, o curso de prendas domésticas. Durante a sua administração foi criada a primeira Escola Normal Rural do Amazonas.⁵⁷⁸

Essa forte relação com as causas sociais, fez com que a sociedade amazonense a considerasse como a primeira assistente social do Estado, recebendo inclusive o epíteto de “mãezinha”, pelo qual até hoje ela é conhecida. O tipo de assistencialismo que se percebe nas ações de Maria é o maternalista, entendido como uma postura ideológica adotada por mulheres das camadas médias e alta nas primeiras décadas do século XX, que defendia a preponderância do sexo feminino, devido a sua “natureza específica para a maternidade”, na defesa e desempenho de atividades relacionadas ao bem estar das mulheres e das crianças.⁵⁷⁹

5.3 Ação Católica: campo de ação feminina⁵⁸⁰

A forte religiosidade, baseada nos dogmas católicos, era uma característica muito forte na personalidade da Maria de Miranda Leão e que, de maneira significativa, influenciou e esteve sempre presente nas suas condutas sociais, profissionais e políticas. Podemos afirmar com isso que a prática filantrópica, assistencialista, funções profissionais e sua atuação enquanto mulher, feminista e política estavam intimamente permeados e definidos por seus ideais e valores religiosos. Como mencionado, em 1913, ocorreu a fundação da Pia União das Filhas de Maria, grupo religioso formado por moças católicas dirigidas por Maria de Miranda Leão. A Pia União, é, para essa pesquisa, o

⁵⁷⁷ **Jornal do Commercio** (AM), ed. 20409, 07 de junho de 1970, p.8.

⁵⁷⁸ *Idem*.

⁵⁷⁹ KOVEN, S. & MICHEL, S. Womanly Duties: the Origins of Welfare States. In: MOTT, Maria Lúcia. **Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil**. Cadernos Pagu (16) 2001: pp.199-234.

⁵⁸⁰ Maria de Miranda Leão. **Jornal do Brasil** (RJ), ed. 248. 18 de outubro de 1936. p.24

marco inicial da visibilidade religiosa e social que Maria de Miranda Leão conquistou ao longo de sua história na cidade de Manaus. A sua relação com essa associação religiosa é o que explica o fato de Maria de Miranda Leão não ter casado e nem ter tido filhos, embora ela enquanto mulher e política estivesse sempre em defesa da maternidade e do matrimônio. Conforme Soares, as mulheres membros da *Pia* tinham na castidade a sua grande virtude, devendo permanecer solteiras, mas se casavam, tinham que deixar o grupo.⁵⁸¹ Além da Pia União, Maria também exerceu por muitos anos o posto de “secretária da Irmandade do Carmo, cargo confiado a ela pelo Cônego Bento da Cunha”⁵⁸².

5.3.1 A representante da Liga Eleitoral Católica - LEC

Maria de Miranda Leão “figura aureolada do mundo feminino religioso”⁵⁸³ era também uma das figuras de relevo da Liga Eleitoral Católica Amazonense, organizada em janeiro de 1933. Segundo nos informa Lima, a LEC foi criada em 1932 no Rio de Janeiro, com o objetivo de “orientar o eleitor católico para que votassem em candidatos comprometidos com os valores defendidos pela Igreja Católica”⁵⁸⁴. Como definido por Silva, “os candidatos e/ou partidos moralmente aprovados pelo crivo da Igreja, a LEC ofereceria seu apoio e a força de seu eleitorado arregimentado”⁵⁸⁵, “numa união cívico-religiosa, a fim de influir poderosamente, dentro das ideias e dos princípios, na futura organização constitucional do país”⁵⁸⁶. A LEC não era um partido político, mas uma organização suprapartidária atuante em vários estados. Assim o jornal *A Reação*, de jovens católicos de Manaus, descreveu a política da LEC: “é a política de Deus e da Pátria; é a defesa do princípio da autoridade, dos postulados cristão, da consciência católica. É a política do lar, da família, da sociedade, da ordem e da paz”⁵⁸⁷. Alguns dos princípios da Liga Eleitoral Católica eram:

⁵⁸¹ SOARES, Elisângela Maciel. *A Pia União das Filhas de Maria na Diocese de Manaus*. Op. Cit p.14

⁵⁸² Idem. *Igreja de Manaus, porção da Igreja Universal*. Op. Cit, p.192.

⁵⁸³ *A Reação: Orgam da “União de Moços Catholicos de Manaós”*. 19 de março de 1933, p.1.

⁵⁸⁴ LIMA, Janilson Rodrigues. *A liga eleitoral católica e a eleição de 1933 no Ceará: liga suprapartidária ou partido católico?* In: Simpósio Nacional de História, 29, 2017, Brasília. Anais [...]. São Paulo: Associação Nacional de História, 2017. p. 1.

⁵⁸⁵ SILVA, Larissa Almeida Custódio da. *Feminismos de primeira onda no Ceará*. Op. Cit. p. 122.

⁵⁸⁶ *A Reação: Orgam da “União de Moços Catholicos de Manaós”*. 8 de janeiro de 1933, p.1.

⁵⁸⁷ Idem.

1º-Promulgação da Constituição em nome de Deus; 2º-Defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com a assistência às famílias numerosas, e reconhecimento de efeitos civis ao casamento religioso; 3º- Incorporação legal do ensino religioso, facultativo, nos programas das escolas públicas primárias, secundárias e normais da União, dos Estados e Municípios.⁵⁸⁸

Ou seja, é possível compreender que a LEC foi um movimento criado no país para promover a defesa dos ideais cristãos, como resposta aos princípios modernistas que tanto assolavam a sociedade, contra a secularização da cultura e principalmente para combater a propagação da ideologia Comunista intensa naquele período. Como consequência, esperava-se o voto dos católicos em defesa dos princípios morais e sociais da Igreja. “Alistem-se, votem e votem disciplinarmente”, era a determinação da LEC⁵⁸⁹. O intelectual católico Alceu do Amoroso Lima, assim a descreveu:

“A Liga Eleitoral não existe apenas para alistar eleitores e sim para concentrar a votação católica nos candidatos que se comprometam a defender, durante o seu mandato, o seu programa, que não é mais do que o programa social da Igreja. Alistar-se, votar e votar na lista apresentada oportunamente pela Liga é que constitui o dever eleitoral dos católicos”⁵⁹⁰.

A LEC se interessava e defendia o voto feminino nesse novo contexto, caracterizando-o como um ato de fé. Se na luta sufragista feminina a Igreja se eximiu do apoio, após a conquista do voto, achou mais interessante conquistar essa parcela dos eleitores. D. Sebastião Leme, arcebispo do Rio de Janeiro e fundador da LEC, expressou o posicionamento da Igreja Católica diante do voto feminino.

“Já não se trata de discuti-lo. Não foi a Igreja que o introduziu na legislação brasileira. Mas, é fato que, sem responsabilidade nossa, o voto feminino existe. Não seria, pois, cristão e patriótico deixá-lo na mão das minorias sem fé.”⁵⁹¹

⁵⁸⁸ Liga Eleitoral Catholica: O programma oferecido ao eleitorado. **O Nordeste**, Fortaleza, 21 de março de 1933. Apud: SILVA. Larissa Almeida Custódio da. *Feminismos de primeira onda no Ceará*. Op. Cit. p. 122.

⁵⁸⁹ **A Cruz** (RJ), 6 de Novembro de 1932, p.2.

⁵⁹⁰ Amoroso Lima. **A Cruz: órgão da Parochia de S. João Batista**. (RJ), ed.00045. 6 de Novembro de 1932.

⁵⁹¹ D. Sebastião Leme. “O voto dos católicos em defesa dos princípios morais e sociais da Igreja”. **A Cruz** (RJ), 30 de outubro de 1932. Ed. 000444, p.1.

Nesse novo cenário, percebe-se que as mulheres foram vistas como as representantes dos valores religiosos e morais, extremamente necessários para a reforma do cenário político brasileiro da década de 1930, tão cheio de ameaças. Sendo assim, era esperado que as mulheres se posicionassem na política de modo a defender os valores morais e conservadores da família cristã que estavam sendo “atacados” pelos ideais feministas de emancipação e pela ideologia comunista. Para a LEC, portanto, o dever eleitoral era um dever de consciência⁵⁹² e a Igreja Católica, por sua vez determinou o campo político da ação feminina.

Seguindo as diretrizes nacionais, desde a sua fundação, a Liga estadual da LEC no Amazonas, que integrava outros movimentos organizados da Igreja Católica, agiu para tornar a LEC conhecida no Estado, mobilizar e orientar a sociedade católica amazonense quanto ao seu dever “absolutamente indeclinável” de participação política eleitoral, entendendo que o exercício do voto não era somente um direito, mas também um imperativo moral e religioso⁵⁹³. Na campanha para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1933, a LEC empenhou-se em divulgar, apoiar e eleger candidatos comprometidos em defender os princípios cristãos da Igreja Católica. Para isso, mas do que votar, os católicos deveriam “votar bem”

votar no sentido das aspirações do Brasil e dos direitos imprescritíveis da Igreja; votar em consoante as mandamentos da moral cristã, votar em benefício do patrimônio espiritual de nossa raça, votar para defender a unidade profunda do nosso povo (...)

Votar sobretudo e acima de tudo nos que estiverem sincera e declaradamente integrados no pensamento da Igreja, nas diretrizes da Ação Católica, que tanto vale dizer no pensamento, no sentimento da família brasileira e da imensa coletividade cristã.

Que todos os católicos se compenetrem dessa obrigação moral e dessa necessidade cívica, pois que só assim, votando e votando bem, cumprimos o dever supremo que os destinos conjugados e harmônicos da Pátria e da religião nos indicam.⁵⁹⁴

É nesse contexto que Maria de Miranda Leão tem importância fundamental dentro da LEC. Ela liderou o movimento feminino católico em Manaus que, além de levar as diretrizes da referida organização e do próprio catolicismo para os bairros, incentivava a participação das mulheres na política tanto como eleitoras, mas também como possíveis

⁵⁹² D. Sebastião Leme. “O voto dos católicos em defesa dos princípios morais e sociais da Igreja”. **A Cruz** (RJ), 30 de outubro de 1932. Ed. 000444, p.1.

⁵⁹³ **A Reacção: Orgam da “União de Moços Catholicos de Manaós”**. 02 de abril de 1933, p.1.

⁵⁹⁴ Idem.

candidatas⁵⁹⁵, fato que certamente aumentou a sua visibilidade e contribuiu significativamente para seu sucesso nas urnas quando disputou uma vaga para a Assembleia Estadual, em 1934. Esse movimento feminino era noticiado e incentivado pelo jornal *A Reacção*, “órgão dos moços católicos de Manaus”, representante dos posicionamentos católicos e porta-voz da LEC no Amazonas. Em março de 1933, o referido jornal noticiou uma dessas caravanas eleitorais católicas que contou com a participação de Maria, no bairro de São Raimundo. Segundo a notícia veiculada, Maria proferiu um discurso que traduzia “o pensamento da mulher amazonense sobre a atualidade brasileira”, incluindo a necessidade de sua participação política, mas no qual fica evidente a defesa e o incentivo aos preceitos propagados pela LEC, conforme vemos abaixo

(...) o nosso grande e heroico Brasil nos chama, a nós sua filha querida, para o grande combate. Combate pacífico, combate sem sangue, mas combate renhido das urnas eleitorais. Também o Brasil pede que combatamos ao lado dos nossos irmãos valorosos (...) Levantemos como as Amazonas unidas, entusiasmadas, cheias do amor ardente da Pátria e corramos às urnas! O preconceito que a mulher não deve ser eleitora está abolido. A mulher nasceu para mãe sim. E como mãe deve educar os filhos e a melhor educação é o exemplo. Que belo exemplo de civismo será o voto feminino, que deve ser um voto livre, consciente, sem paixão, sem interesse do partido e sem a política que aspira galgar posições.

A Liga Eleitoral Católica corresponde a este ideal. A Liga não tem a ambição do mando; a Liga só tem um fim e para alcançá-lo trabalha com afinco: a glória de Deus e a grandeza da Pátria.

Que magnífico programa de ação para a mulher católica brasileira! A Igreja secundando a voz do Brasil, também chama suas filhas para a peleja eleitoral. É preciso que a nova carta magna, seja uma garantia de felicidade para o povo, de grandeza para a pátria estremecida. A única política que a mulher pode adotar é o amor, a caridade. Amor pela pátria e caridade com o próximo. E é isso que procuramos quando levantamos a voz protestando contra a lei iníqua do divórcio que só tem por fim a destruição da família, a destruição do lar. Contra o ensino laico que, que procura a descristianização da criança, apagando no ensino o nome adorável de Deus, único princípio da verdadeira ciência, único princípio da verdadeira moral, da verdadeira ordem.

Não deve causar estranheza o convite da igreja à mulher católica para exercer o sagrado dever de voto. Na história da Igreja vemos como várias vezes o Senhor das nações se serviu da mulher para salvação do povo eleito [...]

Ao terminar eu peço, alistai-vos com denodo na Liga Eleitoral Católica, brasileiras minhas patrícias, amazonenses minhas irmãs, mostrando

⁵⁹⁵ *A Reacção: Orgam da “União de Moços Catholicos de Manaós”*. 19 de março de 1933, p.1-4.

assim o vosso amor pela Igreja que confia em vós, pelo Brasil que nos chama⁵⁹⁶.

Nesse sentido, como visto anteriormente, o jornal *A Reacção* advogou em benefício da participação feminina na política por meio do voto e da sua representação nos cargos eletivos, com o apoio da Igreja Católica. Outra questão referente ao jornal, segundo Costa, era a defesa do programa firmado pela LEC a ser defendido na Assembleia Nacional. Segundo a autora,

não foram poucos os seus editoriais, mensagens e artigos de dirigentes da Igreja Católica e integrantes da LEC, que traziam questões direcionadas ao momento político do país. Os temas tratavam da relação Igreja/Estado, religião/política e dos direitos políticos no país.⁵⁹⁷

Como mencionado, a mãezinha foi figura importante da LEC. Antes de sua eleição para deputada exerceu o cargo de secretária-geral e já eleita, em 1935, assumiu a presidência da organização, e, provavelmente reeleita no ano seguinte, já que em entrevista ao jornal do Brasil, afirmou que

“A 13 de maio deste ano foi reorganizada a Junta Estadual da Liga, ficando assim constituída: Maria de Miranda Leão, presidente; Ananias de Almeida, secretário; Drs. Moacir Dantas, João Nogueira da Mata, Marcionilo Lessa e Alvaro Leite, membros. Continua mantendo sua finalidade fora e acima dos partidos. Está organizada em todo o Estado. Tem cinco representantes na Câmara Estadual: o professor Antóvilva Vieira, como suplente da Câmara Federal e no Senado o ilustre professor Dr. Alfredo da Mata”⁵⁹⁸.

Enquanto esteve presidente da LEC, Maria atuou para o alistamento eleitoral, chegando a mencionar que alistou, em 1937, mais de mil pessoas, com títulos distribuídos, e que continuava a trabalhar para alistar muito mais eleitores para as eleições seguintes.⁵⁹⁹

Com a sua eleição, Maria ajudava a formar a bancada católica da Assembleia Legislativa do Estado, também composta pelos seguintes deputados: Padre Manoel

⁵⁹⁶ **A Reacção: Orgam da “União de Moços Catholicos de Manaós”**. 19 de março de 1933, p.1.

⁵⁹⁷ COSTA, Maria das Graças Pinheiro da. **O Direito à Educação no Amazonas**. Op. Cit. p.134-5

⁵⁹⁸ **Jornal do Brasil** (RJ), ed. 208. 01 de setembro de 1936, p.11

⁵⁹⁹ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz**. Manaus, 19 de agosto de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49. também há essa informação na carta de 25 de Maio de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.2.

Monteiro, Ananias Almeida, João Nogueira da Mata e Moacyr Dantas. A bancada católica da Assembleia Amazonense era representante da Liga Eleitoral Católica (LEC). Essa característica estará presente durante todo o seu mandato.

Faltam estudos sobre a existência da LEC no Amazonas. Essa lacuna historiográfica impede de compreendermos outras relações, personagens e ações da referida Instituição. Até mesmo a sua duração no Amazonas é incerta, de todo modo, é possível afirmar que em 1945 ainda estava atuando no Estado, já que elegeu nova diretoria, da qual Maria de Miranda Leão também fez parte como secretária geral⁶⁰⁰.

5.4 Uma “feminista bem feminina”

Definindo-se como “feminista e bem feminina” que não acreditava na “proteção desinteressada dos senhores homens”⁶⁰¹, Maria de Miranda Leão buscou contribuir, a partir de sua figura pública e política, para a construção de uma nova moral social feminina, mas a partir dos ideais feministas que ela defendia, como veremos nesse tópico.

Participante ativa do movimento sufragista, Maria era membro da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) e participou da fundação da sucursal amazonense da FBPF. Como vimos no capítulo dois, a Federação Amazonense pelo Progresso Feminino (FAPF), criada em dezembro de 1932, reunia importantes nomes do meio social manauara e articulava-se à luta nacional, buscando alianças políticas e sociais locais para apoio e defesa nas causas femininas. Assim como a FAPF, Maria de Miranda Leão atuava na luta feminista no Amazonas com os ideais totalmente alinhados com a ideologia propagada pela FBPF, fazendo questão de deixar claro que se colocava “ao inteiro dispor para tudo o que se referisse aos ideais da Federação”⁶⁰² e que era um “soldado” que se ufanava em fazer parte da FBPF⁶⁰³. A propósito, a mãezinha fazia questão de manter boas alianças com as integrantes da diretoria da Federação, especialmente com Bertha Lutz com quem acreditamos que existisse boa relação de

⁶⁰⁰ **Jornal do Commercio** (AM). Ed.13901, 05 de agosto de 1945, p.1.

⁶⁰¹ Foi assim que Maria se descreveu em matéria do **Jornal do Commercio** (AM). Ed. 11473, 01 de maio de 1938, p.1.

⁶⁰² **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão à Bertha Lutz**. Manaus, de 20 de junho de 1935. Fundo da FBPF, Arquivo Nacional.

⁶⁰³ **Jornal do Commercio** (AM). Ed. 11473, 01 de maio de 1938, p.1.

amizade, além de respeito e um e um pouco de intimidade⁶⁰⁴. A admiração de Maria por Lutz era nítida, chegando a defini-la, em determinado momento como sendo “aquela que tem sido a bandeira da mulher e que é tão dedicada pelo grande ideal de dar, no Brasil, à mulher, o lugar que lhe compete”⁶⁰⁵. Essa admiração inclusive era demonstrada publicamente para seus pares na Assembleia amazonense, conforme ela mesmo afirmou à amiga em carta: “aqui na Assembleia todos já sabem o quanto eu obedeço as ordens da minha leader”⁶⁰⁶. Expressões carinhosas eram sempre dirigidas à ela nas cartas enviadas⁶⁰⁷, além de pedidos para que fossem enviadas ordens para serem cumpridas por ela: “escreva Bertha, mande ordens e estarei sempre contente”, dizia⁶⁰⁸, assim como pedido de sugestão de projetos que a FBPF achasse interessante apresentar na Assembleia amazonense⁶⁰⁹. Em contrapartida, Maria de Miranda Leão informava à Bertha e à FBPF sobre a sua atuação na Constituinte em todos os setores de ação social, moral e político em benefício das mulheres do Estado.

Acabo de ser eleita para a Comissão de Poderes e Leis [...] Na Constituinte apresentei e defendi as sugestões da Federação, em Plenária passaram todas [...] continuamos a lutar pelo grande ideal [...]⁶¹⁰

Dessa maneira, a relação de Maria de Miranda Leão com a FBPF e com a FAPF permite conjecturar que ela estivera desde antes de sua eleição envolvida com a luta feminina por direitos, especialmente pelo direito ao voto e pela igualdade política, e, que,

⁶⁰⁴ Tal afirmação está baseada no conteúdo das cartas enviadas por MML à Bertha Lutz, que fazem parte das fontes usadas nessa pesquisa. Em determinada ocasião, MML convidou para vir conhecer o Amazonas, para conhecer as belezas dessa terra, com suas florestas encantadas e seus rios caudalosos e o poder da mulher amazonense. “seríamos felizes em receber a nossa pioneira da qual o Brasil inteiro se ufana”. Ao que consta, Bertha acabou não conhecendo o Amazonas. **Carta de Maria Miranda Leão à Bertha Lutz**. 20/06/1935. Fundo da FBPF, Arquivo Nacional.

⁶⁰⁵ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz**. Manaus, 20 de junho de 1935. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.18.

⁶⁰⁶ *Idem*.

⁶⁰⁷ A citar: “sua sempre amiga sincera” (carta de 22/08/1932), “minha ilustre patricinha e distinta amiga (carta de 09/06/1937); “ um abraço amigo de quem fica ansiando uma cartinha e é amiga sincera (carta de 19/08/1937); Espero continuar a merecer um cantinho amigo em seu generoso coração” (carta de 22/08/1932) “Por onde anda você? Nunca mais você escreveu, porquê? Já fiquei habituada às cartas da minha líder” (carta de 04/10/1937)

⁶⁰⁸ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz**. Manaus, 25 de Maio de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.28.

⁶⁰⁹ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz**. Manaus, 19 de agosto de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p. 8.

⁶¹⁰ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz**. Manaus, 20 de junho de 1935. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.18.

posteriormente, já como deputada, esses esforços ficaram ainda mais acentuados.

IMAGEM - 24

Fotografia enviada à Bertha Lutz por Maria de Miranda Leão



Fonte: carta enviada à Bertha Lutz. 20/06/1935. Fundo da FBPF, Arquivo Nacional.

Na perspectiva do tipo de feminismo pregado e vivido por Maria, percebe-se o “enquadramento” no que convencionalmente é chamado de feminismo cristão⁶¹¹,

⁶¹¹ Segundo nos informa Martins, a expressão “feminismo cristão” habitualmente não era usada pela imprensa católica. Era mais comum o uso das expressões “movimento feminino católico” ou “ação social feminina”. A principal porta-voz do feminismo Cristão foi Amélia Rodrigues, escritora e professora baiana que traduzia para seu público leitor as interpretações dos intelectuais católicos europeus sobre uma ação feminina militante por direitos, incluindo o sufrágio, mas sem contrariar os ensinamentos religiosos da Igreja de Roma. MARTINS, Ana Paula Vosne. **Qual feminismo? Reflexões sobre o feminismo conservador e a escrita militante de Amélia Rodrigues**. Op. Cit. p. 107

defendido pela Igreja Católica porque era adequado aos seus valores. Um tipo de feminismo que permitia alguns avanços femininos desde que não ameaçasse a moral das famílias e os papéis “naturais” da mulher, mãe, esposa e dona de casa. Devido a sua forte convicção religiosa seria impossível esperar que Maria seguisse outro tipo de feminismo. Muito pelo contrário, ela combatia com veemência o feminismo radical, liberal, revolucionário, ou “o mal feminismo” como costumeiramente era identificado por seus opositores e por muitas vezes, retratado na imprensa. Sendo assim, de maneira breve, pode-se dizer que os limites do feminismo de Maria era a sua religiosidade.

Seguindo essa corrente ideológica do feminismo, Maria compreendia e apoiava a emancipação feminina, defendia a abertura profissional e igualdade salarial para as mulheres, mas ao mesmo tempo reproduzia com coerência seu discurso conservador que naturalizava as funções sociais estabelecidas para as mulheres pela sociedade patriarcal, e, permeados por valores religiosos, especialmente o papel da maternidade.

Em artigo escrito para o *Jornal do Commercio* (AM) em nome da FAPF, em alusão ao Dia das Mães, ela defendeu que a maior nobreza que uma mulher pode ter é ser mãe já que elas são as “formadoras da nação”:

(mãe) tua missão é pesada. Não consiste somente em ninar e acariciar os teus filhinhos. Lança as vistas pelo Brasil. Vês como ele é grande? Ouves o que ele pede? O Brasil espera tudo de ti. Estás em silêncio formando os alicerces da nossa nacionalidade.⁶¹²

Justamente por ser “formadora da nação”, a mulher era “a base da família, e a família deveria ser indissolúvel e alicerce da nação⁶¹³. Ou seja, completamente contrária ao divórcio, que, segundo seus preceitos, feria os princípios religiosos e desagradava à Deus. Essa pauta contra o divórcio, não era exclusivo dela, mas estava presente no discurso de várias feministas, especialmente as que compunham a FBPF e suas afiliadas: era tema presente em seus discursos fosse na Assembleia Legislativa Amazonense, fosse nos congressos que ela participou.

Para além dos papeis extremamente valorosos que as mulheres deveriam desempenhar com esmero na vida privada, era necessário que elas fossem agentes na defesa pública ou política dos valores morais e conservadores da sociedade cristã que

⁶¹² *Jornal do Commercio* (AM) 01 de maio de 1938, p.1.

⁶¹³ *Jornal do Brasil* (RJ). Ed. 00248. 18 de outubro de 1936. p. 24.

estavam sendo “ameaçados” por ideais tidos como prejudiciais à Pátria, à família e à religião, como o feminismo radical e a possível dominação da ideologia comunista tão temida nos idos dos anos 1930⁶¹⁴.

A mulher será mais mulher quando sua mentalidade estiver desenvolvida ao máximo possível e ela compreender que servir o lar, não consiste somente em coser meias e embalar meninos... o lar feliz é aquele onde a mulher ao lado dos filhos sabe amar e fazer amar e serve a pátria, em todos os seus setores de ação social, moral e político... da nossa política sensata e desambiciosa⁶¹⁵

Nessa perspectiva, Maria de Miranda Leão defendia a ideia de que, às mulheres cabia a missão religiosa e política de salvar o Brasil. Essa missão, incentivada por líderes religiosos deveria ser potencializada com a eleição de representantes comprometidos com esse ideal salvador. Ou seja, fosse como colaboradoras ou apoiadoras de candidatos religiosos, ou dentro da nova realidade, serem elas próprias candidatas e possíveis eleitas que usariam a política como meio para alcançar a graça de contribuir para a construção de um novo Brasil: “quantas de nós recebemos de joelhos com a benção a ordem expressa de nossos bispos para serviços políticos e eleitorais e com essa benção nos levantamos e seguimos para as Tribunas da Câmara?”⁶¹⁶

Em seus discursos e escritos, a deputada fazia sempre questão de enaltecer que falava “em nome da mulher amazonense e brasileira” e ao falar por elas, buscava representar seus interesses, inquietações e reivindicações. No entanto, destacava que essa mulher entendia e aceitava que havia outras questões primordiais que definiriam (ou restringiriam) suas reivindicações ou conquistas.

“Queremos a vitória das nossas reivindicações, a nossa igualdade política e social, salário igual para trabalho igual. Mas a mulher do Brasil coloca acima de tudo, Deus, a fé, a honra, a dignidade, a força moral e a integridade da pátria”⁶¹⁷.

É interessante observar que ela usava o termo “mulher” no singular. Embora fosse um termo usual nas narrativas da época analisadas, seu uso exprime algumas questões, como por exemplo, a representação de um único perfil de mulher. No caso de Maria de

⁶¹⁴ Voltaremos a esse tema nos tópicos seguintes.

⁶¹⁵ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz.** Manaus, 20 de junho de 1935. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.18.

⁶¹⁶ Discurso de Maria de Miranda Leão no III Congresso Feminista. **Jornal do Brasil** (RJ), ed. 00248. 18 de outubro de 1936, p. 24.

⁶¹⁷ Idem.

Miranda Leão, fica claro que ela falava em nome da mulher urbana, católica, “de família”, com algum grau de instrução e membro das classes econômicas mais favorecidas.

Por vezes destacou “a força da mulher amazonense” e a classificou como valorosa, heroica e indomável⁶¹⁸, equiparando-a com as famosas guerreiras amazonas e destacando que “as aspirações da mulher amazonense, a cultura e a mentalidade da cabocla morena do rio Negro não envergonha as irmãs do Sul.”⁶¹⁹ Os elementos da natureza amazônica, inclusive, eram sempre usados para analogias feitas em seus discursos, como no exemplo abaixo:

Temos nas veias o sangue amazonense, o profundo amor pelo Amazonas. São estas as únicas credenciais que possuímos, para representar a Mulher amazonense.

Bem devia estar aqui, nesta tribuna, uma voz mais autorizada, uma inteligência mais culta, menos rude do que a nossa.

No entanto, sr Presidente, rude é o soldado, que se bate na trincheira, e estaremos na estacada. Lança em riste como o soldado rude. Simples e rude é a nossa natureza e a sua voz, se tem hinos de amor e de doçura, tem os bravios clangores de guerra⁶²⁰.

Em outra passagem do mesmo discurso apresentado na Tribuna Amazonense, a deputada destacou que essa “força da mulher amazonense”, ali representada por ela seria presença marcante, que não se acovardaria na defesa dos interesses de Deus, da Igreja e do Amazonas: “não emudeceremos, Sr. Presidente, não temeremos, não esmoreceremos, quando o dever no-lo exigir [...] A mulher no Amazonas não é pusilânime.”⁶²¹

Desse modo e usando termos políticos, a agência de Maria de Miranda Leão estava na fronteira entre o progressismo e o conservadorismo, já que observa-se que suas condutas estavam em concordância com o que se costuma conceituar nos dois termos. O progressismo, entendido a partir de sua característica reformista, secular, baseado na razão. Já o conservadorismo que prima pela manutenção do tradicionalismo, dos costumes e de seus modos de funcionamento, baseia-se principalmente na fé e age por ela. São princípios antagônicos e o conservadorismo está sempre na contraparte das ideais

⁶¹⁸ **Annaes da Assembleia Constituinte do Amazonas.** Sessão de 10 de Maio de 1935. p. 117.

⁶¹⁹ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz.** Manaus, 20 de junho de 1935. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.18.

⁶²⁰ **Annaes da Assembleia Constituinte do Amazonas.** Sessão de 10 de maio de 1935. p. 117.

⁶²¹ Idem.

progressistas. Explicando a relação entre ambos conceitos, Norberto Bobbio, em seu Dicionário de Política, estabelece que

[O progressismo] evidenciaria uma atitude otimista quanto às possibilidades de aperfeiçoamento e desenvolvimento autônomo da civilização humana e do indivíduo. Na relação que se estabelece entre progressismo e Conservadorismo, este é sempre apresentado como negação, mais ou menos acentuada, daquele; aparece como tal, mostrando assim seu caráter alternativo; [o conservadorismo] existe só porque existe uma posição progressista. Daí a conhecida tendência dos conservadores a não sistematizar o próprio pensamento que, sendo alternativa, nunca poderá ser concluído e fixado de uma vez para sempre; tem de acompanhar de perto a natureza dinâmica e a contínua tendência expansiva do progressismo.⁶²²

Por esses aspectos, facilmente encontramos na deputada amazonense a presença de ambos os valores, em consonância com os acontecimentos e ideologias comuns ao período. Parafraseando Martins, também pode ser possível definir Maria de Miranda Leão como uma mulher conservadoramente feminista.⁶²³

5.5 Anti comunista, sim. Integralista, talvez!

Já mencionamos anteriormente que Maria de Miranda Leão tinha princípios e defesas ora progressistas, ora conservadoras, mas outras questões eram pertinentes na ideologia política que ela comungava: a forte oposição ao comunismo e a quem o defendia e sua aproximação com os ideais integralistas.

5.5.1 O anticomunismo e o Catolicismo militante

*O dinheiro russo, distribuído perdulariamente em nosso país, não comprará a nossa consciência de brasileiros e de católicos, nascidos à sombra da Cruz engastada em nosso céu chamejante de estrelas*⁶²⁴

⁶²² BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 243.

⁶²³ MARTINS, Ana Paula Vosner. **Qual feminismo? Reflexões sobre o feminismo conservador e a escrita militante de Amélia Rodrigues** (1861-1926). Op.cit.

⁶²⁴ Maria de Miranda Leão. **Annaes da Assembleia Legislativa do Amazonas**. Sessão de 09 de dezembro de 1935. p.202-3.

A “ameaça vermelha” e suas práticas tão debatidas e combatidas em todo o Brasil nos anos 1930, eram considerados por Maria de Miranda Leão como “doutrina corruptora de toda a nossa tradição”⁶²⁵, “prejudiciais à Pátria, à família e à religião”⁶²⁶. Por esses motivos o tema esteve tão presente em sua vida política, manifestados inclusive em discursos e projetos. Para a deputada, o Brasil naqueles tempos, atravessava “uma fase delicada, séria e apreensiva na sua vida de nação independente e livre”, portanto, era necessário combater o “sacrilégio devastador do credo vermelho” para garantir “a defesa do regime, a manutenção da ordem, a salvação da honra e da tradição”⁶²⁷. Nesse contexto, as mulheres, especialmente as mães de família, eram consideradas como agentes necessárias - e até sagradas – no combate ao comunismo e na defesa da família, da sociedade e da pátria.

Combatendo até exterminar o último vestígio dessa hidra infernal, dessa doutrina monstruosa e nefasta, que assestou suas baterias contra a nossa pátria moça, forte e promissora, é o teu dever, mulher de meu Brasil. Nesta hora de lutas, de dúvidas e de torturas, que está angustiando a nação mais que a todo o exército, a ti mulher de minha pátria, cabe, numa atitude decisiva, a tarefa sagrada de combate, e de ti depende a vitória de nosso povo, de nossa nacionalidade. A mulher é mãe, nutrindo em seu seio os filhos de um amor sacrossanto; a mulher é mãe, espancando as trevas da ignorância, fazendo penetrar a luz da instrução nos cérebros infantis; é mãe, debruçada no berço da criança que geme e chora, afastada pela pobreza e miséria do aconchego materno, a definhando na febre e no frio, no sofrimento e na dor; é mãe, embalando em seus braços as criancinhas, que ficaram sem os carinhos daquela que lhes deu o ser, porque a morte, ou a lepra, mais terrível ainda do que a morte, lhes roubou o seu tesouro; é mãe nos hospitais ao lado dos que sofrem, nos campos de batalha pensando chagas, estancando sangue e secando lágrimas, nas fábricas, nas oficinas, nos escritórios, nas repartições, onde quer que o trabalho a retenha e o dever a chame. Em todos esses setores de ação, desempenhando o dever com solicitude e heroísmo, alcançou a força moral que exerce no mundo inteiro, no lar e na sociedade, que para a mulher hoje, é o prolongamento do teto doméstico! Esta força suave e enérgica deve ser a arma de combate na luta diuturna contra o comunismo, inimigo do lar e da dignidade feminina. O comunismo destrói a família e faz da mulher um juguete das mais desenfreadas paixões.⁶²⁸

⁶²⁵ Maria de Miranda Leão. **Annaes da Assembleia Legislativa do Amazonas**. Sessão de 07 de maio de 1935. p. 8-9

⁶²⁶ **Jornal do Commercio** (AM). Ed. 11299. 09 de outubro de 1937, p. 1

⁶²⁷ Discurso de Maria de Miranda Leão no 3º Congresso Feminino da FBPF reproduzido pelo **Jornal do Brasil** (RJ). Ed. 00248. 18 de outubro de 1936, p. 24.

⁶²⁸ Maria de Miranda Leão. Sessão de 07 de maio 1936. **Annaes da Assembleia Legislativa do Amazonas**, 1936, p. 8-9

A última frase da citação acima, espelha bem o que a deputada católica salientava sempre, no intuito de alertar as mulheres contra a “sedução” que o comunismo pretendia fazer nelas, principalmente quando prometia garantir a igualdade de valores e trabalhos com o homem em todos os campos de ação social. Para elas, frisava:

“não nos deixaremos enganar. Queremos a vitória das nossas reivindicações, a nossa igualdade política e social, salário igual para trabalho igual. Mas a mulher do Brasil coloca acima de tudo Deus, a Fé, a honra, a dignidade, a força moral e a integridade da Pátria”⁶²⁹.

Ou seja, por seu entendimento, as brasileiras mesmo desejosas pela conquista de direitos, não se desvirtuariam em seus princípios morais e religiosos e muito menos agiriam contra a Pátria e com esperanças estariam alertas e combativas na missão de derrotar o comunismo:

“atendendo ao toque de rebate do Brasil, estaremos de pé. Não permitiremos que o invasor atrevido, o Tártaro, com sua ideologia satânica, revivendo morticínios de Gêngis Khan na Idade Moderna com o seu comunismo forjado e saído do inferno, venha lá de sua infeliz pátria, escravizar a nossa com a sua ditadura de ferro”.⁶³⁰

Pela comparação feita pela deputada, percebe-se o temor, as representações e o imaginário comuns para a época que a sociedade brasileira tinha daquilo que entendia ser o comunismo. Viam-no como uma desgraça total, a destruição da boa sociedade, a emergência do caos social e do terror político.⁶³¹

Em passagem pelo Ceará, em agosto de 1936, Maria de Miranda Leão foi convidada pela “Liga de Professores Católicos” daquele Estado para uma conferência que relacionava o catolicismo com a prática docente, num momento caracterizado como sendo crítico e perigoso justamente por conta da influência comunista que se espalhava no Brasil. Segundo notícias veiculadas na imprensa local, a sociedade educacional

⁶²⁹ **Jornal do Brasil** (RJ). Ed. 00248. 18 de outubro de 1936, p. 24.

⁶³⁰ Idem, *ibidem*. Gêngis Khan significa imperador universal. Constituiu-se como Imperador dos mongóis (1162-1227). Como guerreiro e conquistador, reuniu um dos maiores impérios da história do planeta. Seu poder caracterizou-se por forte violência contra os dominados. Fonte www.sohistoria.com.br.

⁶³¹ MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. p.5. Na verdade, nos tempos atuais estamos revivendo situação semelhante aos acontecimentos dos anos 1930 e posteriormente dos anos 1960, em que a desinformação, Fake News e o fanatismo religioso estão reavivando esse medo. Esse medo e o desejo de afastar a sociedade do “credo russo” trouxe como consequência o repúdio à essas práticas traduzidas num movimento anticomunista forte e amplo em todo o país.

cearense esperava com entusiasmo a palestra da Deputada de “espírito culto e devotado com ardor a ação católica”⁶³². Após as saudações, a deputada alertou:

Ou firmaremos a nossa tradição de povo livre de princípios sãos, de instituições perfeitas em suas bases de moral pura, de Fé e patriotismo sólidos ou seremos arrastados pela *esquerda* e destruiremos, nós mesmos, com nossas próprias mãos, toda uma civilização séria, nobre e elevada, para sermos um amontoado de ruínas morais, de perturbações constantes, de toda essa degradação que devasta a infeliz Rússia e a pobre Espanha⁶³³.

Sob fortes aplausos e elogios, ela enalteceu o grupo formado por professores católicos e ponderou a sua sublime missão na formação daquela geração de novos cidadãos pois, como frisado por ela, naquele delicado instante da Pátria, era uma responsabilidade tremenda diante de Deus, formar o caráter, a inteligência, a consciência e a alma do brasileiro. As palavras da Deputada, reforçam a preocupação com o ideário criado sobre o comunismo e a necessidade da Fé, da doutrina e da moral do catolicismo para orientar e reprimir a possibilidade de as ideias alcançarem as crianças e os jovens. Em sua saudação final, Maria conclamou aos católicos presentes: “sejamos todos soldados decididos do catolicismo, por nosso Senhor Jesus Cristo e pela Pátria”⁶³⁴

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, o movimento anticomunista começou no Brasil em 1917, quando o movimento bolchevista tomou o poder na Rússia e notícias sobre revoluções operárias e fim da propriedade privada começaram a ganhar as páginas dos jornais brasileiros daquele período, fato que promoveu repulsa ao modelo soviético por parte de capitalistas e conservadores⁶³⁵. A partir dos anos 1930, acontecimentos como o crescimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a adesão de Luiz Carlos Prestes ao comunismo, a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL)⁶³⁶ e principalmente pelos levantes armados em novembro de 1935 nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro, liderados pela ANL e pelo PCB, que ficaram conhecidos como *Intentona Comunista*, desencadearam e consolidaram uma grande onda anticomunista pelo país, solidificada por

⁶³² **A Razão** (CE). Fortaleza, 28 de julho de 1936. Ed. 56, p.3

⁶³³ **A Razão** (CE). Fortaleza, 06 de agosto de 1936. Ed. 64, p7

⁶³⁴ Idem.

⁶³⁵ MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. Op. Cit.

⁶³⁶ Segundo Araújo, a fundação da ANL em março de 1935, “correspondia a necessidade política de dar forma organizada à decepção das massas com o regime que sucedeu a Primeira República, mas não encontravam partidos políticos para se mobilizar”. O presidente de honra da ANL era Luis Carlos Prestes. ARAÚJO, Nelton Silva. **“O traidor vermelho”: O Jornal e o discurso anticomunista. (1935-1937)**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009. p.73

representações, visões e narrativas distorcidas, dando origem ao que o autor chama de “imaginário anticomunista”⁶³⁷. Portanto, a partir de 1935, alerta-se que o comunismo não é mais algo distante, é algo entendido como próximo e como uma ameaça ao Brasil, era “um pesadelo tomando forma real”⁶³⁸. Vale ressaltar que o período compreendido entre 1935, ano dos levantes comunistas e 1937, quando o forjado Plano Cohen foi “descoberto” e o governo Vargas decretou a ditadura estadonovista, marca a 1ª onda do movimento anticomunista brasileiro.⁶³⁹ Fica evidente que os dois anos que separam os dois acontecimentos foram marcados por forte campanha anticomunista, tanto pelo governo Varguista, marcado pelo autoritarismo e legitimação de atos repressivos, pela sociedade e pela imprensa, principal responsável pela veiculação e difusão de tal sentimento. Para Motta,

A força do comunismo, consubstanciada na expansão e crescimento dos partidos e ideais comunistas, engendrou o anticomunismo. Os grupos sociais atemorizados pela “ameaça” ou “perigo” comunista, por sinais expressões reveladoras de seu estado de espírito, trataram de organizar-se e articular uma contra-ofensiva visando combater o projeto revolucionário. Genericamente, pode-se dizer que o sentimento anticomunista nasceu espontaneamente, gerado pelo medo e pela insegurança. No entanto, transformou-se em movimento organizado a partir da necessidade percebida por algumas lideranças conservadoras de conter a escalada revolucionária.⁶⁴⁰

Conforme Davi Abreu desde os acontecimentos da Revolução Russa já era possível identificar manifestações anticomunistas em publicação nos periódicos que circulavam no Amazonas. Muitas dessas publicações eram oriundas de telegramas que versavam sobre os acontecimentos daquele país, especialmente os mais trágicos como expurgos, morte e toda espécie de calamidades. No entanto, entre os anos de 1935 à 1937, período este do mandato de Maria, as representações e ações contra o comunismo no Estado do Amazonas, foram mais intensas e constantes especialmente após o surgimento

⁶³⁷ MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. Op. Cit. p.7.

⁶³⁸ Idem, p.5

⁶³⁹ Para Motta, o anticomunismo brasileiro passou por duas ondas, sendo a primeira de 1935-1937 que resultou no Estado Novo e a segunda de 1961 à 1964 que resultou na Ditadura Militar. MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil. Op. Cit.p.66

⁶⁴⁰ Idem. Op. Cit. p.5.

da ANL⁶⁴¹ e dos eventos da Intentona Comunista, como já mencionado, e a tentativa dessa mesma insurreição em Manaus, em novembro de 1935.⁶⁴² Segundo o autor as representações anticomunistas e o combate ao comunismo no Amazonas, foram produzidos por grupos como a Ação Integralista Brasileira (AIB), e pelos intelectuais católicos que compunham a Ação Católica e o Centro Dom Vital.⁶⁴³

O alinhamento com o catolicismo e suas instituições, reflete no tipo de anticomunismo visto nos posicionamentos políticos, religiosos e pessoais de Maria de Miranda Leão que a pesquisa teve acesso. Seguindo a classificação feita por Motta na obra já mencionada, a deputada pregava o anticomunismo cristão com ênfase no catolicismo, que, segundo o autor, combatia a nova doutrina porque esta questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas⁶⁴⁴ e era o último desdobramento das transformações da modernidade⁶⁴⁵. Na mesma reflexão, Motta chama atenção para o papel desempenhado pela religião e pelos religiosos na história do anticomunismo brasileiro, cabendo à estes o principal papel, notadamente na elaboração de representações sobre o inimigo e sua divulgação⁶⁴⁶, fato que podemos visualizar também

⁶⁴¹ Segundo Abreu, a inauguração de um núcleo da ANL no Amazonas se deu pela mobilização da sociedade amazonense em torno das eleições para as Constituintes (Nacional e Estadual), seguido das articulações e organizações sindicais entre os anos de 1933 a 1935. Seus articuladores também almejavam postos de poder nas disputas eleitorais que se avizinham (deputado federal, vereadores e representantes de classes) [...] consequentemente, o surgimento da ANL se deu para politizar as classes trabalhadoras, arregimentando o operariado para combater o fascismo, imperialismo e também para se opor aos governos de Álvaro Maia e de Getúlio Vargas, tendo em vista o grande debate político-ideológico que acontecia nos demais estados do país e no mundo. ANL esteve no Amazonas em julho de 1935, dias depois de ser colocada na ilegalidade pela Lei de Segurança Nacional. A Caravana que veio deportada de Belém contava com 2 mulheres Lydia Freitas, Mary Mercio, que aproveitaram para distribuir boletins da União Feminina do Brasil. A Caravana realizou algumas reuniões, encontros, panfletagem com simpatizantes e anti-integralistas. Os discursos foram muito aplaudidos e a polícia sempre atenta para evitar grandes manifestações. ABREU, Davi Monteiro. **Uma “pretensa intentona”**. Op. Cit. p. 67-9

⁶⁴² A pesquisa de Abreu constatou que houve tentativa de intentona aqui no Amazonas tal qual como ocorreu em Natal, Recife e Rio de Janeiro, com planos para depor o governador do Amazonas Álvaro Maia. Porém o plano foi descoberto, houve a apreensão das quatro bombas de dinamites, os líderes do movimento foram presos e julgados. ABREU, Davi Monteiro. **Uma “pretensa intentona”**. Op. Cit. p.108.

⁶⁴³ O **Centro Dom Vital** é uma associação de leigos católicos fundada no Rio de Janeiro em 1922 pelo advogado e jornalista Jackson de Figueiredo, por iniciativa do então cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, com o objetivo de congregar a intelectualidade católica brasileira. Ao longo de sua história, o CDV teve entre seus membros intelectuais como Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção, Sobral Pinto, entre outros. Nesse ano de 2022, o Centro comemora o seu centenário. Disponível em: www.centrodomvital.com.br. Acesso em 04/11/2022. No Amazonas, o Centro Dom Vital surgiu no segundo semestre de 1937 e foi formado essencialmente por membros da Ação Católica, dentre eles, Leopoldo Peres, Antovilla Vieira, ABREU, Davi Monteiro. **Uma “pretensa intentona”**. Op. Cit. p. 110, 137.

⁶⁴⁴ Segundo Motta, as outras duas matrizes do anticomunismo brasileiro eram o nacionalismo e o liberalismo. MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. Op. Cit.

⁶⁴⁵ Idem, p.35-6

⁶⁴⁶ Idem, p.67

em outros momentos da história do país, como no início da década de 1960, que fortaleceu o golpe que levou à Ditadura Militar, e nos dias atuais, refletindo mais uma vez uma política e uma sociedade bipolarizadas, que repetem representações conservadoras do comunismo como o inimigo mais perigoso da civilização cristã.

Para o referido autor, a Igreja Católica provavelmente foi a instituição não-estatal mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX. Aos “inimigos irreconciliáveis da Igreja”, “adversários de Deus”, a Igreja deveria responder com luta, como foi durante toda a sua história. Talvez seja essa a explicação para o fato de Maria de Miranda Leão defender a Igreja Católica como “a única força capaz de sustar os perigos que ameaçam a todas as nações, e a sua força reside na Moral de Cristo que é a única verdadeira”.⁶⁴⁷

Para Maria, na luta “entre o bem e o mal”, o país precisava estar unido pois “combater a doutrina subversiva, o credo vermelho de Moscou é (era) dever de todo o brasileiro”⁶⁴⁸. Os representantes do povo, por sua vez, teriam a missão de estarem sempre vigilantes e combatentes.

E a nós, representantes do povo do Amazonas, por conseguinte das famílias de nosso estado, cabe formar resistência invencível à invasão estrangeira que vem nos alarmando. Esta resistência só conseguiremos unidos. E vejo, em hora feliz, no acordo há pouco firmado, entre os próceres de nossa política, para a pacificação do povo amazonense, essa união que nos fará fortes. Formaremos fileiras ao lado dos bons brasileiros, nesta nova cruzada em defesa da nação. Sem os rancores partidários, sem as ambições desmedidas do mando e do poder e, sobretudo, esquecendo ressentimentos pessoais, que, em generoso sacrifício, serão imolados em benefício da pátria e da coletividade, estaremos de pé, prontos a enfrentar a luta e certos da vitória.

Bem haja o gesto fidalgo que nos uniu a todos, no mesmo pensamento de defesa e de amor ao Amazonas dentro da grande família brasileira. Bem haja a elevação de vista dos que tem o pesado encargo de dirigir o povo. Compreenderam, certamente, o momento difícil que vem atravessando o Brasil. Não é hora de dispersão e contenda, mas de pacificação e união, para enfrentar com enérgica intrepidez o inimigo da nacionalidade. Que importam as interpretações erradas, que espíritos menos lucidos possam dar a tão nobre empreendimento? unidos todos os poderes do Estado, unida a representação federal e estadual, o Amazonas só terá a lucrar e nós teremos cumprido o dever que o povo nos confiou: zelar pela grandeza e autonomia do Amazonas, integrado no Brasil cristão e livre, que recebemos de nossos maiores.⁶⁴⁹

⁶⁴⁷ Sessão de 09 de dezembro de 1935. *Annaes da Assembleia Legislativa do Amazonas*. p.202-3.

⁶⁴⁸ Sessão de 07 de maio de 1936. *Annaes da Assembleia Legislativa do Amazonas*. p. 8-9.

⁶⁴⁹ Idem.

A iniciativa de alguns desses representantes foi destacada e digna de reconhecimento por parte da Deputada, conforme algumas fontes mostraram. Para ilustrar, destacamos o discurso proferido na Tribuna Amazonense, em maio de 1936, onde a deputada destacou o empenho do Senador amazonense Leopoldo Tavares da Cunha Melo no combate ao comunismo, agindo em defesa da pátria, da família e da igreja.

É deste lugar quase sagrado que o povo me confiou, tribuna que deve ser cátedra de ensino e trincheira de luta e de defesa pra todos nós representantes do povo, longe, fora e acima de todo partidarismo, de toda a política, política que dia a dia entendo menos e dia a dia detesto mais; é deste lugar de tão grande responsabilidade, que envio como mulher brasileira os mais francos elogios e como mulher católica os mais sinceros agradecimentos, ao digno representante amazonense [...], **pela ação franca e desassombrada com que s. excia, vem combatendo o comunismo e defendendo a nação, o regime, as instituições e a fé, que nos legaram os nossos antepassados.**⁶⁵⁰

Como vimos, embora a presença de Maria de Miranda Leão despertasse certo desconforto por parte de alguns deputados mais resistentes em dividir o poder político com as mulheres, mesmo assim, também encontrou apoio por parte de outros. O discurso reproduzido no parágrafo anterior, teve retorno positivo, por exemplo, expressado pelo Deputado Armando Madeira:

A Assembleia acaba de ouvir com maior atenção o discurso patriótico da nossa ilustre colega, senhorinha Maria de Miranda Leão.

É natural que a alma da mulher brasileira, aqui dignamente representada por s. excia., se esternasse com sentimentos de amor à pátria, no momento histórico que atravessamos, quando, em defesa do Brasil, de suas instituições democráticas, da religião católica, que é da maioria de nosso povo, e da família [...] Era de se esperar que essa manifestação viesse repercutir no recinto das Assembleia amazonense, por intermédio de uma legítima representante da família brasileira⁶⁵¹.

A respeito da necessidade de combater um possível avanço comunista no Amazonas, Maria de Miranda Leão, propôs à Assembleia Legislativa do Estado um projeto que visava a implementação da disciplina Ensino Religioso, em caráter facultativo, nas escolas do estado⁶⁵². Segundo Abreu, essa foi a primeira medida para

⁶⁵⁰ Sessão de 07 de maio de 1936. **Annaes da Assembleia Legislativa do Amazonas** Grifos meus.

⁶⁵¹ Sessão de 07 de maio de 1936. **Annaes da Assembleia Legislativa do Amazonas**. p. 8-9.

⁶⁵² Este projeto considerado objeto de deliberação, tomou o nº41 na Assembleia Legislativa do Amazonas. Sessão de 07 de maio de 1936. **Annaes da Assembleia Legislativa do Amazonas**. p. 8-9.

combater o comunismo aprovada no Amazonas⁶⁵³. O principal argumento usado por Maria Leão para a aprovação de sua proposta, era que “apenas o Ensino Religioso poderia fazer frente ao avanço do comunismo no Estado, como também proteger a juventude da infecção comunista”⁶⁵⁴. Na Assembleia legislativa, ao defender seu projeto, primeiramente ela pediu aos seus nobres colegas de plenário “que fossem tratados os interesses de nossa terra e de nosso povo, sem paixões, com elevação de vistas, em um ambiente de harmonia e paz e que os casos pessoais e as discussões de caráter meramente político-partidários, não transpusessem este (aquele) recinto”⁶⁵⁵. Talvez o pedido feito pela deputada fosse para evitar discussões ao seu ver, desnecessárias, diante da “necessidade” eminente frente ao avanço do comunismo na sociedade amazonense, mesmo numa casa composta majoritariamente por deputados ligados à ideais integralistas. Na defesa do projeto, a deputada Maria discursou proferindo que o ensino de religião era a muralha fortificada, a única força verdadeiramente poderosa e capaz de enfrentar a dissolução dos costumes e as ameaças vigentes.

So a religião estudada, esclarecida, poderá opor barreira a essa hydra infernal, essa onda avassaladora de doutrinas deleterias e subversivas, que tenta invadir a nossa Pátria. Só a Fé, a verdadeira Fé, pode formar o verdadeiro patriotismo, o caráter, a consciência cívica de nosso povo. O ensino da verdadeira e sã moral saberá formar um povo capaz de vencer todas as ambições subalternas, todos os cálculos inconfessáveis e cheios do verdadeiro amor pela Pátria. Hoje, mais do que nunca, urge formar uma geração de moral pura, de espírito forte, capaz de enfrentar todos os sacrifícios e de dar o sangue e a vida pela pátria.

Em seus argumentos ela defendia que as crianças e os adolescentes estudassem a ciência das ciências, que é a Religião, para saberem opor uma verdadeira barreira à propaganda comunista. Para a deputada

sem o conhecimento sólido da Religião, sem o conhecimento seguro dos princípios da mais sã moral, facilmente nos deixaremos levar e iludir pelas promessas falsas de uma ideologia funesta de cujos efeitos tristíssimos que se atentou em Natal, constitui o melhor exemplo do que seria a implantação desse regime em nosso paíz.

⁶⁵³ Segundo o autor, A segunda medida para combater o “credo vermelho” no Amazonas foi fortalecer o policiamento, equipando-o ainda mais contra a criminalidade, em geral, como também contra o comunismo. Além disso, houve a criação de um órgão especializado na garantia a ordem social: a Delegacia de Segurança Política e Social. ABREU, Davi Monteiro. **Uma “pretensa intentona”**. Op. Cit. p.126-7.

⁶⁵⁴ Sessão de 09 de dezembro de 1935. **Annaes da Assembleia Legislativa do Amazonas**. p.202-3.

⁶⁵⁵ Idem.

E essa propaganda, de caráter extremista, mais perigosa é, ainda, nos caracteres em formação, por não saberem verdadeiramente distinguir o bem do mal e por não terem ainda definida a sua Fé. **Esses lamentáveis acontecimentos são, ao meu ver, a consequência do ensino leigo, da Escola sem Deus.**

Ponhamos Deus nos programas de nossos cursos primário e secundário, e teremos feito a melhor e maior campanha contra a doutrina dos Soviets.

Ensinando o Temor de Deus, o amor da Pátria e o respeito à família, destruiremos as esperanças do comunismo, que repousam justamente no esquecimento desses postulados sagrados [...]⁶⁵⁶.

Alguns dias depois da apresentação pela deputada do projeto que visava regulamentar o Ensino Religioso como disciplina oferecida aos alunos nas escolas do Amazonas, foi publicado nos Anais da Assembleia os pareceres das Comissões de Poderes⁶⁵⁷ e Instrução Pública⁶⁵⁸ estabelecendo a sua aprovação, já que o referido projeto estava dentro da legalidade jurídica, a partir da Constituição do Estado. Ainda no mês de Dezembro de 1935, o governo do Estado regulamentou o decreto, ficando assim estabelecido⁶⁵⁹:

Art. 1º - Fica o ensino religioso incorporado aos programas e regime das escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais do Estado.

Art. 2º - O decreto que regulamentará a presente lei deve obedecer às seguintes normas:

§ 1º - O ensino de religião será de frequência facultativa, ministrado sem ônus para o Estado, dentro do horário escolar, num mínimo de uma aula por semana e para um grupo de, pelo menos, vinte alunos que se proponha a recebê-lo.

[...]

§ 3º - Cabe à autoridade religiosa competente a nomeação, designação ou substituição dos professores do ensino de religião, os quais serão registrados na Diretoria Geral da Instrução Pública. Compete também à referida autoridade a organização dos programas e aprovação dos livros a serem adotados no curso de instrução confessional.⁶⁶⁰

⁶⁵⁶ Sessão de 09 de dezembro de 1935. *Annaes da Assembleia Legislativa do Amazonas*. p.202-3. Grifos meus.

⁶⁵⁷ Composta pelos deputados: (aa) Maria de Miranda Leão (V. Presidente), Chaves Ribeiro, José Carlos Nobre da Silva (relator).

⁶⁵⁸ Composta pelo deputado Padre Manoel Monteiro

⁶⁵⁹ Noticiado pela coluna *Actos do Governo* do periódico *O Jornal*, de 31 dez. 1935. Apud ABREU, Davi Monteiro. *Uma “pretensa intentona”*. Op. Cit. p.126.

⁶⁶⁰ Sessão de 13 de dezembro de 1935. *Annaes da Assembleia Legislativa do Amazonas*. p.205.

Posteriormente, ainda na questão educacional do Estado de combate ao comunismo, o governador Álvaro Maia orientou a criação de uma comissão de censura aos livros didáticos, bem como a realização de palestras nas escolas.⁶⁶¹

5.5.2 *O flerte com o integralismo*

A conjuntura política que marcou a segunda metade da década de 1930 sinaliza a aproximação de políticos católicos e conservadores ao movimento integralista brasileiro para promover oposição e resistência à ANL e ao comunismo. A Ação Integralista Brasileira (AIB), surgiu no Brasil em outubro de 1932 apresentado pelo “manifesto de outubro de 1932”⁶⁶², sob liderança de Plínio Salgado e com apoio e influência da Igreja católica. Tratava-se de um movimento conservador, de princípios fascistas e de extrema direita, que defendia entre outras coisas, o nacionalismo, a hierarquia social e um estado fundamentado na moralidade cristã e ao mesmo tempo combatia o comunismo e o Liberalismo econômico⁶⁶³. O movimento se espalhou por todo o país em pouco tempo. Seu lema “Deus, Pátria e Família”, fazia parte de uma ideologia que conquistou milhares de admiradores, incluindo intelectuais e políticos por todo o país, especialmente os mais conservadores e afinados com as defesas dos preceitos da Igreja católica ou mesmo representantes dela⁶⁶⁴.

Como demonstrado por Carla Silva na obra “*onda vermelha*”, embora a AIB não tenha sido no Brasil o primeiro movimento protofascista cujo objetivo era combater o comunismo, mesmo assim caracteriza-se por ter sido “a expressão mais organizadora e bem sucedida dos movimentos fascistas brasileiros da década de 1930”, e serviu como uma espécie de “catalizador de posições que já vinham sendo assumidas de formas esparsas por vários pensadores e políticos brasileiros”.⁶⁶⁵

⁶⁶¹ Para mais informações, ver ABREU, Davi Monteiro. **Uma “pretensa intentona”**. **Op. Cit.** p. 131.

⁶⁶² O Manifesto apresentou as doutrinas do Integralismo. A AIB transformou-se em Partido Político em 1934 e foi extinto juntamente aos demais, em 1937 com o Estado Novo.

⁶⁶³ Intelectuais integralistas creditavam a culpa do avanço do comunismo ao Liberalismo.

⁶⁶⁴ Dados do movimento indicam mais de um milhão, enquanto pesquisadores apontam ao menos 400 mil pessoas (TRINDADE, 1979 apud LOPES, Douglas Branco Pessanha. **Plínio Salgado e Alceu Amoroso Lima: integralismo, crise e revolução nos anos de 1930**. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná. p.38

⁶⁶⁵ SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 104

A relação de aproximação entre a AIB e o catolicismo residia na comunhão de certas pautas e princípios, o que Douglas Pessanha Lopes chamou de “uma visão espiritualista da realidade”, “isto é, que busca as respostas aos problemas da realidade em explicações fora da realidade, irracionalistas”⁶⁶⁶. No entanto, segundo o autor, a AIB e o catolicismo

não apresentavam a mesma concepção dessa espiritualidade. Para os católicos, os objetivos da atuação política se resumiam à recatolicizar o Brasil, trazer novamente à tona a espiritualidade existente no período colonial e que havia se perdido. Para Salgado, os objetivos eram devolver a primazia do espírito como aspecto central da organização nacional, afastando os malefícios do cientificismo e da razão, não obstante, uma espiritualidade não necessariamente católica. Sobre a concepção de Estado, os católicos não pretendiam construir um novo Estado, embora defendessem a adoção do catolicismo como religião oficial. Já os integralistas possuíam uma nova proposta de funcionamento do Estado.⁶⁶⁷

De todo modo, interessava tanto à Igreja católica quanto à Ação Integralista brasileira a luta espiritual que deveria ser tratada para o “bem da sociedade brasileira” como argumentavam.

Vale pontuar que a Igreja Católica nunca definiu o movimento integralista como movimento oficial da Instituição, mas a adesão de parte do clérigo era notável, alguns deles, inclusive, assumindo sua posição política e “outros mais discretos, usando a camisa-verde por baixo da batina”⁶⁶⁸, muito embora a doutrina da Igreja determinasse que os sacerdotes e as organizações eclesiais não deveriam participar de atividades político-partidárias, evitando a dependência da Igreja a algum regime ou partido político, o que poderia resultar em questionamento de certas decisões e posições do Papa. Contudo, estimulava-se a militância política para os leigos⁶⁶⁹. Ou seja, ao mesmo tempo que mostrava satisfação com a ideologia política integralista, a Igreja Católica insistia no seu apartidarismo fazendo vistas grossas ao posicionamento político de clérigos e de suas organizações clericais, como a LEC e a Ação Católica Brasileira (ACB)⁶⁷⁰.

⁶⁶⁶ LOPES, Douglas Branco Pessanha. **Plínio Salgado e Alceu Amoroso Lima**. Op.cit., p.38.

⁶⁶⁷ Idem.

⁶⁶⁸ SILVA, Giselda Brito. **O Político e o Religioso: a relação do integralismo com o catolicismo nos anos 1930**. Agenda Social, vol. 12, n.2, 2019, p. 88. Disponível em www.academia.edu.

⁶⁶⁹ Idem.

⁶⁷⁰ Em nível nacional, o chefe máximo da ACB era o cardeal Leme. O presidente nacional era Alceu Amoroso Lima, também presidente do Centro Dom Vital e secretário-geral da Liga Eleitoral Católica. A direção geral era ainda exercida por uma comissão episcopal composta de cinco membros. Disponível em [Ação Católica Brasileira \(ACB\) | CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História](http://www.academia.edu)

Cabia em grande parte aos intelectuais católicos a difusão e disseminação da convergência entre a ideologia integralista e a Doutrina Social da Igreja, bem como ao trabalho de persuasão dos fiéis. Nomes como Alceu Amoroso Lima e Gustavo Barroso, estão entre os principais e, embora divergissem em algum ponto, concordavam que o integralismo era a força política poderosa que o Brasil precisava em favor da manutenção dos valores morais da sociedade brasileira, dos princípios católicos e a única capaz de conter o avanço do inimigo comum: o comunismo.

De certa forma, tanto a AIB quanto a Igreja Católica, a partir de suas associações, buscavam apoio mútuo e interferiram no cenário social e político da década de 1930, ao indicarem nomes para candidatos nos pleitos e oferecerem apoio visando sua eleição⁶⁷¹. Criava-se uma rede de influência e interesses, podendo conjecturar que houve estreita relação entre a política dos anos 1930 e o poder ideológico da Igreja Católica. É possível perceber que o integralismo se apoiou no poder e influência que a Igreja católica tinha no Brasil, pois embora o país fosse laico desde a promulgação da Constituição Federal de 1891, tradicionalmente mantinha-se a força do catolicismo sobre a sociedade e sobre as instituições. Podemos assim concluir que tanto a Igreja Católica quanto a AIB atuaram ora em conjunto, ora individualmente de modo a afastar as ideias comunistas do seio da família e da sociedade como um todo reforçando ideais conservadores.

No Amazonas, a Ação Integralista também surgiu em 1935 e desde a sua fundação teve grande adesão de políticos e intelectuais amazonenses, alguns ligados à Igreja Católica, que se reuniam na Escola Deus e Pátria, sede do núcleo integralista no Amazonas⁶⁷². Para difundir o discurso anticomunista e propagar valores integralistas no Estado, contavam com o apoio de jornais que circulavam na cidade como “O Jornal” e Jornal “A Tarde”.⁶⁷³

[Contemporânea do Brasil \(fgv.br\)](#). acesso em 05/11/2022

⁶⁷¹ O próprio Plínio Salgado candidatou-se à presidência da República para as eleições que ocorreriam em 1938. Vários líderes católicos e intelectuais católicos manifestaram-se em apoio ao integralista. Sobre isso, ver: SILVA, Giselda Brito. **O Político e o Religioso: a relação do integralismo com o catolicismo nos anos 1930**. Op. Cit

⁶⁷² **O Jornal**, ed. 1435, 05 de junho de 1937.

⁶⁷³ Segundo Abreu, “os integralistas lançaram um jornal chamado *Anauê!*, fundaram a Escola Deus e Pátria, mobilizaram a sociedade amazonense para a luta contra o comunismo e pela implementação do Estado Integral, tiveram como líder o professor de História Universal, Paulo Eleuthério, responsável pela irradiação da ideologia integralista no norte do Brasil. Entre os intelectuais amazonenses aderentes ao sigma estão Mario Ypiranga Monteiro e Ramayana de Chevalier. A leitura do trabalho do referido autor é fundamental para a compreensão dessas questões e conhecer o conteúdo presente nos jornais citados. ABREU, Davi Monteiro. **Uma “pretensa intentona”**. Op.cit.

Por suas características religiosas, militância católica e combate ao comunismo, como já comentado, era previsível que, no contexto social e político da década de 1930, Maria de Miranda Leão se aproximasse do integralismo. Algumas fontes analisadas pela pesquisa revelam que ela fora indicada pela AIB para concorrer na eleição de 1934, que foi eleita pela sigla e que fazia parte do grupo, assim como outros candidatos eleitos no Amazonas. No entanto, em carta enviada à Bertha Lutz em setembro de 1937, a deputada confirma ter simpatia pela sigla e não negar, inclusive que foi convidada a fazer parte da chapa federal, para as eleições de que ocorreriam no próximo ano, mas que recusou porque, “(ela) não era integralista”⁶⁷⁴. E perguntou para Bertha o que ela achava da recusa⁶⁷⁵. Em carta posterior escreveu para a amiga: “os verdes (integralistas) não me deixam, mas, sou sincera e já disse não, é não mesmo! Sou mulher e as mulheres são de palavra, não é?”⁶⁷⁶

Segundo constatou em pesquisa, Costa evidencia a filiação de 16 deputados da Ação Integralista Brasileira eleitos para compor a Assembleia Constituinte do Amazonas, ou seja, mais da metade do total de constituintes era constituída também por integralistas. Destes, 15 pertenciam à frente socialista republicana e 1 deputado fazia parte do Partido Republicano do Amazonas. Os 4 deputados eleitos pelo Partido Trabalhista não pertenciam ao movimento⁶⁷⁷. É relevante destacar que o número de candidatos sob a sigla da AIB foi de 29 candidaturas, ou seja, 22% do total de 136 candidatos aptos para concorrer no pleito. O que chama atenção é, que, embora Costa tenha realizado sua pesquisa a partir da lista de candidatos registrados no TRE/AM, publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas⁶⁷⁸, fonte por essa pesquisa também analisada, em que consta o registro da candidata Maria de Miranda Leão como representante da AIB, não fica claro o porquê da deputada não confirmar posteriormente sua filiação à Sigla. Erro ao se registrar? De quem, do TRE? Se não foi equívoco, estaria a deputada preferindo

⁶⁷⁴ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz.** Manaus, 15 de setembro de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p. 18.

⁶⁷⁵ idem

⁶⁷⁶ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz.** Manaus, 04 de outubro de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p. 20.

⁶⁷⁷ Deputados pela AIB: 1.Alfredo de Lima Castro; 2.Annanias C. De Almeida; 3.Antóvilla Mourão Vieira; 4.Armando Madeira; 5.Benjamin Constant da Costa Ferreira; 6.Cosme Ferreira Filho; 7.Felix Valois Coelho; 8.João de Paula Gonçalves; 9.João Nogueira da Matta; 10.José Nunes de Lima; 11.Júlio César de Lima; 12.Leopoldo Carpinteiro Peres; 13.Manoel Severiano Nunes; 14.Maria de Miranda Leão; 15.Moacyr de G. D. Cavalcante. COSTA, Maria das Graças Pinheiro da. **O Direito à Educação no Amazonas.** Op.cit. p. 167

⁶⁷⁸ Lista de candidatos registrados no TRE/AM. **Diário Oficial do Estado do Amazonas.** Manaus, 10 de outubro de 1934, nº 11.812.

esconder de Bertha Lutz a sua ligação com os “camisas verdes”? qual a justificativa? Falta-nos mais fontes para confirmar qualquer dessas suposições. De toda forma, mesmo que ela não se definisse integralista, seu discurso continha muitos elementos da ideologia da sigla, reforçados pelo seu catolicismo militante.

5.5 Fatos e atos da mãezinha na tribuna amazonense

Na Assembleia Amazonense, a “ilustre representante católica” como era identificada⁶⁷⁹, foi uma parlamentar ativa e atuante. Atenta aos possíveis apoios que poderia conquistar, a deputada não desperdiçava oportunidade para se fazer ouvida e apresentar suas pautas pessoais sobre mulheres, maternidade e infância ou das federações femininas das quais ela fazia parte: os “nossos ideais”, como ela definia, claramente alinhando os interesse comuns: “prossegurei a rota traçada e espero não desmerecer a esperança dos amazonenses”, disse a deputada em carta para Bertha Lutz⁶⁸⁰.

Conforme análise pioneira de Maria das Graças Costa e confirmados por essa pesquisa, os pronunciamentos da Mãezinha no legislativo estavam voltados principalmente em defesa da Igreja Católica e de sua doutrina, pela valorização da mulher amazonense e pela inclusão do ensino religioso nas escolas como medida para conter o avanço do comunismo no Estado⁶⁸¹ como já mencionamos. No entanto, a pesquisa nas fontes nos permitiu constatar duas outras questões relevantes que chamou a atenção pelo posicionamento assertivo da deputada. A primeira, diz respeito a algo que agitou a opinião pública e política em maio de 1935. Uma empresa inglesa por nome *The Manaós Markets and Slaughterhouse Ltd.*, fundada em 1910, havia ganhado mais uma vez o direito de explorar o mercado e o matadouro municipais, o que era considerado pela deputada e por parte da sociedade como prejudicial ao erário municipal.⁶⁸² Em seu

⁶⁷⁹ **O Jornal**, ed. 1434, 04 de junho de 1935.

⁶⁸⁰ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz**. Manaus, 20 de junho de 1935. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.18.

⁶⁸¹ COSTA, Maria das Graças Pinheiro da. **O Direito à Educação no Amazonas**. Op. Cit. p.365

⁶⁸² As questões que envolviam a concessão para a exploração do Mercado Público e do Matadouro entre a empresa The Manaós Market e a Intendência Municipal eram antigas. Em publicação do **Jornal do Comercio** de janeiro de 1925, a empresa, sob gerência do Sr. Alfredo Silva Costa, se defende de acusações como a de “concorrer para a carestia do povo devido as suas tabelas” ou que “seu contrato constitue uma lesão enorme à Intendência Municipal”, acusações que fizeram a execução doo contrato ser suspensa. **Jornal do Comercio**, ed. 07466, Manaus, 30 de Janeiro de 1925. P.1.

discurso “tanto burilado quanto entusiástico”⁶⁸³, contra a concessão à empresa, a deputada afirmou, em nome da mulher amazonense que protestavam e o faziam com energia, não podendo abafar com um silêncio criminoso⁶⁸⁴, a usurpação que a *The Manaus Markets* pretendia fazer do mercado e do matadouro, “prejudicando as rendas do Município, o interesse do povo, deste povo honesto, trabalhador e bom”. Para a deputada, a concessão era

um atentado à soberania da vontade do nosso povo, que entregou à prefeitura de Manaus, essas fontes de receita, e tentam, agora, usurpar ao município o que o povo lhe deu. [...] alguém já disse: o dinheiro é sangue. O sangue saindo do coração reflui ao coração dando assim a vida. O dinheiro do povo é o suor, é o sangue do povo. ⁶⁸⁵.

Como justificativa para a oposição à concessão da *The Manaus Markets*, a deputada alegou que o dinheiro repassado ao mercado pelo governo, voltava para o povo convertido em benefícios variados, mas que isso não aconteceria se a empresa *The Markets* passasse a controlar o mercado e o matadouro. A situação geraria prejuízo ao povo amazonense: “irá o sangue do povo, para estrangeiro, onde se transformará em prazer, em gozo de meia dúzia de interessados da Companhia”, alegou Miranda Leão. ⁶⁸⁶

A deputada continuou o seu discurso, dizendo que a mulher amazonense confiava na justiça do Amazonas para sentenciar a favor do povo.

Sabe que esse caso está afeito a um juiz integro; a um juiz que ao dar as suas sentenças, não teme ameaças, não fica seduzindo com promessas, não se apavora nem mesmo diante da morte, e não vacila à voz da sua consciência. A mulher amazonense, não tem ao de leve se quer a intenção de fazer, com estas palavras, a menor insinuação ou apelo à justiça, porque seria um desprimor, para si mesma e uma afronta à justiça soberana e independente. ⁶⁸⁷

A segunda, trata da defesa ao funcionalismo público, especialmente do professorado, quando em maio de 1936, a Deputada apresentou um projeto na Assembleia, complementando outros dois já existentes naquela Casa, sobre um aumento

⁶⁸³ **O Jornal**. Ed. 1413, Manaus, 10 de maio de 1935, p.6

⁶⁸⁴ **Annaes da Assembleia Constituinte do Amazonas**. Sessão de 10 de Maio de 1935. p. 117.

⁶⁸⁵ *Idem*.

⁶⁸⁶ *Idem*.

⁶⁸⁷ *Idem*.

“justo e equitativo, ansiosamente esperado pelo funcionalismo público”⁶⁸⁸ em seus vencimentos, mas dando ênfase ao restabelecimento, a priore, dos salários do professorado secundário e primário, da capital e do interior, que foram cortados pelo governador Álvaro Maia, como “uma necessidade imperiosa, como medida premente, para equilíbrio financeiro do Estado, que estava com sua receita por demais diminuída, pela depressão das principais fontes de receita”⁶⁸⁹. Maria justificou o projeto lembrando que o vencimento do professorado era sagrado, e o seu restabelecimento um dever, um compromisso de honra por parte da Assembleia, “sem distinção de maioria, de minoria ou de partidos políticos”, como resposta à palavra empenhada de Álvaro Maia de que seria feito imediatamente quando a receita do Estado melhorasse. Destacando a função singular do educador, a deputada reitera que

O professor não é um funcionário como outro qualquer. O funcionário dá o seu trabalho material ou mental, mas o professor se dá a si mesmo. Vai formar uma personalidade, uma espiritualidade e dele depende o futuro da Nação. Principalmente no momento que atravessa o Brasil, o professor, formando a inteligência, desbravando as trevas da ignorância, forma o soldado valoroso, a mulher intemerata, o brasileiro patriota. E nesta hora de renovação, é preciso formar uma nacionalidade sadia, de moral pura, de consciência reta, de civismo forte e valoroso, e esta tarefa é o pesado encargo do professor.⁶⁹⁰

Outro campo de atuação da deputada estava ligado ao assistencialismo. Alguns projetos relacionados com a infância e maternidade foram apresentados na Assembleia. Embora não tenhamos tido acesso aos referidos projetos nos Anais da Assembleia, a imprensa noticiou a existência deles. Em um projeto, requereu ajuda financeira do Estado para o Abrigo Menino Jesus e para a Casa Dr. Fajardo, discursando sobre a necessidade e urgência de auxílio para as crianças por parte do governo, o que foi apoiado e aprovado pelos deputados presentes na sessão. O deputado Paula Gonçalves “fez longas considerações” sobre o assunto declarando que

Para felicidade e tranquilidade das crianças internadas na Casa Dr. Farjardo e no Abrigo Menino Jesus, o projeto não podia ser retirado da discussão em plenário. Disse que cabia aos governos protegerem a criança pobre, cuidar da maternidade, socorrer os enfermos e

⁶⁸⁸ Sessão de 19 de maio de 1936. **Anaes da Assembleia Legislativa do Amazonas**, 1936, p.48-9

⁶⁸⁹ *Idem*.

⁶⁹⁰ Maria de Miranda Leão. Sessão de 19 de maio de 1936. **Anaes da Assembleia Constituinte** 1936, p. 48-9.

necessitados, sendo justo, pois, o auxílio solicitado pela deputada Miranda Leão⁶⁹¹

Por seu alinhamento com os ideais religiosos de orientação católica, Maria de Miranda Leão condenava “a política sem Deus e contra Deus, ambiciosa e libertina”⁶⁹². Aliás, a defesa da Igreja Católica como instituição e a sua doutrina, sempre estiveram presentes nas pautas políticas da deputada devido a importância e necessidade atribuídas como forma de único caminho possível para uma humanidade justa e moralmente aceita. A Deputada entendia que

“A igreja tem (tinha) uma dupla missão, mostrando o céu e ensinando o caminho que nos leva ao destino único e certo, a eternidade, cuida da parte espiritual e da sociedade em que vivemos, do mundo, ou da parte material da vida”⁶⁹³.

Por esse alinhamento era previsível que sua postura política tivesse essa característica marcante. Essas questões eram sempre destacadas pela imprensa quando se referia à atuação política da deputada. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, destacou que era uma atuação “orientada com elevação e seriedade, no sentido não só dos interesses supremos do Estado e do país, mas ainda e notadamente, no da maior expansão e prestígio da religião católica”⁶⁹⁴.

Sobre a defesa dos princípios católicos, Costa chama a atenção para o fato das intervenções de Maria de Miranda Leão serem até mais enfáticas do que as do deputado Manoel Monteiro da Silva, que era padre. Isso explica sua insistente desqualificação em relação ao seu fervor católico juntamente com ele pelas colunas de humor político da imprensa amazonense. Em uma nota, a coluna *Escumilhas*, do *O Jornal*, referendada pela autora e por essa pesquisa, escreveu em tom de crítica:

“...o sucesso da semana passada não foi o bate-boca em torno do acordo político... foi o discurso do padre Monteiro. Este sim, encheu-me as canastras! Quando o reverendo se levantou, a bancada católica fez o sinal da cruz e a deputada Miranda Leão teria se ajoelhado se não fosse impedida pelo Sr. João Verçosa”⁶⁹⁵

⁶⁹¹ *Jornal do Commercio* (AM), ed.11249, 12 de agosto de 1937. p.1.

⁶⁹² *Jornal do Brasil* (RJ), ed. 248, 18 de outubro de 1936, p.24.

⁶⁹³ *Jornal do Brasil* (RJ), ed. 00208, 01 de setembro de 1936, p. 11.

⁶⁹⁴ *Jornal do Brasil* (RJ) ed. 00204, 27 de Agosto de 1936. p. 11

⁶⁹⁵ *O Jornal*. Ed. 1327, 27 de maio de 1935, p.1.

Conforme sugere Costa, e como era de se esperar, a deputada enfrentou resistência e preconceito tanto por parte de alguns colegas de Plenário, resistentes aos avanços femininos e a quem deveria incomodar pelo seu pioneirismo, como também por parte da imprensa da época que sempre noticiava seu desempenho e sua postura na Assembleia legislativa de forma jocosa ou distorcida, “torcendo até os termos genéricos”, como escreveu a própria Maria em carta enviada à Bertha Lutz em junho de 1935⁶⁹⁶.

Eram comentários, alguns em tons de ironia, presentes no discurso de alguns políticos, de uma parte da imprensa e também da sociedade, que não via “com bons olhos” a participação feminina na política. Esses discursos pretendiam destacar a “suposta fragilidade feminina” e revelar aspectos do patriarcalismo tão presente naquele momento - e de certa forma ainda hoje -, frente uma representante eleita democraticamente pelo voto popular: “a casa, que estava acostumada ao cachoeirar das vozes masculinas, precisava ser benevolente para se aperceber do sussurro da voz feminina”⁶⁹⁷. Além do mais, servem também não apenas para a tentativa de ridicularizar a recente conquista feminina e a atuação da deputada, mas também para, de certa forma, intimidar e atingir as demais mulheres amazonenses, como o intuito definido: mostrar-lhes que a política não era o seu lugar. Vejamos um exemplo:

“não me é possível deixar de admirar a bravura da deputada Miranda Leão, que [vem] na minha lembrança um pensamento... há mulheres tão ansiosas por sensações que preferem uma desgraça a uma situação de tranquilidade”⁶⁹⁸

Esse intransigente comportamento de uma maioria de homens e especialmente da imprensa tem sua justificativa: ver uma mulher assumir uma cadeira na tribuna pública era simplesmente o pior e o mais incômodo dos acontecimentos da época, pois como defendiam alguns, a política deveria ser território exclusivo dos homens. Como observado por Perrot,

a entrada das mulheres na política não é normal em nenhum lugar, quer se trate dos partidos, do legislativo ou do executivo. A política é uma profissão de homens, concebida e organizada no masculino. Em seus

⁶⁹⁶ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz**. Manaus, 20 de junho de 1935. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.18.

⁶⁹⁷ **O Jornal**. Ed. 1352, 27 de fevereiro de 1935, p. 1.

⁶⁹⁸ Coluna Escumilhas. In: **O Jornal**. Manaus, ed. 1324, 23 de maio de 1935, p.1

ritos, em seus ritmos, em seus horários, em suas formas de sociabilidade, em sua apresentação de si, que molda também a expectativa do público, eventualmente decepcionado por ser representado por uma mulher⁶⁹⁹.

Contudo, a deputada Maria não se intimidou diante de uma casa legislativa composta majoritariamente por homens, ao contrário, buscou ter expressiva atuação, fosse propondo projetos, fosse defendendo seu espaço de fala nos debates, fazendo-se ouvida, buscando apoio político e social para as causas femininas defendidas por ela e/ou representadas pela FAPF e FBPF e, principalmente, legitimando o poder conquistado: exemplo está na sua eleição para compor pelo menos três comissões permanentes na Constituinte Estadual em 1935: Poderes, Guarda da Constituição e Leis⁷⁰⁰, a de Educação e Problemas sociais⁷⁰¹ e Instrução e Saúde Pública⁷⁰². Portanto, se ela foi preterida por uns, por outros, ela recebeu respeito e admiração, expressos em pequenos gestos e falas proferidas pelos colegas como: “dona de palavra insuspeita”, “deputada de maior e mais elevado prestígio”, “brilhante deputada”⁷⁰³.

Os primeiros meses de trabalho parlamentar de Maria, estiveram resumidos principalmente ao empenho em ajudar a elaborar e entregar para a população amazonense a nova Constituição Estadual, “a qual não se havia quedado alheia aos trabalhos e soubera levar à Assembleia o pouco de seu concurso”⁷⁰⁴. Ressalta-se que a nova Constituição Estadual tinha por finalidade adequar o Amazonas à nova Constituição Federal promulgada em 1934. Os trabalhos constituintes ocorreram entre os meses de fevereiro de 1935 ao início de junho do mesmo ano.

Sobre o trabalho dos Constituintes, durante as discussões da Carta Magna, a deputada proferiu as seguintes palavras enaltecendo seus colegas de Constituinte:

⁶⁹⁹ PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Unesp, 1998. p. 129.

⁷⁰⁰ Eleita com 20 votos. **Anaes da Assembleia Constituinte do Amazonas**. Imprensa Pública, 1935. Sessão de 06 de junho de 1935 p. 08. A informação também pode ser encontrada em carta enviada a 20 de junho de 1935 para Lutz onde pede que sejam enviadas sugestões da FBPF sobre o tema. Fundo da FBPF, Arquivo Nacional.

⁷⁰¹ Conforme informou à Bertha Lutz por carta. **Carta de Maria de Miranda Leão à Bertha Lutz**. Manaus, de 03 de julho de 1935. Fundo da FBPF, Arquivo Nacional.

⁷⁰² Eleita com 21 votos. **Anaes da Assembleia Constituinte do Amazonas**. Imprensa Pública, 1935. Sessão de 26 de junho de 1935 p. 66.

⁷⁰³ Sessão de 05 de junho de 1935. **Anaes da Assembleia Constituinte do Amazonas**. Imprensa Pública, 1935. p. 6.

⁷⁰⁴ **O Jornal**, ed. 1434, 04 de 06 de 1935, p.5.

Sr Presidente: eu tive a ventura de acompanhar, de assistir os trabalhos, as discussões dos 11, deixe que diga destes 11 heróis, destes valentes que trabalharam com o pensamento na grandeza do Amazonas. Eu presenciei a maneira desprendida com que se trabalhou e não poderia ficar, sem deixar aqui patente a minha admiração, o meu reconhecimento, que é o da mulher amazonense. E quero fazer um apelo para que a discussão continue com a mesma elevação de vistas e com a mesma grandeza d'alma, com que foi feita naquela mesa. E assim continue o trabalho da nossa Constituição, na paz, na harmonia para grandeza do Amazonas, para maior gloria de Deus.⁷⁰⁵

Posteriormente, no evento da “promulgação fulgurante” da Constituição, fato ocorrido em 02 de junho de 1935, Maria fez um discurso primoroso manifestando a emoção, alegria e entusiasmo que sentia naquele momento solene da entrega ao povo amazonense da Carta Magna: “a nossa Constituição é um verdadeiro facho de luz, que conduzirá o nosso povo, o nosso Amazonas a um destino de prosperidade, de glória e de grandezas no seio do Brasil unido e forte [...]”.⁷⁰⁶

O discurso teve como objetivo mais uma vez congratular os constituintes pela dedicação, competência e respeito empregados na missão Constituinte, “já que os trabalhos decorreram sempre em um ambiente de perfeita cordialidade, de harmonia, patenteando assim o patriotismo com que foram efetuados”. Sendo assim, os constituintes que fizeram parte da Comissão⁷⁰⁷, como os demais, “com o pensamento em Deus, só tiveram uma ambição, uma preocupação: a grandeza, a dignidade do Amazonas”⁷⁰⁸. Maria de Miranda Leão também direcionou ao povo amazonense agradecimentos pelo apoio recebido em todas as solenidades, pelo seu civismo e interesse pelos trabalhos realizados por aquela Casa, numa prova de delicadeza e de fina cortesia, mostrando que não estavam alheios aos trabalhos da Constituinte. Como resposta ao povo amazonense, Maria afirmou com satisfação que todos os seus direitos foram

cuidadosamente assegurados, as suas mais justas aspirações confirmadas [...], nada foi omitido ou desprezado, desde as responsabilidades e direitos dos mais altos representantes do povo, dos

⁷⁰⁵ Sessão de 06 de maio de 1935. **Anaes da Assembleia Legislativa do Amazonas**. Manaus, Imprensa Pública, 1936, p. 48.

⁷⁰⁶ Sessão de 04 de junho de 1935. **Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas**. Manaus, Imprensa Pública, 1936, p.4-5.

⁷⁰⁷ Fizeram parte da Comissão da Constituição os seguintes deputados: Armando Madeira (presidente), Vivaldo Lima (vice), Cosme Ferreira, Aristides Rocha, Ary Tapajós, João de Paula Gonçalves, Leopoldo Peres e Antóvilla Vieira. **Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas**, 1935.

⁷⁰⁸ Sessão de 04 de junho de 1935. **Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas**. p.4-5. Op. Cit.

magistrados, dos funcionários públicos obedientes e silenciosos, aos enérgicos operários, cujos trabalhadores em aparência humildes engrandecem a pátria.⁷⁰⁹

Aspectos religiosos estiveram presentes no referido discurso de Miranda Leão e estão presentes no próprio preâmbulo da Constituição que ela saudava, para a sua satisfação, já que, como defendido pela deputada, “a salvação das nações está na espiritualização dos povos” e o povo brasileiro tem “a índole de religiosidade”⁷¹⁰. Na Constituição, “o nome adorável de Deus brilha com todo o fulgor de sua luz imarcescível”, disse a constituinte.⁷¹¹

A entrega da Constituição Estadual ao povo amazonense, momento importante para a história política do Estado, é também um momento de conquista para a história das mulheres amazonenses e marca a história pessoal da Maria de Miranda Leão por ter sido a primeira mulher política do Estado a assinar uma Constituição Estadual. Em reconhecimento pelo feito, as “senhoras e senhorinhas” da FAPF, também ali representadas pela Deputada, ofereceram um mimo para a sua representante maior: uma caneta de ouro para ser usada na assinatura da Carta Magna⁷¹². Antes disso, ainda no período de discussão das propostas, Maria emitiu uma missiva direcionada à FAPF dizendo que na Constituinte apresentou e defendeu as sugestões que Chevalier mandou em nome da Federação: “em plenária passaram todas”, comemorou⁷¹³.

No ano de 1936, a Deputada realizou viagens oficiais para representar o Estado em eventos, como veremos mais adiante, ou para acompanhar o governador do Estado, Álvaro Maia, em compromissos políticos. A mais significativa com certeza foi a viagem realizada juntamente com o deputado Aristides Rocha para acompanhar o governador à Capital Federal de modo a juntar-se à bancada amazonense composta pelos senadores Cunha Melo e Alfredo da Matta, deputados federais Carvalho Leal e Aluísio Araújo, para reunião com o então Ministro da Defesa, Vicente Rao, cujo objetivo era tratar da indenização ao Amazonas em decorrência da perda do território do Acre, quando da

⁷⁰⁹ Sessão de 04 de junho de 1935. **Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas**. p.4-5. Op. Cit.

⁷¹⁰ Idem.

⁷¹¹ Idem.

⁷¹² **Jornal do Commercio** (AM). Ed.10578, 02 de junho de 1935.

⁷¹³ Por escassez de fontes, não tomamos conhecimento sobre quais eram essas sugestões. Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz. Manaus, 20 de junho de 1935. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.18. a informação também foi confirmada em carta da FAPF para FBPF. Manaus, 12 de junho de 1935. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A935.34, p.3

anexação deste ao Brasil em 1903. A reunião e seus efeitos satisfatórios, foi considerada o primeiro passo para a concretização da indenização e “um acontecimento de enorme importância para a vida do estado”.⁷¹⁴

IMAGEM - 25

Maria de Miranda Leão no Gabinete do Ministro da Justiça



Maria de Miranda Leão, Ministro da Justiça, Vicente Rao, governador Álvaro Maia, senadores Cunha Melo e Alfredo da Matta, deputados federais Carvalho Leal e Aluísio Araújo e Aristides Rocha, deputado estadual. Fonte: Revista Cabocla, 1936 (s/d, s/n).

Sua relação com o interventor/governador do Estado, Álvaro Botelho Maia, era de muito respeito, amizade, admiração e principalmente apoio, o que ela sempre fazia questão de destacar em entrevistas ou nas cartas que ela trocava com Bertha Lutz e com a FBPF, onde muitas vezes mostrava até certa intimidade, ao chamá-lo pelo primeiro nome.

⁷¹⁴ **Revista Cabocla**, 1936. s/d, s/n.

Sou “alvarista vermelha”, disse em certa ocasião, reafirmando o seu comprometimento com o político⁷¹⁵, que ela o definia como “honesto, calmo e enérgico ao mesmo tempo”.⁷¹⁶

Em entrevista ao *Jornal do Brasil* (RJ) em 1935, quando perguntada sobre a situação do Estado no governo Maia destacou que

o Amazonas, sob o governo honesto, a orientação inteligente e criteriosa do Dr Álvaro Maia, vai de triunfo em triunfo. As receitas aumentadas com a valorização dos nossos principais produtos e rigorosamente fiscalizadas, arrecadadas com igual equidade e rigor, de acordo com a Constituição do Estado.

O funcionalismo tem as contas pagas em dia. Majorados os vencimentos dos funcionários quer do Estado, quer do município, o que é índice de uma situação financeira boa e estabilizada. [...]

Todos os grandes problemas do Estado solucionados ou em via de solução. A política harmonizada, com grande alegria da família amazonense. Só temos motivo de satisfação e orgulho com a atual administração do Estado⁷¹⁷

Destaco que Álvaro Maia esteve como chefe do executivo estadual durante muitos anos⁷¹⁸. Em fevereiro de 1935 Álvaro Maia tomou posse como Governador Constitucional escolhido pela Assembleia Constituinte, coube a Maria de Miranda Leão fazer o discurso de saudação à sua posse “em nome da mulher amazonense”, este por sua vez, agradecido, dirigiu-se à ela e “teceu um belo hino de louvor à mulher amazonense⁷¹⁹, destacando a sua dedicação e heroísmo⁷²⁰. Maia, “homem de cultura e ação”⁷²¹, era uma grande liderança local e tinha muito prestígio com Vargas⁷²².

Como mencionado anteriormente, Maria de Miranda Leão e Bertha Lutz tinham boa relação de respeito e amizade, conforme sugerem as cartas que fazem parte das fontes dessa pesquisa. Maria buscava manter Lutz informada sobre sua atuação na Assembleia, mas também não exitava em pedir ajuda quando necessitava. Dois exemplos foram

⁷¹⁵ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz.** Manaus, 25 de Maio de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.13.

⁷¹⁶ Idem.

⁷¹⁷ **Jornal do Brasil** (RJ). Ed. 00208. 01 de setembro de 1936, p. 11

⁷¹⁸ De 1930 à 1931 foi Interventor Federal; de 1935 à 1937 governador constitucional; de 1937 à 1945 novamente Interventor Federal e em 1950 foi eleito para governar o Amazonas mais uma vez.

⁷¹⁹ **O Jornal** (AM). Ed 1345, 19 de fevereiro de 1935. p.1.

⁷²⁰ **Diário Carioca** (RJ). Ed. 02019, 21 de fevereiro de 1935, p.6.

⁷²¹ ALVES, Hosenildo Gato. **Imprensa e Poder: A Propaganda Varguista na Imprensa Amazonense, 1937-1945.** Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2009.p. 155)

⁷²² Ver: SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia.** Manaus: EDUA, 1997.

escolhidos para ilustrar essa afirmação. Em 1937, enquanto Bertha cumpria seu mandato de Deputada Federal, Maria pediu ajuda política de Bertha, “confiando em seu real e valioso prestígio” para que ela intermediasse a aprovação de projetos que beneficiavam financeiramente abrigos dirigidos por ela, pois justificou que

desde outubro o senado aprovou e mandou para câmara um projeto concedendo um auxílio de oitenta contos para o Abrigo Menino Jesus, que me pertence e até hoje nada! Veja se você consegue a aprovação do projeto e a sanção do presidente e queria também que você apresentasse uma emenda concedendo igual importância para a “Casa Dr Farjado”, hospital de crianças indigentes.⁷²³

Em outra ocasião, Maria pediu que Bertha usasse se suas prerrogativas de deputada e sua importância enquanto ativista feminista, para repudiar e tomar providências ao fato incômodo do Banco do Brasil ter lançado, naquele ano de 1937, nos jornais, edital para concurso público, mas destacando que “não seriam admitidos candidatos do sexo feminino”. Pediu para que Bertha fizesse escândalo na Câmara, que ela também ia protestar na Assembleia amazonense. “Onde fica a Constituição? E os nossos direitos assegurados pela mesma Constituição?”⁷²⁴, escreveu. Sobre esse assunto, Luciana Geroleti afirma que embora desde a década de 1920 existissem mulheres trabalhando em bancos pelo país, somente no período pós Segunda Guerra Mundial a inserção feminina é ampliada no setor, mas sempre em funções auxiliares ao homens. A igualdade de carreiras entre mulheres e homens só começou a ocorrer de forma lenta e gradual a partir da década de 1960, segundo a autora. A pesquisa da historiadora aponta a justificativa para o fato do edital para o concurso de admissão à carreira do Banco do Brasil, que Maria de Miranda Leão se refere, não admitir inscrições do público feminino: a admissão de mulheres foi interrompida no período de 1935 a 1968, sendo retomada apenas em 1969. Sobre os motivos dessa interrupção, a autora afirma que ainda não é possível apontá-los.⁷²⁵

⁷²³ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz.** Manaus, 25 de maio de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.4. O mesmo pedido foi feito em outra carta posterior (9 de junho de 1937) Q0.ADM,COR.A937.49, p.5

⁷²⁴ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz.** Manaus, 25 de maio de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.4.

⁷²⁵ A admissão feminina só foi retomada após a publicação da lei nº 5.473 de 09/07/1968. Segundo a autora, “a referida lei proibia a discriminação por sexo para o provimento de cargos sujeito a seleção nas empresas privadas, no funcionalismo público em todas as esferas, nas autarquias, nas sociedades de economia mista (os bancos) e nas empresas concessionárias de serviço público”. GEROLETI, Luciana Carlos. **“Bela” ou “bancária”? Como as mulheres se inserem nos bancos nas décadas 1960-1980.**

Em carta enviada a Bertha Lutz, Maria fez apontamentos sobre o problema penitenciário feminino no Estado, provavelmente respondendo a algum questionamento da FBPF⁷²⁶ sobre essa situação no Amazonas. A deputada respondeu para Bertha que precisaria estudar com mais profundidade o assunto, já que “o problema penitenciário feminino é realmente um estudo de alto alcance”. Naquele momento, afirmou que só seria possível enviar um “pequeno esforço” que a carta deixa claro do que se tratava: Maria informa para Bertha que no ano anterior (1934) encontrou uma mulher que estava “enjaulada” há 2 meses e a retirou de lá, conseguindo absolvição e trabalho honesto para “a pobre infeliz”, que desde então vive em paz no seio da sociedade. Salientou que não compreendia “viver uma mulher sob o azorrague do homem, (pois) as penitenciárias modernas são casas de regeneração e educação e não de castigos severos”. Na ocasião, a deputada afirmou que o Amazonas não tinha mais reclusas naquela data.⁷²⁷

Em 1937 a FBPF vislumbrou a organização de uma “Corrente Feminista Nacional”, da qual não achamos mais informações nem nas fontes analisadas e nem na bibliografia consultada, mas nos interessa a informação, a partir da fala de Maria de Miranda Leão, por conjecturarmos que a proposta tinha como objetivo principal agrupar e centralizar interessados, de ambos os sexos, políticos ou não, que pudessem contribuir para a luta feminina por direitos. Maria se mostrou entusiasmada com a ideia e ofereceu seu apoio integral, além de aceitar o convite para o Diretório Nacional, conforme expressado: “[...] estou disposta a trabalhar com ardor, mostrando assim o meu reconhecimento pela confiança que me depositaram”⁷²⁸. Sobre indicações de nomes que provavelmente Bertha pediu para a distribuição de lugares no Conselho da referida Corrente, Maria indicou dois nomes que ela considerava de inteira confiança. O primeiro nome, Raymunda de Menezes Vasconcelos Dias ⁷²⁹ é da professora eleita vereadora no

Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas ISSN2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011. GT7- Gênero e Trabalho, p. 5

⁷²⁶ É o que deduzimos a partir da carta de Maria de Miranda Leão. Tal dedução se dá pelo fato de não termos como fonte as cartas enviadas por Bertha Lutz e FBPF para Maria e nem para a Federação Amazonense. Até o momento, o acervo da FAPF e o acervo pessoal da deputada amazonense não foram localizados.

⁷²⁷ **Carta de Maria de Miranda Leão à Bertha Lutz.** Manaus, de 03/07/1935. Fundo da FBPF, Arquivo Nacional.

⁷²⁸ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz.** Manaus, 19 de agosto de 1937. Fundo da FBPF, Arquivo Nacional. ADM, COM. A937.49.p.8.

⁷²⁹ Na carta, Maria a denomina como Adelaide, mas o confronto com fonte bibliográfica, provou que o nome correto é Raymunda. Provavelmente houve um equívoco da mãezinha quanto ao nome certo. Ver: SILVA, Francisco Gomes da. **Câmara Municipal de Itacoatiara (sinopse histórica).** Manaus: Gráfica Ampla, 2010. p.104

Município de Itacoatiara (AM), nome desconhecido, até então, na história política do estado. Raymunda foi eleita em 02 de setembro de 1935 para legislar no triênio 1935-1938. No decorrer de seu mandato, ocupou a função de presidente do conselho de vereadores do referido município⁷³⁰. “Muito moça, inteligente e combativa”, foi como Maria a descreveu para demonstrar - e despertar – o interesse pela vereadora como um elemento essencial na “Corrente Feminista”: “estou trazendo-a para nosso meio. Vive isolada, em partido meramente político e é preciso que seja nossa, feminista, será um elemento de valor”⁷³¹. O segundo nome era o do deputado Genesino Braga: “jornalista de valor, intelectual, moço, cheio de ardor e bem feminista”⁷³².

5.7 “A mandatária amazonense”⁷³³

Como deputada estadual, Maria de Miranda Leão representou oficialmente o Estado do Amazonas, a FAPF e a LEC em alguns congressos, tanto religiosos quanto femininos, designada pelo Governador Álvaro Maia⁷³⁴ e aprovada por seus pares na Assembleia estadual. Para tanto, fazia questão que tudo fosse feito dentro da formalidade necessária. Ao ser convidada, pedia que fosse enviados três ofícios: um para ela dirigido à Assembleia, outro para o Governador e um outro dirigido ao presidente da Assembleia e demais deputados, fazendo em todos o mesmo pedido de participação no Congresso. Em missiva à Bertha Lutz, justificou o pedido da seguinte forma: “é necessário tudo isso para os senhores homens acreditarem no Congresso e votarem a verba necessária para a minha apresentação”.⁷³⁵

⁷³⁰ Em Itacoatiara, propaga-se ter sido Raymunda a primeira vereadora brasileira, o que a historiografia nacional prova ser um equívoco, pois a primeira vereadora brasileira foi Joana Cacilda Bessa, eleita em setembro de 1928 no município de Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte.

⁷³¹ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz.** Manaus, 19 de agosto de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.9.

⁷³² Idem.

⁷³³ **Jornal do Brasil** (RJ), ed. 00235, 2 de outubro de 1936, p.11

⁷³⁴ A Designação pode ser atestada num Telegrama do Governo do Estado do Amazonas que consta no Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro.3 de julho de 1936. BR RJANRIO Q0.ADM, COR.A936.74

⁷³⁵ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão à Bertha Lutz.** Manaus, 11 de abril de 1935. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. A sessão de Julho de 1935, votou e aprovou a licença de Maria de Miranda Leão para participar de Congresso e a verba necessária para o transporte e estadia no valor de 6:000\$000. Anaes da Assembleia Legislativa do Amazonas, sessão de 15 de julho de 1936, p.68.

Nos primeiros dias do mês de setembro de 1936, aconteceu em Belo Horizonte o II Congresso Nacional Eucarístico e Maria participou como delegada do governo amazonense, como representante da Liga Eleitoral Católica e representante da Igreja Católica credenciada pelo Bispo do Amazonas⁷³⁶. O congresso Eucarístico era o mais importante certame de fé e propagação do cristianismo realizado pela Igreja Católica. Essa edição realizada em Minas Gerais, contou com cerca de 200 mil pessoas⁷³⁷. Maria de Miranda Leão participou das comissões que “examinaram as várias teses compreendidas em seu programa (do congresso), como ainda acompanhou com dedicação todas as solenidades religiosas então levadas a efeito”.⁷³⁸ Pretendeu discursar sobre a vida eucarística do Amazonas, mas chegou no Congresso atrasada para as inscrições de teses.⁷³⁹

No 3º Congresso Nacional Feminino, dedicado ao “Estatuto da Mulher”, realizado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) na sede do Automóvel Club, no Rio de Janeiro, na primeira semana do mês de outubro de 1936, a deputada amazonense participou como oradora e delegada oficial do Amazonas no qual “desenvolveu brilhante atividade dando cabal desempenho a sua missão”⁷⁴⁰, que, inclusive, a adoeceu⁷⁴¹. Segundo noticiou a imprensa, coube à deputada “papel de relevo” nas solenidades do Congresso, que despertaram “gerais aplausos”⁷⁴². Maria de Miranda Leão que ocupou o cargo de secretária⁷⁴³, proferiu o discurso da sessão inaugural, dando as boas-vindas e congratulações às delegações dos Estados e saudações às autoridades presentes, incluindo ao presidente da república, Getúlio Vargas e à primeira-dama Darcy Vargas, que foi a presidente de honra do congresso⁷⁴⁴. O presidente Getúlio Vargas “agradeceu (a saudação) dizendo que não estava arrependido do apoio dado ao movimento feminino, sendo a mulher um elemento de estabilidade no país”⁷⁴⁵. Na sessão solene de encerramento, Maria de Miranda Leão foi escolhida como representante do

⁷³⁶ **Jornal do Brasil** (RJ), ed. 00208. 01 de setembro de 1936 p. 11.

⁷³⁷ **Jornal do Brasil** (RJ), ed. 00214. 08 de setembro de 1936. p. 9.

⁷³⁸ **Jornal do Brasil** (RJ), ed. 00248. 18 de outubro de 1936 p. 24.

⁷³⁹ **Jornal do Brasil** (RJ), ed. 00208. 01 de setembro de 1936. p. 11

⁷⁴⁰ **Jornal do Brasil** (RJ), ed. 00248. 18 de outubro de 1936. p. 24

⁷⁴¹ **Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas**. Mensagem apresentada pelo Presidente Dorval Pires Porto (AM). 1937. p. 279. Hemeroteca Digital.

⁷⁴² *Idem*.

⁷⁴³ Programa do 3º Congresso Feminino. Q0.ADM,EVE.CNG, TXT.16.p.28. Fundo da FBPF, Arquivo Nacional.

⁷⁴⁴ **Jornal do Brasil** (RJ). Ed. 00248. 18 de outubro de 1936 p.24.

⁷⁴⁵ **Jornal do Brasil** (RJ). Ed. 00234, 01 de outubro de 1936. p.23

norte para o discurso de homenagem a já deputada Bertha Lutz⁷⁴⁶. Na imagem abaixo, vê-se a deputada Maria de Miranda Leão saudando o Chefe da Nação, no Palácio do Cattete, em nome de suas colegas de representação

IMAGEM - 26

Maria de Miranda Leão saudando Getúlio Vargas



Fonte: Revista Cabocla. Novembro de 1936

A imprensa amazonense noticiou com entusiasmo a participação da delegada do Amazonas:

⁷⁴⁶ **Dossiê FBPF.** Q0.ADM, EVE.CNG, TXT.16, p.13. Fundo da FBPF, Arquivo Nacional.

Uma das mais vigorosas expressões de cultura e patriotismo da mulher amazonense. Tão influente foi a ação de nossa delegada, que a esta conferiram as missões de maior destaque, no Congresso, sobressaindo-se em todas elas a representante do Amazonas, com as sobejas demonstrações de seus predicados morais e intelectuais⁷⁴⁷

Seu discurso soou como “uma oração cintilante pela feição libertária e pelo colorido sugestivo com que descreveu a terra fantasmagórica do seu berço natal”⁷⁴⁸ e estava intitulado “A missão da mulher no momento atual brasileiro”, fez o maior sucesso, sendo bastante aplaudido⁷⁴⁹, e reproduzido na íntegra posteriormente pelo *Jornal do Brasil*⁷⁵⁰. O discurso dividido em duas partes, primeiramente enalteceu as características regionais do Amazonas, destacando sua beleza e oponência, força e garra do povo amazonense, de origem indígena – especialmente a bravura das guerreiras Amazonas -, para posteriormente reafirmar os assuntos que pautavam e conduziam sua vida pessoal e política: defesa do regime, a manutenção da ordem, a salvação da honra e da tradição e contra o sacrilégio devastador do comunismo, a partir de uma política baseada nos preceitos religiosos e do papel da mulher na sociedade moderna.

Ao falar sobre a mulher brasileira, dentro do contexto histórico e político que o Brasil vivia naqueles agitados anos 1930, a deputada amazonense além de reafirmar a importância da família e a indissolubilidade do matrimônio enfatizou que era necessário empreender uma “cruzada santa” do feminismo, pois as mulheres não podiam, e não deviam ficar indiferentes diante dos acontecimentos no país, pois a inércia, o descaso, a inação, constituíam crime, covardia. Era um instante que em que não se admitia tergiversações, dúvidas, incertezas. Era preciso entrar na liça, em defesa dos ideais, tomando uma atitude clara e definida no lar, na sociedade, onde quer que o dever as levasse⁷⁵¹. Dessa maneira, suas palavras depositavam esperança no papel das brasileiras na “guerra santa”, “pacífica e pacificadora”, a ser empreendida para a igualdade de direitos e “contra toda destruição da honra e da fé, contra toda dissolução da família e dos

⁷⁴⁷ **Revista Cabocla**, novembro de 1936.

⁷⁴⁸ **Jornal do Brasil** (RJ), ed. 00235, 2 de outubro de 1936, p.11

⁷⁴⁹ **A Batalha** (RJ), ed. 02115 p.6. 03 de outubro de 1936.

⁷⁵⁰ **Jornal do Brasil** (RJ), ed. 00248, 18 de outubro de 1936, p. 24. Reproduzimos o discurso na íntegra e está disponível no anexo 1.

⁷⁵¹ **Jornal do Brasil** (RJ), ed. 00248, 18 de outubro de 1936, p. 24.

costumes, contra toda desagregação da Pátria, da nacionalidade e da Ordem”⁷⁵². Para a Deputada, as mulheres valorosas não se refutariam a esse importante papel, já que elas

hoje como ontem, corajosa e destemida, saberá (iam) firmar, diante dos povos cultos, as suas prerrogativas de patriotismo sadio, fé pura e robusta. Nessa hora decisiva de nossa Pátria, de nossa civilização, seremos a atalaia vigilantes das tradições, fé e costumes da nacionalidade.”⁷⁵³

e por que “nessa guerra santa” cabe à mulher o papel preponderante? Eis que ela mesmo responde ao afirmar que

O Brasil chamou suas filhas ao combate, não porque o brasileiro, homem valoroso, tenha falido, fracassado, sido aniquilado, mas por compreender que a mulher é a sua companheira de jornada e deve auxiliá-lo em todos os setores da ação. **A mulher é o único poder moderador capaz de trazer o homem à razão, quando, levado pelos ímpetos próprios de sua natureza combativa, muitas vezes se afasta do caminho traçado. O homem não é o senhor da mulher, não é o inimigo, é sim, o companheiro de jornada.**⁷⁵⁴

Por outro lado, o desprezo e a indiferença das mulheres alheias ou contrárias a esses ideais, segundo a mandatária amazonense, não esmoreciam a que se alistou na Cruzada Santa. Mesmo assim, ela ressalta que “a mulher que se masculiniza é ridícula; a mulher que não quer passar de boneca de salão, de atrativo de paixões fáceis, é desprezível, porque é inútil para Deus e para a pátria”⁷⁵⁵. Essa “inutilidade” era perigosa em um momento em que se vivia a “paz e a guerra”⁷⁵⁶. Nesse contexto, nessa “guerra contra o comunismo” a que ela se refere, há a promessa, a clarinada guerreira, e o juramento inflexível da Mulher Amazonense representada por sua voz no discurso, como ela retratou: “ouviremos a voz do Brasil e na luta estaremos na linha de frente, na brecha por Deus, pela Pátria, pela Raça”.⁷⁵⁷

Em nossa linha de raciocínio, temos a suposição que Maria de Miranda Leão de certa forma, foi influenciada pelos pensamentos da educadora e escritora baiana Amélia Rodrigues, considerada a principal expoente do catolicismo militante feminino no início do século XX. Embora esta pesquisa não tenha encontrado nenhuma fonte que ligue as

⁷⁵² **Jornal do Brasil** (RJ), ed. 00248, 18 de outubro de 1936, p. 24.

⁷⁵³ Idem.

⁷⁵⁴ Idem. Grifos nossos.

⁷⁵⁵ **Jornal do Brasil** (RJ), ed. 00248, 18 de outubro de 1936, p. 24.

⁷⁵⁶ Idem.

⁷⁵⁷ Idem.

duas militantes católicas, o fato de serem contemporâneas e com ideias muito parecidas, nos leva a supor que Amélia Rodrigues exerceu algum tipo de influência sobre o pensar e agir na ação católica de Maria de Miranda Leão.

Os escritos de Ana Paula Martins sobre Amélia Rodrigues deixam claro que a escritora baiana defendia

um catolicismo prático e ao mesmo tempo profundamente espiritual; um catolicismo militante no sentido de alertar as mulheres a deixarem a passividade de lado e ampliarem seus objetivos para além da devoção e das obras de caridade⁷⁵⁸.

Ou seja, a partir da análise da autora, Amélia pretendia incentivar nas brasileiras, um movimento de ação católica cujo objetivo seria uma grande luta da restauração dos princípios católicos fazendo oposição ao feminismo sem Deus. Amélia Rodrigues tinha no movimento feminino católico internacional, especialmente, o europeu e norte americano, sua grande inspiração e nutria o desejo que as católicas brasileiras seguissem o exemplo. Martins afirma que muitos dos escritos de Rodrigues na imprensa⁷⁵⁹ visavam combater a inação das católicas diante aos ataques à Igreja Católica, pois para ela a “indiferente”, seria uma “cúmplice do inimigo”.⁷⁶⁰ o enxerto abaixo traduz esse alerta de Rodrigues:

ou trabalhamos, ou nos entregamos de mãos atadas à ideia inimiga e serviremos de ornato ao seu carro de triunfo, como na Antiga Roma os prisioneiros de guerra iam acorrentados ao carro do vencedor⁷⁶¹.

Voltando a falar sobre o III Congresso Feminino da FBPF, Maria de Miranda Leão presidiu juntamente com a médica e associada da FBPF, Luiza Sapienza, a Comissão do Estatuto Político da Mulher⁷⁶², sendo Maria a relatora das propostas. Entre as resoluções definidas nessa comissão aprovadas em plenário, estava “intensificar e coordenar o alistamento feminino em todo o Brasil por meio de propaganda escrita e falada” e a

⁷⁵⁸ MARTINS, Ana Paula Vosnei. **Qual feminismo? Reflexões sobre o feminismo conservador e a escrita militante de Amélia Rodrigues**. Op.cit, p. 109.

⁷⁵⁹ Especialmente os escritos no jornal **A União: Órgão do Centro Catholico do Brasil** (RJ) a partir do ano de 1919, conforme demonstrado no Trabalho de Ana Paula Martins, mencionado na nota acima.

⁷⁶⁰ MARTINS, Ana Paula Vosnei. **Qual feminismo? Reflexões sobre o feminismo conservador e a escrita militante de Amélia Rodrigues**. Op.cit. p.102

⁷⁶¹ Rodrigues, Amélia. **A União**, 4 maio 1919, p.2. *Apud* reflexões, MARTINS, Ana Paula Vosnei. **Qual feminismo? Reflexões sobre o feminismo conservador e a escrita militante de Amélia Rodrigues**. Op. Cit, p. 102.

⁷⁶² **Jornal do Brasil** (RJ). Ed. 00221. 16 de setembro de 1936. p. 7

recomendação da FBPF às suas filiais nos Estados para a fundação de departamentos estaduais, regionais e locais da Liga Eleitoral Independente (LEI) nos moldes da mesma e sob a direção de três membros da diretoria da Federação ou suas filiais.⁷⁶³

É oportuno mencionar que essa comissão, assim como outras, a exemplo, “Estatuto Econômico e Defesa do Trabalho da Mulher” e “Assuntos Jurídicos” discutiram questões que posteriormente foram levadas a serem apresentadas na forma de projeto de lei (736/1937) em outubro de 1937 na Câmara dos Deputados, por iniciativa das deputadas Bertha Lutz e Carlota Pereira de Queirós. Em seus 150 artigos, o projeto do Estatuto da Mulher constituía “um importante diagnóstico das condições sociais que afligiam as mulheres”⁷⁶⁴ e tinha como objetivo regulamentar os dispositivos constitucionais de proteção às mães e às crianças, tratando, em essência, de nacionalidade, direitos políticos e trabalho⁷⁶⁵. Por divergências entre Carlota e Lutz, “o projeto avançou pouco e foi atropelado pela implantação do Estado Novo”⁷⁶⁶.

IMAGEM - 27

Maria de Miranda Leão entre participantes do 3º Congresso Feminino da FBPF em audiência com o presidente Getúlio Vargas

⁷⁶³ **Dossiê FBPF**. Q0.ADM, EVE.CNG, TXT.16, p.69 e 95. Fundo da FBPF, Arquivo Nacional.

⁷⁶⁴ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Perfil Parlamentar: Bertha Lutz**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016, p. 127.

⁷⁶⁵ POTECHI, Bruna. As mulheres dos estatutos no Congresso Nacional Brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 1, Florianópolis, 2019.

⁷⁶⁶ ORÍÁ, Ricardo. **Mulher e cidadania: a conquista do voto feminino no Brasil**. Cadernos ASLEGIS nº 38, setembro/dezembro de 2009, p. 37



Rio de Janeiro 1936. Fonte: Fundo da FBPF, Arquivo Nacional.

Durante os preparativos para o Congresso, Maria de Miranda Leão foi entrevistada pelo *Jornal do Brasil* (RJ) para responder como seria a sua participação e sobre “quais seriam as questões de maior interesse, principalmente para o Amazonas, que poderiam ser debatidas no Congresso Feminino”. A deputada pontuou que os interesses da mulher do Amazonas eram os mesmos da mulher de todo o Brasil e que ficava revoltada ao ver

o trabalho da mulher, igual ao do homem, menosprezado e desvalorizado, tendo o salário desigual. Quantas vezes na vaga de um homem, despedido propositadamente, com a mesma remuneração são pagas duas e três mulheres. No entanto, a mulher tem a mesma capacidade de trabalho, a mesma combatividade, o mesmo desenvolvimento intelectual que o homem.

E, por que não reconhecer esse valor nas fábricas, nas oficinas e no comércio? Trataremos todos os assuntos apresentados e esperamos um resultado positivo, porque serão encaradas as questões pelo lado prático e de proveito na vida atual de nosso país.⁷⁶⁷

⁷⁶⁷ *Jornal do Brasil* (RJ), Ed. 00208. 01 de setembro de 1936, p. 11

O destaque dado pela deputada nessa sua narrativa era para a mulher trabalhadora, pertencente às camadas mais pobres da sociedade, que agarrou as oportunidades de trabalho surgidas nos novos tempos, que ingressou no mundo público sofrendo resistência e preconceitos, pois passou a disputar com os homens as vagas de trabalho, que passou a ter jornada dupla, já que suas funções de mãe, esposa e dona de casa se mantiveram, mas que eram desprestigiadas e exploradas por seus empregadores, pela ausência na valorização financeira por seu trabalho e pela ausência de regulamentação de leis trabalhistas.

A partir da análise dos discursos e narrativas de Maria de Miranda Leão enquanto deputada, religiosa e feminista, sobre a “nova mulher” representante dos “novos tempos”, sempre destacada e enaltecida por ela, é possível afirmar que para ela, essa mulher era aquela que conseguia ser progressista e conservadora ao mesmo tempo, que podia conciliar a vida profissional e política com os seus afazeres domésticos, maternos e matrimoniais; é aquela que se doava para a pátria, mas que estava em luta constante por seus direitos. Em determinado momento, a deputada afirmou que

a mulher será mais mulher quando sua mentalidade estiver desenvolvida ao máximo possível e ela compreender que servir o lar não consiste somente em coser meias e embalar meninos... o lar feliz é aquele onde a mulher, ao lado dos filhos, sabe amar e fazer amar e servir a Pátria em todos os seus setores de ação social, moral e político (...) da nossa política sensata e desambiciosa.⁷⁶⁸

Reafirma-se nessa análise que seu discurso por direitos femininos, em tom conservador e moderado, reiterava o tipo de feminismo pregado por ela, pela FBPF e por suas filiais: um feminismo “bem-comportado”, “tático” com “uma representação ‘imposta e aceita’, mas desviada contra a ordem que a produziu”⁷⁶⁹, para adaptar-se a uma sociedade atravessada por valores e relações patriarcais, evitando contrapor-se à sociedade e à família, no intuito de se tornar “mais aceito e respeitado pelas elites governantes”⁷⁷⁰. Ou seja, o possível conservadorismo de suas pautas pode ser traduzido

⁷⁶⁸ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz.** Manaus, 20 de junho de 1935. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.18.

⁷⁶⁹ SOIHET, Rachel. **A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz.** Op. Cit. p.106.

⁷⁷⁰ HAHNER, June. **Emancipação do Sexo Feminino.** Op. Cit. p. 367.

como uma consciência do tempo e do espaço no qual essas mulheres estavam inseridas, fazendo com que elas seguissem “a trilha mais adequada para atingir seus alvos”⁷⁷¹.

IMAGENS 28

Maria de Miranda Leão e outros participantes do 3º Congresso da FBPF



Rio de Janeiro, 1936. Fonte: Fundo da FBPF. Arquivo Nacional

⁷⁷¹ SOIHET, Rachel. **A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz**. Op. Cit, p.107

IMAGENS 29

Maria de Miranda Leão e outros participantes do 3º Congresso da FBPF



Rio de Janeiro, 1936. Fonte: Fundo da FBPF. Arquivo Nacional

Ainda falando sobre o 3º Congresso Feminino, a FBPF aproveitou a oportunidade para apresentar as mulheres eleitas nas últimas eleições⁷⁷² e recomendou às suas filiais nos Estados que fundassem Departamentos estaduais, regionais e locais da Liga Eleitoral Independente “nos moldes da mesma e sob a direção de três membros da Diretoria ou suas filiais”. Assinou a recomendação a relatora Maria de Miranda Leão. Também ficou

⁷⁷² **Jornal do Brasil** (AM). Ed. 00248, 18 de outubro de 1936, p. 24

determinado intensificar e coordenar o alistamento feminino em todo o Brasil por meio de propaganda escrita e falada.⁷⁷³

Faço um adendo aqui para mencionar as críticas sofridas pela FBPF na realização de reuniões e congressos mesmo depois da conquista do voto e da participação femininas nas eleições. Sobre isso, em certa ocasião, a associação respondeu que

Na realidade o Feminismo só venceu no Brasil até hoje a primeira batalha: a do direito de voto à mulher.

O voto é, porém, um instrumento. É o caminho aberto. Não é o objetivo de um programa [...]

A mulher obteve o direito de voto no Brasil por outorga de um regime de ditadura. Essa outorga não foi, no entanto, espontânea, pois apenas consagrou um pensamento imposto pela evolução do direito político. Era um pensamento vitorioso, que a legislação eleitoral do país incorporaria hoje ou amanhã. A ditadura antecipou-o, é certo. Não o criou, todavia, porque ele estava há muitos anos formado. E o direito de voto só valeria como ponto de partida. Daí a necessidade cada vez maior dos congressos e convenções, pois tendo apenas começado, o Feminismo deve enquadrar a mulher dentro das concepções sociais da vida moderna; e só ela mesmo, a mulher conhece o drama de sua existência [...]⁷⁷⁴

5.8 Muitos planos, novos rumos em 1937

“(...) estamos atravessando tempos de inseguranças, de incertezas e de... desconfianças!”⁷⁷⁵, foi assim que Maria de Miranda Leão descreveu o período iniciado em 1937, como consequência do autogolpe de Getúlio Vargas e denominado de Estado Novo, fase ditatorial do governo varguista que só chegou ao fim no ano de 1945.

A Mãezinha, assim como todos os deputados que compunham as Assembleias Estaduais e a Federal, perdeu seu mandato político, uma vez que entre as primeiras medidas do Estado Novo foi a dissolução do poder legislativo do país. Maria, voltou nesse período de ostracismo político a dedicar-se integralmente aos serviços de assistência social e enfermagem na cidade de Manaus.

⁷⁷³ **Boletim da FBPF agosto de 1936** – Fundo da FBPF- SIAN, Arquivo Nacional

⁷⁷⁴ Costa Rego. **Feminismo**. 22 de Setembro de 1936. Fundo da FBPF- Arquivo Nacional

⁷⁷⁵ Maria de Miranda Leão. **Jornal do Commercio** (AM), ed. 11473 – 01 de maio de 1938, p.1

Discutir as motivações que levaram a implantação da Ditadura varguista e seu longo período de duração não cabe nessa análise. No entanto, interessa-nos pensar o impacto que essa medida causou em quem estava com mandato eletivo em progresso. Maria de Miranda, por exemplo, tinha planos políticos mais audaciosos para o ano seguinte, 1938: candidatar-se ao cargo de Deputada Federal.

A análise de cartas escritas por Maria de Miranda Leão à Bertha Lutz em 1937, nos permitiu saber o que ela e a FBPF estavam pensando para as próximas eleições. O ano era para buscar aliados e fazer alianças políticas. Seriam eleitos em 03 de janeiro de 1938, o novo Presidente da República, que sucederia a Vargas⁷⁷⁶, deputados federais e senadores. Vejamos um pouco dessas articulações políticas que movimentaram as cartas escritas no ano de 1937.

A FBPF articulava apoiar José Américo de Almeida, político paraibano, também apoiado por Vargas como candidato à presidência da república. Maria a favor desse apoio, dizia gostar do “Zé Américo” porque ele era “nortista”, mas ela questionou: “será nosso?”, “compreenderá os nossos ideais?”, referindo-se às causas femininas⁷⁷⁷. Maria sugeriu a Bertha, por “questão de coerência”, que a LEI e a FBPF mandassem consulta para os três candidatos à presidência (Zé Américo, Plínio Salgado e Armando de Sales) de modo a conhecer a opinião de cada um sobre as pautas da FBPF e assim decidir a quem apoiar e recomendar para as associadas. Nesse caso, compreendia que

“todos os três, ou dois assinando, o eleitorado ficará livre e dividido, podendo votar em qualquer um, pois a LEI será, nesse caso, obrigada a recomendar todos os candidatos que tiverem assinado os compromissos. Este método é que é empregado pela Liga Católica [...]”⁷⁷⁸

Para a Câmara Federal, Maria de Miranda Leão sinalizou à FBPF que a LEI deveria se esforçar, quanto possível para conseguir eleger e formar uma “verdadeira bancada feminista” - com mulheres – ainda que fosse 4, 6 ou 8 membros, mas todas as

⁷⁷⁶ Três candidatos já haviam se apresentado para concorrer no pleito: Armando Sales, paulista, Governador de São Paulo, pela UDB; José Américo de Almeida, paraibano, era o candidato do Governo; Plínio Salgado, paulista, líder da AIB.

⁷⁷⁷ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz.** Manaus, 25 de Maio de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.2.

Segundo Abreu, o candidato José Américo também foi o escolhido para apoio e campanha pelo partido PSA, do qual Maria de Miranda Leão fazia parte. ABREU, Davi. A trajetória política-eleitoral e as querelas do partido socialista amazonense. Op. Cit. p. 190.

⁷⁷⁸ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz.** Manaus, 19 de agosto de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.8

mulheres, “feministas unidas, coesas, de maneira a impor respeito!”⁷⁷⁹. A pretensão era conseguir formar a bancada feminista elegendo-a pelo Amazonas, Bertha e Sabina pelo Distrito Federal, Camilla pelo Rio Grande do Sul, Maria Luiza pela Bahia, Lilli Lages por Alagoas, uma candidata pelo Rio Grande do Norte que poderia ser Maria do Céu (ou outra indicada por Lamartine) e alguma deputada pelo Maranhão. Ao que ela, empolgada, lembra a Bertha que com essas deputadas eleitas já teriam “uma bancada de 7 mulheres e o voto de Carlota só tinha de vir e se não viesse...”⁷⁸⁰. A referência à Carlota Pereira mostra que a FBPF e suas associadas não eram muito coesas e simpáticas às ideias da referida deputada que se mostrou em oposição às ideias propostas por Lutz na Câmara Federal quando da análise e discussão sobre o Estatuto da Mulher em 1936. “Triunfaremos na nossa causa?” pergunta Maria ao final da carta com as sugestões enviadas: “vocês aí trabalhem com afinco e eu daqui rezo com fervor e alisto, alisto, alisto...”⁷⁸¹

Sobre sua própria candidatura, diz que seu caso era “sério e melindroso” pois o Amazonas só elegeria 4 representantes e tinha 444 candidatos concorrendo no pleito e alerta que não poderia fazer uma campanha direta, para não trazer mais entraves, mas que faria companhia indireta⁷⁸². Para que seus planos de conquistar uma vaga para concorrer no pleito, desse certo, ela sugeriu as seguintes alianças e articulações políticas:

Fazer uma coisa oficial assim, por exemplo: oficiando para partidos político a que pertencemos -Amazonas- Liga Eleitoral Católica, núcleo 3 de outubro e Partido Socialista do Amazonas – ofício pedindo a inclusão de meu nome na chapa para Câmara Federal. **Justificam com o desejo da bancada feminista e prometem recomendar o partido à FAPF.** Oficiar no mesmo sentido a presidente da Federação dos Estados, recomendando que procurem o governador e os partidos, para apresentação da candidatura escolhida. [...] um ofício ao Dr José Américo fazendo esse mesmo pedido e outro ao Dr Getúlio. **Ao José Américo vocês podem prometer a nossa solidariedade para as eleições e a solidariedade da futura bancada, de que você será líder. Garanto que assim o triunfo é certo.** Não será difícil conseguir isso do José Américo. [...] **se vocês conseguirem o pedido do José Américo, mas que ele tome interesse, tudo fica arranjado. Pode**

⁷⁷⁹ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz.** Manaus, 25 de Maio de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.11.

⁷⁸⁰ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz.** Manaus, 19 de agosto de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.8

⁷⁸¹ Idem.

⁷⁸² **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz.** 19 de agosto de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49.p.11

prometer a minha inteira colaboração em sua propaganda como recompensa.⁷⁸³

Maria agradeceu a FBPF de ter escrito ao governador Álvaro Maia recomendando a candidatura dela e pede que façam o mesmo com Cunha Mello, opositor político dela que fazia questão de afastar a sua candidatura para colocar gente dele”⁷⁸⁴. É oportuno lembrar que os integralistas a convidaram para formar uma chapa, mas ela não aceitou, conforme mencionamos anteriormente.

Era seu objetivo ir às urnas com uns 4 mil votos⁷⁸⁵ dado o seu empenho pessoal de alistar novos eleitores pela Liga Católica como mencionamos anteriormente. No entanto, seus objetivos não foram alcançados já que em carta escrita em 04 de outubro de 1937, um dia após supostamente houve a escolha dos candidatos que concorreriam ao cargo de deputado federal, Maria Leão escreveu à Bertha que “o nosso negócio... não vejo jeito, em todo o caso venceremos na hora H”⁷⁸⁶. supomos que a deputada não estava entre os escolhidos para concorrer ao pleito como candidata à Câmara Federal, no entanto, não encontramos fontes que nos prove o contrário. No entanto, conforme Abreu, “até o golpe de 10 de novembro nenhum nome ou chapa estava confirmado para essas disputas, eram publicadas na imprensa apenas muitas especulações”⁷⁸⁷

Dois trechos da referida carta nos chamaram atenção para uma questão: no primeiro, ao mostrar a sua decepção com políticos homens de quem suponhamos, ela esperava apoio político para a sua candidatura, deixou transparecer a agitação política pré golpe de 1937, que nos bastidores já se desenhava:

A política por aqui anda fervendo! Você não pode nem mesmo fazer uma ideia! Que falta de caráter, minha cara Bertha, os senhores homens são mesmo assim. Hoje de um jeito, amanhã de outro; só nos mesmos somos fiéis aos nossos ideais e compromissos e é por isso que eles temem uma bancada feminista feminina. **Mas caso tenhamos eleição,** terão que engolir gostem ou não gostem.⁷⁸⁸

⁷⁸³ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz.** 19 de agosto de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49.p.11. Grifos nossos.

⁷⁸⁴ Idem.

⁷⁸⁵ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz.** 19 de agosto de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49.p.11

⁷⁸⁶ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz.** Manaus, 4 de outubro de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.19

⁷⁸⁷ ABREU, Davi. **A trajetória política-eleitoral e as querelas do partido socialista amazonense.** Op. Cit. p. 190.

⁷⁸⁸ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz.** Manaus, 4 de outubro de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.20. Grifos nossos.

No segundo trecho da carta, prevendo o que estava por vir e, ao mesmo tempo mostrando préstimo à Vargas e reafirmando sua ojeriza ao comunismo, escreveu à Bertha: “Estamos em guerra... teremos censura [...] não é? Dr Getúlio fez muito bem. Cada dia tenho mais horror aos extremista, os comunistas. Cadeia com eles”⁷⁸⁹. O horror ao comunismo fez Maria aceitar medidas não democráticas. Essa não foi a primeira vez que Maria expressou em carta seu apoio ao chefe da nação. Em uma delas, pediu que Bertha desse “lembranças” à ele e que mostrasse as cartas que ela enviava: “quando estiver com o Dr. Getúlio diga-lhe que gostei muito dele e fico aqui aguardando ordens”⁷⁹⁰. Uma clara demonstração de que pretendia fazer-se reconhecida e disposta a cooperar com a sua política.

De fato, o mês de outubro foi de tensão política e incertezas, no Amazonas, mas principalmente no cenário nacional onde o discurso de uma luta entre “o bem e o mal” se tornava mais forte e pode ser evidenciada nas várias medidas centralizadoras e repressoras que o governo Vargas vinha tomando especialmente após os levantes comunistas de 1935, como a Lei de Segurança Nacional, os constantes Estados de Sítios e Estados de Guerra. Nesse ínterim, a figura de Vargas ia se fortalecendo por “um simbolismo de homem predestinado a governar o país no momento de crise nacional”, como o descreveu o historiador Hosenildo Alves⁷⁹¹. Nessa perspectiva, conforme apontado pelo autor, a ditadura do Estado Novo, não se iniciou com o golpe ocorrido em 10 de novembro de 1937, ele apenas consolidou o que “já vinha informalmente sendo traçada e praticada”⁷⁹².

O Estado Novo dissolveu o Parlamento com ajuda de forças militares, cerceou as liberdades civis, extinguiu os partidos políticos e de modo repressivo agiu de modo a calar seus opositores mas entre seus apoiadores configurou-se como necessário diante da possibilidade do país cair em mãos comunistas. Maria, embora vítima do golpe que a fez perder seu mandato eletivo, expressou sua confiança no novo regime e no próprio Vargas, para quem ela telegrafou após o golpe⁷⁹³. Já para Bertha, ela escreveu

⁷⁸⁹ Idem, p.21

⁷⁹⁰ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz**. Manaus, 25 de Maio de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.3.

⁷⁹¹ ALVES, Hosenildo Gato. **Imprensa e Poder: A Propaganda Varguista na Imprensa Amazonense**. Op. Cit, p.23

⁷⁹² KONRAD, Diorge (2004) *Apud* ALVES, Hosenildo Gato. **Imprensa e Poder**. Op. Cit. p.26.

⁷⁹³ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz**. Manaus, 11 de novembro de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.23-24. Na carta, Maria pede que Bertha

“estamos...no chão! Não faz mal. Minha confiança em Dr Getúlio é dessas que não se vacila e tudo o que ele faz acho sempre que é bom. Foi a maneira certa de livrar a pátria da desagregação da desordem em que seria arrastada pela onda vermelha. **Estou contente, embora tenha descido as escadas da Assembleia.**

[...] Dr Getúlio continuará no governo, era meu desejo. Tinha pavor que outro não nos livrasse do maldito comunismo.⁷⁹⁴

No entanto, o novo período fez surgir muitas dúvidas, incertezas e desconfianças, de modo geral sobre a situação política do país, dando ênfase à situação feminina, questões essas que eram compartilhadas em cartas: que tal a nova constituição com respeito à mulher? E os nossos direitos políticos? Teremos parlamento em todos os estados? Com eleição direta?? Tomarão parte as mulheres? O tribunal eleitoral? Quando (terão) eleições? E em meio às inseguranças, um fio de esperança – talvez certeza, sob algum aspecto que a pesquisa não alcançou - teimava em permanecer no discurso de Maria de Miranda Leão: “Se for (ter) eleição e a mulher tiver direito político... serei parlamentar”.⁷⁹⁵ Como apontado por Alves, nesse cenário de incertezas sobre a situação política do Brasil após o golpe estavam presentes até nas publicações da imprensa. Nos jornais consultados pelo historiador, as notícias veiculadas na imprensa amazonense eram muito diversas pois ao mesmo tempo em que reportagens passavam a ideia para o leitor de um possível continuísmo de Vargas até 1939, eram publicadas também notícias dando certeza sobre as eleições que ocorreriam em 03 de janeiro de 1938⁷⁹⁶.

O Estado Novo durou até 1945. Em 1947, dez anos depois de ter perdido o seu mandato e dois anos depois do início da redemocratização, Maria tentou novo ingresso na vida política, para o cargo de deputada estadual, agora pelo Partido Social Democrático (PSD), e novamente foi a única mulher a disputar o pleito, porém não obteve êxito, já que sua votação foi ínfima, totalizando apenas 92 votos⁷⁹⁷. Esse dado foi uma surpresa negativa na pesquisa, considerando toda a trajetória pública de Maria de Miranda Leão. Talvez a memória da sua breve passagem pela vida política tenha se “apagado” nos anos

confirme com Vargas se ele recebeu o telegrama. Infelizmente não tivemos acesso ao documento e nem mesmo a certeza se Vargas o recebeu.

⁷⁹⁴ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz.** Manaus, 11 de novembro de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.23-24. Grifos meus.

⁷⁹⁵ **Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz.** Manaus, 11 de novembro de 1937. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional. Q0.ADM,COR.A937.49, p.24.

⁷⁹⁶ ALVES, Hosenildo Gato. **Imprensa e Poder. Op. Cit.** p. 36

⁷⁹⁷ Sobre os 92 votos da eleição de 1947, ela foi a última colocada do partido (PSD) e do pleito de modo geral. O partido alcançou 3.660 votos e o candidato mais votado do partido foi o coronel Alexandre Montoril com 596 votos. **Jornal do Commercio** (AM), Ed. 14351, 30 de janeiro de 1947, p.1.

estadonovistas, assim como suas relações e articulações com os detentores do poder no Estado prejudicadas, mesmo que ela tenha continuado com suas causas sociais nesse período. Talvez o momento certo para continuar na vida política tivesse sido as eleições de 1938 se elas tivessem ocorrido, ou nos pleitos seguintes, se o Estado Novo não tivesse sido implantado. Ela poderia ter sido novamente eleita? Provavelmente! Entretanto, como suposições não servem para a História, conjecturar um enredo diferente sobre a participação feminina na história política do Amazonas é, grosso modo, desnecessário.

Maria de Miranda Leão aposentou-se em 1948 “como oficial administrativo e chefe de sessão, com tempo de serviço contado em dobro por serviços prestados durante a pandemia de varíola e por licenças prêmio não gozadas”⁷⁹⁸. Em reconhecimento aos serviços prestados à sociedade amazonense, em 1957, a mãezinha recebeu o título “cidadã benemerita de Manaus”⁷⁹⁹ e em 1970, o governo do Estado, pelas mãos do então Governador Danilo de Mattos Areosa, concedeu-lhe a “Medalha Cidade de Manaus”, considerada a principal honraria que o Amazonas pode oferecer a uma pessoa, que foi entregue a sua sobrinha Maristella Miranda Leão Auxiliadora, já que a homenageada vivia no Rio de Janeiro desde a sua aposentadoria. Sua homenagem foi justificada pelo fato dela “ter exaltado a figura da mulher amazonense na vida política do Estado, enobrecendo-a com o exemplo de seus atos”⁸⁰⁰.

A principal expoente feminina na política amazonense saiu da vida para entrar para a história, parafraseando Vargas que ela tanto admirava, em 17 de fevereiro de 1976, no Rio de Janeiro, aos 89 anos⁸⁰¹. Como última homenagem à Maria de Miranda Leão, o governo do Amazonas, sob o comando de Henoch Reis, inaugurou em 14 de março de 1977, um centro social com o seu nome no Bairro de Flores⁸⁰², em pleno funcionamento ainda nos dias de hoje.

⁷⁹⁸ **Jornal do Commercio** (AM), 07 de junho de 1970. Ed. 20409, p.8. Através da Lei nº 881 de 15 de Outubro de 1969, o Governador Danilo de Mattos Areosa assinou a concessão de pensão mensal para Maria de Miranda Leão correspondente a dois salários mínimos. O documento pode ser conferido no anexo 5

⁷⁹⁹ **Jornal do Commercio** (AM), Ed. 14373, 06 de junho de 1957, p.6

⁸⁰⁰ **Jornal do Comercio** (AM), Ed.20409, 7 de junho de 1970, p. 8.

⁸⁰¹ **Jornal do Comercio** (AM), Ed. 22092, 19 de fevereiro de 1976. p. 3.

⁸⁰² **Jornal do Comercio** (AM), Ed. 22409, 13 de março de 1977, p.1.

Considerações finais

Sendo o voto a arma, por excelência, das legítimas reivindicações políticas [...] urge não esquecer essa arma e utilizá-la com o mais espontâneo e generoso sentimento cívico⁸⁰³.

A luta das mulheres por cidadania política e social percorreu um longo caminho e precisou “ultrapassar muitos discursos”⁸⁰⁴. Na verdade, igualdade e equidade entre os gêneros e uma cidadania plena para aqueles que não fazem parte do gênero masculino, ainda não é realidade em todos os países do mundo, o que nos leva a concluir que há muita luta a ser travada, que ela é diária, árdua e que requer acima de tudo consciência, organização e sororidade. É fundamental que as mulheres ampliem seu espaço na política, pois embora muitos direitos já tenham sido conquistados, há muitos outros necessários à realidade feminina como pauta das lutas feministas contemporâneas. É necessário se compreender que as mudanças significativas nos direitos para as mulheres dependem de termos mais representantes femininas nos poderes legislativo e executivo.

No Brasil, a participação das mulheres na política ainda é um constructo em processo. Após longas décadas de luta, a conquista ao direito ao sufrágio, não representou o ponto de chegada, mas sim o ponto de partida. O título eleitoral não tornou as mulheres cidadãs completas, mas foi o princípio de tudo.

Os 92 anos que nos separam desse momento é marcado pela busca por maior representatividade feminina na política. Embora as mulheres representem 52,65% do eleitorado no pleito de 2022⁸⁰⁵, o número de mulheres que solicitaram seu registro de candidatura à Justiça Eleitoral foi muito inferior ao quantitativo de candidatos masculinos. Considerando que as mulheres são a maioria do eleitorado, o esperado era que elas ocupassem um percentual maior dos cargos políticos existentes. Mas isso não é o que ocorre. O ainda déficit das candidaturas e participação feminina na política de modo geral pode ser explicado por alguns fatores: pela exclusão histórica das mulheres no cenário político, pela falta de incentivo dos partidos, que investem menos nas

⁸⁰³ A Reação: Orgam da “União de Moços Catholicos de Manaós”. 02 de abril de 1933, p.1.

⁸⁰⁴ COLLING, Ana Maria. **A Construção da Cidadania da mulher brasileira: Igualdade e Diferença**, Op. Cit. p. 83

⁸⁰⁵ Disponível em <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/eleicoes-2022-mulheres-sao-a-maioria-do-eleitorado-brasileiro>. Acesso em 10/02/24.

candidaturas femininas, ou as preterem em prol dos candidatos homens ou em outra perspectiva, porque as demandas femininas (dona de casa, mãe, profissional) acabam por se sobrepor, limitar ou dificultar seu ingresso de forma mais ampla nesse campo. Sendo assim, “há uma verdadeira sub-representação feminina na política brasileira, sem falar nas candidaturas ‘laranjas’, fantasmas ou fictícias de mulheres que não tiveram um voto sequer, nem o delas mesmas”, como analisado pela ex ministra e ex presidente do TSE, Rosa Weber⁸⁰⁶. É necessário e urgente, que as mulheres participem mais da política brasileira, ajudando a fortalecer o Estado Democrático de Direito e compreenda que mudanças significativas nos direitos para as mulheres dependem de termos mais representantes nos poderes legislativo e executivo.

A política é o campo de manifestação tanto da liberdade, como do poder, é ela que leva as pessoas a expressarem, como desejam, a condução de uma sociedade; portanto, quando se restringe a participação da mulher nesta esfera, exclui-se metade da população de atuar, ativamente, nos campos do poder.⁸⁰⁷

Os números das últimas eleições (2022) fornecem os seguintes dados: são 91 mulheres eleitas para a Câmara Federal e quatro para o Senado, totalizando 18% e 7%, respectivamente. No executivo estadual, só 2 estados elegeram governadoras: Rio grande do Norte e Pernambuco. No legislativo municipal de Manaus, o número é relativamente baixo de mulheres que ocupam o cargo de vereadoras: apenas 4. Já na Assembleia legislativa amazonense, elas ocupam 21% das 24 cadeiras de deputados estaduais, totalizando 5 deputadas.

Os dados reverberam que a conquista dos direitos políticos femininos em fevereiro de 1932 não encerrou as disputas em torno da questão de sua participação política, apenas as ressignificaram, como bem frisou Larissa Silva⁸⁰⁸. Ou seja, por mais que o voto feminino tenha passado a ser disputado por candidatos e partidos, o conservadorismo dos partidos políticos e a cultura de preconceito de gênero ainda se mantêm mesmo nos dias atuais, o que dificulta a inserção completa da figura feminina nos processos democráticos.

⁸⁰⁶ Seminário “Elas por elas”, Brasília, 2018. Disponível em www.tse.jus.br/imprensa. Acessado em 22/08/19

⁸⁰⁷ SANTOS, Jahyra Helena Pequeno dos. **Participação política feminina: a busca da igualdade de gênero**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Fortaleza, 2015, p 37

⁸⁰⁸ SILVA, Larissa Almeida Custódio da. **Feminismos de primeira onda no Ceará**. Op. Cit. p. 105

No entanto, é importante destacar que, com a conquista da participação política, o número de mulheres votantes esteve sempre em crescente e que já nos primeiros pleitos disputados no pós 1932, mulheres começaram a ser eleitas pelo país, permitindo um lento, mas progressivo avanço nos direitos das mulheres, já que elas propunham projetos de leis e tentavam articulações políticas com representantes do sexo masculino para que eles apoiassem as causas femininas. Muitos deles, inclusive, propuseram leis ou eram favoráveis a elas.

A análise contida nesse trabalho esteve voltada a compreender as nuances as nuances da inserção feminina no mundo público e político no Estado do Amazonas, apresentando os protagonistas e discutindo a agência das mulheres que estiveram envolvidas nesse processo a partir das luta femininas/feministas por emancipação, cidadania e participação política no Brasil, ocorridas especialmente nas primeiras décadas do século XX.

O movimento sufragista no Amazonas foi pouco expressivo, se compararmos com os acontecimentos de outros estados, especialmente com o Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e São Paulo, mas isso de forma alguma, inviabiliza a história de lutas e conquistas das amazonenses, que desde o início dos novecentos ocuparam a esfera pública por meio da educação, do trabalho e das associações criadas e protagonizadas por elas. Quando a conquista do sufrágio se tornou realidade no Brasil por meio do Código eleitoral de 1932, um grupo de amazonenses se articulou na Federação Amazonense pelo Progresso feminino (FAPF) e trabalhou para ampliar o alistamento das mulheres e a buscar a representatividade das demandas femininas na arena política estadual. Uma de suas sócias e fundadora, em especial, ao compreender a importância que a conquista do sufrágio representava, se tornou a nossa primeira deputada amazonense, eleita já na primeira eleição para as assembleias estaduais que as mulheres puderam votar, no ano de 1934. Coube a Maria de Miranda Leão, uma feminista religiosa e conservadora, a “mãezinha” da sociedade amazonense, militante em defesa da participação feminina na política estadual e na defesa dos anseios da mulher mãe e trabalhadora amazonense. A eleição de Maria de Miranda Leão ofereceu à mulher amazonense um novo papel na sociedade daquela época.

Depois de Maria de Miranda Leão, o Amazonas só elegeu novamente outra deputada muitos anos depois, em 1966: a senhora Léa Alencar Antony pelo MDB, novamente uma única mulher entre trinta deputados eleitos. Léa Antony começou a sua

carreira política como vereadora por Manaus, eleita no ano de 1964 pela bancada do PSB. Assim como Maria, Léa primava pela educação e foi elogiada até por adversários políticos, mas diferentemente de Maria conseguiu se reeleger em outras disputas políticas⁸⁰⁹.

Para finalizar, deixo registrado nessas linhas o repúdio ao preconceito de gênero e falta de respeito que as mulheres brasileiras ainda enfrentam na política em todas as suas esferas, em parte como consequência do forte conservadorismo e patriarcalismo que caracterizavam a sociedade brasileira e que em verdade insiste em permanecer com seus resquícios na sociedade atual também marcada pelo sexismo e desigualdade, misoginia, machismo e violência contra as mulheres. Passados 92 anos da conquista do direito ao voto e à elegibilidade, ainda é recorrente presenciarmos diversas atitudes, notícias e acontecimentos envolvendo as mulheres políticas tanto no Brasil, como em todo o mundo. Elas ainda são perseguidas, intimidadas, por muitas vezes ridicularizadas, simplesmente por serem mulheres, atitudes que deixam claro a permanência da misoginia e do machismo de seus pares na política. Parece que as sociedades ainda não superaram a velha impressão de que a política deve ser território exclusivo dos homens.

⁸⁰⁹ Foi reeleita no pleito seguinte, 1970, ocupando um das doze cadeiras da Assembleia Amazonense. Em 1974, pela primeira vez o Amazonas elegeu duas deputadas: Eunice Michilles, pela ARENA (que em 1978 se tornou a primeira Senadora brasileira) e Maria do Perpétuo Socorro Dutra, pelo mesmo partido.

Referências Bibliográficas

ABREU, Davi Monteiro. A trajetória política-eleitoral e as querelas do partido socialista amazonense (PSA). (1933-1937). **Manduarisawa - Revista Discente do Curso de História da UFAM**, volume 7, ano 1, 2023.

ABREU, Davi Monteiro. **Uma “pretensa intentona”: ANL, AIB e a cultura política anticomunista no Estado do Amazonas (1935-1937)**. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2019.

ABREU, Zina. **Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos**. Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores, ARQ – História, 2ª série, v. VI, p. 443-469, 2002. Disponível em: <<http://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/380>>. Acesso em 27/11/2019.

ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e Educação: A paixão pelo possível**. São Paulo: Unesp, 1998.

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo: a luta pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, Hosenildo Gato. **Imprensa e Poder: A Propaganda Varguista na Imprensa Amazonense, 1937-1945**. Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2009.

AMORIM, Marina Alves. **“Combates pela História”: A “guerra dos sexos” na historiografia**. Cadernos Pagu, n. 2, 2003, p. 217-244.

ANTONACCIO, Gaitano Laertes Pereira. **Políticos influentes no Amazonas (1889 a 2005)**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado, 2006.

ANTUNES, Vanessa. **Mulheres do Novo Século: A Condição Feminina no Amazonas, 1900-1910**. Um olhar a partir das representações da Imprensa Amazonense. Dissertação de Mestrado. Manaus: UFAM 2014, 123p.

ARAÚJO, Clara. **Mulheres e os partidos nas eleições de 1933 – entre as estabelecidas e as *outsideres***. In: PRESTES, ANA (org). Cem anos da luta das mulheres pelo voto. Argentina, Brasil e Uruguai. Porto Alegre, RS: Instituto e se fosse você?, 2021.

ARAÚJO, Clara. **Cidadania democrática e inserção política das mulheres**. Revista Brasileira de Ciência Política, n.9, Set., 2012.

ARAÚJO, Nilton Silva. **“O traidor vermelho”: O Jornal e o discurso anticomunista. (1935-1937)**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 2009.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política**. Estud. av. vol.17 n.º.49 São Paulo Set./Dez. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br>

AVELAR, Lúcia. **O Segundo eleitorado. Tendências do voto feminino no Brasil**. 2º ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

AZEVEDO, Josefina Álvares de. **A mulher moderna: trabalhos de propaganda**. (Coleção escritoras do Brasil; v. 1) 2. ed. rev. 135 p. Brasília, Senado Federal, 2019.

BARROS, José D’Assunção. **O campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BARROS, José D'Assunção. **História política: da expansão conceitual às novas conexões intradisciplinares**. OPSIS, Catalão, v. 12, n. 1, p. 29-55 - jan./jun. 2012.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. 12ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BENINI, Ligia. **A Coisa Obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914- 1940**. São Paulo: Edusp, 1999.

BESTER, Gisela Maria. **A luta sufrágica feminina e a conquista do voto pelas mulheres brasileiras: aspectos históricos de uma caminhada**. Argumenta Journal Law, Jacarezinho – PR, Brasil, jul/dez 2016. n. 25.

BESTER, Gisela Maria. **Direitos políticos das mulheres brasileiras — aspectos históricos da luta sufrágica e algumas conquistas políticas posteriores**. Dissertação (Mestrado em Direito) UFSC, 1996.

BEZERRIL, Simone da Silva. **Imprensa: objeto de pesquisa para a história política**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH - São Paulo, julho 2011.

BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de biografias: vultos do passado**. Rio de Janeiro, Conquista, 1973

BLOM, Philipp Bücher. **Os anos vertiginosos: Mudança e cultura no ocidente -1900-1914**. 1.ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BONACCHI, Gabriella; GROPPI, Angela. (Orgs). **O Dilema da Cidadania - Direitos e Deveres das Mulheres**. São Paulo: UNESP, 1995.

BORELLI, Andrea. **Uma cidadã Relativa. As mulheres, as questões de gênero e o direito brasileiro. 1830-1950**. São Paulo: Dc&C Empresarial, 2010.

BORELLI, Andrea. **“A Rainha do Lar”. A esposa e a mãe perante a legislação brasileira. 1830-1950**. Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 24 a 28 de julho de 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL; São Paulo: Bertran Brasil, 1989.

BOXER, Charles.R. **A mulher na expansão Ultramarina Ibérica**. Tradução Saul Barata. Lisboa. Livros Horizonte, 1977.

BRAYNER, Cristian. Eleitora, talvez; Eleita, jamais! Marcas do positivismo num discurso sufragista feminino. **Estudos Eleitorais**. Brasília, DF, v. 14, n. 1, Edição especial, jan./abr. 2020.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral (AM). **Atos e Fatos do TRE/AM em sua primeira fase: 1932 a 1937**. Manaus: SEBIB/CORE/SJ, 2020

- BRAZIL, Érico Vital & SCHUMAHER, Schuma (Orgs). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- BRITO, Rosa Mendonça. **100 Anos UFAM**. Manaus: EDUA, 2009.
- BUENO, Alexandra Padilha. **Viribus Unitis: a questão da conquista do voto feminino nos Boletins da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1934-1935)**. Aedos, Porto Alegre, v. 11, n. 24, p. 245-268, Ago. 2019
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular**. História e imagem. São Paulo: EDUSC, 2004.
- CABRAL, Adriana Brito Barata. **Da lepra à hanseníase: políticas de combate à hanseníase em Manaus (1940-1980)**. Tese de Doutorado. PUC/RS. Porto Alegre, 2023.
- CABRAL, Adriana Brito Barata. **De lazareto a leprosário: políticas de combate a lepra em Manaus (1921-1942)** Dissertação de Mestrado. Manaus: UFAM, 2010.
- CALIXTO, Carolina; GOUVÊA, Viviane. **O fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Arquivo Nacional**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 239-253, maio/ago. 2020
- CAMPOI, Isabela Candeloro. **O livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX**. História (São Paulo) v.30, n.2, p. 196-213, ago/dez 2011 ISSN 1980-4369.
- CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. **Trabalho e Emancipação: um olhar sobre as Mulheres de Manaus (1890-1940)**. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2010.
- CANEDO, Letícia Bicalho. (Org.). **O Sufrágio universal e a invenção democrática**. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988
- CARVALHO, Carolina; FACCHINETTI, Cristiana. **Loucas ou modernas? Mulheres em revista (1920-1940)**. Cadernos Pagu (57), 2019:e195707 ISSN 1809-4449
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004,
- CARVALHO, M.; SANT’ANNA, T. Ações culturais e políticas feministas: a “Federação Goyana Pelo Progresso Feminino” – Um efeito múltiplo da emancipação das mulheres em Goiás. (SÉC. XIX – XX). **Revista Temporis[ação] (ISSN 2317-5516)**, v. 9, n. 1, p. 190-202, 9 mar. 2017.
- CASTRO, A. O. Gomes de; COSTAGNINO A. Souto. O Senado Federal de 1890 a 1927. Rio de Janeiro, 1927. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518632>. Acesso em 27/11/2021.
- CHAGAS, Ivanilce Nogueira. **Participação feminina na política: Mulheres, poder e patriarcalismo no Amazonas**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFAM, 2016.
- CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. In: CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p.61-78.
- CHARTIER, Roger. Diferença entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). **Cadernos Pagu (4)**, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP. 1995
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

- COLLING, Ana Maria. **As marcas do Patriarcado nas Constituições brasileiras e na vida das mulheres.** In: Mulheres fazendo história: da invisibilidade ao protagonismo /Débora Soares Karpowicz, Mônica Karawejczyk e Muriel Rodrigues de Freitas (organizadoras). – Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2022.
- COLLING, Ana Maria. **A Construção da Cidadania da mulher brasileira: Igualdade e Diferença.** Tese (Doutorado em História) — PUC/RS, 2000.
- COLLING, Ana Maria. Pós-cidadania Feminina. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 10, n. 2, ago.-dez., 2017.
- CORREIA, Fabiana Libório. Janelas do Mundo: **As revistas de Variedades de Manaus (1900-1950).** Dissertação de Mestrado em História. UFAM, 2010.
- COSTA, Heloisa Lara Campos da. **As Mulheres e o Poder na Amazônia.** Manaus: Edua, 2005.
- COSTA, Maria das Graças Pinheiro da. **O Direito à Educação no Amazonas (1933-1935).** Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- COSTA, Simone da Silva. **Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (1933-37): entraves e estratégias de uma missão política.**, In: XVII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - ANPUH - PB E I ENCONTRO ESTADUAL DE PIBID EM HISTÓRIA, GUARABIRA - PB, 2016.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania e Modernidade.** São Paulo: *Revista Perspectivas*, nº 22, 1999.
- CRUZ, Heloisa de Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do Historiador: conversas sobre História e imprensa.** Projeto História, São Paulo, n.35, p. 253-270, dez. 2007
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do Mundo: Juquery, a História de um asilo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família burguesa. In: PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil.** 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- DAVIS, Natalie Zemon. **As Mulheres por Cima.** In: Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França Moderna. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- DAOU, Ana Maria. Instrumentos e sinais de civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense. **Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 4 (suplemento), p. 867-888. set. 2000.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos. ONU, 1948. Disponível em www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em 19/02/2021
- DE LUCA, Tania Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.
- DIAS, Ednéa Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto** – Manaus 1890-1920. 2º ed. Manaus: Editora Valer, 2007.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs). **História das Mulheres no Ocidente.** Lisboa: Afrontamento, 1991.
- DUARTE, Constância Lima. **Imprensa Feminina e Feminista no Brasil: Século XIX. Dicionário Ilustrado.** 1ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

DUARTE, Durango. **Manaus, entre o passado e o presente**. 1º ed. Manaus: Mídia Ponto Comm, 2009.

DU BOIS, Ellen. The radicalism of the woman suffrage movement: notes toward the reconstruction of nineteenth-century feminism. **Feminist Studies**. University of Maryland, vol.3, n.1/2, Autumn, p.64, 1975.

ELMIR, Cláudio Pereira. **Armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica**. Cadernos do PPG em História da UFRGS. Porto Alegre, n. 13, dez. 1995.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e Feminilidade. In: PRIORI, Mary Del (Org). **História das Mulheres no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002.

FERREIRA, Verônica C. **“Entre emancipadas e quimeras- imagens do feminismo no Brasil.”** In: Cadernos AEL. Campinas, n. 3/4, 1995/1996, p.153-200.

FIORINO, Vinzia. Ser cidadã francesa: uma reflexão sobre os princípios de 1789. In: BONACCHI, Gabriela; GROPPI, Angela. **O Dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: UNESP,1995.

FLORES, Maria Bernadete. O pensamento antifeminista: a querela dos sexos. **Revista Eletrônica História Revista** – Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, v.9, jul-dez. 2004. P. 230
Disponível em: <
<https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/10446>>. Acesso em: 10 maio. 2021.

FLORESTA, Nísia. **Direito das mulheres e injustiça dos homens**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. Ordens e Liberdades. In: DUBY, Georges, PERROT, Michelle. (Orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Edições Afrontamento, 1998, v. 4

FREITAS, Sarah Câmara. **Redenção (1924-1932): Tradição e modernidade em círculos de intelectuais em Manaus**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFAM, Manaus, 2014.

FROTA, Maria Helena de Paula. **Igualdade/diferença: o paradoxo da cidadania feminina segundo Joan Scott. O público e o privado - Nº 19 - Janeiro/Junho – 2012**. Disponível em: www.revistas.uece.br

GAZELE, Catarina Cecin. **Estatuto da Mulher Casada uma história dos direitos humanos das mulheres no Brasil**. Dissertação em História social das relações políticas. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2005

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HAHNER, June E. **Emancipação do Sexo Feminino – a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940**. Florianópolis: Editora Mulheres/Unisc, 2003.

HAHNER, June E. **Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HEUFFON, Olwem. **“Mulheres, Homens: uma questão subversiva”**. In: BOURTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs). Passados Recompuestos: Campos e Canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/FGV, 1998.

HOBBSAWM, Eric J., 1917- **A Era dos Impérios**. Tradução Sieni Maria Campos e

Yolanda Steidel de Toledo; revisão técnica Maria Célia Paoli. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

JAEGER, Graciela Elis Reinheimer. **História do Voto no Brasil**. Monografia de conclusão do curso de Direito. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2004.

KARAWAJCZYK, Mônica. **Mulher deve votar? O código eleitoral de 1932 e a conquista do sufrágio feminino através das páginas dos jornais Correio da Manhã e a noite**. 1º ed. Jundiaí (SP): Paco, 2019.

KARAWAJCZYK, Mônica. **O Feminismo em Boa Marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino**. Revista Estudos Feministas [online]. 2018, vol.26, n.2

KARAWAJCZYK, Mônica. **Josefina Alvares de Azevedo e a peça teatral O Voto Feminino: a escrita como instrumento de luta**. Travessias, Cascavel, v. 12, n. 1, p. 314 – 335, jan./abr. 2018. <http://www.unioeste.br/travessias>.

KARAWAJCZYK, Mônica. **A prenda e o voto: as primeiras participações femininas nas eleições do Rio Grande do Sul (1933-1935)**. História: debates e tendências, Passo Fundo, v. 16. n.2. p. 480-494, jul/dez. 2016.

KARAWAJCZYK, Mônica. MAIA, Tatiana Vargas. **A Igreja Católica e o voto feminino no Brasil: uma questão de poder e influência**. Coisas do Gênero. São Leopoldo, v. 2 n. 1, p. 90-104. jan.-jul. 2016. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/genero>

KARAWAJCZYK, Mônica. **“O voto e as saias”: as repercussões do projeto Lacerda sobre o alistamento feminino (1917)**. Revista Autos e Baixas: Revista da Justiça Federal do Rio Grande do Sul. V.3, nº1. 2015. Disponível em https://revistadigital.jfrs.jus.br/revista/index.php/revista_autos_e_baixas/article/view/67

KARAWAJCZYK, Mônica. **Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro**. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan.-jun. 2014

KARAWAJCZYK, Mônica. **Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura - uma parceria inusitada**. Revista Gênero, v. 14, p. 105-124, 2014.

KARAWAJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar. Dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932)**. Tese Doutorado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

KARAWAJCZYK, Mônica. **Urnas e saias: uma mistura possível. A participação feminina no pleito eleitoral de 1933, na ótica do jornal Correio do Povo**. Topoi, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 204-221.

KARAWAJCZYK, Mônica. **O Voto da Costela. O sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934)**. Dissertação de Mestrado em História. PUC/RS, 2008.

KARAWAJCZYK, Mônica. **O Voto Feminino no Brasil**. Disponível em: <http://querepublicaessa.an.gov.br/temas/147-o-voto-feminino-no-brasil.html>. Acesso em 12/06/21.

LEITE, Miriam Moreira. **Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura**. São Paulo: Ática, 1984.

LERNER, Gerder. **A criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Janilson Rodrigues. **A liga eleitoral católica e a eleição de 1933 no Ceará: liga suprapartidária ou partido católico?**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. Anais [...]. São Paulo: Associação Nacional de História, 2017. p. 1-16.

LOBO, Elizabeth Souza. **Mulheres, feminismo e novas práticas sociais**. Revista de Ciências Sociais. Porto Alegre, n.1, vol.1, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org). **História das Mulheres no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002.

LOPES, Douglas Branco Pessanha. **Plínio Salgado e Alceu Amoroso Lima: integralismo, crise e revolução nos anos de 1930**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, 2015.

LOPES, Mirella Tuanny Ferreira. **Lições de resiliência: a luta em prol da conquista da cidadania política e a institucionalização do feminismo em Pernambuco (1927-1934)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2019.

LUIZ, Lindomar Teixeira. *Colloquium Humanarum*, v. 4, n.1, Jun. 2007, p. 91-104. DOI: 10.5747.

LUZ, N. M. Q. P.; NASCIMENTO, A. C. O debate em torno da emancipação feminina no Recife (1870-1920). **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 42, p. 341–370, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645125>. Acesso em: 15 out. 2021.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.367-421.

MANCILHA, Virginia Maria Netto, **Vozes femininas: um estudo sobre a Revista Feminina e a luta pelo direito ao voto, ao trabalho e à instrução**. Dissertação de mestrado - UNICAMP, 2012.

MANOEL, Ivan A. **Igreja e Educação Feminina (1859-1919): Uma face do Conservadorismo**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p.76 *apud* KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Transição Democrática: A difícil construção da cidadania**. São Paulo: *Revista Perspectivas*, nº 22, 1999.

MARQUES, Gabriela Mota. O antifeminismo e o questionar do gênero no limiar dos séculos XIX-XX: dos argumentos teóricos e epistemológicos à prática social. **Revista de História da Sociedade e da Cultura**, v.14, p.281, 2014. Centro de História da Sociedade e da Cultura – Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/39369/1/O%20Antifeminismo%20e%20o%20questionar%20do%20genero.pdf>. Acesso em 15/08/22.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Bertha Lutz**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. – (Série perfis parlamentares); n. 73.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. “**Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962. Ou como são feitas as leis.**” In: Estudos Feministas. Florianópolis, v.16, nº4, maio-agosto 2008.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Elas também desejam participar da vida pública: várias formas de participação política feminina entre 1850 e 1932.** Revista Gênero, v. 4, n. 2, 2004.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Itinerários do associativismo feminino no Brasil: uma história do silêncio.** Delaware Review of Latin American Studies. Vol. 17 No. 2 november 14, 2016. Disponível em: <https://udspace.udel.edu/server/api/core/bitstreams/5b0dd03c-377e-4a06-bba6-e6323c6dfb34/content> . Acesso em 21/02/2023.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Mulheres, conservadorismo e assistencialismo no Brasil.** Podcast. Segundas Feministas, episódio 16. GT Gênero ANPUH. Acesso em 03/12/22.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Qual feminismo? Reflexões sobre o feminismo conservador e a escrita militante de Amélia Rodrigues (1861-1926) . Acervo, [S. l.], v. 33, n. 2, p. 95–116, 2020. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1583>. Acesso em: 10 abr. 2022.**

MATOS, Maria Izilda de. **As mulheres, educação e progresso.** Revista Mackenzie Educação, Arte e História da Cultura. São Paulo, ano 3/4, n. 3/4, 2003/2004.

MATOS, Maria Izilda de. **Por Uma História da Mulher.** Bauru-SP: Edusc, 2002.

MATOS, Maria Izilda de. “**Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas**”. In: Cadernos Pagu. Campinas, v. 4, 1995, p.97-115.

MENDES, Samanta C. “**O feminino no Anarquismo: as mulheres anarquistas em São Paulo na Primeira República (1889 -1930).**” Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. 08 a 12 de setembro de 2008.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. **Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo.** Revista Mulher e Trabalho: as mulheres no mundo do trabalho (parte II). Porto Alegre, vol. 5, 2005.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **Charge: Uma Prática Discursiva e Ideológica.** 9ª Arte, São Paulo, vol. 1, n. 1, 37-48, 1o. semestre/2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/nonaarte/article/view/99622>. acesso em 25/10/2021

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Brasileiras – **Cidadania no Feminino.** In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. (Org). História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

MOREIRA, Thaís Batista Rosa. **Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*.** Epígrafe, São Paulo, v. 7, n. 7, pp. 55-81, 2019.

MOTT, Maria Lucia. **Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil.** Cadernos Pagu, Desdobramentos do Feminismo, v.16, p. 199-234, 2001. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020/31102009-112514mott.pdf>

MOTTA, Diomar das Graças. **As mulheres professoras na política educacional no Maranhão.** Tese de Doutorado em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2000

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. 2000. 315 f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MOURELLE, Rodrigo Cavaliere et al. **A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e o governo de Getúlio Vargas na década de 1930: estratégias e paradoxos do movimento feminista no Brasil**. Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009

MURARO, Rose. **A Mulher na Construção do Mundo Futuro**. Petrópolis, Vozes, 1966.

MUZART, Zahidé L. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. Florianópolis. **Revista Estudos Feministas**. 11(1): 336, jan-jun/2003.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral. **A Cruzada Feminista Brasileira e a Cultura Política em Pernambuco (1927-1932)**. Revista Estudos Feministas [online]. 2018, vol.26, n.2

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **O bonde do desejo: o Movimento Feminista no Recife e o debate em torno do sexismo (1927-1931)** Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013

NAZÁRIO, Diva Nolf. **Voto feminino & feminismo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

NICIDA, Lúcia Regina; ESTÁCIO, Marcos André Ferreira. **Escola Nova no Amazonas: uma história pelos impressos educacionais**. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/ceduce/2018/TRABALHO_EV111_MD1_SA9_ID1590_30052018162213.pdf . acesso em 09/10/23.

NICOLAU, Jairo. **História do Voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

OLIVEIRA, Karine da Rocha, **Josephina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do Jornal A Família**. Programa Nacional de Apoio à pesquisa – Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

OLIVEIRA, Roger Kenned Repolho de. **A participação de Geminiana Campos Bulcão Bringel sob o olhar do feminismo e gênero como docente e vereadora nos anos de 1950-60 na cidade de Parintins**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

ORIÁ, Ricardo. **Mulher e cidadania: a conquista do voto feminino no Brasil**. Cadernos ASLEGIS nº 38, setembro/dezembro de 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. Ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PACHECO, Maria da Glória Costa. O feminismo “bem comportado”: trajetória de conquista do voto feminino no Maranhão (1900-1934). Revista eletrônica **História, imagem e narrativas** Nº 5, ano 3, setembro/2007.

PACHECO, Maria da Glória Costa. **Gênero e Política. conquista e repercussão do voto feminino no Maranhão (1900-1934)**. Disponível em: www.outrostempos.uema.br, ISSN 1808-8031, Vol. 1 esp., 2007, p. 46-63.

PALACIO, Linaia de Vargas. **Brasil Feminino: Disputas discursivas, alianças políticas e escrita de mulheres na imprensa entre 1932 e 1937**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2020.

PARNAÍBA, Cristiane dos Santos; GOBBI, Maria Cristina. **Mulheres na política e na mídia Brasileira: breve histórico e cenário atual**. Communication papers. Media Literacy & Gender Studies, v. 2, n. 3, p. 51-63, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/135202>>.

PATERMAN, Carole. **Garantir a cidadania das mulheres: A indiferença e outros obstáculos**. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], nº 89, junho/2010. p.29. Disponível em: Disponível em:<<http://rccs.revues.org/3666>>. Acesso em 28 de fevereiro de 2022.

PEDRO, Joana Maria. e SOIHET, Rachel **A emergência da pesquisa de História das Mulheres e das Relações de Gênero**”. in: Revista Brasileira de História, São Paulo, v.27, nº 54, 2007, p.281-300.

PEDRO, Joana Maria. **Historicizando o Gênero**. In: FERREIRA, Antonio Celso (Org.).O Historiador e o seu Tempo. São Paulo: Unesp: ANPUH, 2008.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

PEREIRA, Bruna dos Santos Beserra. **Entre a loucura e a norma: mulheres internadas no Sanatório Pinel (São Paulo, 1929-1944)**. Dissertação de Mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2016.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os Silêncios da História**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Unesp, 1998.

PIMENTEL, Sílvia. **A Mulher e a Constituinte**. São Paulo: EDUC, 1987.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Mulheres em cena: mundos do trabalho e associativismo feminino em Manaus (1900-1920). **Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 74**, 122–149. <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2022v74p122-149>, 2022.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Presença espanhola na cidade da Borracha**. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 47, n. 2, p. 1-14, maio-ago. 2021. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 47, n. 2, p. 1-14, maio-ago. 2021 e-ISSN: 1980-864X | ISSN-L: 0101-4064.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. (org) **Gênero e Imprensa na História do Amazonas**. Manaus: EDUA, 2014.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)**. Tese de Doutorado em História. São Paulo, PUC-SP, 2001.

PINHEIRO, Maria Joseilda da Silva. **Gênero e Feminismo no Amazonas: a luta por direitos dos movimentos de mulheres em Manaus**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2012.

- PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs) Nova História das Mulheres no Brasil. 1ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.
- PINSKY Carla Bessanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **História da Cidadania**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- PINSKY Carla Bessanezi. **Estudos de Gênero e História Social**. Revista Estudos Feministas (on line),v. 17, n.1, 2009.
- PINSKY Carla Bessanezi (Org). **Fontes históricas** - 2.ed., São Paulo: Contexto, 2008.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Paradoxos da participação política da mulher no Brasil**. Revista USP, São Paulo, n.49, p. 98-112, março/maio 2001.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Mulher e Política no Brasil**. Os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. Revista Estudos Feministas, 1994.
- PIO JUNIOR, Amauri Oliveira. **O trabalhismo no Amazonas: o periódico Tribuna Popular como instrumento de “orientação das hostes trabalhistas”**. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2015. p.64.
- PISCITELLI, Adriana. **Recriando a (categoria) mulher?** In: ALGRANTI, Leila (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.
- PORTO, Walter Costa. **O Voto no Brasil**. Da Colônia à 6ª República. 2ª ed. Ed. Topbooks, 2002
- PORTO, Walter Costa. **Dicionário do voto**. Brasília: UnB, 2000.
- POTECHI, Bruna. As mulheres dos estatutos no Congresso Nacional Brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 1, Florianópolis, 2019.
- PRESTES, ANA (org). Cem anos da luta das mulheres pelo voto. Argentina, Brasil e Uruguai. Porto Alegre, RS: Instituto e se fosse você?, 2021.
- PRIORE, Mary Del. “História das Mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. 3ª ed. São Paulo:Contexto, 2000.
- PRIORE, Mary Del. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 6º ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- RAGO, Elizabeth Juliska. **Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.
- RAGO, Margareth. **Anarquismo e Feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.
- RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar**, Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 3ª Ed,1997
- REMOND, René (Org). **Por uma história política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Cristiane de Paula. A discussão sobre sufrágio em circulação nas páginas femininas durante o segundo reinado do império brasileiro. **Revista Ars Histórica**, nº15, Jul/Dez 2017, p. 315-333.

RIBEIRO, Priscila Daniele Tavares. **Do burgo podre ao leão do norte: o Jornal do Commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914)**. Dissertação de Mestrado em História. UFAM, 2011;

RIBEIRO, Silvana Mota. **‘Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas do feminino no Cristianismo’**, comunicação apresentada ao IV Congresso Português de Sociologia, Universidade de Coimbra, 17-19 de abril de 2000. Texto Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5357>. Acesso em 10/05/21.

RODRIGUES, Débora de Quadros. Olympe de Gouges: culpada! O crime? Querer igualdade, liberdade, fraternidade. In: PACHECO, Juliana; (Org.) **Filósofas: a presença das mulheres na filosofia**. [recurso eletrônico] – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016

RODRIGUES, João Batista Cascudo. **A mulher brasileira, direitos políticos e civis**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1962.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

ROMÃO, Jeruse. **Antonieta de Barros: professora, escritora, jornalista, primeira deputada catarinense e negra do Brasil**. Florianópolis: Cais, 2021

SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Trabalho Feminino e Cidadania**. São Paulo: Humanitas, 1999.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As Mulheres, o Poder e a Família: São Paulo século XIX**. São Paulo: Marco Zero; Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SANTOS, Eloína Monteiro dos. **Uma liderança política cabocla: Álvaro Maia**. Manaus: EDUA, 1997.

SANTOS, Anna Rosa Termacsics dos, 1821-1886. **Tratado sobre a emancipação política da mulher e o direito de votar**. Prefácio e notas por Cristiane Ribeiro. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022.

SANTOS, Fabiane Vinento dos. **Mulher que se Admira, Mulher que se Deseja, Mulher que se Ama**. gênero e sexualidade nos jornais de Manaus. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: UFAM: 2005

SANTOS, Francieli Lunelli; LEANDRO, José Augusto. Mulheres da Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, 1926-1947. **História, Ciências, Saúde** – Mangueiras, Rio de Janeiro, v.26, supl., dez. 2019, p.57-78.

SANTOS, Jahyra Helena Pequeno dos. **Participação política feminina: a busca da igualdade de gênero**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Fortaleza, 2015.

SANTOS, Luiza Chaves, **Sufrágio feminino e democracia no Brasil**. Monografia de Conclusão de curso de Direito. PUC, RJ: 2017.

SANTOS, Wanderley G. dos. **Votos e Partidos: almanaque de Dados Eleitorais. Brasil e outros países**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: **História da vida privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHUMAHER, Schuma; BRASIL, Erico Vital (Org). Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até Atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHWEICKARDT, Julio Cesar; XEREZ, Luena Matheus de. A hanseníase no Amazonas: política e institucionalização de uma doença. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, n.4, out.-dez. 2015, p.1141-1156.

SCOTT, Joan W. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

SCOTT, Joan W. “**História das Mulheres**”. In: BURKE, Peter (org.). A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo, Editora da Unesp, 1992.

SCOTT, Joan W. “**Gênero, uma categoria útil de análise histórica**”. **Mulher e Educação**. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, vol.15, n.2, julho/dezembro, 1990.

SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SILVA, Francisco Gomes da. **Câmara Municipal de Itacoatiara (sinopse histórica)**. Manaus: Gráfica Ampla, 2010

SILVA, Giselda Brito. **O Político e o Religioso: a relação do integralismo com o catolicismo nos anos 1930**. Agenda Social, vol. 12, n.2, 2019, p. 86 – 103. Disponível em www.academia.edu

SILVA. Larissa Almeida Custódio da. **Feminismos de primeira onda no Ceará: paradoxos e possibilidades a partir das disputas pelo voto feminino na imprensa (1900-1933)**. Universidade Federal do Ceará. Dissertação de Mestrado em História. Fortaleza, 2019.

SILVA. Lenina Vernucci da. **Gênero e Poder: Diva Nolf Nazário na luta pelo voto feminino**. Dissertação de Mestrado. UNESP Araraquara, 2014.

SILVA. Lenina Vernucci da. **Voto Feminino e Feminismo: o Sufrágio feminino em Debate na Primeira República**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

SILVA NETO, Casimiro Pedro da. **A Construção da Democracia: síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das Assembleias nacionais e do Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

SOARES, Elisângela Socorro Maciel. **A Pia União das Filhas de Maria na Diocese de Manaus**. Anais da 30º simpósio nacional de história da ANPUH. Recife, 2019.

SOARES, Elisângela Socorro Maciel. **Igreja de Manaus, porção da Igreja Universal: A Diocese de Manaus vivenciando a romanização (1892- 1926)**. Dissertação de Mestrado. Manaus: ICHL/UFAM, 2008. 238p.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das relações de Gênero**. In: Revista Brasileira de História, v. 27, n.54. São Paulo, dezembro de 2007.

SOIHET, Rachel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, nº 13, Set/Dez 2005.

SOIHET, Rachel. **Pisando no Sexo Frágil**. Revista Nossa História. Ano 1, nº 03, janeiro 2004.

SOIHET, Rachel. “**Transgredindo e conservando, mulheres conquistam o espaço público: a contribuição de Bertha Lutz**”. Labrys- estudos feministas. Brasília, v.2, nº1, julho-dezembro 2002.

SOIHET, Rachel. Mulheres Pobres e Violência no Brasil Urbano. In: PRIORI, Mary Del (Org). **História das Mulheres no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002.

SOIHET, Rachel. **A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz**. Revista Brasileira de Educação. Nº 15. Set-Dez 2000.

SOIHET, Rachel. **Enfoques Feministas e a História: desafios e perspectivas**. In: SAMARA, Eni de Mesquita. Gênero em Debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea. São Paulo: Educ, 1997.

SOIHET, Rachel. “**História das Mulheres**”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS: Ronaldo. Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. **O florete e a Máscara. Josefina Álvares de Azevedo**. Dramaturga do Século XIX. Florianópolis: Mulheres, 2001.

SOUSA, Alexander Miller Câmara. **Rainha do lar e anjo tutelar**. Os intelectuais positivistas e construção do arquétipo feminino em São Luís na segunda metade do século XIX. Outros Tempos, www.outrostempos.uema.br, ISSN 1808-8031, volume 03, p. 76-97.

SOUZA, Michelle Rabelo de. **A presença da mulher na política: o protagonismo de Eunice Michilles no Senado Federal**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – UFAM, Manaus, 2016.

SOUZA, Vitória Diniz de. “Onde aprendera as sutilezas da Moça”: Gênero, Disciplina e Educação das sensibilidades na Escola Doméstica de Natal. (1914-1945). **Manduarisawa - Revista Discente do Curso de História da UFAM**, volume 6, ano 1, 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1º ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. **Mulher e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TEDESCHI, Losandro Antonio; COLLING, Ana Maria Colling. Os Direitos Humanos e as questões de Gênero. **Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós Graduação em História**. Goiânia, v. 19, n. 3, 2014

TELLES, Norma. Escritoras, Escritas e Escrituras. In: PRIORI, Mary Del (Org). **História das Mulheres no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Contexto 2002.

TENÓRIO, Patrícia Cibele. Almerinda Farias Gama: A Sufragista negra pioneira que a História silenciou. In: PRESTES, Ana (org) **100 anos da luta das mulheres pelo voto**. Porto Alegre: Instituto e se fosse vc? 2021.

TILLY, Louise A. **“Gênero, História das mulheres e História Social”**. In: Cadernos Pagu. Campinas, v. 3, 1994, p.29-62.

TORRES, Iraildes Caldas. **As Novas Amazônidas**. 1ª ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

TOSCANO, Moema; GOLDENBERG, Miriam. **A Revolução das Mulheres: um balanço do feminismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

VALE, Michelle de Souza. **Mulheres no Poder: a trajetória política de Eunice Michiles**. 1º ed. Curitiba: Appris, 2019.

VAZQUEZ, Maria Laura Osta. **Na Fronteira do Voto: Discursos sobre cidadania e moral no debate do sufrágio das mulheres no Brasil e no Uruguai durante a primeira metade do século XX**. Tese de Doutorado.UFSC, 2014.

VIANNA, Cynthia Semíramis Machado. **A reforma sufragista: marco inicial da igualdade de direitos entre mulheres e homens no Brasil**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

WOLFF, Cristina Scheibe e POSSAS, Lidia M. Vianna. **Escrevendo a História no Feminino**. Revista Estudos Feministas, v. 13, n. 03. Florianópolis, setembro/dezembro de 2005.

Fontes

Fontes Oficiais

ANNAES da Assembleia Constituinte do Amazonas. Fev-jun 1935. Manaus: Imprensa Oficial, 1935.

ANNAES do Congresso Constituinte da República (1891). Rio de Janeiro: Imprensa Oficial. Disponível on line.

ANNAES da Câmara dos Deputados (período de 1917 a 1932). Disponível on line.

ANNAES do Senado Federal (período de 1890-1922). Disponível on line.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Títulos eleitorais: 1881-2008. – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2009. (Série apontamentos; n. 2)

BOLETIM ELEITORAL. Rio de Janeiro: Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. Nº 34, 13 de junho de 1933.

BOLETIM ELEITORAL. Rio de Janeiro: Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. Nº 26, 26 de março de 1934.

BOLETIM ELEITORAL. Rio de Janeiro: Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, ano 3, suplemento ao n. 49, 13 jun. 1934.

Dados políticos – Estatísticas do IBGE.

Mensagem do Governador Álvaro Maia à Assembleia Legislativa, na abertura da sessão ordinária de 3 de maio de 1936. Amazonas, 1936.

Mensagem de Governo. Assembleia Legislativa Amazonense. Mensagem do Governador Álvaro Maia na abertura da sessão ordinária de 03/-5/1937 imprensa pública. Manaus, 1937.

Saneamento Rural do Amazonas (1925-1926-1927) Diretoria de Saneamento Rural do Estado do Amazonas. Livraria Clássica. Manaus, 1928.

Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas. Relatório. Imprensa Pública, Manaus, 1934.

Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas. Relatório. Imprensa Pública, Manaus, 1936.

Legislações

Código Civil (1916)

Código Eleitoral (1932)

Constituições da República Federativa do Brasil (1891- 1934 - 1945)

Constituição do Estado do Amazonas (1935)

Acervo privado:

Fundo da FBPF. BR.RJANRIO . Arquivo Nacional

- Boletins da FBPF (n.º 1,2,3,4) 1934-1935

- Relatório de atividades da Federação Amazonense pelo Progresso feminino (1932-1935). Manaus, 30 de dezembro de 1935. BRRJANRIOQ0.ADM,EFL,FAP
- Cartas

Carta de Berenice Martins Prates à Berta Lutz. Manaus, 05 de fevereiro de 1925. Q0.ADM.COR.A925.0018.

Carta de Raymunda Chevalier para Maria Sabina. Manaus, 01 de março de 1934. Q0.ADM.COR.A934.58, p.2

Carta da FAPF para a FBPF. Manaus, 03 de março de 1934. Q0.ADM.COR.A934.58, p.3

Carta de Raymunda Chevalier para Maria Sabina. Manaus, 28 de março de 1934. Q0.ADM.COR.A934.58, p.4

Carta da FAPF para a FBPF. Manaus, 12 de agosto de 1934. Q0.ADM.COR.A934.58, p.6

Carta de Raymunda Chavalier para Bertha Lutz. Manaus, 26 de setembro de 1934. Q0.ADM.COR.A934.58, p.8

Carta de Raymunda Chevalier para Maria Sabina. Manaus, 12 de dezembro de 1934. Q0.ADM.COR.1934.58, p.11

Carta da FAPF para a FBPF. Manaus, 8 de fevereiro de 1935. Q0.ADM.COR.A935.34, p.1

Carta de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz. Manaus, 11 de abril de 1935. Q0.ADM.COR.A935.66, p.1

Carta de Raymunda Chevalier para Beatriz Pontes de Miranda. Manaus, 7 de maio de 1935. Q0.ADM.COR.A935.34, p.2

Carta da FAPF. Sugestões para a Constituinte Estadual, FAPF, s/d. Q0_ADM_CPA_COS_TXT_0007. p.53

Carta da FAPF para a FBPF. Manaus, 12 de junho de 1935. Q0.ADM.COR.A935.34, p.3

Carta de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz. Manaus, 20 de junho de 1935. Q0.ADM.COR.A935.66, p.4.

Carta de Maria de Miranda Leão à Bertha Lutz. Manaus, 03 de julho de 1935. Q0.ADM.COR.A935.66, p.9

Carta de Raymunda Chevalier para Jeorgina Barbosa Vianna. Manaus, 18 de setembro de 1935. Q0.ADM.COR.A935.34, p.4

Carta de Maria de Miranda Leão à Bertha Lutz. Manaus, 18 de novembro de 1935. Q0.ADM.COR.A935.66, p.12

Carta de FAPF para FBPF. Manaus, 19 de janeiro de 1936. Q0.ADM.COR.A936.52, p.1

Carta de FAPF para FBPF. Manaus, 9 de março de 1936.

Q0.ADM.COR.A936.52, p.3

Carta de Maria de Luna Alencar para D. Alice Véra. Manaus, 23 de abril de 1936.

Q0.ADM.COR.A936.52, p.4

Carta da FAPF para FBPF. s/d. Fundo da FBPF. Q0.ADM,COR.A937.22.

Carta da FAPF para FBPF. Manaus, 04 de janeiro de 1937.

Q0.ADM,COR.A937.22, p.1.

Carta pessoal de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz. Manaus, 25 de Maio de 1937. Q0.ADM,COR.A937.49, p.1.

Carta de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz. Manaus, 9 de junho de 1937.

Q0.ADM,COR.A937.49, p.15.

Carta de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz. Manaus, 19 de agosto de 1937.

Q0.ADM,COR.A937.49, p. 8.

Carta da FAPF para FBPF. Manaus, 27 de agosto de 1937.

Q0.ADM,COR.A937.22, p.5.

Carta de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz. Manaus, 14 de setembro de 1937. Q0.ADM,COR.A937.49, p. 16.

Carta de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz. Manaus, 15 de setembro de 1937. Q0.ADM,COR.A937.49, p. 18.

Carta de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz. Manaus, 04 de outubro de 1937. Q0.ADM,COR.A937.49, p. 19.

Carta da FAPF para FBPF. Manaus, 04 de novembro de 1937.

Q0.ADM,COR.A937.22, p.6.

Carta de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz. Manaus, 11 de novembro de 1937. Q0.ADM,COR.A937.49,23

Carta de Maria de Luna Alencar para Maria Luiza Bittencourt e Gladys Browne. Manaus, 8 de fevereiro de 1938. Q0.ADM,COR.A938.22,p.1.

Carta de Maria de Luna Alencar para Bertha Lutz. Manaus, 28 de setembro de 1938. Q0.ADM,COR.A938.22,p.2.

Periódicos:

Manaus

- A Capital, 1917 -1918
- A Nota, 1917
- A Reacção, 1933
- Jornal do Comércio, 1904-1937
- Jornal da Moças, 1926
- O Abolicionista do Amazonas, 1884.
- O Grêmio, 1909
- O Pirralho,1916
- Revista Cá e Lá,1914

- Revista Cabocla, 1936
- Revista Garota, 1931
- Revista Redenção, 1924
- Revista Sintonia, 1931

Bahia

- Diário da Bahia, 1931

Ceará

- A Razão, 1936

Maranhão

- Maranhão: semanário da união dos moços catholicos, 1946

Minas Gerais

- O Mucury, 1927.

Pernambuco

- A Notícia, 1931
- Diário de Pernambuco, 1934
- Jornal do Recife, 1922

Rio de Janeiro

- A Batalha, 1936
- A Cruz, Órgão da Parochia de São João Baptista, 1944
- A Família, 1889
- A Manhã, (RJ), 1953.
- A Noite, 1933
- A Revista da Semana, 1933
- Beira Mar: Copacabana, Ipanema, Leme, 1936.
- Correio da Manhã, 1933
- Diário de Notícias, 1933.
- Fon-Fon, 1920-1930
- Gazeta de Notícias, 1934
- Jornal do Brasil, 1936
- Jornal do Commercio, 1936
- O Jornal, 1928
- O Malho, 1927, 1934
- O País, 1928
- Revista Ilustrada Brasil Feminino, 1927.
- Vida Doméstica: Revista do Lar e da Mulher, 1933

São Paulo

- Correio de São Paulo, 1933-1934
- Gazeta Popular, 1933
- Revista Feminina, 1915

* Com exceção do Jornal A Reação, todos os outros foram consultados on line por meio da Hemeroteca Digital.

Anexo 1

Discursos e escritos de Maria de Miranda Leão

1. No Congresso Feminino da FBPF (1936), como delegada do Amazonas

“A missão da mulher no momento atual brasileiro”

Antes de entrar no assunto escolhido pintarei em largos traços um quadro de fundo.

Retraçando-o, traz minha voz as tonalidades irregulares das lides septentrionais da Pátria onde mulheres de luta sustentam o pendão de brasilidade em cinco fronteiras, contando apenas com a resistência que o meio lhes ensina, nas ásperas jornadas da desbravação.

Nesses tratos imensos, recedentes a florestas em crescimento, a mulher aprende a enfrentar todas as adversidades. Seus olhos, param nas extensões aparentemente mortas, ou tumultuam nas forças naturais, em eternas batalhas. Não raro, reage para viver em cenários de aniquilamento.

Perdoareis, por certo, -ouvidos educados em centros cultos, - a voz que flexiona os ritmos bárbaros do meu grande Amazonas. E começo a minha tela:

“ o sol, que de um mergulho sumira-se no horizonte, lá em cima na cabeceira do rio, de um salto aparece já embaixo por trás da grande ilha. A mata, de (sic) inundada de luz, Calor, de vida. A passarada cantando álaçre, em revoada abandona os ninhos; a fera em rugido fortes percorre a selva; o vento sacudindo os galhos das árvores, vai espalhando pelo ambiente, os sons da magnífica sinfonia da natureza do Amazonas e, como turíbulo suntuoso, envia aos céus as espirais do perfume sutil delicado e esquisito das orquídeas, dos cipós, das flores e das folhas. É a saudação, é a oração matinal do imenso vale.

Na taba, curumins e cunhantãs, descuidados, como a própria infância, brincam de voar nas ubás chatas, que, arrastadas pela corrente das águas, saltam por sobre a cachoeira, descrevendo um semi-circulo no ar, caem em cheio no rio. As velhas preparam nos potes de tabatinga o caxiri, a bebida que vai reconfortar o guerreiro fatigado pela luta. As cunhãs tecem com as penas alvíssimas das garças e penas rubras das araras, entrelaçadas em fibras cheirosas, o cocar e demais enfeites para o escolhido

do seu coração – sorrindo e sonhando a doçura do amor. O tuxaua, no meio de toda essa alegria, de toda essa vida, preocupado, alquebrado pelos anos, quase sem energias e sem forças, chega a margem do rio, sonda o horizonte, perscruta a mata, escuta na terra, vai a sapopema, dá os sinais combinados, tudo em vão. Passou a primeira lua, a segunda vem tornando da longa viagem e a batalha não terminou ainda. Os guerreiros da tribo partiram, todos, desde os velhos experimentados até os mais jovens, todos corajosos, todos cheios de ódio pelo invasor atrevido, que deixou a sua tribo para vir escravizar a das mais formosas e valentes cunhãs, de toda a selva. Quase de rastos (sic), como a onça quando prepara o pulo, todo riscado pela Utinga todo arranhado pelos espinhos, chega cauteloso, ofegante o índio suplica: “guerreiros, mais guerreiros, estamos perdidos. A tribo desaparecerá e elas serão deles, dos miseráveis”, diz apontando as jovens que sob as frondes continuam o seu trabalho e o seu sonho. Guerreiros... guerreiros já não os tem o tuxaua, lançando um olhar aflito e ansioso ao redor, vê os corcéis bravios nos quais as índias costumam percorrer a mata em carreira louca. Uma resolução toma de chofre, a tribo não será aniquilada. Chama as suas filhas, as mais lindas mulheres de todo o vale, graciosas como a garça, leves como a jaçanã, esbeltas como a palmeira, terríveis como a boiuna e ordena: “montai, montai aqui estas flechas, os arcos, os tacapes, parte e salva e nossa tribo”. O pajé enfeitiça-lhe os olhos, e elas partem. Vencem! Vencem, mais com os fulgores dos seus olhos enfeitiçados, que brilham como os raios do (sic) e atraem como os da cobra grande, do que com o manejo das armas. – os olhos, terrível arma da mulher – voltam vitoriosas trazendo escravizada a tribo inimiga e continuam substituindo na guerra o guerreiro aniquilado de sua tribo. Assim as encontrou destemidas e formosas, o civilizado. É esta uma das lendas mais poéticas das Amazonas. Está terminando o meu painel.

A mulher no momento atual brasileiro

Que o Brasil atravessa uma fase delicada, séria e apreensiva na sua vida de nação independente e livre, todos o sabemos e que a mulher brasileira não pode, não deve ficar indiferente diante dos acontecimentos que trazem essa apreensão, é fora de dúvida. A inércia, o descaso, a inação, neste momento constituem crime, covardia. A mulher do Brasil, hoje como ontem, corajosa e destemida, saberá firmar, diante dos povos cultos, as suas prerrogativas de patriotismo sadio, fé pura e robusta. Nessa hora

decisiva de nossa Pátria, de nossa civilização, seremos a atalaia vigilantes das tradições, fé e costumes da nacionalidade.

Em defesa de nossos ideais, tomaremos uma atitude clara e definida, no lar, na sociedade, onde quer que o dever nos leve.

Não importa encontre ainda inimigos, a campanha encetada resolutamente no surgimento e reivindicações da mulher, - base da família, família indissolúvel, alicerce da nação. - entre as mulheres mesmo, o feminismo encontra hostilidade. O desprezo de umas, a indiferença de outras, o combate franco e leal de algumas, não esmorecem a que se alistou na cruzada santa. Entre as causas que alegam para encobrir um comodismo que impede trabalhar, mas não impedirá usufruir os resultados da vitória daquelas que lutam, é a religião. Nada mais fácil, minhas senhoras, a ninguém cabe mais do que a mim, a defesa (sic) teoria errônea. A igreja não condena a mulher que trabalha na família ou fora dela e vai levando a paz por toda a parte. Deus criou a mulher companheira do homem, sem restrição. Jesus Cristo a dignificou e levantou da humilhação em que vivia sem impor condições. A igreja, pela voz do seu chefe supremo funda a ação católica e determina o campo político da ação feminina. E quantas de nós recebemos de joelhos com a benção, a ordem expressa de nossos bispos para serviços políticos e eleitorais e com essa benção nos levantamos e seguimos para as tribunas das câmaras. O que a igreja condena, é a política sem Deus e contra Deus, ambiciosa e libertina, e essa não é a nossa, não é a da mulher brasileira. A mulher que se masculiniza é ridícula; a mulher que não quer passar de boneca de salão, de atrativo de paixões fáceis, é desprezível, porque é inútil para Deus e para a pátria. Chegamos a um instante em que não se admite tergiversações, dúvidas, incertezas, temos de entrar na liça e, apesar de compreender a palavra ordem - a paz - eu digo nesta grave do Brasil "a paz e a Guerra" talvez pense desta maneira por ser filha de um Estado, cuja natureza proclama em sua nudez: a paz e a guerra! As águas paradas dos grandes lagos, contemplando em êxtase longo as estrelas do firmamento e refletindo a luz doce, suave, e clara da lua, ensinam a paz. Lá dentro da selva, as águas tumultuárias das cachoeiras sempre revoltas, precipitam-se nos rios, correm revolvendo a terra, carregando barrancos e árvores, destruindo ilhas, formando prales (sic) vencendo obstáculos, até alcançar o centro da perene revolta - o mar. Talvez ainda por sentir nas veias o turbilhão do sangue dos Barés, pacificados e mansos, ordeiros e trabalhadores, e dos terríveis Maués, sempre correndo na mata, arco destemido, prontos para o ataque e a defesa. E por tudo isso, e por íntima convicção, que repito: a paz e guerra! A guerra

contra toda destruição da honra e da fé, contra toda dissolução da família e dos costumes, contra toda desagregação da Pátria, da nacionalidade e da Ordem. A nossa guerra será pacífica e pacificadora. Venceremos, como as Amazonas, com os nossos olhares – os fulgores da inteligência, que temos o dever de cultivar; o calor da palavra flamejante, convicta e sincera – e com o tacape: - a pena ao serviço da verdade, manejada com ardor, com fogo, com uma coragem que não teme a morte na defesa de Deus, da Pátria e do ideal. O Brasil chamou suas filhas ao combate, não porque o brasileiro, homem valoroso, tenha falido, fracassado, sido aniquilado, mas por compreender que a mulher é a sua companheira de jornada e deve auxiliá-lo em todos os setores da ação. A mulher é o único poder moderador capaz de trazer o homem à razão, quando, levado pelos ímpetus próprios de sua natureza combativa, muitas vezes se afasta do caminho traçado. O homem não é o senhor da mulher, não é o inimigo, é sim, o companheiro de jornada. Quem conhece o sertão do nordeste brasileiro, melhor compreende o companheiro de viagem. O sertanejo, em suas longas caminhadas pelas estradas secas e arenosas, compartilha tudo com o seu companheiro: fadigas, alegrias, o canto da viola, as intempéries, a parca e rude alimentação e até o repouso. Enquanto um vai montando sobre o animal, viaja o outro a pé e assim vão se revezando, à noite, ao clarão da lua, na mesma rede dormirão os dois. Na estrada de rodagem escabrosa e dura desta vida que passa, à eternidade que permanece, a mulher irá sempre ao lado do homem, no lar ou fora dele, no trabalho e no descanso, na formação moral da família e política da nação. Houve, após a revolução de 1930, uma arrancada prodigiosa da mulher, que, por seu valor moral e cultura, vence em todos os setores de atividade. A Constituição federal

Reconheceu a plenitude dessas conquistas e assegurou, em claros dispositivos, a cidadania, a eleição da mulher, cujo espírito cívico e criador se desdobra desde o Congresso Federal até Câmaras Municipais e prefeituras.

Explica-se assim, além de outras causas preponderantes, a razão desta Conferência, que congregate corações enviados dos vários Estados do Brasil. Um dos pontos fundamentais é, por certo, a defesa do regime, a manutenção da ordem, a salvação da honra e da tradição contra o sacrilégio devastador do comunismo. Atendendo ao toque de rebate do Brasil, estaremos de pé. Não permitiremos que o invasor atrevido, o Tártaro, com sua ideologia satânica, revivendo morticínios de Gêngis Khan na Idade Moderna com o seu comunismo forjado e saído do inferno, venha lá de sua infeliz pátria, escravizar a nossa com a sua ditadura de ferro. Se procura nos

seduzir, garantindo à mulher todos os campos de ação social, a igualdade de valores e trabalhos com o homem, não nos deixaremos enganar. Queremos a vitória das nossas reivindicações, a nossa igualdade política e social, salário igual para trabalho igual. Mas a mulher do Brasil coloca acima de tudo, Deus, a fé, a honra, a dignidade, a força moral e a integridade da pátria. Não vem combater o homem – bom: vem auxiliar o homem contra a anarquia e a desagregação. Aparece justamente na grande hora em (sic) todas as reservas morais da Pátria devem surgir da sombra, clarear os horizontes pardacentos e levar por diante, na paz ou na guerra, quatro séculos do sofrimento e conquistas. Ouvimos perfeitamente o passado – e a aspiração dos milhões de brasileiros que dormem após o dever cumprido, há de iluminar dos brasileiros que estão acordados para defender a América e o mundo, contra os maus estrangeiros, que iniciaram a idade do sangue, o ciclo do assassinio e da destruição.

É esta promessa, a clarinada guerreira, o juramento inflexível que a Mulher amazonense vos manda por minha vez: ouviremos a voz do Brasil e na luta, estaremos na linha de frente, na brecha, por Deus, pela Pátria, pela raça.

Fonte: reproduzido pelo **Jornal do Brasil** (RJ). Ed. 00248. 18 de outubro de 1936, p. 24.

2. Discurso na Assembleia Legislativa do Amazonas: sessão de 04 de junho de 1935

Sr. Presidente

Srs. Deputados

Não é tardio o éco por repetir, nas quebradas do caminho, a voz do viajor feliz que, estrada fora, vae entonando hymnos de gloria e de triumpho. Trazendo hoje a esta casa a manifestação das emoções, que nos invadiram a alma, os sentimentos de intima alegria, de entusiasmo e de conforto, que nos fizeram pulsar acelerado o coração, com a promulgação da nossa Constituição, não somos mais do que o éco das vibrações da alma de nosso povo.

O povo patenteou o seu culto civismo, tomando parte em todas as solemidades effectuadas para celebrar o maior acontecimento politico de nosso Estado, nesta phase histórica de sua vida. A sociedade inteira, na gamma completa do matriz de suas classes, veio trazer aos que trabalham nesta casa, a prova de delicadeza, em um gesto de fina

cortesia, muito própria de sensibilidade de seu espirito, mostrou que não estava alheia aos trabalhos da Constituinte, que os seguia de perto, com interesse pelos destinos e pela causa do Amazonas. E, na pessoa de sua apagada representante, prestou uma carinhosa homenagem á Assembléa Constituinte, um preito de respeito á Carta Constitucional, que vae dirigir a nossa terra.

Teve razão o povo, sr. Presidente em manifestar, com a eclosão da tumultuante alegria, que lhe agitava a alma, os seus sentimentos de patriotismo, porque todos os seus direitos foram cuidadosamente assegurados as suas mais justas aspirações confirmadas.

Nada foi omitido ou desprezado desde as responsabilidades e direitos dos mais altos representantes do povo dos magistrados, dos funcionarios públicos obedientes e silenciosos, aos enérgicos operários, cujos trabalhos em apparencia humildes engrandecem a Patria.

Teve razão ainda o povo, porque os interesses vitaes do Estado, tiveram estudo acurado: os seus limites; suas fontes de receita; a defesa de sua flora, de sua fauna, das riquezas escondidas no sub-solo; os problemas dos selvícolas; da instrucção; da colonização, da valorização dos seus produtos; os direitos e interesses da família, da maternidade, da infância, tudo enfim foi particularmente estudado. Nada foi esquecido, sr. Presidente, nem mesmo a alma imortal de nosso povo. Os Constituintes Amazonenses, a Commissão do Projecto seguindo a corrente dos verdadeiros sociólogos de nossa época, compreenderam que a salvação das nações está na espiritualização dos povos. A nossa Constituição, começando por invocar o nome de Deus, em seu preambulo abriu vasto horizonte ás aspirações espirituas de nossa gente, que tem a índole de religiosidade de todo o povo Brasileiro. O nome adorável de Deus brilha com todo o fulgor de sua luz immarcessivel em nossa Carta Magna.

E esta luz penetrando nas consciências, iluminando as intelligencias, fortalecendo as vontades dos dirigentes de nosso povo, traçará os novos rumos de nossa terra.

A nossa Constituição é um verdadeiro facho de luz, que conduzirá o nosso povo, o nosso Amazonas a um destino de prosperidade, de gloria e de grandezas no seio do Brasil unido e forte.

Sr. Presidente, ocupamos essa tribuna para apresentar a V.Sa.e aos senhores deputados um requerimento em que pedimos sejam lançados a acta de nossos trabalhos de voto: um de congratulação a Excia...á Mesa, a toda a Casa, pelo termino glorioso de nosso trabalho de Constituintes com a promulgação fulgurante da nossa formosa

Constituição; de louvor, outro, á Comissão do Projecto. Os trabalhos decorreram sempre em um ambiente de perfeita cordialidade, de harmonia, patenteando assim o patriotismo com que foram effectuados.

Os Constituintes que fizeram parte da Comissão, como os demais, “com o pensamento em Deus”, só tiveram uma ambição, uma preocupação; a grandeza, a dignidade do Amazonas.

Solicitamos permissão para destacar os nomes do sr. Presidente e do sr. Relator da Comissão do Projecto, nomes que pronunciamos com respeito e affecto: Sr. Deputado Dr. Armando Madeira, Sr. Deputado Dr. Leopoldo Péres.

Fazemos este destaque, porque, ao nosso vêr, tiveram sobre os hombros a parte mais pesada da grande responsabilidade, na árdua e dignificante tarefa.

O nosso requerimento aguarda a sentença de V. Excia. e de toda a Casa.

Fonte: Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas. Manaus, Imprensa Pública, 1936

3. Texto religioso

PÁSCOA – CONTEMPLAÇÃO

Um quarto pequeno, simples, como todos os quartos das residências orientais. Tapêtes nas parêdes, no chão os almofadões e as esteiras apropriadas para dormir, acêsa a lâmpada. Uma vasilha com água frêscas, o clássico banquinho, uma mesa e está completo o mobiliário.

Este quarto é na mesma casa em que Jesus instituiu a Eucaristia na última cêia. Maria, de joelhos, mãos cruzadas sobre o peito, óra profundamente.

As Santas Mulheres passam a noite preparando bálsamos e perfumes especiais para ungir, ainda uma vez, o corpo do Mestre. Maria não acompanha, nestes preparativos como à visita ao tumulo, as Santas Mulheres.

Maria sabe que Jesus ressuscitará, Maria crê na palavra do Salvador. Conhece as escrituras. Tem fé robusta, firme, não vacila.

A Mãe dolorosa passa a noite em oração. Pede com fervor a ressurreição do filho adorado. Ao terceiro dia deve ressuscitar. Assim o disse claramente. Maria pede, óra com ardor, o mesmo ardor com que tirou do seu virginal seio, o Verbo divino.

A virgem vê no silêncio de sua alma uma cena indescritível. A alma gloriosa do Salvador acompanhada de uma multidão de Anjos e dos Patriarcas deixa o Limbo. Percorre todos o trajeto da paixão e conta aos Patriarcas os seus sofrimentos.

No Pretário, os Anjos, misticamente recolhem nas paredes, no teto, no chão, nas cordas e correias das chibatas, na coluna, todos os pedacinhos de carne do Salvador, que os azorragues haviam arrancado do corpo martirizado, na terrível flagelação. Vão caminho à fora, cuidadosamente guardando em vasos celestes, as gotas todas do sangue que dos pés, das mãos, de todo o corpo chagado do Divino Mestre, caíram nas ruas.

O Calvário... Agora o sagrado cortejo chega ao rúmul. Jesus mostra aos Patriarcas o seu corpo dilacerado.

Maria revê, alma em éxtase, o corpo contundido do Filho adorado. As chagas róxas, as contusões, os suleos profundos dos açoites, as mãos, os pés perfurados... Os Patriarcas, com eles São José, contemplam com devoção e amor o corpo martirizado, em estado deplorável, todo ferido... A Alma glorificada do Sacerdote eterno oferece, pela ultima vez, no Eterno Padre, seu Corpo imotado, vítima por nossos pecados, pedindo que os frutos da Redenção sejam abundantemente aplicados pela regeneração das almas dos homens...

Depois, Maria vê que a alma de Jesus, curvando-se, debruça-se sobre o corpo inanima-lo, confunde-se com esse mesmo corpo, restituindo-lhe a vida.

Jesus levanta-se glorioso, radiante, mais luminoso que o sol de meio dia. Tudo resplandece de luz. A glória da ressurreição é como o nascer de um novo sol. A luz ofuscante domina a escuridão da noite, de um esplendor deslumbrante, maravilhoso, incomparável em sua beleza refulgente.

Maria ergue-se. A luz enche seu quarto, sua maravilhosa alma de eleita, absorta na maior felicidade que humano coração jamais sentiu. Entôa, então, com júbilo ardente: “Minha alma engrandece no Senhor. Exulta meu espírito em Deus meu Salvador.

E os anjos cantam: “Rainha do Céu alegrai-vos, porque o Senhor ressuscitou como disse. Aleluia! Aleluia!”

Jesus consola sua Mãe com o carinho do mais amável dos filhos. Eleva o Senhor a alma de Sua Mãe imaculada a um grau altíssimo de contemplação, grau que nunca será atingido pelas almas contemplativas por mais elevadas que sejam na união divina.

“Maria elevada em sublime contemplação, em visão intuitiva, participa de maneira inefável das alegrias divinas”. (Pe, Meschler S. J.) Conta então o Mestre, que

ficará afada no mundo para consolidar a Sua Igreja. Diz a parte ativa, o postulado que a Maria reserva nos trabalhos da propagação da Fé e da fundação de Sua religião de amor e de perdão.

Enquanto Jesus e Maria conversam, chegava as Santas Mulheres ao sepulcro. Está vazio. Sabendo pelos anjos da ressurreição do Mestre, correm ansiosas a comunicar aos Discípulos a nova consoladora. Foram as Santas Mulheres os primeiros apóstolos da ressurreição, Sublime Missão. A notícia cétere é espalhada, alegrando os Discípulos.

Depois de verificarem a veracidade das palavras das emissárias do Senhor glorioso, vão ao Cenáculo e dizem, em transportes de júbilo, à Maria, mãe de Jesus: “Alegrai-vos: O Senhor ressuscitou verdadeiramente. Aleluia! Aleluia!”

Fonte: Jornal Semanário da União de Moços Catholicos (MA), ed. 846. São Luis, 21 de abril de 1946.

4. Texto poético

MEDITAÇÃO

Você pediu: - Fala-me de ti, de tua alma.

Você não disse bem o que queria dizer, você queria dizer: - fica comigo, leva-me contigo, não me deixes só.

Foi isso que você deixou ver e foi isso que eu vi!

Sabe que resolvi?

Veio sim e está aqui pertinho, dentro desde destrocado coração: Você também não disse, que me procurou “como o veado sequioso procura a fonte de águas frescas e cristalinas”, mas...Quer uma franqueza?

Você veio com as mãos, como conchas maravilhosas, cheias, transbordantes dessa água fresca que minha pobre alma, sedenta e sequiosa, buscava também...Você quis encontrar em mim alguém e você foi alguém que eu buscava.

Você pensou: - esta alma me fará bem – e foi ao contrário. Nada de bem eu fiz, porque nunca me preocupa o desejo de fazer bem pelo Bem Supremo e foi você que me fez bem.

Agora você sabe viver aqui, fazendo caridosa companhia a quem sofre um terrível sofrimento: - a inação. – Imagine você, que vive em um quartinho, rodeado de livros, papéis, visitas, e... ausências...ausências longas e dolorosas!

A janelinha do nosso quarto – é nosso, vivemos a dois neste recanto – não tem horizonte! Grande sacrifício para quem tudo é pouco... Em frente á nossa janela um velho casarão, triste, silencioso, cheio apenas de um formidável arquivo, o maior do Amazonas. Tudo silencio... Tanta vida já se movimentou ali dentro. Agora, só os grandes livros empoeirados falam a linguagem muda das almas em meditação, das recordações de um passado grandioso. Acho, esse grande arquivista? Cuidado... há paginas de sangue..., paz casarão semelhante á minha alma... Você quer ser ginas de luz... páginas de grandes combates, com derrotas profundas e soberbas vitórias... há paginas que não serão mais lidas, nunca mais... paginas de dor... são as mais comuns! Ali, naquele casarão meu avô materno foi representante do Thesouro Nacional, ali cegou no trabalho, na labuta diária! Já o conheci ceguinho, mas sempre alegre e feliz. Como sãoraros os homens da tèmpera do velho Castro e Costa, que sabia dar o exemplo da honestidade, do trabalho, da absoluta conformidade com a vontade de Deus, nas mais rudes provas da adversidade.

Quando fixo meu olhar no casarão silencioso penso: quantos órfãos foram ali receber as ultimas gotas de suor de um Pae extremoso, que mesmo depois de morto ainda provê as necessidades daqueles que mais amou na terra.

Assim pensando, abençoo o Monte-pio, as pensões... e os Paes precavidos.

Ali, centenas de procuradores cuidadosos, afanosos... Chefes... Contadores... Escriturarios... Delegados... Toda uma vida. Gerações que se vão sucedendo, umas após outras...

A' vida não se interrompe. O casarão está vazio, mas a vida lá fora continua palpitante, em outro prédio. Só o arquivo ali está verdadeiro e rígido, guardando os fatos reais de várias épocas... E" só o que fica... o mais vai mudando... As vidas vão sendo ceifadas... Também nós, só conservaremos e só levaremos para a Cidade Eterna – o nosso arquivo, - Feliz de quem tiver organizado, cheio de verdades, de preciosos documentos, de trabalho de real valor... Se for todo ele uma mentira, será queimado, como inútil!

Anexo 2

Relação de deputados eleitos em outubro de 1934 e que integraram a Assembleia Constituinte Amazonense de 1935, em ordem alfabética.

	DEPUTADO	PARTIDO	LEGENDA
1.	Alfredo de Lima Castro	Partido Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense	“Pelo Amazonas Redimido” e Acção Integralista Brasileira
2.	Annanias Celestino de Almeida	Partido Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense e Acção Integralista Brasileira	Amazonas “Pelo Amazonas Redimido”
3.	Antônio de Vasconcellos	Partido Trabalhista do Amazonas	
4.	Antóvilla Mourão Vieira	Partido Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense	“Pelo Amazonas Redimido” e Acção Integralista Brasileira
5.	Ariolino Aguiar Azevedo	Partido Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense	“Pelo Amazonas Redimido”
6.	Aristides Rocha	Partido Republicano do Amazonas	
7.	Armando Madeira	Partido Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense	“Pelo Amazonas Redimido” e Acção Integralista Brasileira
8.	Arthur Hermógenes da Silveira Bonates *	Partido Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense	“Pelo Amazonas Redimido”
9.	Ary Tapajós Cahn	Partido Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense	“Tudo pelo Amazonas”
10.	Bejamin Constant da Costa Ferreira	Partido Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense	“Pelo Amazonas Redimido” e Acção Integralista Brasileira
11.	Carlos Augusto Machado	Partido Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense	“Pelo Amazonas Redimido”
12.	Cosme Ferreira Filho	Partido Socialista Amazonense e Partido Radical Republicano Amazonense	“Pelo Amazonas Redimido” e Acção Integralista Brasileira

13.	Felismino Francisco Soares	Partido Trabalhista Amazonense	
14.	Félix Valois Coelho	Partido Socialista Amazonense e Partido Radical Republicano Amazonense	“Pelo Amazonas Redimido” e Acção Integralista Brasileira
15.	Gentil da Costa Ferreira	Partidos Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense	“Pelo Amazonas Redimido”
16.	João Baptista Verçosa	Partidos Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense	”Sob o Amazonas Redimido”
17.	João de Paula Gonçalves	Partidos Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense e Acção Integralista Brasileira	“Pelo Amazonas Redimido”
18.	João Nogueira da Matta	Partido Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense	“Pelo Amazonas Redimido” e Acção Integralista Brasileira
19.	José de Almeida Pimentel Salles *	Partidos Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense	“Pelo Amazonas Redimido”
20.	José Nunes de Lima	Partidos Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense e Acção Integralista Brasileira	“Pelo Amazonas Redimido”
21.	Júlio Cesar de Lima	Partidos Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense e Acção Integralista Brasileira	“Pelo Amazonas Redimido”
22.	Leopoldo Amorim da Silva Neves	Partidos Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense	“Pelo Amazonas Redimido”
23.	Leopoldo Carpinteiro Peres	Partido Republicano do Amazonas e Acção Integralista Brasileira	“Tudo pelo Amazonas
24.	Manoel Monteiro da Silva	Partidos Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense	“Pelo Amazonas Redimido”
25.	Manoel Severiano Nunes	Partidos Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense e Acção Integralista Brasileira	“Pelo Amazonas Redimido”

26.	Maria de Miranda Leão	Partidos Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense e Acção Integralista Brasileira	“Pelo Amazonas Redimido”
27.	Moacyr de Gouveia Dantas Cavalcante	Partidos Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense e Acção Integralista Brasileira	“Pelo Amazonas Redimido”
28.	Philadelpho Floriano de Moraes	Partidos Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense	“Pelo Amazonas Redimido”
29.	Raymundo Chaves Ribeiro	Partido Liberal do Amazonas e Partido Trabalhista Amazonense	“Tudo pelo Amazonas”
30.	Ruy Barreto	Partidos Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense e Acção Integralista Brasileira	“Pelo Amazonas Redimido”
31.	Tito de Lemos Bittencourt	Partidos Socialista Amazonense e Radical Republicano Amazonense	“Pelo Amazonas Redimido”
32.	Vivaldo Palma Lima	Partido Trabalhista Amazonense	

Fonte: lista de candidatos do TRE/AM in: Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 10/10/1934

Anexo 3

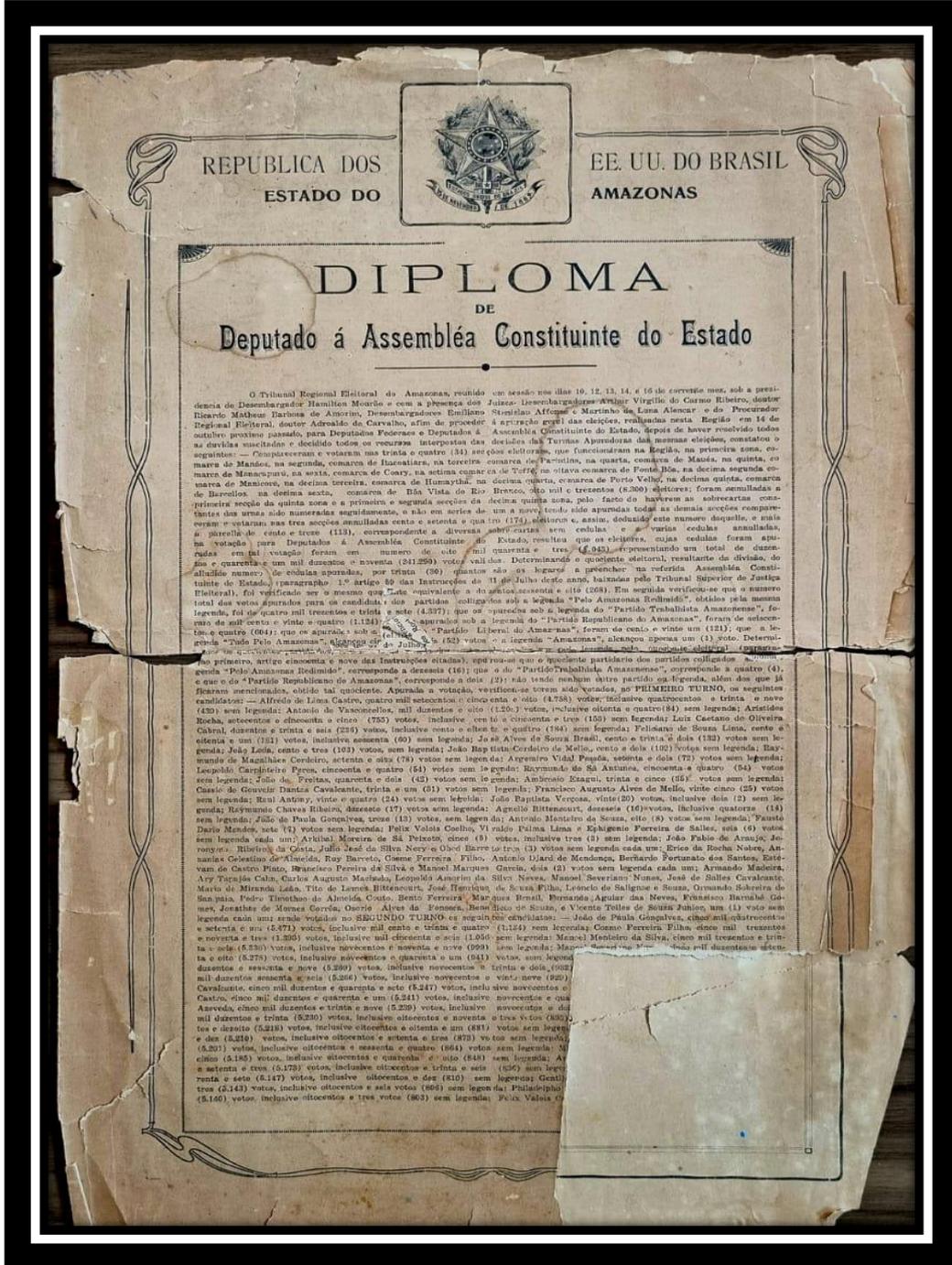
Cronologia da conquista do sufrágio feminino

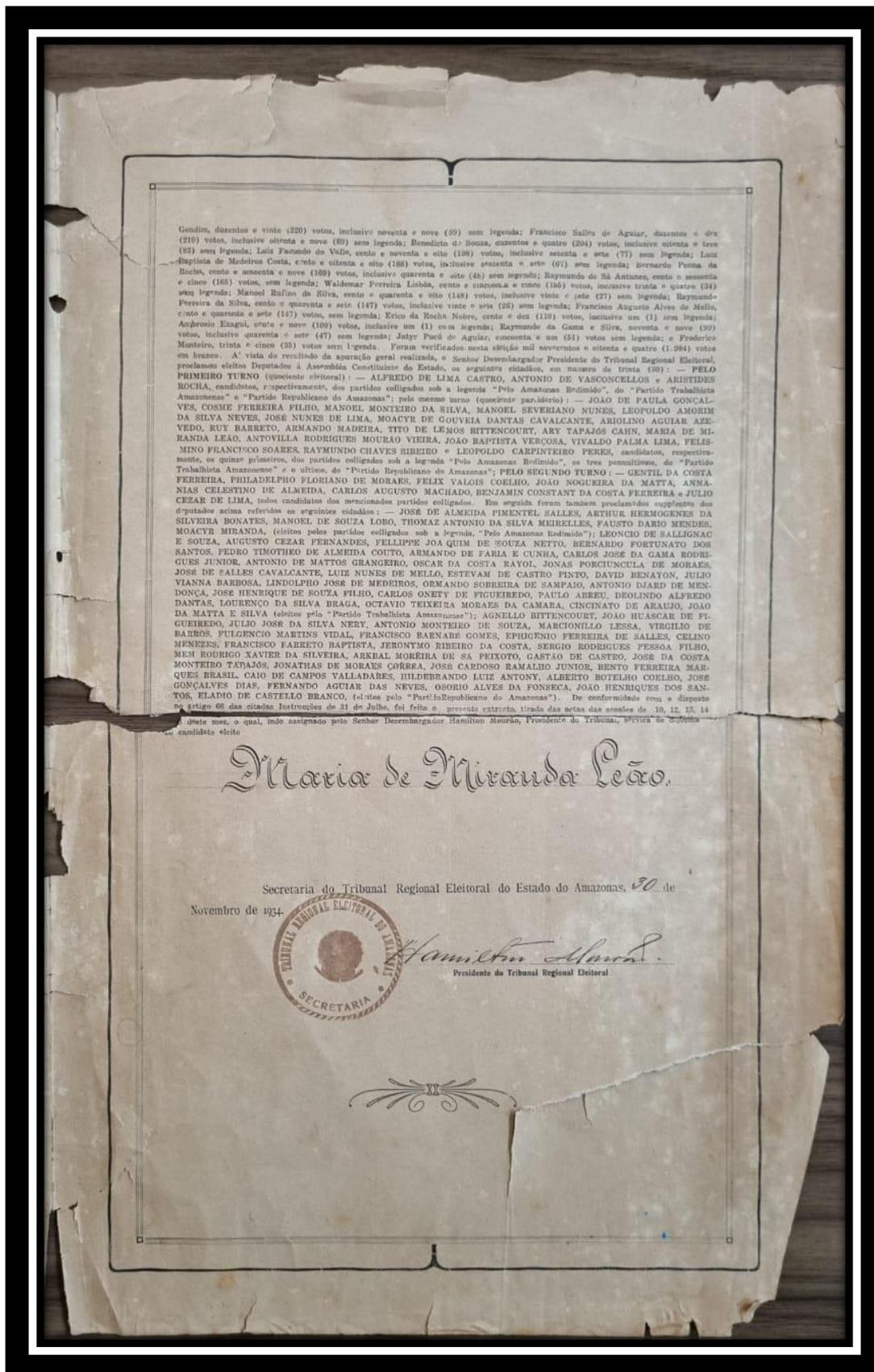
Ano	País	Observação
1893	Nova Zelândia	
1902	Austrália	
1906	Finlândia	
1917	Canadá	
	Rússia	
1918	Inglaterra	
1920	Estados Unidos	
	Canadá	
	Eslováquia	
	Albânia	
1921	República Theca	
	Suécia	
	Lituânia	
	Armênia	
	Arzeibajão	
1929	Equador	Opcional até 1967
1932	Brasil	Opcional até 1946
	Uruguai	
1934	Cuba	
1939	El Salvador	Opcional até 1950
1942	República Dominicana	
1944	Jamaica	
1945	Guatemala	Opcional até 1956
	Trinida Tobago	
1946	Venezuela	
1946	Panamá	
1947	Argentina	
1948	Suriname	
1949	Chile	
	Costa Rica	
1952	Bolívia	
1953	Guiana	
1954	México	
	Honduras	
1955	Peru	
1957	Nicarágua	
	Colômbia	
1964	Bahamas	
1967	Paraguai	
1993	África do Sul	
2011	Arábia Saudita	

Anexo 4

IMAGENS

- Diploma de Deputada de Maria de Miranda Leão. Frente e verso





- Algumas Protagonistas da Política feminina

Bertha Lutz



ORIGEM: Arquivo Nacional, fundo CORREIO DA MANHÃ - BR_RJANRIO_PH_FOT_14968_011

Deputada Carlota Pereira



Fonte: Revista da Semana, 20/5/1933

Celina Guimarães, primeira eleitora do Brasil



Fonte:

Zuléide Bogéa, deputada maranhense eleita em 1934.

Maria Sabina



Fonte: Revista Cabocla, 1936.

Mietta Santiago



Fonte:

Maria do Céu Fernandes, Primeira deputada do RN



Fonte: <https://www2.camara.leg.br/>

Nathercia da Cunha, presidente da Aliança Nacional de Mulheres



Fonte: <https://blogcarlossantos.com.br/>



Fonte: Fundo da FBPF/Arquivo Nacional

Primeiras eleitoras do Rio Grande do Norte



Fonte: Fundo da FBPF, Arquivo Nacional

Antonieta Barros, primeira deputada de SC e demais deputados na Assembleia. 1935



Fonte https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/68-Antonieta_de_Barros

Almerinda Faria Gama, candidata classista, depositando seu voto na urna julho/1933



Fonte: CPDOC

Alzira Soriano, primeira prefeita do Brasil (Lages, RN)

Leolinda Daltro, Sufragista e fundadora do Partido Republicano Feminino



Fonte: brasilianafotografica.bn.gov.br



Fonte: <https://leolindaltro.blogspot.com/>

Lilly Lages, primeira Deputada de Alagoas



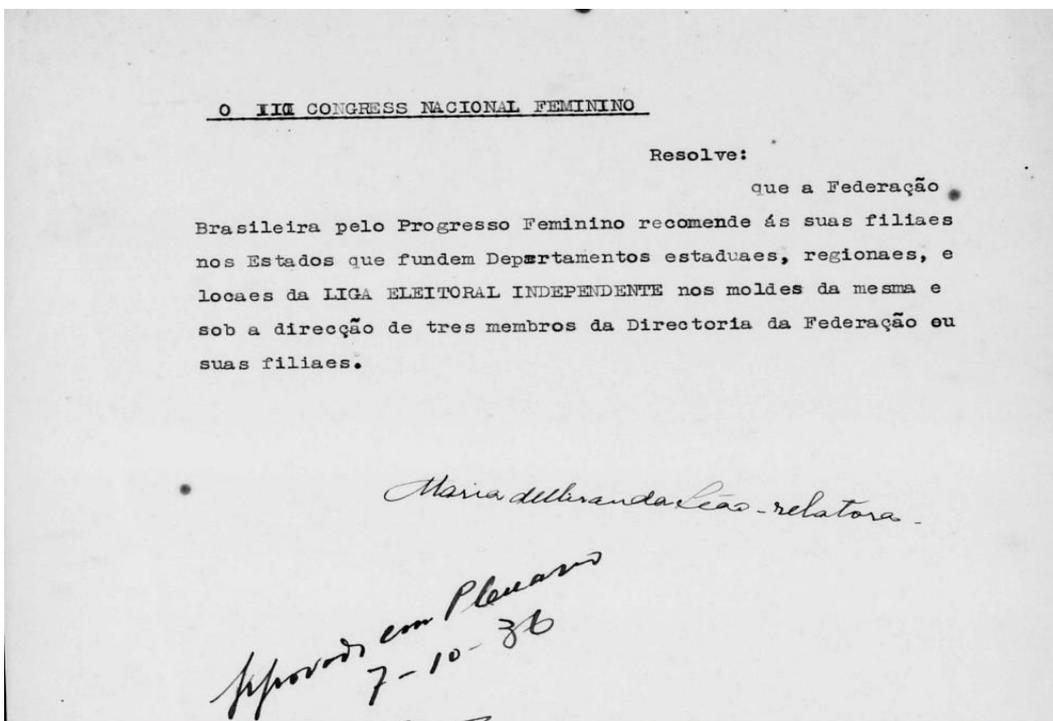
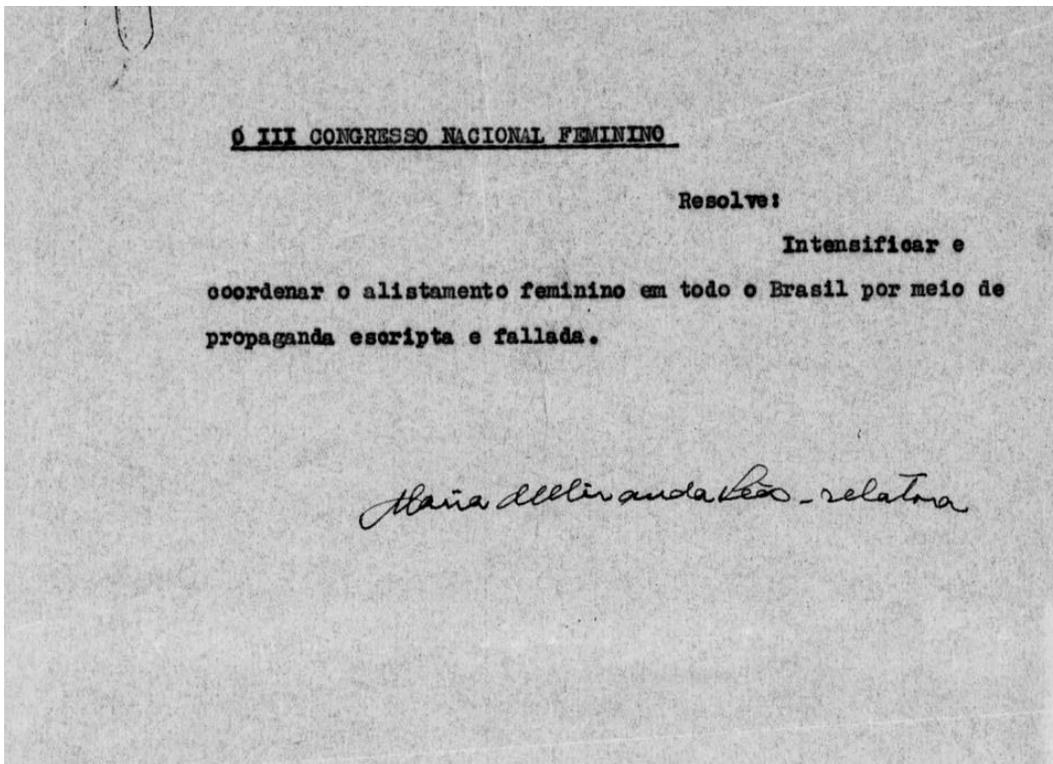
Fonte: Fundo da FBPF, Arquivo Nacional

Membros da Liga Eleitoral Independente



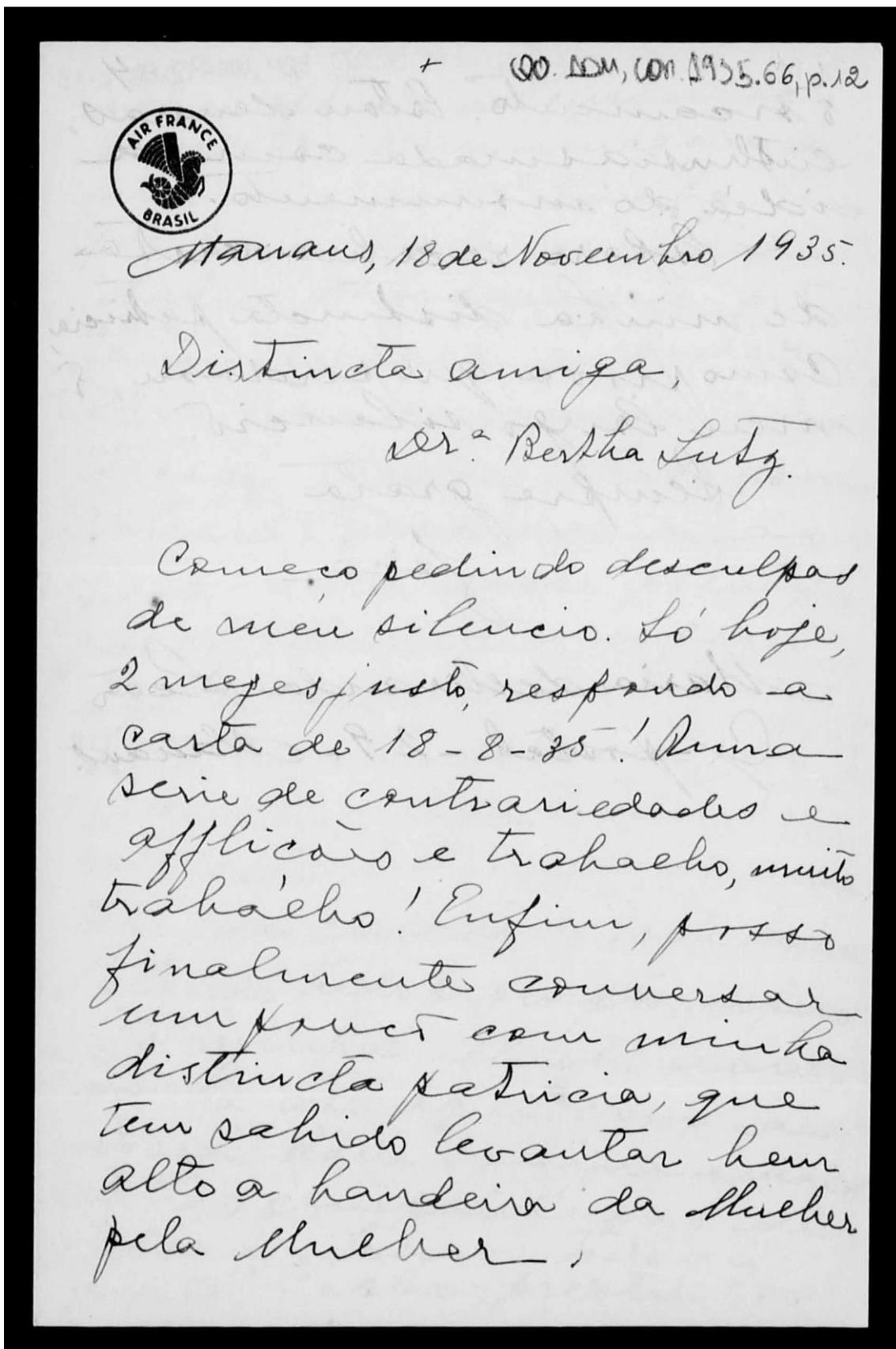
Fonte: Fundo da FBPF, Arquivo Nacional

- Demanda da Comissão do Estatuto Político da Mulher no III Congresso Feminino da FBPF, 1936.



Fonte: Dossiê FBPF. BRAN,RIO Q0.ADM,EVE.CNG,TXT16, P.95. Fundo da FBPF. Arquivo Nacional.

- Carta de Maria de Miranda Leão para Bertha Lutz



60. 204, com 4925.664/p.13
 o orcaamento. Estou deusas,
 enthusiasmada com a
 ideia do monumento.

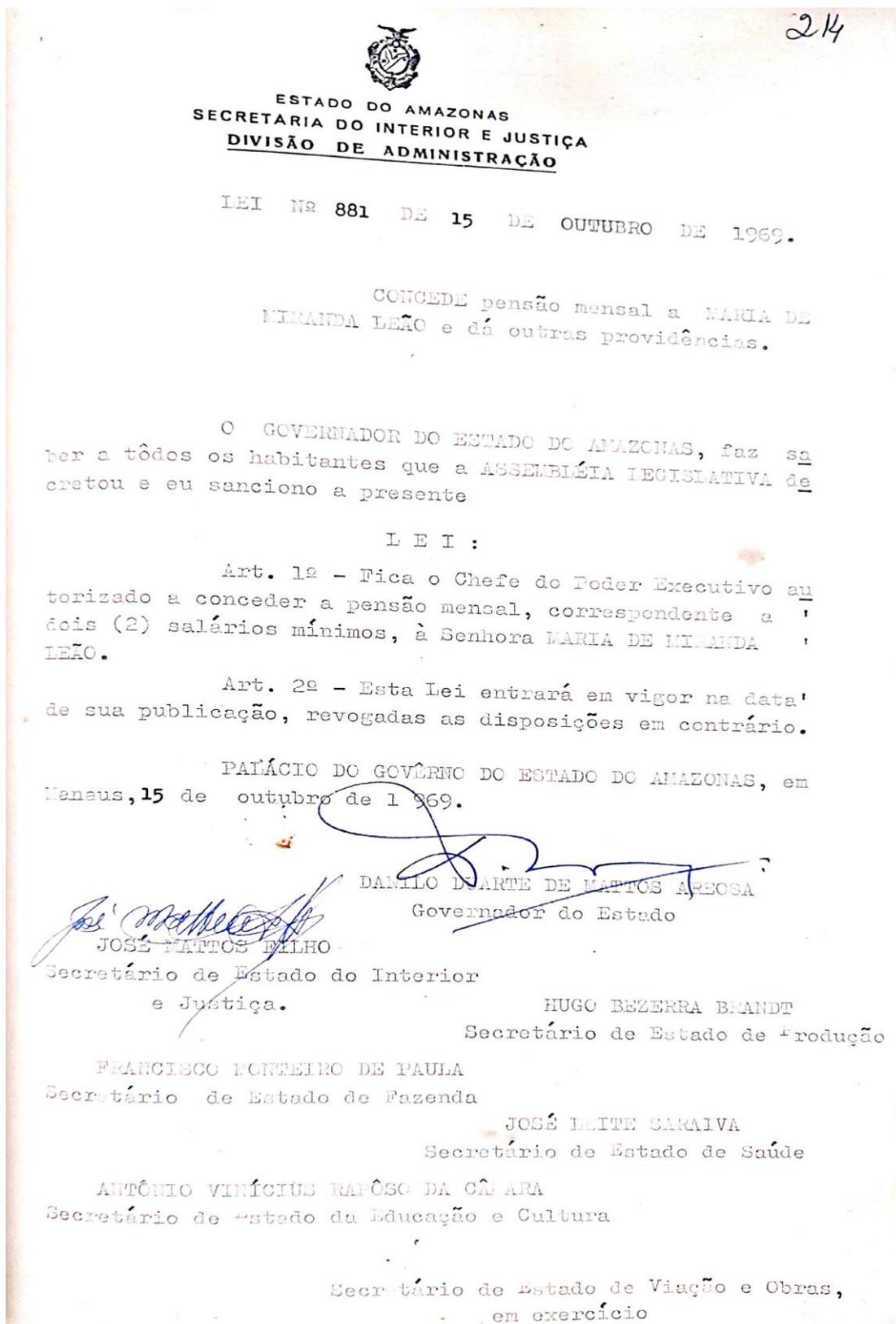
Espero receber carta
 de minha distincta petição,
 como prova, que perdou, e
 meu longo silencio.

Sempre grata
 fica.

Maria delivanda Leão
 Cx-postal - 29 - Manaus.

60. 204, com 4925.664/p.14 2
 Achei optima a lembranca
 de prestar homenagem a
 memoria de Sr. e Emilia. Pensei
 que seria bom mandar
 dahi, o orcaamento do
 tumulo, para eu poder
 agir. Tomei grande in-
 teresse. O meu Estado con-
 corre. Enciono ir ao
 Para, tratar desse assumpto
 pessoalmente e esper
 fallar aqui, com o Sur.
 Interventor do Acre. Se
 pudermos fazer tumulo,
 pois, está enterada no cemi-
 terio da cidade de Porto Velho.
 Estando tudo prompto, espero
 que minha illustre amiga
 venha até aqui, com a
 nossa Maria Sabina e mais
 outras companheiras de
 ideal. Temos todas a
 Porto Velho, prestar o

- Documento que concedeu pensão por aposentadoria a para Maria de Miranda Leão



Fonte: Diário Oficial do Amazonas, outubro de 1969.